

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE - PPGICS

Vânia Coutinho Quintanilha Borges

O JORNAL E OS DISCURSOS SOBRE A DROGA:

a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento do crack
presentes n' *O Globo* em 2013

Rio de Janeiro

2015

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO EM SAÚDE - PPGICS

Vânia Coutinho Quintanilha Borges

O JORNAL E OS DISCURSOS SOBRE A DROGA:

a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento do crack
presentes n' *O Globo* em 2013

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como parte dos requisitos do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Janine Miranda Cardoso

Rio de Janeiro

2015

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

B732 Borges, Vânia Coutinho Quintanilha

O jornal e os discursos sobre a droga: a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento do crack presentes n'O Globo em 2013 / Vânia Coutinho Quintanilha Borges. – Rio de Janeiro, 2015.

xiii, 163 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2015.

Bibliografia: f. 158-163

1. Crack. 2. Internação compulsória. 3. Discurso jornalístico. 4. Imaginário. 5. Produção de sentidos. I. Título

CDD 361.7

VÂNIA COUTINHO QUINTANILHA BORGES

O jornal e os discursos sobre droga: a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento do crack presentes n' *O Globo* em 2013

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Janine Miranda Cardoso.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Janine Miranda Cardoso – PPGICS / Icict / Fiocruz (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Silva Enne – PPGCOM / UFF

Prof. Dr. Valdir de Castro Oliveira – PPGICS / Icict / Fiocruz

Aprovada em: 26 de março de 2015

Para Wilson, Aimée e Arthur,
pelo afeto tecido em abraços, beijos, risos, silêncios e companheirismo.
Vocês são a expressão máxima da minha “sorte grande”.

AGRADECIMENTOS

Com o término de mais uma etapa é chegada hora de agradecer. Tal tarefa apesar de ser a mais gostosa acaba por tornar-se a mais difícil. Como expressar em palavras o carinho e a gratidão que o momento inspira? Para iniciar, meu reconhecimento de que essa conquista só foi possível graças a pessoas maravilhosas que investiram e acreditaram em mim.

À minha orientadora, Professora Janine Cardoso, pela disponibilidade em compartilhar o conhecimento, pelo ajuste de lentes e pela companhia no percurso.

Aos professores Ana Lúcia Enne e Valdir de Castro Oliveira, minha gratidão se dá não só por aceitarem participar do exame de qualificação, onde compartilharam conhecimento, apontaram caminhos e ofereceram preciosas contribuições, mas também por aceitarem estar na banca de defesa.

Aos professores Marildo Nercolini e Adriana Cavalcanti de Aguiar, minha gratidão por aceitarem participar do processo lendo o trabalho.

Aos professores do PPGICS, em especial a Cícera Henrique, Adriana Aguiar, Cristina Guimarães, Inesita Araújo e Valdir Oliveira, pela disponibilidade em compartilhar o saber e por reconhecerem e acolherem o que era próprio em cada um de nós, seus alunos, em nossa relação com o saber.

Aos amigos que fiz no mestrado, com quem compartilhei momentos de tensão e alegria, agradeço a acolhida, as risadas, as trocas, os cafés. Em especial as “mestrandas lindas e poderosas” Andrea Arruda e Vanessa Melo, pelo afeto e companheirismo.

Agradeço aos meus pais Paulo e Vera, pelo amor, pelo investimento que sempre fizeram na minha formação e pelo apoio irrestrito nessa etapa. Vocês foram fundamentais nessa conquista.

Aos meus filhotes, Aimée e Arthur, que tiveram que dividir a mamãe com o “trabalho do mestrado”. Obrigada por, mesmo sem compreenderem o alcance do que estive realizando, vocês sempre torcerem, apoiarem e esperarem (quase) pacientemente pelas “coisas maneiras” que faremos depois. Mamãe “tá liberada!”

Um agradecimento muito especial ao meu melhor amigo, meu companheiro, aquele que não me deixou desistir e segurou a minha mão quando ameacei fraquejar. Wilson, você sempre acreditou que seria possível, que eu conseguiria, e não há palavras para expressar minha gratidão pelo seu apoio incondicional. Amor, essa vitória também é sua!

Tolerar o estranho

não significa apenas permitir que ele exista em algum lugar, longe de nós. (...)

Abrigar e tolerar o estranho é permitir que ele nos desestabilize permanentemente, deslocando nossas certezas, borrando as fronteiras de nossa suposta identidade. (...)

Tolerar o estranho é tolerar também a incerteza que ele traz.

Maria Rita Kehl, 2004

RESUMO

Partindo da premissa de que o jornal é um espaço privilegiado para a oferta de sentidos sobre o mundo, esta pesquisa tem como proposta investigar o modo como o jornal *O Globo*, construiu e fez circular os sentidos sobre as drogas, principalmente o crack, em 2013. Do ponto de vista da saúde pública, neste ano, travou-se o debate em torno da votação do PL 7663/2010 que, entre outros aspectos, propõe mudanças na legislação referente às alternativas de tratamento da dependência química. Nosso *corpus* de análise é formado pelos textos publicados n' *O Globo*, no período de janeiro a dezembro de 2013, que abordaram o eixo crack, internação compulsória e Projeto de Lei 7663/2010. Como referências teórico-metodológicas utilizamos os postulados da Semiologia dos Discursos Sociais, trabalhando ainda conceitos propostos por teóricos como Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Eliseo Verón, Muniz Sodré e Michel Foucault a partir de reflexões sobre campo social, discurso, poder e mediação. Tomando por base as construções enunciativas analisadas, destacamos que apesar de mostrar-se contrário a alguns aspectos da internação, o jornal *O Globo* defendia a mesma como alternativa para conter a “epidemia de crack”.

Palavras-chave: Crack, Internação Compulsória, Discurso Jornalístico, Imaginário, Produção de Sentidos.

ABSTRACT

Assuming that the newspaper is a privileged space for the offering of meanings about the world, this research has the purpose to investigate how the newspaper *O Globo*, built and circulated directions about drugs, especially the crack in 2013. From a public health point of view, this year was realized the debate on the vote of Draft Law 7663/2010 that, among other things, proposes changes in legislation relating to drug treatment alternatives. Our analysis *corpus* is formed by articles published in *O Globo*, in the period January to December 2013, which talked about the crack, compulsory hospitalization and Draft Law 7663/2010. As theoretical and methodological references use the postulates of Semiology of Social Discourses, working also with concepts proposed by theorists such as Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Eliseo Verón, Muniz Sodré and Michel Foucault from reflections on the social, speech, power and mediatization. Based on the enunciative constructions analyzed, we emphasize that although contrary some aspects of hospitalization, the newspaper *O Globo* defended it as an alternative to contain the "crack epidemic".

Key-words: Crack; Compulsory Hospitalization; Journalistic Discourse; Imaginary; Production of Meaning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Perfil por Classe Social dos leitores de <i>O Globo</i>	107
Gráfico 02 – Perfil por Classe Faixa Etária dos leitores de <i>O Globo</i>	108
Gráfico 03 – Perfil por Escolaridade dos leitores de <i>O Globo</i>	108
Ilustração 01 – Rede de Atenção à Saúde Mental.....	37
Ilustração 02 – “A passos lentos: mais de um ano após lançado, programa voltado a usuário da droga está longe das metas”	123
Ilustração 03 – “Secretário de Saúde diz que centro de referência virou pronto-socorro”	127
Ilustração 04 – “PT, PSDB e governo atacam projeto que interna usuário”	135
Ilustração 05 – “Drogas: relator desiste de cadastro de usuários e fichamento de alunos”	137
Quadro 01 – Principais Aspectos do Programa Mais Saúde	28
Quadro 02 – Diferenças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas	40
Quadro 03 – Semelhanças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas	41
Quadro 03 – Listagem dos Selos coletados.....	116
Quadro 04 – Listagem das unidades discursivas analisadas	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição mensal dos textos coletados	112
Tabela 02 – Distribuição mensal dos textos que foram capa ou 2ª página.....	113
Tabela 03 – Distribuição mensal dos textos por editoria.....	114
Tabela 04 – Distribuição mensal dos textos por formato	115
Tabela 05 – Distribuição mensal dos textos coletados por temática específica	118

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
AI-5	Ato Institucional nº 5
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNS	Conferência Nacional de Saúde
Cratod	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CT	Comunidade Terapêutica
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
Febract	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Funad	Fundo Nacional Antidrogas
Funasp	Fundo Nacional de Segurança Pública
MNLA	Movimento Nacional de Luta Antimanicomial
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OBID	Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Observatório Saúde na Mídia
PANAD	Programa de Ação Nacional Antidrogas
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PR	Partido da República

Proad	Programa de Orientação e Assistência a Dependentes
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAD	Secretaria Nacional Anti-Drogas
SPA	Substância Psicoativa
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1– Saúde mental no contexto das drogas.....	20
1.1– As Conferências de Saúde e a “Constituição Cidadã”.....	23
1.2– A Reforma Psiquiátrica no contexto da Reforma Sanitária.....	29
1.3– Dependência química e saúde mental: conceitos e práticas.....	33
1.4– Panorama da legislação brasileira sobre drogas.....	42
1.4.1– A “Nova Lei de Drogas”, o crack e o PL 7663.....	51
2– Comunicação na Saúde ou Comunicação e Saúde?.....	56
2.1– Modelos de comunicação que dialogam com a saúde.....	58
2.2– Informação e comunicação no contexto da saúde.....	66
2.3– Discurso como teoria e prática social.....	73
2.4– Semiologia dos discursos sociais no processo de produção de sentidos...	78
3– A centralidade da mídia nas interações sociais.....	85
3.1– Mídia, mediação e midiatização.....	86
3.2– O discurso jornalístico.....	99
3.3– <i>O Globo</i> : “um jornal que forma opinião”.....	104
4 – Construções sobre crack, internação e PL 7663 nas páginas de <i>O Globo</i>	110
4.1– Delimitação do <i>corpus</i> : estabelecendo o universo da análise.....	111
4.2– Ajustando o foco: uma nova delimitação do <i>corpus</i>	117
4.3– Mas, que vozes são convocadas?.....	120
4.4– Discursos oferecidos à sociedade.....	148
5– Considerações finais.....	154
Referências Bibliográficas.....	158
Apêndice.....	164
Anexos.....	166

Introdução

O ano de 2013 nos parece emblemático para tratar da relação que se estabelece entre crack, internação compulsória e o Projeto de Lei nº 7663/2010. Seja por completarmos dez anos de atuação profissional no campo da saúde mental, trabalhando especialmente no cuidado de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e/ou drogas, seja pelos 20 anos de mudança de denominação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) – a partir do lema “Por uma sociedade sem manicômios” – para Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA), ou ainda pelos 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), esse momento histórico exige de nós um olhar cuidadoso sobre continuidades e rupturas de uma formação social não linear, contraditória, ambígua, como é o caso do Brasil e das políticas que refletem as transformações que por aqui foram operadas.

É importante que digamos que não se trata de tentar cristalizar num único ano a pluralidade de ações, de mudanças, de alternativas que nosso país tem experimentado. Mas, e paralelamente, esses mesmos marcos acabam por exigir de cada um de nós, quer numa dimensão mais privada quer mais pública, que observemos e problematizemos os sentidos sobre aquilo que nos cerca. É com essa mesma perspectiva que tentamos compreender fenômenos e processos que celebram o SUS, bem como aqueles que vão produzindo barreiras que o tornam uma política pública de difícil execução. A questão dos direitos nos parece uma das mais caras nesse debate, a exemplo do que também vem acontecendo no campo da atenção e do cuidado em saúde mental.

Desde o término da graduação, no ano de 2003, temos atuado no campo da saúde mental, seja em consultório ou em clínica comunitária. Apesar da recorrência da temática das drogas ter enorme representatividade nesses espaços, seja como figura principal no desenrolar do processo terapêutico ou como fundo, é somente no ano de 2005, ao ingressarmos como psicóloga numa comunidade terapêutica, que as drogas assumem relevância em termos de interesse de estudo. Durante o período em que estivemos vinculados a comunidade terapêutica, seja atendendo aos pacientes, seja atendendo aos seus familiares, começamos a perceber o quanto o rótulo de “dependente químico”, e tudo que a ele aparece associado (a criminalidade, a violência, o transtorno mental, a fraqueza moral...), apresenta-se fortemente registrado no imaginário das pessoas e com discursos muito próximos e limitados. Em muitos casos, pudemos perceber uma grande proximidade com o que estava sendo apresentado pela mídia.

Buscando trabalhar uma relação terapêutica que desvelasse a singularidade da situação de cada paciente em sua relação com a droga, e mais, optando por uma prática onde o terapeuta parte do “só sei que nada sei”, de uma ausência de apriorismos, encontramos pacientes e familiares com discursos que davam conta de uma identidade única. Sim, temos consciência de que necessitamos explicar o mundo em que vivemos e encontrarmos razão para as coisas. É uma questão de sobrevivência psíquica! Mas, de onde saem tais explicações? Como são elaboradas e compartilhadas a ponto de se tornarem quase um discurso único? Nossa aproximação do GRECOS, grupo de estudos sobre comunicação, cultura e sociedade, permitiu que estabelecêssemos uma chave de leitura para a questão: o papel da comunicação como um elemento central de formação das identidades sociais. Assim, a construção de nosso objeto pesquisa parte de uma prática profissional que, sendo preponderantemente voltada para a escuta, promove inquietações sobre um discurso específico: o das drogas.

O consumo de drogas, embora seja milenar, apenas recentemente vem sendo encarado como um problema social. Atualmente, o uso e o abuso de drogas são vistos como um dos principais problemas de saúde pública, que também vem associado a problemas biológicos e, principalmente sociais, ligados à violência e ao tráfico. Nesse cenário de consumo, de “combate” e prevenção ao uso das drogas, surgiu na década de 1980, nos EUA, uma nova droga, o crack, sendo que no Brasil sua aparição só foi registrada em 1990. A facilidade de produzir a droga, seu baixo preço, sua forma de uso e os efeitos imediatos foram e ainda são reconhecidas como as principais razões da sua rápida disseminação entre os consumidores. Juntamente com a ideia presente na mídia de que o Brasil está tomado pelo crack encontramos também a ideia de que a única resposta possível para o enfrentamento do problema seja a internação compulsória. Tal perspectiva é contrária à proposta do movimento da Reforma Psiquiátrica, que defende uma política de saúde mental que vise o tratamento em rede substitutiva.

Nesse percurso, o debate em torno do crack (especialmente no que diz respeito à internação compulsória para os usuários da substância) como objeto de estudo e pesquisa ganha contornos diferentes, porém não excludentes. Nosso enfoque vai se deslocando gradativamente de uma (relativa) ingenuidade sobre os processos pelos quais as informações contidas na imprensa orientam determinada expectativa sobre os atores sociais para uma compreensão um pouco mais ampliada sobre os limites e possibilidades dos discursos oferecidos à população sobre os mais variados temas,

sendo a drogadição apenas um deles e aparecendo relacionado a uma série de outros aspectos da vida social.

Quando nos propusemos a desenvolver uma pesquisa que colocava a questão das drogas, da dependência química e da internação no centro das nossas preocupações, nosso objetivo foi o de realizar uma investigação a partir de um tema que gerava impactos sociais, políticos, econômicos e culturais. Afinal, a forma como o debate tem sido apresentado de modo geral pelos meios de comunicação tem produzido efeitos concretos na vida de usuários, de seus familiares e das pessoas que os cercam. Com esta perspectiva, embora nosso ponto de partida seja a experiência vivida como profissional de uma comunidade terapêutica, a compreensão do processo de produção de sentidos em torno das drogas nos permite avançar na problematização do papel dos discursos jornalísticos na vida das pessoas. Paralelamente, a percepção de como funcionam as disputas por sentidos pode contribuir para a diminuição do desequilíbrio de forças entre aqueles que estão no centro e na periferia do poder. Nessa mesma direção, esperamos contribuir para que, ao iluminar os interesses (econômicos, políticos) em jogo nesse processo, possamos também fornecer subsídios para a discussão de uma legislação que avance na direção de oferecer tratamento condizente com as diretrizes do SUS nas alternativas de tratamento para usuários e dependentes.

Com esse quadro mais amplo, e tendo como ponto de partida que os discursos midiáticos, especialmente os jornalísticos, são hoje uma das principais agências produtoras dos sentidos que circulam socialmente sobre a dependência química, elencamos as principais interrogações no desenvolvimento desta dissertação e que, esperamos, contribuirá com o debate em torno da internação como a “melhor alternativa” para enfrentamento do problema gerado pelo uso de substâncias psicoativas, especialmente durante o processo de votação da alteração da “Nova Lei de Drogas”, através do PL 7663: (a) quais verdades sobre o uso, a dependência e sobre o dependente os discursos midiáticos, a partir dos sentidos que propõem, estão ajudando a construir? Ao aceitarmos que uma das ações midiáticas é a busca por fixar sentidos sobre questões cuja indeterminação de sentidos é uma realidade concreta, nos interrogamos ainda: (b) em que medida, a forma de enquadramento realizado pelos jornais limita e/ou determina os discursos e as possibilidades interpretativas das questões relacionadas ao crack e à internação compulsória? (c) O que tem ficado dentro e o que tem ficado fora deste enquadramento? (d) Como a anunciada “epidemia de crack” é construída e como participa do debate sobre a internação compulsória? (e)

Quais vozes são predominante convocadas nestas enunciações? (f) De que maneira e em que direção são evidenciados os sentidos midiáticos e de que modo acentua a “textura da experiência”, ao conectar passado-presente-futuro, recorrendo às representações produzidas e ao imaginário compartilhado sobre a questão das drogas?

As questões apresentadas acima ganham densidade a partir do processo pelo qual os meios de comunicação foram assumindo um papel cada vez mais central no cenário contemporâneo. Embora não façamos neste espaço uma exaustiva explanação sobre esse agigantamento da mídia, queremos dar ênfase ao jornal como um dos dispositivos mais antigos do processo de comunicação massiva e com o lugar que gradativamente vai ocupando nos agrupamentos urbanos. Nestes termos, falar da importância discursos jornalísticos é trazer para o debate a emergência de uma categoria fundamental: a objetividade. Afinal, ao produzir relatos credenciados por um pretensão de distanciamento dos fatos, sem que interesses políticos neles se manifestem, sem tomada de posição, salvaguarda esse lugar de onde a imprensa vai construindo e oferecendo sentidos como se estes representassem a “verdade” do nosso cotidiano.

Ao interferir nos debates que são estabelecidos em nossa sociedade, grande parte dos discursos produzidos pelos veículos de comunicação tenta interferir na formação daquilo que se convencionou qualificar como opinião pública. Tal assertiva foi a que orientou nossa escolha por *O Globo*, um dos principais jornais do país. Como é possível constatar a partir do *slogan* criado pelo veículo – *O Globo forma opinião* –, há uma clara estratégia enunciativa presente nos textos que compõe cada edição do periódico. Como está presente no site da Infoglobo (responsável pelos produtos *O Globo*, *Extra*, *Expresso*, *Diário de São Paulo*, da Agência *O Globo*), a proposta é levar aos leitores muito mais do que informação: “a pluralidade de informações contribui para que o leitor forme sua própria opinião, pois tem acesso ao que há de melhor em conteúdo”¹.

Embora tenhamos consciência de que o “problema da drogas” é uma questão muito mais abrangente, nosso *objetivo geral* foi o de analisar o modo como o jornal *O Globo* construiu e fez circular os sentidos sobre o crack e internação compulsória, especificamente no contexto do debate sobre o PL 7663/2010². Como *objetivos específicos*, nos interessou (a) mapear as propostas de tratamento da dependência química; (b) identificar os discursos mobilizados e presentes em *O Globo* sobre o PL

¹ Disponível em www.infoglobo.com.br. Acesso em 02 de janeiro de 2015.

² Que hoje tramita no Senado Federal sob a designação PLC 37/2013. Ao ser enviado da Câmara para a apreciação no Senado todo projeto recebe uma nova numeração, assim o PL 7663/2010 e o PLC 37/2013 são, no limite, o mesmo projeto.

7663/2010, bem como os conteúdos e participantes privilegiados ou silenciados e também as estratégias enunciativas utilizadas; (c) refletir sobre o horizonte ideológico construído pelos sentidos oferecidos por esse discurso jornalístico e o modo pelo qual o mesmo recorre ao imaginário compartilhado sobre a temática das drogas e o atualizam. Para tanto, partimos da hipótese de que, através da forma, a imprensa constrói sentidos sobre o uso e a dependência, assim como a internação compulsória, oferecendo enunciações que conectam passado, presente e futuro, enquadrando o fenômeno das drogas a um imaginário social construído que desloca o eixo central do debate do campo sanitário para o jurídico-penal.

Para dar conta desse projeto, inicialmente nos detivemos sobre *A saúde mental no contexto das drogas*. Neste primeiro capítulo, recorreremos às Conferências de Saúde e à Constituição de 1988 particularmente naquilo que reconhecia como direitos da população. De forma análoga, pareceu-nos particularmente rica a aproximação entre as Reformas Sanitária e Psiquiátrica na direção da celebração de normativas que orientam a atenção e o tratamento de toda a população respeitando os princípios e as diretrizes fundadoras do Sistema Único de Saúde. Seção destacada também mereceu a relação entre dependência química e saúde mental, uma vez que o debate que buscamos iluminar se inscrevia justamente numa aproximação entre ambas. Por fim, realizamos uma revisão da legislação brasileira sobre drogas, destacando as influências, inclusive internacionais que sofreu, tendo em vista que boa parte do diálogo que o debate em torno do PL 7663 inaugura se dá com essa trajetória histórica.

O capítulo 2 representou uma espécie de inserção no campo. A pergunta que nos norteia (*Comunicação na Saúde ou Comunicação e Saúde?*) não representa uma simples distinção entre formas diferentes de ver a interface entre duas grandes áreas. A adesão a um ou outro representa igualmente escolhas teóricas e metodológicas. Tomar o primeiro é permanecer nos limites de uma comunicação instrumental, de corte positivista, enquanto o outro se apresenta como mais dialógico e conflitual. Nessa direção, julgamos necessários, talvez menos para o leitor do que para nós, recorrer a uma explicitação dos modelos que orientam essas duas formas de observar e de investigar os fenômenos que parecem interessar à Comunicação e Saúde. De forma análoga, trouxemos para dentro desta etapa do nosso trabalho a relação que se estabelece, com aproximações e distanciamentos, entre informação e comunicação na saúde.

Ao optarmos por inscrever nossa pesquisa no campo da Comunicação e Saúde, recorremos, paralelamente, a alguns dos pressupostos que orientam as reflexões desenvolvidas nesse âmbito e que norteiam procedimentos metodológicos. Nessa direção, conceitualmente, dedicamos uma seção à reflexão em torno do discurso, tomado tanto como teoria quanto como prática social. Esse movimento nos permitiu perceber que a forma como uma informação é organizada e oferecida à sociedade representa mais do que um sistema fabril de produção de textos e imagens. Antes, representa uma tomada de posição, um olhar sobre o mundo, uma ação política consciente ou não. Encerrando esta parte, e de forma a buscar compreender como se dão os processos de produção de sentido, especialmente os midiáticos, nos dedicamos à semiologia dos discursos sociais de forma a nortear as balizas que deveríamos utilizar na análise dos discursos produzidos e difundidos pelos jornais.

Já o terceiro capítulo foi dedicado ao que qualificamos como *Centralidade da mídia nas interações sociais*. Partimos da distinção entre os conceitos de mídia, mediação e midiatização, buscando destacar que, atualmente, a forte presença dos dispositivos midiáticos no nosso dia a dia aponta para processos de midiatização que atravessam muitas das práticas sociais, interferindo na nossa percepção sobre o mundo e sobre as ações que desenvolvemos sobre ele. Posteriormente, dedicamos outra seção para descrever a especificidade do discurso jornalístico. Embora tenhamos consciência de que se trata de um dentre outros tantos discursos sociais concorrentes, os recursos de que dispõe e a capilaridade de suas enunciações fazem dele um tipo de discurso muito especial: que forma informando. Esse inclusive é um dos motivos de ter escolhido *O Globo*, detalhando um pouco mais de sua história na última parte desta divisão. Afinal, apesar de vários tomarem pra si essa bandeira, poucos são os periódicos que se orgulham de declarar que se trata de “um jornal que forma opinião”.

No capítulo 4 – *Construções sobre crack, internação e PL 7663 nas páginas de O Globo* –, é apresentada a análise do material coletado no periódico sobre o ano de 2013. Inicialmente, apresentamos os passos que nos permitiram estabelecer o *corpus*. Em seguida, empreendemos a análise propriamente dita, destacando as estratégias enunciativas, bem como na hierarquização que o veículo estabelece a partir do seu interesse em participar mais (ou menos) do debate público sobre as temáticas do crack, da internação compulsória e do PL 7663. Nesta etapa, exploramos os discursos oferecidos à sociedade procurando perceber quais as estratégias utilizadas pelo periódico ao oferecer uma narrativa sobre o tema.

1– Saúde mental no contexto das drogas

Esse capítulo abre nossa dissertação pela centralidade que a relação entre a Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001)³, a “Nova Lei de Drogas”⁴ (11.343/2006) e o Projeto de Lei⁵ 7663/2010 tem para o desenvolvimento dos nossos argumentos. Embora enfatizemos que o campo da saúde não tem uma conformação linear, que não é homogêneo, pois comporta tanto posições progressistas como conservadoras, o movimento sanitário no Brasil ganhou força no processo de redemocratização. Por estarmos vivendo um momento de afirmação democrática, era de se esperar que tivéssemos mais avanços que retrocessos: do nosso ponto de vista, a Reforma Psiquiátrica representa alguns passos adiante, enquanto o Projeto de Lei, o seu oposto. Nestes termos, o crack é aqui tomado como um problema que se inscreve tanto no universo da saúde quanto no da justiça. Entretanto, o que emerge como elemento singular nesse processo é que, sob a justificativa de se combater uma *epidemia de crack* (saúde), elabora-se uma atualização, através do Projeto de Lei, da “Nova Lei de Drogas” (justiça), utilizando-se de marcos legais da Lei da Reforma Psiquiátrica. Ou seja, desloca-se do dispositivo de 2001 a instrução normativa sobre internação para reapropriá-lo em 2010, com o pretexto de atualizar outro dispositivo (o de 2006).

Presentes há muito tempo na experiência humana, não existe uma sociedade sem drogas, o que há são diferentes formas de regulação e uso em diferentes contextos, seja o social, econômico, religioso ou estético, por exemplo. O crack é uma dessas drogas. Classificada como uma substância psicoativa euforizante devido a seu alto poder estimulante, o crack é preparado a partir da mistura da pasta da cocaína com o bicarbonato de sódio, o que dá origem a uma pedra. Não sendo solúvel em água, o que inviabiliza que seja injetada, a pedra de crack é fumada em cachimbos, tubos de PVC ou aquecida em latas passando então do estado sólido ao de vapor. Durante o aquecimento, a pedra produz o ruído que lhe deu o nome. Surgido na década de 1980, nos Estados Unidos, a substância obtém grande popularidade devido ao seu baixo custo. Na década de 1990, o crack chegou ao Brasil, especificamente em São Paulo, e, no decorrer dos anos, espalhou-se por todo o país. Segundo pesquisas realizadas pela

³ Lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no Brasil.

⁴ Lei que, dentre outras disposições, trata das medidas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

⁵ Projeto que propõe alterações no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, nas condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e no financiamento das políticas sobre drogas.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estima-se que seus usuários ultrapassem 350 mil pessoas⁶. Embora disseminado nas diferentes faixas etárias e classes sociais, o crack tem nos moradores de rua o seu maior grupo de vulnerabilidade.

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid), embora tenhamos em diversos setores da sociedade a construção de uma ideia de que o país está tomado pelo crack, pesquisa realizada em 27 capitais brasileira revela, por exemplo, que 12% da população de São Paulo é dependente de álcool e apenas 0,05%, de crack (BRASIL, 2010). O que essa pesquisa nos ajuda então a questionar é a narrativa da existência de uma “epidemia de crack”, epidemia esta que gera a necessidade de uma resposta emergencial para a questão. Tal resposta tem sido traduzida, entre outras medidas, no alargamento do uso da internação compulsória.

Para que nosso argumento de que tal medida constitui um retrocesso possa ganhar consistência, nos deteremos inicialmente sobre o papel da Reforma Sanitária e das Conferências de Saúde na construção e consolidação do capítulo Saúde na Constituição de 1988. A “Constituição Cidadã”, como passou a ser chamada, ganhou essa designação exatamente pela preocupação em garantir os direitos sociais, tão caros a construção da democracia brasileira, como o é o direito à saúde e à participação social na formulação e execução de políticas públicas nesse campo. De forma análoga, passaremos a explorar algumas das balizas que estabeleceram a Reforma Sanitária no Brasil, destacando que a pedra de torque comum a ambas é o cuidado com os seres humanos em sua complexidade, buscando oferecer aos usuários do sistema – um sujeito de direitos – uma atenção integrada e participativa.

Na seção seguinte adensaremos um pouco mais a relação drogas *versus* saúde mental, buscando tensionar o papel das Comunidades Terapêuticas em contexto nacional e internacional, a fim de que possamos refletir sobre a emergência de tais comunidades no Brasil, num cenário em que floresciam mais no âmbito de organizações não governamentais do que como política pública no eixo do tratamento para dependência química. Embora as Comunidades Terapêuticas sejam oficialmente reconhecidas como tais somente em 2001 – a partir de resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, trabalhamos com a concepção de que certo

⁶ Os projetos “Perfil dos Usuários de Crack e/ou Similares no Brasil” e “Estimativa do Número de Usuários de crack e/ou Similares nas Capitais do País”, coordenados pelo pesquisador Francisco Inácio Bastos. O primeiro estudo, tendo como referência o ano de 2012, estimou o número de usuários regulares de “crack e/ou similares” nas 26 capitais do país e Distrito Federal em 370 mil pessoas, correspondendo a 0,81% da população desses municípios.

imaginário social que se tem sobre elas na atualidade, aceita a perspectiva de que trabalhem preponderantemente com elementos religiosos em detrimento dos da ciência.⁷

Para que pudéssemos estabelecer essa relação entre drogas, saúde e o aparato jurídico, desenvolvemos uma seção onde refletimos sobre as mudanças nos marcos legais, enfatizando certo alargamento do espectro de atores que foram sendo gradativamente abarcados por eles. Nessa perspectiva, recuamos até a passagem do século XVIII para o XIX, destacando alguns dos movimentos que buscavam reprimir movimentos considerados indesejáveis dentro da sociedade que se organizava. Esse olhar ampliado nos favorece na compreensão de que, se durante todo o século XX a questão das drogas ocupou legisladores – a exemplo do Decreto de 1921, que insere a expressão entorpecente, ou do de 1932, que legisla sobre a prática do confinamento (internação) –, na atualidade o crack emerge como centro de um debate que mobiliza saberes e práticas jurídicas, policiais, sanitárias. Entre idas e vindas, um dos pontos capitais desse processo é o estabelecimento da Doutrina de Segurança Nacional (tornada lei através do decreto 314/1968), que passa a qualificar usuário e traficante (não apenas de crack, mas de qualquer droga) como inimigo interno.

É exatamente o estatuto de inimigo interno que “autoriza” que a questão das drogas seja discutida em termos de determinação judicial de tratamento psiquiátrico e não aqueles preponderantemente sanitários. Ao tratar das conexões entre a “Nova Lei de Drogas”, o crack e o PL 7663, buscamos justamente evidenciar o quão próximo ou, inversamente, o quão distante esses estão de questões sanitárias centrais. Um claro exemplo parece ser o do movimento que desloca da Lei da Reforma Psiquiátrica o dispositivo das internações, para alocá-lo na proposta de atualização da “Nova Lei de Drogas” (inscritas no PL 7663) oferecida à sociedade como “melhor remédio” para combate ao crack. Ao igualar dependentes e usuários, o projeto não apenas se torna mais “eficaz”. Ele retira da saúde conquistas fundamentais, como a de ver o ser humano como portador de direitos.

⁷ Segundo o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 24 estados mais o Distrito Federal, em um total de 68 instituições, “Poucos profissionais de saúde (médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de enfermagem) são encontrados. E, onde estão presentes, sua atuação encontra-se submetida a princípios religiosos e morais e pouco se orientam pelos saberes técnico-científicos” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011:194).

1.1– As Conferências de Saúde e a “Constituição Cidadã”

A formação das políticas de saúde no Brasil se deu, historicamente, de modo bastante concatenado à formação do Estado Nacional. Lima, Fonseca e Hochman (2005) destacam que existem dois modos predominantes nessa relação: um em que há um movimento de descontinuidade e ruptura com aquilo que se quer superar; outro, de permanências, onde a continuidade acaba se dando de modo negativo, pois a ênfase está na manutenção da desigualdade e da exclusão social. No período da Primeira República (1889-1930), a saúde brasileira já começa a ser encarada como um aspecto central. Considerada como o problema vital, as políticas de saúde entrelaçavam-se a um projeto civilizatório que visava à construção nacional. Assim, esse período caracterizou-se como a “era do saneamento”, estabelecendo “as bases para a criação de um sistema nacional de saúde, caracterizado pela concentração e verticalização das ações do governo central” (LIMA, FONSECA e HOCHMAN, 2005:37), questão que futuramente será problematizada e incorporada pelas Conferências Nacionais de Saúde (CNS). A Revolução de 1930 e o I Governo Vargas (1930-1945) são marcos de um período marcado fortemente por disputas políticas e com uma grande ênfase na relação do Estado com os problemas sociais. O modelo de saúde vigente na Primeira República permaneceu, sendo fortalecido pela política de saúde do governo Vargas, na qual prevaleciam a normatização, visando a padronização, e o controle das ações de saúde no território nacional, conferindo um perfil altamente burocrático ao setor.

Já no período da democratização (1946 a 1964), que tem seu fim com o golpe militar, a saúde e a doença aparecem relacionadas com problemas de desenvolvimento e pobreza. Em meados da década de 1950, circulava a ideia de que a superação dos problemas de saúde seria promotora do desenvolvimento econômico e não uma consequência deste. Em 1963, na 3ª CNS – última sob a égide dos ventos democráticos, que se faziam sentir inclusive na saúde – fortalecia-se o discurso de que tal desenvolvimento dependia da criação de uma rede básica de serviços médicos-sanitários que incorporasse todos os municípios do país. No período que se segue após a instauração do regime militar em 1964, na primeira década da ditadura, o país passa a conviver com a supressão dos direitos civis e o Estado é atravessado por uma reestruturação onde ocorrem reformas de ordem financeira e fiscal, previdenciária, tributária e administrativa. Em termos de políticas sociais, são criados o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). A saúde, nesse momento, sofre com o colapso do serviço público e a implantação da lógica previdenciária no setor. Com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, há uma tentativa de racionalização administrativa, porém com a expansão dos serviços de assistência médica.

Na fase seguinte, onde ocorre a distensão do regime autoritário, houve ainda a busca pela legitimação da ditadura, pois esta havia perdido apoio de boa parte da população. Com esse objetivo, o governo promoveu o abrandamento da censura e a negociação da Lei de Segurança Nacional. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-II, 1974) traz como marco para a saúde, como destaca Escorel (2012), o estabelecimento de dois campos institucionais: o Ministério da Saúde e o da Previdência e Assistência Social. A esse momento, seguiu-se o período que seria marcado pelo último governo militar e pela crise da previdência (1979-1984). Nele, o país viveu o início do processo de democratização com a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e dos poderes discricionários do Estado. No início da década de 1980, na saúde, tivemos a realização da 7ª CNS, que tinha como um dos seus objetivos discutir o Prevsauúde – projeto que não conseguiria sair do papel.

Foi na Nova República, como se denominou o período após o fim do regime militar, que ocorreram importantes mudanças na vida política e econômica do país e grandes avanços na saúde. Iniciado na década de 1970, o movimento de Reforma Sanitária Brasileira se fortalece na luta pela garantia de direitos e pela unificação do sistema de saúde brasileiro. Escorel o define como

movimento de profissionais da saúde e de pessoas vinculadas ao setor que (...), por meio de determinadas práticas políticas, ideológicas e teóricas, buscam a transformação do setor saúde no Brasil, em prol da melhoria das condições de saúde e de atenção à saúde da população brasileira (...) do direito de cidadania (ESCOREL, 2012:341)⁸

Em 1986, realizou-se a 8ª CNS. Foi quando, pela primeira vez, os usuários do sistema participaram de uma conferência e onde discutiu-se e aprovou-se “a unificação do sistema, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e o dever do Estado” (Idem, 357). Essas proposições foram norteadoras para a construção do capítulo da saúde na Constituição de 1988 e dos princípios que fundamentam o próprio Sistema

⁸ Segundo Escorel (2012), é fundamental destacar que a criação dos Departamentos de Medicina Preventiva, no final dos anos 1960, representou o alicerce do que ela classifica como bases universitárias do movimento sanitário.

Único de Saúde (SUS) Além da 8ª CNS que, também propôs a reformulação de financiamento para a saúde, outros marcos importantes para viabilizar o SUS foram: a inclusão na Constituição de um capítulo específico sobre Seguridade Social, com grande ênfase nos direitos sociais; e a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) – que regulamentou os princípios e diretrizes de funcionamento do SUS (Universalidade, Igualdade, Integralidade, Participação, Descentralização e Hierarquização) e as bases legais de sua organização. A Constituição de 1988, ao incorporar grande parte das proposições da Reforma Sanitária, garantiu o direito à saúde para todo cidadão, transformando-a num dever do Estado, através da criação de um sistema de acesso que se quer universal e igualitário, com ações voltadas para sua promoção, proteção e recuperação, tornando-se então conhecida como a “Constituição Cidadã”.

Desde a criação do SUS, houve uma melhora significativa no perfil epidemiológico do país, com redução nos índices de mortalidade infantil, principal indicador mundial de desenvolvimento social. Apesar dos avanços, muitos autores como Noronha, Lima e Machado (2012) destacam que alguns outros desafios importantes ainda devem ser enfrentados pelo sistema: (a) compatibilização da saúde como direito de cidadania com o respeito à diversidade regional; (b) articulação entre os campos da atenção à saúde, tais como vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, com outros campos de atuação do Estado que são estratégicos para a saúde, como produção industrial, provisão de insumos e formação de recursos humanos em saúde; (c) o fato de que o fortalecimento do Sistema, além das mudanças estruturais, depende também da implantação de um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Existem ainda dois outros aspectos considerados como muito importantes pelos autores que discutem a Reforma Sanitária e a formação do SUS a partir de suas estratégias e desafios. O primeiro diz respeito à participação de atores estratégicos como fator fundamental para o sucesso de uma política de saúde que prime pela universalidade. Noronha, Santos e Pereira (2011) apontam que os atores estratégicos não seriam nem a classe trabalhadora organizada, pois para esta os planos privados se tornaram objeto de negociação trabalhista, nem a classe dos profissionais de saúde, pois a mesma estaria comprometida com aqueles que pagam o maior preço por seu trabalho, e muito menos os servidores públicos (civis e militares) e seus dependentes, pois estes têm uma assistência exclusiva e que em parte é financiada com recursos públicos. Portanto, todos esses atores encontram-se de algum modo comprometidos com o que vigora e vivem a ambiguidade em relação à universalidade. Nesses termos, far-se-ia

necessário o surgimento em cena de atores que lutem por um “sistema que queiram usar para si ou para os seus” (Idem, 172). Ou seja, atores para quem o SUS tenha uma real importância, não se restringindo a uma luta pelo sistema somente por ideologia ou amor ao trabalho, e que transformem o SUS num sistema realmente de proteção social solidária e menos desigual.

O segundo é abordado por Noronha (2013) ao tratar do “Financiamento da saúde e dilemas para o futuro”. O autor aponta que um dos desafios que têm se colocado ao SUS diz respeito à evolução do perfil de morbo-mortalidade no país. Tal perfil acarretou no crescimento do quadro de doentes crônicos, o que altera o foco da cura para o cuidado. Esse aumento, acompanhado do declínio da mortalidade, gera um número maior de pessoas que fazem uso contínuo dos serviços de saúde, culminando com o aumento das necessidades de cuidados multiprofissionais; aumento de idosos com necessidades específicas de cuidados paliativos e de suporte comunitário; aumento dos gastos com atenção de média e alta complexidade; crescente gasto com despesas ambulatoriais e hospitalares, mesmo com a manutenção do perfil de atendimento; e a necessidade de organização de redes assistenciais horizontais e verticais que garantam a continuidade e efetividade dos cuidados. Se mesmo antes o financiamento e a estrutura da saúde eram insuficientes, tais as mudanças tornam mais necessária uma readequação do sistema para que possa fazer frente ao cenário que não existia quando SUS foi pensado e implantado no Brasil.

Diante da necessidade de melhorar o panorama da saúde no país e dando continuidade ao processo de Reforma Sanitária, foi criado em 1994, pelo Ministério da Saúde, o Programa Saúde da Família (PSF)⁹. Com a proposta de ampliar o acesso à saúde, e baseado na experiência já empreendida pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), de 1991, que utilizava a família como unidade de ação, obtendo resultados significativos na redução dos índices de mortalidade infantil, o PSF foi pensado a partir dos princípios básicos do SUS. Sua proposta privilegia a reorganização das práticas já consagradas de atenção básica, onde o foco era a doença. O programa previa a substituição do foco na doença para as ações de vigilância e promoção da saúde. A Promoção da Saúde tem como princípios a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a atenção aos seus fatores condicionantes e determinantes, a participação popular nas decisões, priorizando a vulnerabilidade e o

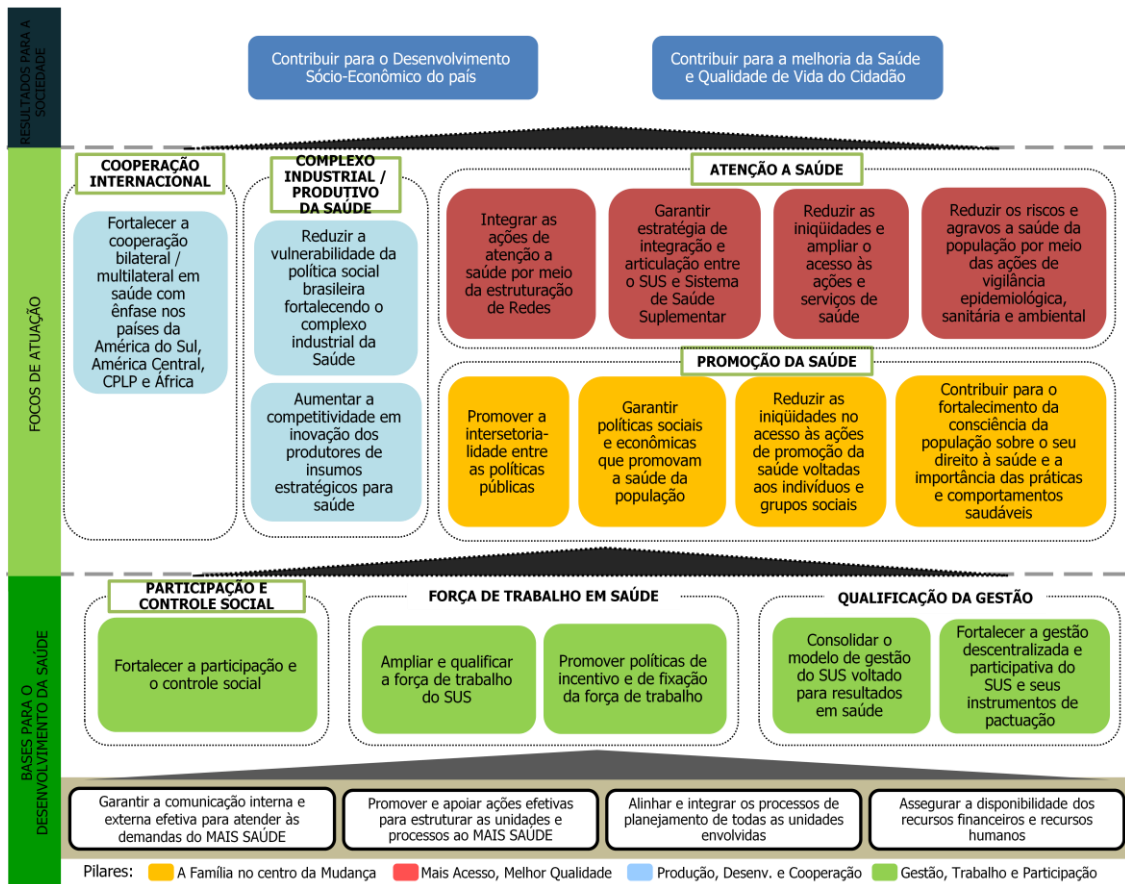
⁹ Atualmente denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF).

risco de adoecimento de determinada comunidade e a união dos diversos setores da sociedade nas ações (BRASIL, 2010). Contando com uma equipe formada por agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiros e um médico generalista ou da família, o PSF tem na Unidade de Saúde da Família a sua base operacional. Cabe ressaltar que embora o PSF represente avanços ele também é alvo de críticas. Ronzani e Stralen (2009) chamam atenção, por exemplo, para o fato de que além de depender da perspectiva política do administrador local para sua implantação, o que pode gerar uma atomização da estratégia de funcionamento do mesmo, o PSF tem uma implantação ainda bastante heterogênea servindo, segundo os autores, a manobras eleitoreiras ou apenas como fonte de renda para o município.

Lançado pelo Governo Federal em 2006, o *Pacto pela Saúde* apresenta as novas estratégias de reordenamento do SUS, designadas pela Portaria 399/2006. No documento as estratégias aparecem nomeadas como: *Pacto pela vida*, *Pacto em defesa do SUS* e *Pacto de gestão*. O *Pacto pela vida* diz respeito ao compromisso dos gestores com relação a prioridades que apresentam impacto sobre situação de saúde da população brasileira, onde tais prioridades devem ser definidas através de metas nacionais, estaduais, regionais ou municipais inseridas no Termo de Compromisso do Pacto. O *Pacto em defesa do SUS* trata da repolitização da saúde, através de uma estratégia de mobilização social, como um movimento que retoma a Reforma Sanitária aproximando-a dos desafios atuais do SUS. O Pacto também busca um financiamento compatível com as necessidades de saúde por parte dos entes federados e a elaboração e ampla divulgação da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Já o *Pacto de gestão* trata das seguintes temáticas: descentralização articulada; regionalização compartilhada; financiamento simplificado; planejamento integrado; programação pactuada e integrada; regulação; participação e controle social; gestão do trabalho; e educação na saúde.

É dentro desse contexto que é criado o programa *Mais Saúde* (2008), que busca a partir de uma perspectiva mais abrangente o aprofundamento e a atualização dos grandes objetivos da criação do SUS. Esse processo deve ocorrer num contexto contemporâneo que agregue novos desafios e dimensões propiciando então que os objetivos de universalidade, equidade e integralidade do SUS possam se concretizar (TEMPORÃO e MAZZOLI, 2009). O quadro abaixo destaca os principais aspectos do programa.

Quadro 01 - Principais Aspectos do Programa Mais Saúde



Fonte: TEMPORÃO, MAZZOLI, 2009, 10

Diante do que expusemos até o presente momento, acreditamos que a Reforma Sanitária, movimento nascido num contexto que se inicia na luta pelas liberdades democráticas e que eclode durante o movimento de distensão do regime, e que tem no se bojo entidades emblemáticas como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), criadas respectivamente em 1976 e 1979, foi determinante nos avanços conquistados pela saúde brasileira. Por seu papel crucial no que diz respeito ao capítulo da saúde na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde de 1990, o movimento da Reforma Sanitária propicia o crescimento das possibilidades para diversos setores da saúde, seja no âmbito do ensino e da gestão dos serviços ou no das entidades da sociedade civil ligadas à saúde. O princípio de participação da comunidade resguardado na Lei 8142/90, que dispôs sobre as Conferências e Conselhos de Saúde, coroa a visão da ampla participação social nesse amplo movimento e na formulação das políticas e estratégias na saúde, bem como o controle dos serviços e ações do setor.

Ressaltando o caráter inovador do sistema de saúde brasileiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta o SUS como referência em diversas ações para os demais países em desenvolvimento. Os Programas da Saúde da Mulher, do Idoso e de controle da AIDS, são apenas alguns dos exemplos. A quebra de patentes de medicamentos utilizados no tratamento da AIDS, tuberculose e malária tem no Brasil um de seus pioneiros. Entretanto, cabe aqui ressaltar que o custo elevado de tais medicamentos, por exemplo, inviabilizava a ajuda humanitária a diversos países da África que sofrem com estas doenças. Embora o SUS seja uma referência mundial no campo da saúde, ele é um sistema que ainda possui muitos problemas e sobre o qual ainda recaem muitas críticas. Mesmo diante desse quadro mais geral, em pouquíssimos casos ele é mencionado ou convocado na construção de ações em torno do crack, relegando a agenda ao campo jurídico, mas isso iremos explorar um pouco mais nos capítulos seguintes. Por hora, queremos nos deter sobre a relação entre a Reforma Psiquiátrica e a Reforma Sanitária, especialmente porque a primeira fornecerá um dos elementos centrais no debate sobre o crack: a internação compulsória.

1.2– A Reforma Psiquiátrica no contexto da Reforma Sanitária

Quase que simultaneamente ao movimento da Reforma Sanitária no Brasil, temos o movimento da Reforma Psiquiátrica. De modos distintos, ambas as reformas objetivavam a melhoria da atenção à saúde. Enquanto a Reforma Sanitária enfatizava os aspectos macros da saúde, a Psiquiátrica voltava-se prioritariamente para as transformações em algumas ações mais específicas neste campo. Ambas ganham força numa mesma conjuntura: o de luta pelas liberdades democráticas. Segundo Yasui, foi a partir “de um clima de perseguição e repressão a manifestações de oposição ao regime [militar], que a Reforma Psiquiátrica brasileira nasceu e se fortaleceu por meio, sobretudo, da mobilização dos trabalhadores que, ao recusarem o papel de funcionários do consenso (Basaglia & Basaglia, 1977), tornaram visível os dispositivos de segregação e violência das instituições psiquiátricas.” (2010:37)

Outro aspecto importante a ser destacado em termos de conjuntura é a recessão mundial que colocava numa grave crise a economia brasileira. Considerada por grande

parte dos economistas brasileiros como a “década perdida”¹⁰, os anos 1980 foram, paradoxalmente, o momento em que as Reformas começam a se destacar no cenário nacional. Isso pode ser pensado na perspectiva de que, para além de propor uma transformação no modelo assistencial e a construção de uma nova agenda para a saúde pública, os dois movimentos ganham força ao se alinharem a um projeto de redemocratização onde os atores sociais, articulados em torno de diversos movimentos que tinham por base os interesses coletivos comuns, assumem o papel de exigir do Estado o reconhecimento de direitos. Parte integrante desse contexto, a Reforma Psiquiátrica, como aponta Yasui é “um processo que traz as marcas do seu tempo” (2010:27).

Eclodindo no final dos anos 1970, com a crise do modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico e o início dos movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, o fluxo da Reforma Psiquiátrica brasileira surge como um processo político e social complexo a partir da quebra de paradigmas fundamentais da psiquiatria, o que dá à luz ao Movimento de Luta Antimanicomial¹¹. Ele é composto de atores e instituições diversos, que vão desde diferentes setores governamentais até as associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, passando pelas universidades, conselhos profissionais, chegando inclusive aos territórios do imaginário social, com a necessidade de uma transformação que ressignificasse a relação doença mental/sociedade.

O processo de Reforma Psiquiátrica brasileira tem também sua história relacionada a um contexto internacional de mudanças pela superação da violência asilar. Surgida em meados da década de 1960, a antipsiquiatria emerge na Inglaterra, com Ronald Laing e David Cooper, como uma corrente que questiona as bases da psiquiatria convencional. Para ela, a loucura, ao invés de doença, é um reflexo do desequilíbrio social e familiar do meio onde o indivíduo se encontra inserido. A partir disso, determina que a cura deva ser obtida através do foco nestas causas, excluindo assim as disfunções orgânicas tão propagadas anteriormente. Antes disso, ainda em 1961, outra proposta surge na Itália, onde o médico psiquiatra Franco Basaglia dá início a uma série

¹⁰ Nos anos 1980, o Brasil teve uma queda acentuada do Produto Interno Bruto, aumento da dívida externa, com o pagamento de juros altíssimos, o aumento dos juros internos e a aceleração do processo inflacionário. Tal panorama gerou um quadro de inflação sem crescimento econômico, que deu origem então a qualificação da década de 1980 como a “década perdida”.

¹¹ O Movimento de Luta Antimanicomial foi criado a partir do II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), ocorrido em Bauru, SP, em 1987, onde foi redigido o *Manifesto de Bauru*, que seria considerado o seu documento de fundação.

de mudanças cujo objetivo era o de melhorar as condições de hospedaria e o cuidado técnico aos internos no hospital.¹² No entanto, ao se deparar com o estado em que os pacientes viviam no hospital, Basaglia percebeu que somente a humanização daquele espaço era uma modificação insuficiente para enfrentar a situação em que os mesmos se encontravam. O médico italiano percebeu serem necessárias transformações profundas no modelo de assistência psiquiátrica.

A proposta de Basaglia, diferente da antipsiquiatria, que negava a doença, era de que o saber desse (e nesse) campo fosse reformulado. Crítico da visão tradicional da medicina, que tratava o indivíduo e o seu corpo como simples objetos de intervenção, Basaglia também se mostrava contrário à psiquiatria clássica e hospitalar, que tinha como modelo de tratamento a *internação* e o *isolamento*,¹³ considerando-a como excludente e repressora. Inspirado pela "História da Loucura na Idade Clássica", estudo desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, elaborou a "negação da psiquiatria" como discurso e prática hegemônicos sobre a loucura. Não era um movimento de fim à psiquiatria, mas uma visão que considerava que sozinha a mesma não era capaz de dar conta do fenômeno complexo que é a loucura.

Nomeado posteriormente como diretor do Hospital de Trieste, em 1970, Basaglia dá início a um projeto de substituição do tratamento hospitalar e manicomial por uma rede territorial de atendimento. Dessa rede faziam parte os serviços de atenção comunitários, as emergências psiquiátricas em hospital geral, os centros de convivência e moradias assistidas, e as cooperativas de trabalho protegido. O objetivo de tal projeto era o fechamento daquele hospital psiquiátrico e a passagem a um novo tipo de assistência em saúde mental. A OMS, em 1973, credenciou o Serviço Psiquiátrico de Trieste como principal referência mundial para uma reformulação da assistência em saúde mental. Em 1976, o Hospital Psiquiátrico de Trieste foi oficialmente fechado, cabendo então à rede territorial montada por Basaglia cobrir toda a assistência em saúde mental. Já em 1978, foi aprovada na Itália a Lei 180, chamada "Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana", também conhecida como "Lei Basaglia". As ideias de Franco Basaglia são consideradas como uma das principais influências para o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira (AMARANTE, 1994, 1996, 1998).

¹² Em 1961, Franco Basaglia assume a direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, encontrando um cenário de desumanização dos pacientes, passando a desenvolver novas medidas de atenção.

¹³ Internação e isolamento são duas categorias centrais no debate sobre o crack. No quarto capítulo elas aparecerão com bastante frequência nas discussões presentes nas páginas de *O Globo*.

Retornando ao ambiente nacional, o trabalho de Yasui (2010) nos oferece uma ampliação do contexto da Reforma Psiquiátrica. Ao fazer remissão às origens da Reforma Psiquiátrica brasileira, o autor credita às obras de Machado de Assis, *O Alienista* (1881), e de Lima Barreto, *Cemitério dos Vivos* (1953), as primeiras críticas à psiquiatria e ao sistema asilar em nosso país. Cita também outros trabalhos considerados importantes para a crítica ao sistema, como os de Ulisses Pernambucano, um dos pioneiros da psiquiatria social brasileira; Ozório César, que ainda na década de 1920 utilizava no Hospital Psiquiátrico de Juqueri a expressão artística como instrumento terapêutico; e Nise da Silveira, com o Museu de Imagens do Inconsciente.

Associadas aos movimentos de ruptura propostos pela antipsiquiatria de Laing e Cooper e pela psiquiatria democrática de Basaglia, essas foram as sementes de onde germinaram, principalmente nas universidades, os debates sobre a transformação da política de saúde mental. Trazendo como sua principal marca a ruptura em relação à racionalidade psiquiátrica, a Reforma Psiquiátrica brasileira recusa-se a entender o sofrimento humano apenas como um simples objeto da doença mental. Ao contrário, ela o considera em toda a sua complexidade, além de se propor a devolver ao doente mental a sua identificação enquanto cidadão, trabalhador, e tantas outras que lhe foram subtraídas quando sua entrada na instituição asilar, quando adquiriu o estigma de incapaz, perigoso ou anti-social.

Concordando com Amarante (2003), podemos afirmar que a Reforma Psiquiátrica é um processo que opera em quatro dimensões fundamentais: a dimensão epistemológica, a técnico-assistencial, a jurídico-política e a sociocultural. Na *epistemológica* o processo é o da produção de novos saberes e de desconstrução dos conceitos fundadores da psiquiatria, como o de doença mental, normalidade, alienação, cura e periculosidade. A *técnico-assistencial* se define pela construção de uma nova organização dos serviços em saúde mental a partir da relação entre prática e teoria. Aqui ressaltamos que um dos objetivos específicos da Reforma Psiquiátrica é a substituição do modelo de atendimento centrado na hospitalização por uma atenção integrada ao indivíduo em seu território a partir de uma rede de atenção à saúde mental. A dimensão *jurídico-política* encarna a face mais visível da Reforma: a luta política que visa uma transformação social, onde o “louco” passe a sujeito de direitos. O melhor exemplo disso é o processo que envolve a elaboração, as negociações e a aprovação da lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental em todo o país (10.216/2001). Por

fim, mas não menos importante, a dimensão *sociocultural*. Essas seriam um conjunto de práticas sociais que teriam a finalidade de modificar o imaginário social a cerca da loucura e assim transforma a relação entre sociedade e doença mental.

1.3– Dependência química e saúde mental: conceitos e práticas

Após percorrermos uma visão mais ampla do processo, nosso olhar volta-se na direção das estratégias de cuidados em saúde mental. Interessa-nos explorar as orientações teóricas e práticas que elas ensejam a partir da premissa de que não se pode compreender uma sem se considerar a outra. Diante de nosso recorte temático, nos ocuparemos especificamente de dois modelos: a “Comunidade Terapêutica” (CT), que na realidade brasileira acabou se estabelecendo mais no âmbito não governamental, e o “Centro de Atenção Psicossocial” (CAPS), que se configura como parte de uma política pública ancorada nas teses da Reforma Psiquiátrica. Como já salientamos, o movimento da Reforma Psiquiátrica é um processo, e como tal ainda não está acabado e traz as marcas do seu tempo. Assim, as transformações que ela possibilita estão relacionadas com demandas do tempo presente, tornando-a, simultaneamente, um movimento atual que não abandona os avanços já conquistados.

Encontramos situado no ano de 1946 o que é considerado como o início das comunidades terapêuticas. Segundo Amarante, o trabalho realizado por Reichman e Main, no Monthfield Hospital¹⁴, é o precursor do que Maxwell Jones, em 1959, consagra e delimita como comunidade terapêutica. No entanto, é somente a partir de Jones que a comunidade terapêutica passa a caracterizar “um processo de reformas institucionais, predominantemente restritas ao hospital psiquiátrico, sendo marcadas pela adoção de medidas administrativas, democráticas, participativas e coletivas, objetivando uma transformação da dinâmica institucional asilar.” (AMARANTE, 1998:32).

Nascida no contexto do pós-guerra, a comunidade terapêutica põe em evidência a realidade de enorme sofrimento dos que habitavam as instituições psiquiátricas. Amarante (1998) destaca que tal realidade ganha relevância, pois ao rememorar, por

¹⁴ Muitos soldados ingleses apresentaram danos psicológicos em decorrência da guerra e foram encaminhados para tratamento nos hospitais o que gerou dois problemas: excesso de pessoas que necessitavam de cuidados e carência de profissionais para atendê-las. Daí surge a proposta de Mais e Reichman de utilizar o potencial dos próprios pacientes no tratamento com a criação de reuniões para discussão de dificuldades e planos de cada um. (AMARANTE, 2007).

comparação, a situação dos campos de concentração, ela se transforma numa lembrança dos horrores que a Europa deseja esquecer. Vive-se um momento onde qualquer tipo de desrespeito aos direitos humanos é repudiado e reprimido pela sociedade. Porém, questões outras ligadas à guerra também concorriam para a mudança na estrutura asilar. Como exemplo disso, temos a necessidade de recuperação de um enorme contingente de homens jovens que, sofrendo os danos psicológicos causados pela guerra, eram mão de obra inválida para a necessária reconstrução nacional.

Em síntese, ao recuperar Jones (1972) e o modelo desenvolvido na Inglaterra, Amarante apresenta a comunidade terapêutica da seguinte maneira:

A ideia de comunidade terapêutica pauta-se na tentativa de tratar grupos de pacientes como se fosse um único organismo psicológico. Mais que isso, através da concepção de comunidade, procurava-se desarticular a estrutura hospitalar considerada segregadora e cronificadora: o hospital deve ser constituído de pessoas, doentes e funcionários, que executem de modo igualitário as tarefas pertinentes ao funcionamento da instituição. Uma comunidade é vista como terapêutica porque é entendida como contendo princípios que levam a uma atitude comum, não se limitando somente ao poder hierárquico da instituição. (AMARANTE, 1998:35)

A proposta era de que a transformação do funcionamento da instituição resultaria num resgate do processo terapêutico onde todos, inclusive o paciente, participariam do processo. Assim, se daria o que Jones chamou de "aprendizagem ao vivo". Ela oferecia a possibilidade do paciente não só aprender os meios para superar as dificuldades com o auxílio dos outros como a se e relacionar positivamente com outros. Para ele, a oportunidade de operar com os comportamentos quando os mesmos estão inseridos em situações reais, no caso, dentro do hospital, seria o grande ganho proporcionado pela comunidade terapêutica. Observadas tais proposições, a comunidade terapêutica seria então um "exercício ao vivo" que suscitaria situações de "aprendizagem ao vivo".

Outra definição apresentada por Amarante é a de Basaglia, onde a comunidade terapêutica é descrita como:

Um local que todos os componentes, doentes, enfermeiros e médicos estão unidos em um total comprometimento, onde as contradições da realidade representam o húmus de onde germina a ação terapêutica recíproca. É o jogo das contradições – mesmo no nível dos médicos entre eles, médicos e enfermeiros, enfermeiros e doentes, doentes e médicos – que continua a romper uma situação que, não fosse isso, poderia facilmente conduzir a uma cristalização dos papéis. (AMARANTE, 1998:38)

Na comunidade terapêutica, os pacientes eram organizados em grupos de discussão, grupos operativos¹⁵ e grupos de atividades, objetivando o envolvimento do sujeito com sua própria terapia e com as dos demais. As reuniões diárias e assembléias tinham o intuito de dar conta das atividades, participar da administração do hospital, gerir a terapêutica, dinamizar a instituição e a vida das pessoas.

O surgimento da comunidade terapêutica, nestes termos, é um marco inicial importante no que diz respeito à superação do modelo hospitalocêntrico. A humanização que tem lugar nas instituições, a socialização das ações e a convivência entre profissionais, pacientes e familiares são consideradas como a sua grande contribuição para as mudanças ocorridas nas instituições psiquiátricas. No entanto, mesmo a experiência inglesa também tem limitações. Embora tenha se tornado modelo de reestruturação do serviço, Amarante, destaca que a comunidade terapêutica “não conseguiu colocar na raiz o problema da exclusão, problema este que fundamenta o próprio hospital psiquiátrico e que, portanto, ela não poderia ir além do hospital psiquiátrico.” (AMARANTE, 1998:39)

No Brasil, comunidade terapêutica designa instituições não governamentais, em ambiente não hospitalar, com orientação técnica e profissional de atendimento ao dependente químico, onde o principal instrumento terapêutico é a convivência entre os residentes. Ela surgiu no cenário brasileiro na década de 1960, quando não havia política pública específica para atenção à dependência química. Na época em que surgiram no país, o dependente químico tinha como única opção a internação em hospital psiquiátrico ou as clínicas particulares que atuavam na área – essas, por seus custos elevados, mantinham excluída uma grande parcela de dependentes: os pertencentes às classes mais pobres. O crescimento das comunidades terapêuticas se deve, portanto, a inexistência de projetos públicos que oferecessem alternativas para o atendimento às pessoas dependentes de substâncias psicoativas que buscassem tratamento (COSTA, 2009).

¹⁵ A teoria e técnica de grupos operativos foram desenvolvidas por Enrique Pichon-Rivière, médico psiquiatra e psicanalista. A origem da técnica está associada à greve do pessoal de enfermagem ocorrida no hospital psiquiátrico De Las Mercês, onde Pichon-Rivière atuava. Diante da situação crítica, o psiquiatra colocou os pacientes considerados menos comprometidos para assistir aos mais comprometidos. Disso resultou a percepção de que os dois grupos apresentaram significativas melhoras de seus quadros clínicos. A esse novo processo de comunicação entre os pacientes e a ruptura com os papéis estereotipados (quem cuida e quem é cuidado), Pichon-Rivière acresceu a teoria dos fenômenos grupais, a partir dos postulados da psicanálise, da teoria de campo de Kurt Lewin e da teoria de Comunicação e Interação, constituindo então as bases para a teoria e técnica de grupos operativos. (BASTOS, 2010)

A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract), numa tentativa pioneira de regulação do setor, constituiu em 1995 o primeiro Código de Ética para Comunidades Terapêuticas no Brasil. Em seus “Princípios Fundamentais” encontramos as seguintes orientações:

- 1) O trabalho nas Comunidades Terapêuticas deve ser baseado no respeito à dignidade da pessoa humana.
- 2) A permanência na Comunidade Terapêutica deve ser voluntária e decidida após o interno ser informado sobre a orientação seguida e as normas em vigor.
- 3) Nas Comunidades Terapêuticas deve ser assegurado, a todos que dela participam, um ambiente livre de drogas, sexo e violência. (FEBRACKT, 1995:1)¹⁶

No entanto, a nomenclatura “comunidade terapêutica” só foi regulamentada no Brasil a partir de 30 de maio de 2001, com a resolução nº 101 da Anvisa. Com ela, a Agência não só reconhece a existência destas instituições como também estabelece um modo básico de funcionamento: o psicossocial. Ou seja, que as relações interpessoais sejam consideradas como o principal agente de modificações do comportamento. Tal resolução define a comunidade terapêutica como:

serviços urbanos ou rurais, de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência ou outros vínculos de um ou dois turnos, segundo o modelo psicossocial. São unidades que têm por função a oferta de um ambiente protegido, técnica e eticamente orientado, que forneça suporte e tratamento aos usuários abusivos e/ou dependentes de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso. É um lugar cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pares. Oferece *uma* rede de ajuda no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica, e de reinserção social. (BRASIL, 2001:2)

Na atualidade, o público atendido pelas comunidades terapêuticas tem foco exclusivamente nos dependentes do álcool e de outras drogas. Elas atuam essencialmente tendo por base o modelo residencial. Existem também as que operam em regime ambulatorial (hospital-dia), outras em regime de internação de curta duração e ainda as que trabalham com as internações de longa duração. Com relação às internações, as comunidades filiadas à Febract têm adotado o padrão de permanência variando entre seis e nove meses. Anteriormente o esquema de continuidade variava entre 12 e 18 meses.

¹⁶ Disponível em <http://www.febract.org.br/?navega=codigo-etica>. Acesso em 20 de março de 2014.

A segunda estratégia de cuidado em saúde mental que iluminaremos é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O primeiro aspecto que faremos menção diz respeito ao fato de o CAPS ser concebido como um dispositivo que deve estar sempre articulado na rede de serviços de saúde, pois necessita permanentemente de outros setores afins para fazer face à complexidade das demandas de inclusão daqueles que estão excluídos da sociedade por transtornos mentais. A Rede de Atenção à Saúde Mental é uma rede composta por todos os recursos afetivos (relações pessoais, familiares, amigos etc.), sanitários (serviços de saúde), sociais (moradia, trabalho, escola, esporte etc.), econômicos (dinheiro, previdência etc.), culturais, religiosos e de lazer. Tais recursos, espalhados pelo território, são então convocados para potencializar as equipes de saúde nos esforços de cuidado e reabilitação psicossocial.

Ilustração 01 – Rede de Atenção à Saúde Mental



Fonte: BRASIL, 2014:11

De acordo com o Ministério da Saúde, o CAPS

é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e

demais quadros, cuja severidade ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida, realizando acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. (BRASIL, 2004:18).

Partindo dessa definição, Yasui defende que o CAPS seja compreendido como estratégia, pois ele não se esgota na implantação de um serviço de saúde mental. Para ele, o CAPS “é meio, é caminho, não fim” (2010:115). Gestados nos Movimentos de Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, os CAPS, mais especificamente os CAPSad, surgem como uma alternativa ao hospital psiquiátrico – na época único recurso possível. Em 1986, na cidade de São Paulo, o CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira, que ficou conhecido como o CAPS da Rua Itapeva, foi o primeiro a ser inaugurado. A partir dele, vários outros surgem em diferentes municípios do país e vão se consolidando como dispositivos eficazes na diminuição de internações e na mudança do modelo assistencial.

Criados oficialmente com a Portaria GM 224/92, os CAPS são instituídos para oferecer atendimento, em nível local, de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, com um ou dois turnos de quatro horas por equipe multiprofissional. Atualmente, eles são regulamentados pela Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, e integram a rede do Sistema Único de Saúde. A partir dessa portaria, o CAPS teve seu funcionamento reconhecido e sua complexidade ampliada, passando então a ter o objetivo de atender diuturnamente às pessoas em sofrimento com “transtornos mentais severos e persistentes, num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias.” (BRASIL, 2004:12).

Embora a nomenclatura CAPS seja a mais conhecida, existem diferentes tipos de Centros de Atenção Psicossocial. As diferenças dizem respeito não só ao tamanho do equipamento, mas também a estrutura física, aos profissionais que atuam e as diversas atividades terapêuticas oferecidas. Porém, a diferença mais relevante entre eles diz respeito à especificidade da demanda. Os CAPS, nesse quesito, estão divididos em CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad. Os CAPS I e CAPS II são para o atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes. O CAPS III é designado para o atendimento diário e

noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes. Para o atendimento diário a crianças e adolescentes com transtornos mentais temos o CAPSi.

Diferente dos demais, o CAPSad tem por clientela os usuários de álcool e drogas. Ele atua com atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Esse tipo de CAPS possui leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação. É possível encontrar nos CAPS I, II e III pacientes usuários de álcool e outras drogas, porém esse uso é secundário à condição clínica de transtorno mental. Desde 2002, os pacientes que fazem um uso prejudicial de álcool e outras drogas devem ser atendidos diariamente pelo CAPSad, pois só assim é possível realizar um planejamento terapêutico centrado numa perspectiva individualizada de evolução contínua. Além disso, o atendimento diário favorece intervenções precoces. Os CAPSad desenvolvem uma gama de atividades, estabelecida pela Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, assim dispostas:

a – atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros); b – atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras); c – atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio; d – visitas e atendimentos domiciliares; e – atendimento à família; f – atividades comunitárias enfocando a integração do dependente químico na comunidade e sua inserção familiar e social; g – os pacientes assistidos em um turno (quatro horas) receberão uma refeição diária; os assistidos em dois turnos (oito horas) receberão duas refeições diárias; h – atendimento de desintoxicação. (BRASIL, 2004:32)

Também estabelecida pela mesma Portaria, a rede de profissionais que atua em unidades CAPSad deverá ser composta por uma equipe mínima de um médico psiquiatra, um enfermeiro com formação em saúde mental, um médico clínico, responsável pela triagem, avaliação e acompanhamento das intercorrências clínicas, quatro profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico, e seis profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão. Sob responsabilidade dessa equipe deverá ser realizados atendimentos a 25 pacientes por turno, tendo como limite máximo 45 pacientes/dia. Importante ressaltar

que, dentro dos parâmetros estabelecidos para o CAPS, a equipe técnica tem um papel fundamental na organização, desenvolvimento e manutenção do ambiente terapêutico.

A permanência do usuário no atendimento do CAPS tem relação com diversas variáveis dentre as quais destacamos o comprometimento psíquico que ele apresenta, o projeto terapêutico traçado pela equipe e a rede de apoio familiar e social que se pode estabelecer. Apesar de não fixar um prazo para a permanência do usuário no atendimento, o centro não nasce com a finalidade de manter o usuário em tratamento por toda a vida. Será processo de reconstrução dos laços sociais, familiares e comunitários, que vão possibilitar a autonomia do usuário, portanto tal processo deve ser cuidadosamente preparado e ocorrer de forma gradativa. Segundo Yasui (2010), o cotidiano do CAPS deve ser o de pensar um projeto terapêutico específico para cada sujeito que busque seu cuidado. Esse projeto deve considerar a singularidade e a complexidade de cada caso e ainda contemplar uma diversidade de estratégias de cuidado. Para ele, o CAPS é fruto da articulação dos diferentes projetos terapêuticos com os diferentes recursos que existem no território.

Perrone (2014), ao empreender uma pesquisa bibliográfica sobre as bases conceituais e metodológicas da Reforma Psiquiátrica e das comunidades terapêuticas estabelece de modo sintético, dois quadros comparativos (o primeiro com diferenças metodológicas entre o modelo resultante da Reforma Psiquiátrica e o do Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas, e o segundo a partir das semelhanças), os quais apresentamos abaixo¹⁷. Na verdade, tal exposição pretende mostrar que há muito mais proximidade do que antagonismo entre a Reforma, a Luta Antimanicomial e as Comunidades Terapêuticas.

Quadro 02 – Diferenças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas

Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
<i>Desospitalização</i>	Atendimento ao doente fora do ambiente hospitalar, através dos dispositivos da rede de serviços.	Regime residencial, embora existam modelos de CT ambulatorial.
<i>Tratamentos de curta duração</i>	Nos casos de internação, tempo máximo de 90 dias.	Tratamentos a partir de 6 meses de duração, embora existam projetos de diminuição do tempo mínimo de tratamento.

Fonte: PERRONE, 2014:576

¹⁷ Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200569&lng=pt&tlng=pt#f02. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

Quadro 03 – Semelhanças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas

Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
<i>Rede de serviços</i>	CAPS, residências terapêuticas, hospital-dia, NASF, consultórios de rua, etc.	Atividades extramuros com foco na ressocialização, grupos de apoio, hospital-dia (modelo ambulatorial).
<i>Desinstitucionalização</i>	Eliminar as consequências da vida institucional, como: violência, miséria, isolamento, falta de dignidade, injustiça e ampliação da enfermidade institucional ¹⁴ .	Postura anti-antiterapêutica ²⁰ . Solucionar agentes antiterapêuticos, patógenos, tais como a privação sensorial e social, próprios das instituições totais em geral, e do asilo clássico em particular.
<i>Superação do paradigma da clínica</i>	"Tratar o doente, e não a doença" ²¹ , num ambiente social, e não apenas no consultório.	"Não é a droga, mas a pessoa inteira, o problema a ser tratado" ¹⁰ . O ambiente de tratamento é a CT, um ambiente social.
<i>Ampliação do conceito de saúde/ Melhora na qualidade de vida</i>	Melhora nas condições gerais de vida, não somente na remoção dos sintomas ¹⁷ .	A recuperação envolve "re-habilitação", o que seria restabelecer o funcionamento das habilidades e valores saudáveis, assim como resgatar a saúde física e emocional. Em outras palavras, retomar um estilo de vida saudável ²¹ .
<i>Modelo psicossocial</i>	Os engajamentos subjetivo e sociocultural são indissociáveis da definição de saúde mental ¹⁷ .	Considerar as relações interpessoais como o principal agente de modificações de comportamento no dependente ¹⁰ .
<i>Horizontalização das relações</i>	Mudança nas relações paciente-paciente e paciente-equipe de saúde, com maior participação de todas as partes.	A ideia primeva da CT seria o ambiente democrático, de mobilidade social, no qual a autoridade seria uma prerrogativa do grupo como um todo, e não de um ou alguns membros do mesmo ⁹ .
<i>Controle social compartilhado</i>	O paciente e os familiares teriam prerrogativas semelhantes e equivalentes às da equipe de saúde para poder gerir cada fase do tratamento.	Todos os membros podem fazer-se responsáveis pelo grupo e pela instituição, independentemente das suas características pessoais ⁹ .
Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
<i>Reapropriação da identidade</i>	O que está em jogo é a reapropriação do sujeito; do sentido e da motivação humana; reapropriação da capacidade de forjar sua própria identidade ⁹ .	O que deve ser tratado é a pessoa como ser social e psicológico, ou seja, deve ser tratado o modo como o dependente se comporta, pensa, sente, administra suas emoções e frustrações, suas culpas e tristezas, a sua comunicação com o mundo externo e o interno ¹⁰ .
<i>Singularização</i>	Tratar o doente mental de acordo com as suas características e necessidades pessoais, fugindo da lógica asilar capitalista de massificação ¹ .	"É ao se esforçar para satisfazer as expectativas de participação da comunidade que os residentes perseguem suas metas individuais de socialização e crescimento psicológico" ¹⁰ .
<i>Ressocialização</i>	Retorno do doente mental à sociedade e à família, de acordo com as reais possibilidades de cada caso, buscando desenvolver diversos dispositivos externos que se adaptem a cada necessidade.	Um dos principais avanços das CT contemporâneas, para De Leon ¹⁰ , é "a passagem [...] de uma comunidade alternativa para dependentes químicos excluídos que presumivelmente não tinham condições de viver em sociedade a uma instituição de serviços de atenção [...] que prepara os indivíduos para a reintegração à sociedade mais ampla".
<i>Participação dos familiares</i>	Participação ativa na fundação do movimento, assim como na gestão das políticas públicas.	Participação fundamental da família no tratamento e na gestão do mesmo através de acompanhamento individual ou de participação em diversos Grupos de Apoio.

Fonte: PERRONE, 2014: 575

Diante das aproximações conceituais e metodológicas ressaltadas na sistematização acima e dos avanços das CT no campo da desospitalização, nos interrogamos: faz algum sentido haver uma polarização entre Comunidades Terapêuticas e o modo de atendimento preconizado pelo Movimento da Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica? Se o ponto de partida fosse o modelo de CT desenvolvida na Inglaterra, a resposta seria não. Entretanto, no Brasil, o processo de consolidação dessas comunidades parece guardar caracteres bem diferentes. Segundo Perrone, em face de diversas investigações realizadas¹⁸ “boa parte das Comunidades Terapêuticas no Brasil possui práticas tão desumanas e iatrogênicas quanto às das antigas instituições asilares manicomiais, sem garantir minimamente a preservação dos direitos humanos mais básicos.” (PERRONE, 2014:578).

Perrone destaca também que a maior parte do que ele nomeia como “supostas comunidades terapêuticas” não recebe nenhuma fiscalização e não está cadastrada em nenhum serviço de referência que regulamente a sua prática. Para o autor, faz-se necessário a existência de uma fiscalização sistemática sobre as comunidades terapêuticas para que permaneçam em funcionamento somente aquelas que coadunem com o modelo proposto originalmente, nascido no mesmo berço da Reforma Psiquiátrica. Em síntese, quando acompanhamos o debate em torno da questão do crack, com certa polarização entre os caminhos que devem ser privilegiados nos cuidados para com os dependentes do álcool, e principalmente os de drogas, parece fazer sentido que a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial apareçam de um lado e as Comunidades Terapêuticas de outro. Mas, novamente nos interrogamos: trata-se de uma divergência apenas de métodos?

1.4– Panorama da legislação brasileira sobre drogas

Este tópico tem o objetivo de criar um quadro geral sobre as relações e transformações, do ponto de vista da lei, pelas quais o uso, a dependência e o tráfico dessas substâncias psicoativas passaram ao longo do século XX, especialmente a partir

¹⁸ Como exemplo, citamos a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos. Segundo seu relatório foram encontradas diversas instituições com estrutura física precária e com a presença de poucos profissionais de saúde. O documento também aponta que é comum ocorrer o impedimento de qualquer forma de comunicação com o mundo externo, maus-tratos, violência física e humilhações. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

daquilo que se convencionou classificar como “modelo sanitário”¹⁹ (BATISTA, 1998). Em meio a continuidades e rupturas, o modelo inaugurado a partir 1914 é permeado por uma série de influências, das quais as Ordenações Filipinas (1595) e a Convenção de Haia (1912) são as principais. Ainda que as constituições no Brasil tenham sofrido intervenções, tanto do ponto de vista de uma perspectiva mais democrática quanto conservadora, como foi o caso do regime militar, é possível perceber o quanto a expressão entorpecente foi sendo ressignificada e incorporada aos dispositivos legais, principalmente em sua face proibicionista, alargando o espectro de atores (tanto no que diz respeito ao uso, a dependência, quanto do tráfico) “alcançados” por elas. Nesse sentido, sobretudo pela exposição que faremos nos próximos parágrafos, é possível perceber o quanto “a questão das drogas” torna-se uma preocupação central para nossos legisladores.

A atual legislação brasileira determina que o consumo e o comércio de drogas no Brasil é crime. Porém, desde os tempos em que era uma colônia até os dias atuais, nossa legislação apresentou diversas conformações sobre o tema. O primeiro registro de ações punitivas relacionadas às substâncias tóxicas em território brasileiro tem lugar nas Ordenações Filipinas. Tal documento, composto por cinco livros, foi a base do direito brasileiro no período colonial e também durante o império. Com a independência, em 1822, os textos das Ordenações Filipinas foram sendo substituídos por outros que, no entanto, por ele foram influenciados. Em 1830, entrou em vigor o Código Criminal do Império do Brasil, que substituiu o Livro V das Ordenações. Porém, o livro IV²⁰ (que foi o de mais longa permanência) esteve em voga em terras tupiniquins até o período republicano, deixando profundas marcas em nosso sistema jurídico. Assim, as Ordenações tiveram aplicabilidade em nosso país por um longo período e só foram definitivamente revogadas com o advento do Código Civil de 1916.

Em seu Livro V²¹, no título LXXXIX, as Ordenações determinavam que

Nenhuma pessoa tenha em sua caza para vender rosalgar branco, nem vermelho, nem amarello, nem solimão, nem água delle, nem escamonéa, nem ópio, salvo se for Boticário examinado, e que tenha licença para ter Botica, e usar do Offício. E qualquer outra pessoa que tiver em sua caza algumas das ditas cousas para vender, perca toda sua

¹⁹Segundo Batista, “Não é, contudo, apenas pela consideração do viciado como doente [...] que este modelo, [...] merece a designação de sanitário: é que se pode perceber claramente o aproveitamento de saberes e técnicas higienistas, para as quais as barreiras alfandegárias são instrumento estratégico no controle de epidemias, na montagem de tal política criminal”. (BATISTA, 1998:81)

²⁰ O livro IV é o que determina as regras para contratos, testamentos, tutelas, etc.

²¹ O livro V é dedicado ao direito penal, estipulando os crimes e suas referentes penas.

fazenda, a metade para nossa Camera, e a outra para quem o accusar, e seja degredado para África até nossa mercê. (PORTUGAL:1870,1240)

Uma das questões centrais da mencionada determinação residia em manter, sob controle, a venda das substâncias e conseqüentemente a manutenção do monopólio de tal prática nas mãos dos boticários, que somente podiam revendê-las aos médicos e cirurgiões. Nesse período, o uso da substância não constituía delito. Em 1830, com o Código Criminal do Império do Brasil, a temática do uso continuava a não constituir delito, pois o Código não tratava da matéria. O que encontramos sobre o tema nesse período está registrado nas posturas municipais, como é o caso do “Pito do Pango”²² que aparece, em outubro desse mesmo ano, na Lei de Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde na Seção de Saúde Pública, Título 2º, § 7º, há o seguinte texto:

É proibida a venda e o uso do “Pito do Pango”, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia. (ROBINSON, 1999:116)

Aqui temos o registro da primeira penalização, embora ainda não de abrangência nacional, para o uso de substância. No Decreto 828, de 29 de Setembro de 1851, a matéria seria tratada nos capítulos V e VII respectivamente intitulados como “Da Polícia Sanitária” e “Da venda dos medicamentos e de quaesquer substancias medicinaes”, onde o uso da substância continuava a não constituir delito. Já sob o modelo republicano, a partir do Código Penal de 1890, de acordo com o artigo 159, era considerado crime “Expôr á venda, ou ministrar, substancias venenosas, sem legitima autorização e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitários”. Tal infração deveria ser punida com a aplicação de uma multa de 200\$ a 500\$000. O monopólio de vendas dessas substâncias pelos boticários e a revenda somente para médicos e cirurgiões foi mantida, como também o fato de que o uso próprio das substâncias ainda não constituía delito.

No âmbito internacional, embora desde o século XVI, com as grandes navegações, os europeus tivessem contato com um grande número de substâncias psicoativas e as introduzissem em suas sociedades para uso de fins medicinais ou recreativos, somente no século XIX, a partir do ano de 1839, a questão torna-se

²² Uma das várias denominações da maconha, também conhecida como Diamba, Liamba, Fumo de Angola e Veneno Africano.

emblemática no que diz respeito à guerra e as drogas. Nessa época, registra-se o primeiro conflito gerado pelo comércio das substâncias: a guerra do ópio. Segundo Batista, a guerra era “em favor dos negociantes ingleses (havia-os também norte-americanos) que levavam o ópio da Índia para a China, como etapa de um circuito comercial tríplice.” (1998:78). Ao discutir a relação entre política e guerra, no caso específico das drogas, D'Elia Filho (2007) destaca que as guerras, tanto de 1839 quanto de 1865, foram motivadas pelo livre comércio da substância.

Ainda de acordo com o autor, as guerras foram orientadas por uma política que trabalhava para defender o lucro do comércio legal de ópio. Os ingleses, após a decisão do imperador chinês Lin Tso-Siu de destruir um carregamento de 1.360 toneladas de ópio, declararam guerra à China, fundamentando essa decisão na defesa do “livre comércio”. Nessa época, a comercialização do ópio representava a sexta parte do total da renda da Índia Britânica. Um dos efeitos dessas “guerras”, como demonstra D'Elia Filho, é que ela inaugura, em 1912, uma nova fase da política internacional de drogas. Se antes a motivação era a defesa do livre comércio, como no caso do ópio, nesse momento ela passa a tratar a droga como inimiga e o traficante como narcoterrorista e narcoguerrilheiro.

A Inglaterra ao vencer a guerra assegurou para si a prática comercial do ópio em larga escala. Na passagem do século XIX ao XX, tal expansão promoveu, junto a outros fatores, a popularização do consumo que, massificado, gerou “uma série de desdobramentos e impactos sociais, tais como: relatos de overdoses, complicações crônicas à saúde e o desmantelamento de hábitos sociais locais tradicionalmente instituídos” (SILVA, 2001:2). Assim, fez-se necessária a elaboração de políticas públicas com a finalidade de solucionar os problemas gerados pela massificação do consumo já que o mesmo passou a ser considerado como causa de morbidade. Esse é o momento onde os Estados Unidos começam a investir no controle internacional do comércio do ópio para fins não medicinais.

Além dos motivos sanitários já citados, os americanos tinham como propósito conquistar espaço no mercado do Oriente, que até então era dominado pelos ingleses, e enquadrar a sua população imigrante chinesa no modelo da moral protestante. A pressão americana foi o que definiu a realização de conferências para a discussão de questões relativas ao ópio, o que resultou na realização da Conferência Internacional do Ópio, em Haia, no ano de 1912. A partir dela, os países signatários, o Brasil é um deles, assumiram o compromisso de empreender ações de controle da comercialização da

morfina, heroína e cocaína nos seus próprios sistemas legais, tendo como uma dos seus principais influenciadores Ruy Barbosa – o Águia de Haia.

A partir desse panorama, concordamos com a afirmação de Batista (1998) de que a legislação brasileira que antecede a 1914 não possui uma linearidade coerente e específica sobre a temática, sendo somente a partir da assinatura do protocolo da Conferência Internacional do Ópio que o país começa a delinear uma política criminal para drogas. Essa política criminal é enquadrada num modelo nomeado pelo autor, como mencionamos no início desta seção, como “modelo sanitário”. Ferreira (2005) aponta que a marca do período, que acaba por defini-lo nos termos nomeados por Batista, se deve “não apenas a forte influência positivista expressa na legislação que visualiza o usuário de drogas como um doente, mas também há que se destacar um esforço de colaboração entre autoridades judiciárias, policiais e sanitárias para o compartilhamento de saberes higienistas” (2005:5). Esse é o cenário onde, de acordo com Rodrigues (2010), a legislação brasileira sobre drogas recebeu forte influência das Nações Unidas. A autora também assinala que, além de haver um compromisso oficial com o sistema internacional de controle de drogas, as ligações diplomáticas e comerciais entre os Estados Unidos e o Brasil foram o fio condutor que levou à adoção de um proibicionismo, que seria influenciado fortemente pelo modelo norte-americano de combate às drogas.

Em 1921, através do decreto legislativo 4.294, aparece em cena pela primeira vez na legislação brasileira a expressão *entorpecente*. Em seu artigo 1º, parágrafo único, encontramos: “Se a substancia venenosa tiver qualidade entorpecente, como o ópio e seus derivados; cocaína e seus derivados”. O decreto também determina a criação de “um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo álcool ou substancia venenosas”. No mesmo ano, através do decreto 14.969, determina-se a criação do “Sanatório para toxicômanos” e que, enquanto isso não ocorresse, as internações se dessem na Colônia de Alienados. Assim, as primeiras medidas destinadas ao tratamento dos usuários de drogas não se deram no campo da Saúde Pública, mas no da Justiça. Tais medidas tinham como foco a repressão e o controle do uso de drogas no país. Nesse momento, tanto o saber psiquiátrico quanto jurídico eram a base para a legitimação dessas medidas.

Nos anos seguintes, ocorrem diversas conferências complementares²³ que produziram grande impacto sobre a legislação brasileira, gerando e influenciando uma sucessão de decretos – o que seria uma marcante característica do período do “modelo sanitário”. Destacamos aqui o decreto 20.930, de 1932, onde fica definido que “toda importação seria concentrada na alfândega do Rio de Janeiro” (arts. 11 e 14); que “substâncias proibidas, sem certificado de importação, seriam consideradas contrabando” (art. 19); e que, “com a finalidade de intercambiar informações, o Departamento Nacional de Saúde Pública coordenaria as estatísticas e elaboraria a lista dos indivíduos implicados no tráfico” (arts. 54 e 55). Como apontamos, esse decreto exemplifica bem o “modelo sanitário” adotado, pois, além da visão de que o usuário é doente, há a concepção sanitária de controle do tráfico. Nesse dispositivo normativo encontramos as técnicas higienistas de controle de epidemia através de barreiras alfandegárias e, em seu artigo 44, a determinação de que “a drogadição seja uma doença de notificação compulsória”.

Ainda no decreto 20.930, de 1932, encontramos a determinação de que os usuários de drogas fiquem sujeitos “à internação, que poderia ser facultativa ou obrigatória e por tempo determinado ou não” (art. 45). No caso de ser facultativa, ela poderia ser solicitada não somente pelo “interessado”, mas também por “parente de até quarto grau colateral” (art. 45 § 3º). Já a obrigatória, que será regulada pelo decreto lei 891 de 1938, além de ocorrer “quando provada a necessidade de tratamento” poderia também ser motivada pelo fato de ser “conveniente à ordem pública” (art. 29 §§ 1º e 2º). Batista (1998) chama atenção para o fato de que, se as internações eram bastante facilitadas, o mesmo não acontecia com a saída do paciente de tais instituições. Ela também dependia de um atestado médico de cura, mas só acontecia mediante uma decisão judicial.

A década de 1940 acaba sendo marcada pelo novo Código Penal. Nele, a temática das drogas, inscrita no Capítulo III (que trata Dos Crimes Contra a Saúde Pública) é abordada no artigo 281 que define como crime:

Importar ou exportar, produzir, vender ou expor à venda ou oferecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ministrar ou entregar de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 1940)

²³ Conferências de Genebra em 1925, 1931, 1936.

Ferreira (2005) aponta que tal artigo gerou discussões sobre a possibilidade de responsabilização penal do usuário e que o Supremo Tribunal Federal, na época, concluiu que o dispositivo não dizia respeito ao mesmo, o que gerou uma descriminalização do uso. Tal código, apesar de ter sofrido algumas alterações, vigora até hoje no Brasil. Com a redemocratização de 1946, a ênfase sobre a questão das drogas diminuiu consideravelmente, fato que tendemos a atribuir à apresentação de estatísticas irrisórias sobre tráfico e consumo no período. Assim, a legislação segue sem significativas mudanças até o Golpe Militar e início da ditadura. Entretanto, ainda em 1949, com a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), criada a partir do modelo norte-americano, começa a se delinear a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujo autoritarismo será adotado na legislação de defesa do Estado após o Golpe, e que virá a manifestar sua força nas prisões políticas, na censura, na supressão de direitos humanos e de garantias individuais e que também desenhara a figura do “inimigo interno”.

O ano de 1964 torna-se um marco na passagem do “modelo sanitário” para o “modelo bélico”, embora houvesse algumas permanências do primeiro. Isso se deu não por alguma mudança significativa na legislação, mas devido ao golpe de estado que propiciou as condições para o surgimento de tal modelo. Após esse movimento, o regime militar passa a conduzir toda a política criminal no país. Vivíamos, com o resto do mundo, o contexto da Guerra Fria, do capitalismo industrial de guerra e das drogas. Estas, naquele momento, adquirem uma conotação libertária e aparecem associadas às manifestações políticas democráticas, aos movimentos contestatórios e à contracultura. No contexto brasileiro, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro, relatava a droga como elemento de subversão, como uma arma da guerra fria, como estratégia comunista para destruir o Ocidente (MALAGUTI, 1996). É nesse cenário que o país promulga as diretrizes da Convenção Única de Entorpecentes, fruto do evento ocorrido em 1961 na cidade de Nova Iorque, e que determinava, entre outras questões, a intensificação da repressão, o tratamento médico aos toxicômanos e a criação de facilitadores para sua reabilitação.

Antes da publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foram editadas a Lei 4.451 de 1966, que criminalizava o plantio das espécies produtivas de drogas ilícitas; o Decreto-lei 159 de 1967, que, em seu artigo 1º, estabelecia que a qualquer substância capaz de determinar dependência física ou psíquica, mesmo que não considerada entorpecente, seria aplicada a legislação repressiva sobre drogas; e o Decreto 62.391, de março de 1968, tratando da fiscalização em laboratórios que produzem substâncias

tóxicas e entorpecentes e da distribuição de amostras desses produtos. Já sob a vigência do AI-5, foi editada, em 26 de dezembro de 1968, uma nova legislação de drogas, o Decreto-lei 385. Considerado bastante repressivo, o decreto alterou a redação do artigo 281 do Código Penal, onde não só se criminalizou o usuário como também o equiparou ao traficante, determinando penas de um a cinco anos de prisão e multa. O rompimento com a ideologia da diferenciação entre aquele que traz consigo para uso próprio e o que trafica era reflexo de uma política que pretendia aumentar o controle sobre a população que contestava o regime através da repressão ao consumo de drogas. (RODRIGUES, 2006)

Editada no ano de 1971, a Lei 5.726 promoveu algumas alterações na legislação referente a drogas. Embora tenha se mostrado mais afinada com a orientação internacional sobre o tema, e um pouco menos repressiva que a antecedente, a Lei também alterou o artigo 281 do Código Penal, promovendo o aumento da pena para usuário e traficante de um a seis anos de reclusão. Ela também alterou o artigo 81 do Decreto-lei 941 de 1969, equiparando o tráfico e o uso de drogas aos crimes contra a segurança nacional, reforçando assim, a partir da ideologia presente na DSN, a associação da figura do usuário e do traficante com a do “inimigo interno”. Em seu artigo primeiro, a Lei estabelece que o combate ao tráfico e ao uso de substâncias entorpecentes é dever de todos, inscrevendo a delação como uma tática no combate de tal prática. Com relação aos “Infratores Viciados”, o Capítulo II da referida Lei determina, em seus artigos 9º e 10º, medidas de recuperação mediante determinação judicial de internação para tratamento psiquiátrico pelo tempo necessário à sua recuperação. No caso de uma “recuperação completa”, caberia a extinção da punibilidade. Com o final da década de 1970, inicia-se uma fase de transição que traz consigo os primeiros ventos da abertura política. Assim, em 1976 temos a elaboração da Lei 6.368, a chamada “Lei de Tóxicos”, que modificou a legislação de 1971.

Assim, vale destacar os seguintes pontos: primeiro, a alteração da palavra “combate” ao tráfico e uso de drogas pela expressão “prevenção e repressão” (art. 1º). Na redação de toda a Lei, o emprego da palavra “dependente” no lugar de “viciado”. No que dizia respeito ao tratamento, o surgimento da possibilidade de assistência ambulatorial “em regime extra-hospitalar” (art. 10, 1º). E, finalmente, a distinção estabelecida no Capítulo III com relação à duração das penas de reclusão, sendo de três a 15 anos para o tráfico e de seis meses a dois anos para o uso. No artigo 12, aparece definido que seriam enquadrados na penalização de tráfico quem “contribui de qualquer

forma para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”. Como a lei não definia o que seria essa “contribuição de qualquer tipo”, tal falta de especificidade acabou servindo à persecução penal, no início da década de 1990, dos primeiros operadores dos programas de redução de danos no Brasil, sendo estes acusados de incentivar o uso de drogas (RODRIGUES, 2010).

Com a já mencionada abertura democrática, passamos pela Reforma Penal de 1984 que, embora tenha promovido amplas e positivas mudanças no Código, não alterou de forma significativa a legislação de drogas. Seguindo nessa transição, chegamos ao retorno da democracia, momento de grandes mudanças no cenário nacional, e à edição da Constituição da República de 1988. A mesma, em seu texto, ao tratar da matéria das drogas, sob o título Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no artigo 5º, equipara o tráfico de entorpecentes e drogas afins aos crimes hediondos e prevê a inafiançabilidade e a insuscetibilidade de graça ou anistia. Ainda sobre a matéria, determina que seja da Polícia Federal a atribuição de prevenir e reprimir o tráfico de drogas (art. 144); que as terras, onde forem localizadas o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, sejam expropriadas e que sejam confiscados os bens decorrentes do tráfico (art. 243). Com relação ao dependente, em seu capítulo VII, a Constituição determina que deva ser assegurado à criança, adolescente e ao jovem (este último incluído através da Emenda Constitucional 65/2010) o direito a proteção especial, o que inclui programas de prevenção e de atendimento especializado (art. 277, § 3º, VII).

Em 1990 foi editada a Lei 8.072, conhecida como a “Lei dos Crimes Hediondos”, que mantém a equiparação já estabelecida pela Constituição e acrescenta mais algumas restrições as já anteriormente impostas ao traficante, como a proibição de progressão de regime, de liberdade provisória e indulto, o aumento dos prazos para a liberdade condicional e a prisão temporária. Já em 1991, como fruto da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ocorrida em Viena em 1988, foi promulgado no Brasil o Decreto 154. A Convenção ocorrida em Viena, de forte viés punitivo, teve em nosso país como consequência a criação do Programa de Ação Nacional Antidrogas (PANAD), em 1996, e da Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD), em 1998. Nos anos de 1994 e 95 recebemos em nosso país duas visitas da Comissão de Fiscalização das Nações Unidas que resultaram em críticas a impunidade e a dificuldade de repressão. Buscando resolver tais questões, o Brasil deu início a construção de um novo modelo na política criminal de drogas: a

militarização. Importante ressaltar que a militarização do enfrentamento da questão das drogas acompanha a já existente ideologia da militarização da segurança.

1.4.1– A “Nova Lei de Drogas”, o crack e o PL 7663

Diferente de outros movimentos e/ou marcos legais já apresentados, a “Nova Lei de Drogas” (11.346/2006) e o PL 7663/2010, no contexto do crack, aparecerão neste trabalho a partir daquilo que tem sido oferecido pelos jornais, por entidades de classe, pela relatoria do projeto (e suas respectivas emendas), de forma não consolidada devido ao fato do PL ainda estar tramitando²⁴. Durante o primeiro semestre de 2013, acompanhamos, sobretudo através dos órgãos de imprensa, a publicação de textos a respeito do PL 7663/2010 e das modificações que ele ensejava. Temas como a *igualdade de aplicação de condenação para usuários e traficantes, aumento do tempo de privação de liberdade e do número de prisões* foram discutidos de modo secundário, pois em sua maioria as matérias abordavam como aspecto principal do PL a definição das condições de atenção aos usuários e dependentes de drogas. Tais condições referiam-se às modalidades de internação psiquiátrica que estão inseridas na Lei 10.216/2001, que como já vimos dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A polarização de opiniões tem início: de um lado, os que acusam o Projeto de querer promover uma “higienização social” e a criação de uma indústria da internação; de outro, os que defendem que o crack é uma epidemia e requer medidas urgentes.

O que não está explicitamente presente no debate, mas que se torna o eixo central dessa disputa, é que o PL 7663 se apresenta como uma atualização da chamada Nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), acrescentando a ela dispositivos presentes na Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001). Ou seja, embora não guarde relação direta com o campo da saúde – nesse caso, materializado na lei de 2001 – o PL 7663 se serve daquele texto legal para “adequar” à lei que trata das drogas (campo jurídico) a possibilidade de promover internações tanto de usuários quanto de dependentes. No limite, o que o projeto acaba por produzir, sob a justificativa de combater a já mencionada epidemia de crack, é o aumento da capacidade do Estado de internar

²⁴ Por ocasião da conclusão deste trabalho, o PL 7663/2010 já havia sido votado na Câmara (05/2013), de onde foi encaminhado para votação no Senado Federal sob o nome Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/2013.

usuários e dependentes de drogas de forma indiscriminada, ferindo uns dos princípios fundadores da Reforma Psiquiátrica: a salvaguarda do tratamento de dependentes.

Paralelo a isso, como já destacamos, apesar de dados como os fornecidos pelo Obid mostrarem o contrário, pode-se perceber que se tem ampliado no imaginário da população a ideia de que o Brasil está tomado pelo crack e que a única resposta possível para o enfrentamento do problema seja a internação compulsória, gerando a necessidade de uma resposta emergencial para a questão, o que acaba referendando a internação compulsória. Podemos perceber que, mesmo não havendo consenso em torno de uma proposta mais abrangente como resposta ao uso de crack, a internação psiquiátrica, reafirmada pelo PL 7663/2010, vem sendo discutida e alardeada como, se não a melhor, uma ótima alternativa no enfrentamento da questão. Note-se que, embora esse não seja o único aspecto da questão, o que para nós parece estar em jogo, é a atribuição de sentidos para um processo que está aberto, é complexo e é mutável, além de estar longe de um consenso.

A **Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001)** dispõe sobre as internações psiquiátricas da seguinte maneira:

Art. 6º A **internação psiquiátrica** somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça. (grifo nosso).

O PL 7663/2010 estabelece, em seu Artigo 11, que seja incluído o Artigo 23-A na **Lei 11.343/2006**, também conhecida como a **Nova Lei de Drogas**, alargando (e subvertendo) o espectro de uma internação que deveria estar circunscrita à Lei 10.216/2001. O Artigo 23-A determina que:

A internação de **usuário ou dependente** de drogas obedecerá ao seguinte:

I – será realizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação e com base na avaliação da equipe técnica;

II – ocorrerá em uma das seguintes situações:

- a) internação voluntária: aquela que é consentida pela pessoa a ser internada;
- b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e
- c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.²⁵ (grifo nosso)

As considerações técnicas do “Parecer do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o Projeto de Lei 7663/2010”²⁶ apresentaram uma questão que consideramos pertinente reproduzir: “por que o PL 7663/2010 preferiu repetir o mesmo comando da Lei 10.216?” O CFP chama atenção para o fato de haver um grande consenso entre os especialistas brasileiros em saúde mental de que a drogadição é, efetivamente, um problema de saúde mental, o que então seria motivo mais que relevante para que as internações dos dependentes químicos se dessem a partir da Lei 10.216/2001. Porém, conforme assinala o relatório, a Lei não é uma “lei de emergência”. Como já mencionamos, a Lei da Reforma Psiquiátrica surgiu de um movimento social de luta contra o modelo hospitalocêntrico de atenção na saúde mental. A questão é que devido Movimento da Luta Antimanicomial, toda a estrutura da Lei da Reforma Psiquiátrica está marcada pelo garantismo²⁷, onde os direitos dos pacientes e os mecanismos de controle sobre eventuais abusos são bastante explícitos. Assim, por exemplo, o artigo 4º da Lei da Reforma Psiquiátrica estabelece que:

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

²⁵ No caso da primeira, ela é aplicada quando a pessoa solicita voluntariamente a própria internação, ou a consente. Ela deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento. O término da internação se dá por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico responsável. Uma internação voluntária pode, contudo, se transformar em involuntária e o paciente, então, não poderá sair do estabelecimento sem a prévia autorização. A Involuntária ocorre sem o consentimento do paciente e a pedido de terceiros. Geralmente, são os familiares que solicitam a internação do paciente, mas é possível que o pedido venha de outras fontes. O pedido tem que ser feito por escrito e aceito pelo médico psiquiatra. O terceiro tipo, a Compulsória, não necessita da autorização familiar. A internação compulsória é sempre determinada pelo juiz competente, depois de pedido formal, feito por um médico, atestando que a pessoa não tem domínio sobre a própria condição psicológica e física. O juiz levará em conta o laudo médico especializado, as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/internacao-involuntaria-compulsoria>. Acessado em 27 de fevereiro de 2015.

²⁶ Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Parecer-Conselho-Federal-de-Psicologia-PL-7663-2010.pdf>. Acessado em 28 de dezembro de 2014.

²⁷ Compreende-se por garantismo as concepções que sustentam que toda norma jurídica deve ser interpretada em conformidade com seus princípios garantidores, notadamente os direitos humanos. Na área do direito penal e processual penal, esta visão foi desenvolvida pelo filósofo italiano Luigi Ferrajoli em “Direito e Razão: teoria do garantismo penal” (2002).

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

Ora, se o PL nº 7663/2010 propõe a internação inclusive dos usuários que não são dependentes químicos (incluindo os usuários, por exemplo), os marcos da Lei da Reforma Psiquiátrica impossibilitariam tais internações, pois, em síntese, ela não permite tal sequestro. Por esta razão, o PL repete os tipos de internação para que, em outro contexto legal, não se aplique às internações por uso de drogas as garantias inscritas na Lei da Reforma Psiquiátrica. Observe-se, por outro lado, que as exigências do artigo 4º da Lei da Reforma Psiquiátrica – necessidade de serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer – impossibilitariam, paralelamente, que as comunidades terapêuticas fossem palco de qualquer modalidade de internação, visto que, em sua maioria, a abordagem nestas últimas é a da confissão religiosa com a ausência em muitos casos, de corpo técnico especializado.

Outra crítica feita à proposta inicial do PL 7663/2010 diz respeito ao fato do mesmo assegurar o financiamento do Governo Federal às comunidades terapêuticas. No caso específico do CFP, a crítica advém dos resultados obtidos pela 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 24 estados mais o Distrito Federal, em um total de 68 instituições. O relatório gerado pela Inspeção apontou, dentre outras questões, a ausência de recursos terapêuticos e outras violações dos direitos dos internos, como interceptação e violação de correspondências, violência física, castigos, torturas, humilhação, imposição de credo, intimidações, desrespeito à orientação sexual, revista vexatória de familiares, violação de privacidade, etc. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

O PL 7663/2010, ao propor em seu artigo 11 a proposta para caput do artigo 23-A da Lei nº 11.343: “A internação **de usuário ou dependente** de drogas obedecerá ao seguinte...”, deixa clara a sua intenção: a de que **usuários** de drogas possam ser internados contra sua vontade, mesmo quando **não são dependentes**, o que aumentaria o espectro de possíveis sujeitos passíveis de internação. (grifos nosso) Ora, mas como a Rede irá atender a tamanha demanda? No § 2º do artigo 10º do PL, há a seguinte

informação: “Na hipótese da inexistência de programa público de atendimento adequado (...), o Poder Judiciário poderá determinar que o tratamento seja realizado na rede privada, incluindo internação, às expensas do poder público”.

Há duas grandes acusações que, do ponto de vista de quem critica o projeto, recaem sobre o PL 7663/2010. A primeira é a de que ele enfraqueceria o “programa público de atendimento”, celebrado através do SUS, ao estabelecer que sempre, não excepcionalmente, os recursos públicos sejam encaminhados para a rede privada, que desde a Reforma Psiquiátrica e surgimento da rede de CAPS perdeu uma fatia de seu público. Um dos efeitos desse processo é o fortalecimento das chamadas Comunidades Terapêuticas que, além de receberem mais “investimentos” públicos, não precisariam ficar sob a égide do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde. O segundo, e esse um pouco mais complexo e problemático, é tirar da Lei da Reforma Psiquiátrica o protagonismo no estabelecimento dos parâmetros para o tratamento do dependente de drogas.

2– Comunicação na Saúde ou Comunicação e Saúde?

Nesse capítulo queremos circunscrever algumas especificidades do campo Comunicação e Saúde sem a pretensão de esgotá-las nas próximas linhas. Embora grande parte do percurso esteja contida em *Comunicação e Saúde*, de Araújo e Cardoso (2007), gostaríamos de recuperar tais parâmetros para inscrevê-los no conjunto das nossas questões de pesquisa, especialmente aquelas que dialogam com as construções discursivas oferecidas pela mídia. A partir disso, o que o título desta etapa da dissertação busca acentuar é que os dois modos de designação expressam distintas formas de abordagem e compreensão das relações entre comunicação e saúde: a primeira, comunicação na saúde, circunscreve a comunicação predominantemente como um conjunto de técnicas e instrumentos que, segundo seu uso mais “eficaz” conseguiria atender aos objetivos de convencer o receptor. Em contrapartida, comunicação e saúde é uma abordagem que prioriza a historicidade dessas articulações, da constituição de seus modelos, objetos, práticas e sujeitos, sempre em determinadas relações de saber e poder. Mas esse não é um movimento simples, especialmente quando há um deslocamento do campo de origem (nesse caso, a psicologia) para descortinar esse universo.

Para dar conta do percurso acima descrito, nosso primeiro passo foi o de buscarmos compreender os principais modelos ou matrizes de comunicação em disputa. Como veremos a seguir, Comunicação na Saúde e Comunicação e Saúde se alicerçam sobre teorias e práticas de comunicação bem distintas, predominando no primeiro a matriz transferencial, enquanto o segundo investe na produção social de sentidos. Entretanto, é possível também observarmos que tanto um quanto o outro dialogam com outras perspectivas. Nesse sentido, buscaremos explorá-las a fim de situar um pouco melhor o ponto de partida teórico e prático para as reflexões aqui desenvolvidas.

Em seguida, nos debruçamos mais frontalmente sobre a questão da interdisciplinaridade, tão cara ao programa de pós-graduação que estamos inseridos e a própria conformação do campo Comunicação e Saúde. Ao tomarmos o conjunto das discussões estabelecidas na seção anterior, nosso objetivo é problematizar o papel tanto da comunicação quanto da informação na sua articulação com a saúde. Um dos pontos mais sensíveis dessa mútua influência passa a ser a questão da relação entre oferta/consumo da informação. Embora haja vários pontos de convergência, a exemplo daquilo que Saracevic (1996) qualificou *como problemas básicos comuns*, a principal questão parece ser a de que tanto a comunicação quanto a informação vêm despertando

para o fato de que “problemas complexos demandam enfoques interdisciplinares e soluções multidisciplinares” (SARACEVIC, 1996:48). Acreditamos que um olhar produzido a partir da relação entre saberes, entre outros ramos do conhecimento, pode ajudar na compreensão da “questão das drogas” e o debate que se encontra em torno da internação compulsória proposta no PL 7663 como objeto de investigação.

Nosso movimento posterior foi o de dedicar uma seção à relação que se estabelece entre discurso e transformação social. Como nosso ponto de partida é o de que a produção jornalística afeta outros espaços e práticas sociais, nos interessar tensionar sua centralidade e as credenciais de “enunciação verdadeira” ou de uma *enunciação produzida de forma objetiva, neutra e imparcial*, que gera efeitos de verdade. Fairclough, em seu diálogo com autores de diferentes áreas para a construção de sua teoria e análise crítica do discurso, nos ajuda a compreender que uma posição teórica implica necessariamente numa posição ideológica, o que resulta num ajuste dos procedimentos analíticos operatórios frente ao empreendimento que se deseja investigar. E ainda a aprofundar como os sujeitos são constituídos no texto. Admitindo que a nossa compreensão da reflexão de linguista inglês esteja correta, em última instância, a produção discursiva presente nos veículos massivos de comunicação pode ser apontada como um dos principais vetores que contribuem preponderantemente para a percepção e interpretação do mundo e da formação das identidades sociais na atualidade.

Embora já o introduzamos nas seções anteriores, o movimento posterior será o de recuperar a perspectiva da produção social de sentidos, em particular da Semiologia dos Discursos Sociais. Na medida em que assumimos que o campo da Comunicação e Saúde os tomou como a base para a construção de um pensamento crítico sobre os processos sociais, especialmente naqueles em que a Saúde aparece como elemento central num contexto de mediação da vida contemporânea, julgamos necessário dar mais atenção para as condições sociais de produção de discursos que, ao serem oferecidos à sociedade, ganham estatuto de verdade. Nesse sentido, devemos buscar identificar os lugares de mediação e de interlocução além de iluminar o poder desigual de cada enunciador. Ao adotarmos essa perspectiva manifestamos nossa concordância com Cardoso para quem, numa remissão a Foucault, o que deve ser rejeitado é a relação “aparentemente indissolúvel entre as palavras e as coisas, próprio da visão instrumental da língua, da comunicação e da ação humana (...) importando os contextos sociais e institucionais de fala” (CARDOSO, 2012:20).

2.1– Modelos de comunicação que dialogam com a saúde

Essa seção representa uma etapa que nos é muito cara. Não se trata aqui de fazer uma análise ou uma crítica desses modelos²⁸, mas de descortiná-los e assim conseguirmos nos aproximar com um pouco mais de segurança desse terreno. Nosso ponto de ancoragem é o livro *Comunicação e Saúde* (ARAÚJO e CARDOSO, 2007), tendo em vista que ele vai apresentando a conformação do campo, dando destaque às rupturas e permanências que o mesmo sofre com ênfase nas relações de poder nele contidas. Assim sendo, um dos conceitos centrais na presente exposição é o de poder simbólico, que se caracterizaria na capacidade de “fazer ver e fazer crer”, ou ainda pelo poder de “constituir o dado pela enunciação”, pelo poder de “confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 2000:14).

Chamamos atenção para o fato de que os modelos que aqui serão discutidos são os que estão presentes na saúde, assim, com esta perspectiva, o primeiro modelo de comunicação com o qual trabalhamos foi o *matemático* ou *informacional*. Desenvolvido físico Claude Shannon e pelo matemático Warren Weaver, ambos americanos, tal modelo descreve a comunicação como a capacidade de fazer com que uma emissão num determinado polo (A) chegasse a outro (B) com o mínimo de interferência (ruído) possível. É importante destacar que a proposta dos cientistas era a de fazer com que uma dada mensagem (codificada em A) fosse transmitida por um canal, e que ao ser recebido por B, este o decodificaria completando o circuito. Note-se que esses autores não estavam tratando dos processos de comunicação humana, mas sim equacionando problemas de transmissão entre máquinas. No entanto, a fórmula encontrou solo fértil para se consolidar no horizonte intelectual e político do pós-guerra.

Mesmo sendo um modelo “extremamente funcional, operacional e apropriável, permitindo organizar [e explicar] a prática comunicativa com facilidade” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:44), a força do paradigma positivista também exerceu grande influência para essa consolidação, contribuindo para que tal forma de conceber a comunicação ganhasse estatuto de matriz. Pelo conjunto de características que

²⁸ Embora não busquemos aprofundar o debate em torno de concepções mais *positivistas* ou mais *conflituais*, é importante que destaquemos a força que uma perspectiva instrumental da comunicação desfruta, pelo menos no caso do Brasil, como é possível observar através das inúmeras campanhas produzidas como estratégia de comunicação, por exemplo. Isso não significa dizer que não há visões que sejam contrárias a esse modelo hegemônico. Um dos claros exemplos disso é o Programa de Pós-Graduação, no qual estamos inseridos, que aporta paradigmas, teorias e modelos na direção da oferta de um modelo de investigação que toma as mediações em saúde como outra referência teórico-analítica.

apresentava – a linearidade, a unidirecionalidade, a bipolaridade, o “apagamento de ruídos”, “a concepção de língua como conjunto de códigos”, “a concepção instrumental da linguagem” (Idem, 45-6) – não é difícil perceber o quanto o modelo informacional exerceu simultaneamente fascínio e prestígio. Paralelamente, a saída da II Guerra Mundial, especialmente pelo uso massivo que se fez do rádio e da propaganda, requereu de analistas e pesquisadores uma explicação para os efeitos da comunicação no nazi-fascismo. Uma das grandes polarizações que ocorrerá no campo da investigação da comunicação é sobre o estudo dos efeitos da comunicação. Olhando para o processo na Alemanha a partir do esquema de Shannon e Weaver, um dos pressupostos que passa a nortear o debate se deu em torno do uso dos meios: se usado com “boas intenções”, os meios poderiam, por exemplo, contribuir para a democratização de uma sociedade; se usados “negativamente”, poderiam provocar ou aumentar a alienação da população.²⁹

Um dos efeitos mais perceptíveis desse processo, pelo menos no campo das políticas públicas no Brasil, especialmente na saúde e agricultura, é que “as características do modelo levaram educadores, planejadores, comunicadores e gestores da saúde a acreditarem que a prática comunicativa limita-se à transferência de informações a uma população que nada sabe de relevante sobre (...) à saúde e à sua vida” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:46). Eis o cerne da questão de o governo alocar recursos vultosos no desenvolvimento (e disponibilização) de sistemas de informação para que a população saia da sua condição de “ignorância” e o país da de atraso? Ou ainda seria porque a concentração das ações e dos meios pecuniários para a comunicação fortalecem ainda mais o lugar de quem detém esses recursos? Embora não tenhamos a pretensão de discutir questões como essas, o fato é que essa matriz fundamentou a perspectiva desenvolvimentista no país como um todo, e a saúde não ficou de fora desse processo.

Como destacado pelas autoras, a crença comum era a pobreza era resultado da falta de informação, de educação e de atitudes mais adequadas ao progresso (ARAÚJO e CARDOSO, 2007). Entretanto, não se pode negligenciar o fato de que o Ponto IV³⁰,

²⁹ Embora não tenhamos a pretensão de esgotar a questão, vale registrar que esse debate, entre os funcionalistas norte-americanos e os frankfurtianos, como uma face inclusive de embate entre paradigmas (positivista e conflitual), foi muito mais acalorado e profundo do que nossa exposição pode sugerir. Parte interessante do registro dessa disputa está contido no livro *Apocalípticos e integrados*, de Umberto Eco.

³⁰ O “Ponto IV” ou “Ato para o Desenvolvimento Internacional” é um documento que delimita as bases para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Formulado pelos EUA no contexto do pós-guerra, e encaminhado ao governo brasileiro, o documento enfatiza a necessidade de ajuda às economias subdesenvolvidas para ampliar as condições de trocas econômicas entre os EUA e esses países.

isto é, as ações desenvolvimentistas que focadas na população rural e apoiadas por técnicas de comunicação, eram consideradas como fundamentais na luta contra os desequilíbrios sociais, fora lançado em 1949, apenas um ano após o modelo de Shannon Weaver tornar-se público. Ao admitirmos que o plano do imaginário é um importante fator de influência na construção, inclusive de paradigmas, não nos parece acidental o fato de o modelo informacional ainda exercer forte influência em nosso país, o que justificaria, por exemplo, ainda hoje aceitar-se “a associação da comunicação com o desenvolvimento e superação da pobreza não só na saúde, mas em todas as áreas relacionadas à intervenção social” (Idem:49).

A relação da comunicação com o desenvolvimento não produziu apenas efeitos contrários a uma comunicação de matriz conflitual. Ao inserir o componente da educação no processo desenvolvimentista, ela abriu espaço também para uma comunicação mais dialógica, especialmente aquela cuja principal influência (Paulo Freire) propunha a equiparação entre os dois polos sendo ambos compreendidos como detentores de saber e produtores de conhecimento. Entretanto, aquilo que inicialmente representou um avanço, encontrou limites quando passou-se a conceber que o dialogismo freireano implicava necessariamente numa interação, o que levaria à “eliminação do conflito da relação comunicativa, idealizando os pólos, que estariam em perfeita comunhão de interesses (...) excluindo outras vozes, relações de poder, enfim as condições de produção daquelas práticas” (Idem:52).

Um dos efeitos dessas tensões é a percepção de que todo interlocutor é portador de um conjunto de conhecimentos que, na prática, interfere nos processos de comunicação. Entretanto, ao observarmos mais uma vez as disputas em torno dos dois paradigmas aqui descritos, é possível percebermos que o positivista deu mais um salto, dessa vez na direção da figura do interlocutor-mediador. Orientados pelas reflexões de Paul Lazarsfeld, pesquisadores que trabalhavam com a comunicação de massa começaram a se apropriar da figura do líder de opinião como um mediador, desenvolvendo assim a chamada teoria dos níveis. A partir de 1944, quando publica *The People's Choice* (Escolha do Povo), um estudo sociológico sobre a escolha do voto, Lazarsfeld começa a defender que os efeitos dos meios de comunicação de massa são diretos, automáticos e limitados. Para ele, os líderes de opinião – profissionais, vizinhança, etc. – bem informadas desempenham o papel fundador na estrutura da formação da opinião pública e na adesão de novas ideias e valores ao público mais amplo.

A compreensão de que as pessoas se encontram em contextos diferentes representou um avanço em termos de complexificação do processo comunicacional. Entretanto, as autoras afirmam que a saúde incorporou a perspectiva que influencia até hoje tanto as estratégias comunicativas como alguns programas de atenção à saúde. Um dos problemas que o modelo gera é o investimento que começa a ser feito na direção de uma variedade de mediadores (monitores, multiplicadores, agentes de saúde e outros) que passam a atuar como tradutores autorizados. Diante deste cenário e em meio à disputa que ocorre entre os interesses do Estado e da sociedade com os da iniciativa privada, especialmente no campo da saúde, não fica difícil perceber o movimento, impulsionado pela expansão da televisão nos anos 1950-60 (dessa importante mediadora, tradutora de discursos sociais), na direção “da formação de um imaginário que associava a saúde à assistência médica [preferencialmente a paga], ao hospital [privado, principalmente] e ao consumo de medicamentos e tecnologia” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:55). É oportuno destacar que, embora a televisão tenha impulsionado a formação desse imaginário (especialmente pelo recurso à imagem), não se pode negligenciar o papel do rádio, que desde os anos 1920 também já interfere nessa construção. Entretanto, esse duplo diálogo com o imaginário social representaria um movimento posterior ao iniciado pelo jornal impresso.

Mesmo observando que a figura do mediador ficou associada num primeiro momento à do intermediário, a percepção de que as pessoas pertencem a contextos diferentes abriu espaço para a incorporação de outras matrizes, de outras teorias. Talvez a mais significativa delas, para o campo da Comunicação e Saúde, tenha sido a teoria das mediações, que “ganhou força trazendo para o centro da cena teórica a cultura, o cotidiano e as táticas e estratégias de apropriação da comunicação midiática e institucional” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:54). A cultura, nesses termos, vai deixando de ser “uma componente extraordinária da vida social (ritos, obras prestigiosas) para penetrar profundamente no cotidiano” (MATTELART e NEVEU, 2006:76). Mais esse não foi um movimento único. Ele fora construído num conjunto de disputas e contradições que reorientam a perspectiva dos *Cultural Studies* na direção da busca por compreender os processos de recepção das mensagens, dando ênfase gradativamente, como apontam Mattelart e Neveu (2006), aos *media* audiovisuais e aos programas de informação e de entretenimento que lhes são próprios, tornando-os assim seus objetos de estudos das pesquisas.

Um dos principais responsáveis por essa virada dos *Cultural Studies* foi Stuart Hall. Mattelart e Neveu defendem que foi a partir da obra *Encoding/Decoding*, de 1973, é desenvolvido “um quadro teórico que coloca a tônica no fato de o funcionamento de um *media* não poder limitar-se a uma transmissão mecânica (emissão/recepção), supondo antes uma organização do material discursivo (discursos, imagens, relatos)” (MATTELART e NEVEU, 2006:38). É a própria noção de decodificação, defendem os autores, que será a responsável por permitir que se encare que os *receptores* têm estatutos sociais e culturas. A compreensão desse deslocamento, além de conferir novo status àquele que se apropria dos discursos produzidos socialmente, implicou no desenvolvimento de uma série de abordagens das quais a Teoria das Mediações é uma delas. A grande questão que parece se colocar no universo dessas transformações pelas quais passavam os Estudos Culturais é a necessidade de se ajustar teorias e metodologias, estas inscritas num quadro onde dominação e resistência são constitutivas da relação emissão-apropriação de conteúdos.

Há, na viragem acima descrita, uma reenquadramento do lugar da cultura. Esta agora passa a ser o objeto de investigação, inscrito no quadro mais amplo das relações de poder. Para Mattelart e Neveu, existem quatro elementos que são estruturantes dessa nova perspectiva: a ideologia (os conteúdos ideológicos), a hegemonia, a resistência (entendida no âmbito da conflitividade social) e a identidade. No caso da *ideologia*, é preciso que, para se pensar a cultura, se reflita sobre os “os sistemas de valor e as representações que estes ocupam (...) estimulando processos de resistência ou de aceitação do *status quo*” Com a *resistência*, destaca-se o fato de que as “classes populares mobilizam uma quantidade de obstáculos à dominação”. No que diz respeito à *identidade*, observar-se-ia uma atenção “crescente à forma como os indivíduos estruturam subjectivamente a sua identidade, passando a ocupar uma posição estratégica” (MATTELART e NEVEU, 2006:41-42).

O quarto estruturante é a hegemonia. Nossa escolha é destacá-la por último (embora Mattelart e Neveu a apresentem logo após à ideologia) tem o objetivo de associá-la ao contextos de emergência da Teoria das Mediações, tão cara à mudança que também ocorrera na América Latina sob a influência dos *Cultural Studies*. Fundamentalmente, a hegemonia, nas palavras dos autores, “é uma construção do poder pela aquiescência dos dominados em relação aos valores da ordem social, a produção de uma ‘vontade geral’ consensual” (MATTELART e NEVEU, 2006:41). Nesse quadro mais amplo, a figura de Stuart Hall ganha um importância singular. Pelo que pudemos

perceber, diferentemente dos outros fundadores do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), Hall ganha destaque particularmente em função de duas grandes contribuições: a primeira é trazer para o centro dos *Cultural Studies* o estudos dos meios (sendo seminal a publicação de *Encoding/Decoding*); a segunda, a partir do deslocamento do foco para a recepção, a incorporação da etnografia nas investigações desenvolvidas pelo Centro.

Na América Latina, os estudos culturais também incorporaram o conceito de hegemonia de Gramsci. A chegada dos *Cultural Studies* ao outro lado do Atlântico permitiu, dentre outros ajustes, que os estudos de comunicação também sofressem seus impactos. Quando Jesús Martín-Barbero afirma que o foco das investigações deveria ser deslocado da análise dos meios para as mediações, o que o filósofo colombiano faz é colocar a questão cultural no centro do debate e em consonância com aquilo que já se praticava no CCCS. Em suas palavras:

Está em primeiro lugar o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, possibilitando pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas (...) uma reavaliação da espessura do cultural: campo estratégico na luta para ser espaço articulador dos conflitos (MARTÍN-BARBERO, 2001:116-117).

Ao dar tamanha atenção ao processo de formação de cultura (ou de culturas), Martín-Barbero colocou no centro de suas reflexões a cotidianidade dos atores sociais, a experiência desses partícipes. Nesse sentido, a família, a casa, o bairro são elementos fundamentais na conformação do modo de viver, agir e pensar. A plausibilidade dessa questão reside no fato de que tem sido muito difícil capturar, compreender, os movimentos da população em geral, e mais especificamente, segundo nosso interesse, dos usuários do nosso sistema de saúde. Entretanto, um dos efeitos mais positivos dessa viragem teórica, associados à perspectiva presente na teoria social dos sentidos, foi a incorporação das noções de dialogismo³¹ e polifonia de Bakhtin, cuja importância aparece a partir da proposição de que: “cada fala, enunciado ou discurso integra uma rede de significações, que é parte das suas condições de produção” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:58). Do ponto de vista da comunicação e saúde, a grande questão que

³¹ Como destacam Araújo e Cardoso, o dialogismo bakhtiniano “não deve ser confundido com o freireano, que fala de acordos, de interação. Aquele remete para a diferença de interesses e embates sociais, tal como ocorre no plano da língua, entendida como força viva e constituinte dos sentidos e das relações de poder” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007:57).

se coloca é a seguinte: “o direito à comunicação é indissociável do direito à saúde; e a comunicação só pode ser assim chamada em sua plenitude quando concebida e aplicada como redistribuição do poder de as pessoas se expressarem e serem levadas em consideração; e para tal é imperativo que os princípios do SUS estejam na base dessa reconfiguração” (Idem:60).

2.2– Informação e comunicação no contexto da saúde

Uma das principais motivações para nossa imersão na pesquisa sobre o processo que envolve a internação compulsória no contexto do PL 7663, é a percepção de que boa parte das informações produzidas em torno do crack tem sido construída, nos veículos de comunicação, a partir de dispositivos enunciativos específicos de produção de sentidos. Face à centralidade que os meios de comunicação ocupam é possível notar, ainda que de uma forma assistemática, que boa parte da produção discursiva dos mesmos acaba interferindo na forma como a sociedade se posiciona diante desta e de outras temáticas. Nesses termos, temos nos interrogado sobre a possibilidade, por exemplo, de uma dada forma de representar a dependência química, assim como os territórios de uso do crack denominados de “cracolândias”, tem cristalizado certa “identidade” do “cracudo”. Se assim é possível pensar, à medida que o tema ganha relevância pública, ganha paralelamente densidade, motivando a proposição de políticas públicas e práticas sociais. No entanto, ao deslocar o debate do campo da saúde, há dois movimentos que são complementares: o primeiro é o do tratamento policial ou político de uma questão que tenderia a ser de saúde, enquanto o segundo, por extensão, ativa uma rede de sentidos naquela direção que intensifica um diálogo entre um discurso do tempo presente e o imaginário social construído em torno desse debate.

Evidentemente, não se trata de um processo harmônico, sem conflitos ou contradições. Na verdade, a assimetria entre as forças sociais que disputam o poder de falar acaba produzindo a sensação de que se trata de um discurso único. Entretanto, é possível perceber, a partir das próprias referências presentes nas interações, a presença de ecos produzidos pelas mais variadas vozes que se materializam num dado discurso, marcando o caráter polifônico das ações comunicativas. Nesse sentido, a produção midiática envolve uma orquestração das vozes (e silêncios) que interferem na dinâmica social, deixando manifesta tal presença, a partir de uma pretensa ausência, nos discursos massivos. Essa parece ser a motivação para que algumas posições sejam apresentadas

como se não houvesse alternativas a elas, induzindo a opinião pública a não levar em consideração que o ambiente social interfere na constituição de um fenômeno e que o contexto ajuda a falar sobre o objeto. Assim, como adverte Lévy, “o jogo da comunicação consiste em, através de mensagens, precisar, ajustar, transformar o contexto compartilhado pelos parceiros”, configurando “a ativação de uma grande rede semântica” (LÉVY, 1993:13-14).

Concomitantemente, em nossa avaliação, a questão do imaginário social acaba ganhando maior centralidade, uma vez que ele emerge como uma instância sobre a qual se busca “assumir um controle”, o que significa também dizer que, numa luta travada na tentativa de fixação de determinados sentidos sobre as práticas sociais, a imaginação torna-se um elemento constitutivo do repositório a que a sociedade recorre para produzir novas ações. Nestes termos, concordamos com Martín-Barbero para quem, os estudos de comunicação, na América latina, precisam dar atenção às transformações na cultura cotidiana das maiorias: “mudanças que trazem à superfície estratos profundos da memória coletiva ao mesmo tempo em que movimentam imaginários que fragmentam e des-historicizam” (MARTÍN-BARBERO, 2004:204). Mas, não se trata de observar os movimentos imaginários como um mero exercício de imaginação. Na verdade, como destaca Baczko ao tratar da distinção entre ambas:

A imaginação prevê a participação da atividade humana individual (ação imaginativa) num fenômeno coletivo (imaginário social); a segunda, uma das forças reguladoras da vida coletiva que forja representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e sua razão de ser (Baczko, 1985:309).

Para Baczko, não estaríamos apenas diante de uma difusão de referências que orientariam (ou provocariam) uma ação imaginativa, especialmente porque “aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades” (BACZKO, 1985:314). Dessa forma, é possível também nos interrogarmos se o imaginário social também não ganha importância na disputa por um processo de construção de uma dada hegemonia em torno do usuário de crack e das motivações para tal prática, na direção daquilo que apontou Borges (2009). Nas palavras do autor: “o imaginário pode ser entendido como lugar e objeto dos conflitos sociais à medida que novas representações podem evidenciar a questão da legitimação

do poder, servindo de referência para a divisão de poder estabelecida” (BORGES, 2009:172).

Na tentativa de construção de um sentido único para a questão das drogas e os modos para enfrentá-la, nos parece particularmente relevante a percepção de que existem discursos que dialogam fortemente com a memória coletiva e se apresentam de maneira bastante verossímil. Ainda que não seja nosso propósito adensar a reflexão em torno da memória coletiva, o que gostaríamos de sublinhar é o quanto ela é “uma operação social, ainda que individualmente o sujeito organize suas lembranças (e as narrativas produzidas a partir destas lembranças)”. (HALBWACHS, 1990:09). A partir de um diálogo estabelecido com este autor, Borges evidencia que o que esta memória nos ajuda é “a refletir também sobre a questão do imaginário à medida que o que se lembra depende em larga medida do que é externo a cada um de nós” (BORGES, 2009:155).

Convocando novamente Lévy, num contexto de destaque dado ao imaginário, admitindo a importância atribuída aos discursos massivos, enfatiza-se que “tomando os termos leitor e texto no sentido mais amplo possível, diremos que o objetivo de todo texto é o de provocar em seu leitor um certo estado de excitação da grande rede heterogênea de sua memória (...), ou ainda disparar a projeção de um espetáculo multimídia na tela da sua imaginação” (1993:14). Assim, nossa reflexão sobre o imaginário se dá a partir de uma dupla dimensão: aquela que o entende como o resultado da produção de uma interação de sujeitos históricos, que vai se amalgamar num imaginário social e que o compreende como uma instância que, compartilhada socialmente, interfere na forma como os mesmos sujeitos históricos dão sentido ao mundo. Ou seja, a reflexão sobre o imaginário leva em consideração a tensão produzida entre o indivíduo e a sociedade, entre o imaginário social e o individual, entre o tempo longo e o tempo vivido, entre a diacronia e a sincronia, entre como se lê a sociedade e como se age nela.

Ao tratar das disputas em torno da primazia pela fala, do poder de interferência no imaginário social, a partir dos discursos produzidos num dado ambiente, sobre dada temática, a proposta teórica do *mercado simbólico* permite evidenciar a existência de uma disputa entre aqueles discursos mais centrais e outros mais periféricos. Ela complexifica uma relação de comunicação que põe em destaque os mecanismos sobrejacentes e os subjacentes, dando ênfase ao poder de fazer ver e de fazer crer que determinados atores acumulam. Paralelamente, se apresenta como um modelo de

comunicação que “deseja representar a prática comunicativa nos processos de intervenção social que dão concretude às políticas públicas” (ARAÚJO, 2004:167), haja vista o fato de que nem todos os atores envolvidos nas trocas simbólicas desfrutam de um mesmo poder simbólico.

Em diversas oportunidades, temos assistido a apresentações que dão conta de um processo pelo qual, preponderantemente, os órgãos de imprensa constroem seus discursos e, com eles, representações sobre o mundo. A explicação para tal fato aponta na direção de uma articulação entre narrativas pessoais e narrativas científicas quando a temática é a saúde. Temos compreendido que boa parte dessas chamadas narrativas científicas é fruto de uma série de informações produzidas pelo conhecimento científico e, em muitos casos, armazenadas em bases de dados disponíveis à população. Mas como, concretamente, tais informações têm chegado ao usuário, têm sido acessadas pelo usuário? Estariam as dimensões da subjetividade e da especificidade contempladas no processo de uso dessas informações? Seriam hoje as modernas tecnologias da informação e da comunicação capazes de dar conta de uma dimensão psíquica fruto do estágio atual em que se encontra a interação entre tecnologia e sociedade?

Quando Lévy argumenta que “as técnicas não determinam nada (...) requerem elas mesmas, que sejam interpretadas, conduzidas para novos devires pela subjetividade em atos dos grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela” (LÉVY, 1993:114), não estaria ele apontando para a necessidade de, através da tecnologia, relacionarmos-nos com o outro, aproximarmos-nos do outro? Corroborando o argumento desse teórico francês, Milton Santos, embora centre sua análise na configuração (reconfiguração) do espaço pela tecnologia, enfatiza que “ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera, que é reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”. Esta é o que constitui a “base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” (SANTOS, 2006:172). Ou seja, ainda que o “reino da tecnosfera” indique as potencialidades de transformação ensejadas pela incorporação da tecnologia no dia a dia de uma sociedade, não se pode perder de vista que ela produz efeitos sobre a racionalidade e o imaginário dos sujeitos sociais.

Tomando essa direção, é muito oportuna a observação de Saracevic no que diz respeito ao papel da produção de informação. Em suas palavras: “transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social”

(SARACEVIC, 1996:43). Assim, caberia à Ciência da Informação tratar do problema do registro e da comunicação do conhecimento entre os seres humanos, seja no âmbito de uso institucional ou individual. Na medida em que a produção (e a disseminação) do conhecimento científico ajuda na tomada de decisões – particularmente importante, no nosso caso, na tomada de decisões para formulação de políticas públicas – novamente nos interrogamos: em que medida uma informação é produzida/difundida visando atender à necessidade de informação de quem acessa aos sistemas? Se levarmos em conta a forma simplificada (e igualmente palatável) com que os discursos de meios de comunicação são elaborados, não estaríamos diante de um panorama onde, a despeito da quantidade de informações científicas produzida, consubstanciadas metodologicamente, o conhecimento científico concorre de maneira desigual? Este nos parece um cenário em que a resposta a estas questões devem ser buscadas em saberes diferentes, “numa situação interdisciplinar”, como destaca Gonzalez de Gomez (2001).

Numa avaliação preliminar, a internação compulsória se enquadra nesse panorama que comporta uma abordagem interdisciplinar, pois se trata de um problema que se relaciona com a Saúde (Políticas de Saúde Mental, Epidemiologia...), com a Comunicação, do ponto de vista de produção de sentidos (contexto, polifonia, imaginário, memória, poder simbólico...) e com a Ciência da Informação (produção de dados, uso de tecnologias, interpretação, interação...). Nesses termos, novamente nos interrogamos: qual o contexto de produção das informações que circulam socialmente sobre uma “epidemia de crack”? Quais os sentidos produzidos sobre o usuário de crack? Qual o lugar de interlocução que tem o “cracudo” e as entidades de saúde? Esse lugar permite que sejam ouvidos de modo a, eventualmente, participarem da discussão política? Quais campos têm produzido Informação que interfira nessas disputas, propondo, reforçando ou alterando os valores sociais? A Ciência da Informação tem de fato considerado o contexto e as necessidades de todos os atores sociais envolvidos com a problemática da internação compulsória em meio ao debate em torno do PL 7663?

Araújo e Cardoso apontam que a Comunicação e Saúde deveria ter por objetivo o estabelecimento de um debate público que garantisse às pessoas a ampliação de sua participação cidadã nas políticas de saúde – ainda que a premissa seja válida para outros campos, como o da Educação, por exemplo, tanto a preocupação das autoras quanto as nossas destacam a pertinência no campo da Saúde. Paralelamente, para que tal objetivo ganhe consistência, as autoras entendem que ele deve coadunar com os Princípios da Universalidade, da Equidade, da Integralidade preconizados no SUS, sendo um direito

(possibilidade de voz, de diálogo) que comporte estratégias redistributivas (com a redistribuição do poder de produzir e de fazer circular ideias) e que não seja fragmentada, evitando, assim, que os temas sejam tratados somente pelos especialistas.

Nesses termos, também não nos parece fortuito destacar que as estratégias apontadas por Araújo e Cardoso encontram como cimento comum, não apenas as diretrizes celebradas pelo SUS, mas as Reformas Sanitárias e Psiquiátricas e a própria Constituição, que traz inserida em sua promulgação a preocupação com o homem, o cidadão, o respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Nessa direção, é possível que encontremos ainda olhares que acrescentam o quanto o direito à Comunicação (tal como acontece com a Saúde) é a “liberdade de expressão pública de pautas, agendas e demandas culturais e políticas com equidade de acesso a canais de expressão – meios de comunicação” (PITTA, 2007:48).

Em se tratando da informação, seja num âmbito geral, ou em particular na informação em saúde, uma de suas principais características é ser subsídio para tomada de decisão seja ela em que nível for. Assim, devemos estar atentos, tal como destacou Ferla (2013)³², aos seguintes aspectos: (a) “a Informação tem potencial para circunscrever uma situação”; (b) “experiência, visão de mundo etc. podem alterar a forma de interpretar as informações”; (c) “o sistema de saúde também é uma *arena* onde visões de mundo estão em disputa”. Nestes termos, não se pode negligenciar que é da própria realidade (dos fenômenos observados nessa realidade) que são retirados os dados, posteriormente transformados em indicadores e a seguir em informações, que servirão para uma tomada de decisão. Ora, mas como problematizar um processo onde tais dados já são em si mediados por profissionais que observam (e logo interferem sobre) essa mesma realidade? Em nossa avaliação, esse processo apresentado pelo autor pode ser interpretado numa perspectiva hermenêutica. Ou seja, a partir dos embates e disputas travados em torno de uma realidade, é possível entender que as informações geradas irão interferir numa avaliação e numa tomada de decisão, mas, sobretudo, numa interferência direta sobre a própria realidade, dando movimento à própria dinâmica social.

É assim que olhamos o processo em torno da internação compulsória no contexto de discussão e votação do PL 7663/2010. Face ao seu caráter de objeto de disputa política, faz-se necessário atentarmos para a importância do estabelecimento de

³² FERLA, A. A. **Anotações de aula**. Curso de Fundamentos Teóricos da Informação e Comunicação em Saúde: PPGICS, ICICT/Fiocruz, 2013.

um debate público em torno dela. O que defendemos nestas linhas é a necessidade de se complexificar o olhar sobre os sentidos produzidos em torno da internação “como a melhor” (às vezes como a única) alternativa para o enfretamento do uso “em larga escala” (?) do crack. Paralelamente, quando compreendemos que a Informação em Saúde é subsídio para a tomada de decisão e que existem diferentes modos de interpretá-la, torna-se fundamental problematizar os usos que se tem feito dos resultados das pesquisas e quais as pesquisas que têm tido visibilidade. É por entendermos que a temática do encarceramento (travestido na “necessidade” e no “clamor” pela internação) afeta partes assimétricas de nossa sociedade que defendemos a proposta de se buscar refletir sobre o quanto tal assimetria irá determinar aos cidadãos “os limites comunicacionais e informacionais dificultando a participação popular e, simultaneamente, o exercício do controle público” (OLIVEIRA, 2004:56), relacionados às decisões do tema.

Retornemos ao *mercado simbólico*. Ao observarmos o modelo, notamos que aquele que detém menor capital (teórico, político) que o de outros atores tende a ter uma atuação mais periférica, ou seja, se afastar dos centros de poder.³³ Isso significa que sua prática tenderá a perder força frente a concorrentes mais empoderados – tomando por referência a espiral substitutiva do esquema teórico (mercado simbólico, comunicação e saúde, nos termos propostos por Araújo e Cardoso). Dessa forma, a prática da comunicação nos parece um reflexo da manifestação das dimensões teórica e política, onde, continuando no mesmo exemplo, “a prática comunicativa se organiza ao modo de um mercado, de natureza simbólica, onde os sentidos são permanentemente negociados” (Araújo, 2003: 46).

Continuando nesta mesma direção, só se poderia “falar de comunicação quando se trabalha no sentido de criar condições para os atores sociais se converterem em atores políticos, o que se faz mediante a possibilidade de se fazer ouvir e considerar (...) o que Toro propõe como mobilização – processo de fazer circular sentidos não hegemônicos” (Idem: 54). Assim, se pensarmos nos usuários de crack, novamente nos interrogamos, estaria havendo condições para que estes se manifestassem sobre suas

³³ As relações de poder que são estabelecidas socialmente têm como ponto de partida a concepção de *capital social*, proposta por Pierre Bourdieu, e é representada por três dimensões do capital (econômico, cultural e social). Vale destacar que a busca por um empoderamento produzido pelo acúmulo de capital precisa ser tomado num cenário em que a luta de classes é o motor para as relações sociais, para as lutas sociais. A capacidade de acumular um capital, cuja distribuição é desigual, e mobilizá-lo em momentos que se julga oportuno, acaba por refletir o *poder simbólico* que se dispõe (BOURDIEU, 2000). É a partir de tais concepções que Araújo e Cardoso (2007) argumentam que, no campo da comunicação, tal processo redundará numa legitimidade para se fazer ver, para se fazer crer.

posições a respeito do processo de internação compulsória? Ou ainda, pela forma como a internação tem sido discursivamente apresentada pelos meios de comunicação, quais as possibilidades concretas têm existido para que os atores com discursos contrários ao hegemonicamente construídos possam se fazer ouvir? Esquecendo temporariamente dos sujeitos concretos, que espaço as entidades de representação social, a exemplo do CFP, da Abrasco ou do Cebes, tem tido nesse debate?

Paralelamente, alimentando o debate em torno da internação, estaríamos diante de um cenário onde não nos parece haver falta, mas uma forma muito particular de apresentação da internação compulsória a partir dos discursos produzidos pelos meios. Nestes termos, continuamos a nos interrogar: em que nível, se é que há, aparece o modo como fatores sociais e culturais estariam afetando a experiência em torno da internação? Como é possível perceber, não estamos diante da ausência de informações, mas sim de construções de determinadas abordagens oferecidas pelos veículos de comunicação de massa com ênfase na inevitabilidade da internação como instrumento (quase que exclusivo) para resposta ao uso de crack. Essa forma muito particular de apresentação do fenômeno, que por vezes exclui fontes claramente identificadas e que apresenta dados que consubstanciam as proposições discursivas sobre a temática, é aquilo que nos permite defender a importância de uma investigação sobre o debate em torno da necessidade de internação compulsória no contexto do PL 7663 para usuários de crack.

Evidentemente, há também uma multiplicidade de fatores que atravessam o debate, o que acaba também autorizando uma investigação que ilumine essa política pública. Ademais, o que também nos parece plausível é a compreensão de que no complexo jogo de disputas que acontece na arena pública, a verdadeira batalha que se manifesta é por converter “discursos lógicos, metas e propósitos formais em imaginários que movam a paixão” (ARAÚJO, 2003:54), interferindo no desenho da moldura social. Entretanto, há alguns avanços no debate no campo da Ciência da Informação que apontam para uma outra direção, cuja ênfase recairia numa maior oferta pensada em paralelo com um acesso que favorecendo o aumento da participação mais igualitária da informação e, por extensão, da sociedade.

Uma das alternativas no enfrentamento desse desafio é a proposição da ampliação de um processo onde: “um novo modo de produção do fluxo de informação na comunicação científica, com a emergência de movimentos para a publicação em acesso aberto (*open access*) e auto-arquivamento (*self-archiving*), favorece o acesso equitativo ao conhecimento científico” (PACKER, 2005:251). Partindo destas

perspectivas, poderíamos estar diante de um cenário onde os discursos de diversas naturezas tenderiam a entrar numa concorrência um pouco menos desequilibrada com os discursos midiáticos, aumentando a participação da Informação em saúde (a partir de um processo de gestão) no estabelecimento “de laços entre a produção de conhecimento e o uso deste conhecimento, reforçando as relações entre ciência e sociedade” (BIREME, 2011:7). Mas, e quanto à concorrência entre esses saberes e aqueles difundidos pelos meios massivos de informação, haveria realmente um equilíbrio? Tratam-se de construções e diálogos da mesma natureza?

Segundo Araújo (2003), pode-se dizer que uma prática comunicativa é hábil quando ela consegue perceber e entrar nos vários contextos que constituem uma dada situação. Portanto, faz-se necessária a percepção de que há um contexto mais ampliado na questão da internação do que somente o propagado tratamento (a partir do banimento do espaço urbano) dos “consumidores de crack”. Ao retratar o cotidiano da cidade (e das “cracolândias”) os jornais, por exemplo, atuam interferindo decisivamente na inscrição do estigma no imaginário social, através dos sentidos que produz e faz circular. Quando se observa *O Globo*, por exemplo, nos vemos majoritariamente diante de uma situação onde, face à condição “epidêmica do crack”, não haveria alternativa ao enfrentamento do problema senão o encarceramento, o aumento de penas, o tratamento via comunidades terapêuticas, além de outras ações que ignoram procedimentos sugeridos e “preconizados por organismos internacionais”. Em nossa avaliação, não se trata apenas da difusão de uma ação emergencial para enfrentamento ao crack, como propõe o relator do PL, deputado Givaldo Carimbão. Mas, de uma ação política que produz sentidos sobre o dispositivo da internação compulsória.

Nesse contexto, mais importante do que incluir a Saúde Mental (e o crack) numa agenda de prioridades de pesquisa, é garantir, como afirma Morel, “que o conhecimento gerado e as intervenções sanitárias resultantes sejam efetivamente incorporados em políticas e ações de saúde pública” (2002:266). Nessa perspectiva, não basta que o conhecimento esteja disponível. Há de se encontrar alternativas para que tal conhecimento chegue àqueles para quem, em última análise, é construído todo esse saber. Isso significa dizer que não basta que o conhecimento empodere, pois esse empoderamento continuará sendo assimétrico. Concordando novamente com Araújo e Cardoso (2007), há de se enfrentar o desafio de fazer com que os atores sociais se apoderem do conhecimento científico produzido, numa combinação entre

empoderamento/apoderamento a fim de que as posições do processo de disputa sejam menos desfavoráveis.

Por fim, nossa percepção é a de que o princípio de universalidade do SUS garante a qualquer cidadão, como um direito, o acesso à saúde integral. Com a conquista da democracia, o Brasil vive a possibilidade do exercício da cidadania através, por exemplo, do controle social e da regulação da gestão do SUS por meio da participação da população. Porém, ainda convivemos com grandes distorções. Num país contaminado pela lógica de mercado, onde para ser sujeito primeiro deve-se ser cliente e onde as doenças do “povo esquecido” são negligenciadas, o SUS enfrenta, dentre tantos outros desafios, uma luta contra o poder econômico de instituições que pretendem a fragmentação do sistema, visando interesses próprios. A internação compulsória, amparada numa normatização da exclusão, da institucionalização do usuário de crack e de seu apartamento da sociedade, traz a marca desse conflito. A afirmação de um processo de inclusão dessa população em situação de risco e vulnerabilidade social tem sua interface na política de saúde mental que visa o tratamento em rede substitutiva.

2.3– Discurso como teoria e prática social

Ao observar as informações produzidas pelos veículos de informação e presentes diariamente no cotidiano de nossa sociedade, não podemos esquecer de que são produtos de práticas sócio-discursivas. Um tipo de prática bem peculiar, que tanto representa quanto significa, constrói o mundo do qual fala. Embora todo discurso constitua e ajude a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de crenças, nossa compreensão, especialmente a partir do processo de midiaticização,³⁴ é a de que há uma espécie de supremacia dos discursos produzidos pela mídia, em geral, e pela imprensa, em particular, sobre os demais. É importante que digamos que não se trata de uma visão simplista da dinâmica social.

Entretanto, também não pode ser ingênuo um olhar tão relativizador que não observe a hegemonia discursiva presente nos relatos cotidiano presentes nas páginas dos jornais. Afinal, não se trata de mais um ator que fala de um lugar específico – a capilaridade dos discursos midiáticos tem sido objeto de um número muito expressivo de pesquisas exatamente em função da influência que gera no conjunto das práticas de

³⁴ Sobre o conceito de midiaticização trataremos mais detidamente no capítulo 3.

qualquer sociedade. Como modo de ação, o discurso permite que as pessoas ajam sobre o mundo e sobre os outros. Mas, qual a importância de se estudar o discurso? Começamos compreendendo, como aponta Fairclough (2001), que o discurso se apresenta a partir de uma perspectiva tridimensional: texto, prática discursiva e prática social (ação social).

Essa abordagem implica considerar os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sejam eles escritos ou falados, culminando com a forma como contribuem para reproduzir e transformar a sociedade. Pensar o discurso como prática social nos possibilita pensá-lo em sua relação com fatores econômicos, culturais, religiosos ou políticos, remetendo aos conceitos de ideologia e poder. A Ideologia é um conjunto de crenças, ideias, doutrinas próprias de uma sociedade: doutrinas políticas, econômicas ou filosóficas desempenham, geralmente, funções ideológicas. Nestes termos, deveríamos assumir então a presença de ideologias e não de apenas uma. As ideologias que coexistem em uma sociedade terão a marca das variáveis do momento histórico em que se situam.

Sendo as ideologias significações ou construções da realidade, representações dessa mesma realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas, elas contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. Por isso, devemos colocar em suspenso, como propõe Cardoso, “os postulados de uma enunciação verdadeira, dirigindo a atenção para as condições sociais de sua produção, apreendidas na articulação texto-contexto” (CARDOSO, 2012:20). Já o Poder, em seu sentido mais amplo, aparece como a capacidade de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem. O discurso pode ser entendido numa perspectiva de poder, como construção de hegemonia. Nesses termos, pensar em poder simbólico é aceitar que ele é exercido não apenas sob a ótica financeira, mas preponderantemente por aquela capacidade de “fazer ver, fazer crer” a partir das construções discursivas.

Dentro de uma prática discursiva será a intertextualidade o que irá acentuar a historicidade de um texto, irá explorar as redes em que os textos se movimentam e colocará em destaque o fato de que não é só “o texto” molda a interpretação, mas também os “vários textos” mobilizados em sua produção e recepção. Fairclough, ao tratar da intertextualidade, a compreende como “a prioridade que atribui à mudança no discurso e a estruturação e reestruturação das ordens do discurso” (2001:133) a partir da prática discursiva. Em Foucault, o termo aparece como um significante nas análises,

pois como ele mesmo afirma “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros” (FOUCAULT apud FAIRCLOUGH, 2001:133).

Apesar de não usar o termo intertextualidade, a obra de Bakhtin foi capital para o desenvolvimento de uma abordagem intertextual para a análise de textos. Sua ideia, explicitada por Fairclough, é a de que “os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores, aos quais eles estão respondendo, e por textos subsequentes que eles antecipam” (FAIRCLOUGH, 2001:134). Dessa forma, se para Bakhtin “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1992: 291), para Fairclough ele é “um elo na cadeia de comunicação.” (FAIRCLOUGH, 2001:134). Concomitantemente, ao tomar Kristeva, que observa a inserção do texto na história, Fairclough chama atenção para o fato de que na ação de responder, reacentuar e retrabalhar outro que o antecede, o texto contribui não só para fazer história como também para processos de mudança mais amplos. Ao nos determos sobre a observação das construções discursivas presentes em *O Globo*, especialmente pelo elo construído entre internação compulsória, “Nova Lei de Drogas” e a Lei de Reforma Psiquiátrica, não estaríamos exatamente diante desse movimento que direciona a internação para o modelo de intervenção social que tira os sujeitos da cena pública?

Face esse caráter, a discursividade dos textos possui um papel central na sociedade contemporânea no que diz respeito à mudança social e cultural. “A rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser um foco principal na análise de discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001:135). Como já destacamos, estando a intertextualidade intimamente ligada a produção textual e sendo a produção textual uma prática socialmente limitada, restringida e condicional conforme as relações de poder, a relação entre hegemonia e intertextualidade se dá na explicitação dessas limitações sociais. Outro aspecto importante com relação à intertextualidade diz respeito às suas dimensões, pois é a partir delas que se constrói um quadro teórico para a análise de discurso. São elas: “intertextualidade manifesta, interdiscursividade, ‘transformações’ textuais, e como os textos constituem as identidades sociais.” (FAIRCLOUGH, 2001:138).

O autor define a intertextualidade manifesta como a condição em que utiliza-se explicitamente outros textos específicos em um texto, e se propõe a discuti-la em relação às categorias: representação do discurso – termo utilizado em substituição ao discurso relatado –, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia. Já a

interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva) é apresentada como o modo como um determinado discurso é construído através da combinação de diversos elementos de ordens de discurso. Seu princípio é o de que as “ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso e que os últimos são constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001:159). Tais elementos são o gênero, o estilo, o registro e o discurso. Partindo de uma referência à Bakhtin, Fairclough aponta que os gêneros (as convenções do discurso) são “os cintos de segurança da história da sociedade para a história da linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001:162).

Para pensarmos na intertextualidade, em sua relação com as transformações textuais, faz-se necessário compreendermos a ideia de “cadeias intertextuais” presente em Fairclough.³⁵ Por “cadeias intertextuais”, ele designa tipos de textos que são transformacionalmente relacionados uns aos outros. Ou seja, cada texto pode ser transformado, em sua relação com um ou vários outros textos, de uma forma regular e previsível, e essas transformações podem ser de diversos tipos. Para o autor, tais cadeias intertextuais podem constituir relações transformacionais relativamente estabelecidas entre tipos de texto, porém “elas frequentemente se tornam linhas de tensão e mudança, os canais pelos quais os tipos de textos são colonizados e investidos, e ao longo dos quais as relações entre tipos de textos são contestadas.” (FAIRCLOUGH, 2001:169).

A constituição de sujeitos nos textos e o papel das práticas discursivas nos processos de mudança social são considerados por Fairclough como questões centrais em sua obra. Segundo ele, a intertextualidade tem para essas importantes implicações e são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito. E isso ocorre “em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades.” (FAIRCLOUGH, 2001: 170). Tal dinâmica tem lugar no próprio texto, pois os sujeitos sociais e discursivos não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são as mesmas que agem na constituição desses sujeitos e em suas transformações através do tempo.

Fairclough aponta que a intertextualidade será uma dimensão que torna mais complexo o processo de interpretação textual. Segundo ele, para que os textos sejam coerentes é necessário que os intérpretes combinem os vários elementos nele presentes

³⁵ Embora o ponto de partida para a concepção de “cadeias intertextuais” presente em Fairclough seja o dialogismo bakhtiniano (traduzido por intertextualidade por Kristeva [Ribeiro, 1996]), nossa opção em destacar essa noção a partir do linguista britânico guarda relação à incorporação da proposição de que o discurso traz, como um de seus efeitos, a potência de mudança social, de transformação social.

em um todo coerente, porém não necessariamente como unitário ou ambivalente. Ele chama a atenção para o fato de que é “fácil ver isto como simplesmente uma realização dos intérpretes, que implicitamente posiciona os intérpretes como sujeitos do discurso acima e fora da intertextualidade, como capazes de controlar processos discursivos que são exteriores a eles.” (FAIRCLOUGH, 2001: 170) No entanto, como já apontamos, os sujeitos não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são elas que os constituem e transformam.

Com papel importante para a compreensão de muitas questões sobre a interpretação o conceito de “coerência” é apresentado pelo autor não como algo inerente aos textos, mas como uma propriedade que seus intérpretes lhe impõem. Assim, com diferentes intérpretes (inclusive o produtor do texto), poderão existir diferentes leituras coerentes de um mesmo texto. Ele também nos chama a atenção para o fato de que a coerência não deve ser compreendida em termos absolutos, lógicos, pois o texto para atender a critérios de inteligibilidades estará suficientemente coerente, o que, porém não evita indeterminações e ambivalência. Ainda tratando dos intérpretes, afirma que estes são sujeitos do discurso que vivem processos particulares de discurso e que seus recursos são orientados para as diversas dimensões da vida social. Tais dimensões irão afetar os modos como os sujeitos irão interpretar textos particulares.

Em *Discurso e Mudança Social* (2001), Fairclough oferece-nos diretrizes gerais e, como ele próprio argumenta, as mesmas são aplicáveis a partir de uma dada posição teórica, que entendemos ser também uma posição ideológica. Sendo neófitos no campo, acreditamos que a complexidade de empreender a análise de um discurso requeira certo grau de concretude – por exemplo, o contato com obra cujo procedimento analítico seja explicitado, por isso a menção específica a esta parte do livro na direção da construção de procedimentos analíticos operatórios. Mas, voltando à obra de Fairclough (2001), gostaríamos de destacar o papel da análise textual. Entendida como um dos níveis de análise, o que cuida da análise linguística, ela pode ser dividida em quatro partes: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Deve sempre ser feita em conjunto com os outros níveis analíticos, pois os três estarão superpostos na prática. Sua importância se deve ao relevo que dá à construção de identidades sociais no discurso e às formas em que o discurso contribui para processos de mudança cultural.

Paralelamente, merecem destaque também três conceitos da obra que aludem diretamente a tendências na mudança da ordem do discurso contemporâneo, especialmente num contexto em que a ordem neoliberal é um elemento constitutivo da

agenda política mundial: Democratização, Comodificação e Tecnologização. Por democratização o autor entende uma remoção das desigualdades de direitos, obrigações e prestígio discursivo dos grupos de pessoas. No entanto, ele chama atenção para o fato de que essa retirada é apenas aparente. Na verdade, os mecanismos explícitos de controle estão sendo substituídos por mecanismos que estão encobertos.

Na comodificação, o que ocorre é que as instituições sociais, que embora não tenham como propósito restrito a produção de mercadorias para venda, são orientadas em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Já a tecnologização do discurso abarca a ideia da aplicação das tecnologias do poder no discurso (na perspectiva foucaultiana), assumindo então o caráter de técnicas transcontextuais, que são consideradas recursos para perseguir uma ampla variedade de estratégias em diversos contextos. Fairclough também chama atenção para o fato de as tecnologias discursivas, como propôs Foucault em *A Ordem do discurso* (1996), estabelecerem uma íntima ligação entre o conhecimento sobre a linguagem, o discurso e o poder.

Pelo que expusemos até o momento, essa abordagem no parece central para a compreensão das transformações sociais e culturais produzidas dentro da nossa sociedade, sobretudo a partir da capacidade de difusão, do alcance e da sedução que as construções discursivas exercem. Nesses termos, as transformações ensejadas pela interdiscursividade, e mais especificamente através das “cadeias textuais”, se apresentam como um dispositivo que nos permite verificar, por exemplo, como a internação compulsória (de dependentes) presente na Lei da Reforma Psiquiátrica vai transformacionalmente referendar outro de tipo de prática (a internação de dependentes e usuários). Ou seja, o que em última análise uma transformação como essa proporciona é a constituição do próprio sujeito para quem a ação é produzida.

2.4– Semiologia dos discursos sociais no processo de produção de sentidos

Com o conjunto das contribuições incorporadas ao longo da pesquisa, esperamos poder por em relevo alguns dos caracteres que conferem à mídia um poder bastante amplo nos processos de produção dos sentidos sociais contemporâneos. Esse cenário nos obriga a problematizar a ação dos meios não mais nos termos de um discurso que concorre com tantos outros, mas chamar a atenção para o movimento que vai paulatinamente deslocando discursos de seus campos de origem para amalgamá-los e

pasteurizá-los, buscando produzir “verdades”. A centralidade da mídia, nestes termos, revelaria como ela,

Assume um papel fundamental na compreensão da produção de sentido, seja porque é pervasiva no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, incluindo aí as novas informações e descobertas (SPINK, 2013:38).

Ao tomarmos os veículos de informação como o elemento central de configuração da cena contemporânea, não estamos negligenciando os discursos que concorrem com os desta poderosa agência, tampouco aceitando acriticamente que se trataria de um discurso único, sem contradições internas – é possível perceber discordâncias entre veículos de um mesmo grupo (jornal impresso e TV, por exemplo), ou mesmo dentro de um único veículo, manifestada por exemplo numa mudança de editoria, mostrando que há fissuras. Paralelamente, não se pode tomar a mídia pelo jornalismo ou a mídia pela propaganda. Entretanto, nos parece equivocada a aceitação de duas questões fundamentais: que tais discursos pairam, sem qualquer interesse (de classe, de raça, de credo...), sobre a sociedade e que estes mesmos discursos não interfiram nas tomadas de decisões que os atores sociais são interpelados a realizar. Com esta perspectiva, nos parece fundamental a compreensão de que a mídia, como destaca Spink, “não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, mas possui um poder transformador ainda pouco estudado – e, talvez, ainda subestimado – de reestruturação dos espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido.” (SPINK, 2013:38).

Nesse quadro mais amplo se situa o presente estudo, que analisa as construções discursivas oferecidas pela imprensa a partir do referencial teórico-metodológico da *Semiologia dos Discursos Sociais*. Antes, porém, destacamos um ponto cuja compreensão consideramos fundamental para iniciarmos nossa “entrada” no campo. Trata-se da distinção entre *Significado* e *Sentido*.³⁶ Enquanto o primeiro é tomado como algo inerente ao código linguístico, o segundo irá valorizar a pluralidade em detrimento da estrutura. Este não está pronto, surge sempre em interação (na co-presença). Os sentidos são plurais e ocorrem na simbiose entre autor e leitor. Esses pressupostos são partilhados, por exemplo, por Pinto (1994) e Araujo (2000).

³⁶ Mesmo apresentando conceitualmente a distinção entre *significado* e *sentido*, face às delimitações impostas pela língua, a palavra sentido poderá aparecer outras vezes no texto indicando “significação de uma palavra ou de um discurso” ou, em linhas gerais, aquilo que uma palavra ou frase podem significar num contexto determinado. Disponível em www.michaelis.uol.com.br

No que diz respeito à Semiologia e à Teoria da Produção Social dos Sentidos, encontramos a primeira definida como “a disciplina que estuda os fenômenos culturais como fenômenos de comunicação” (PINTO, 1995:141), ou seja, como fenômenos de produção de sentidos. Assim, a Semiologia dos Discursos Sociais equivale, nessa abordagem, à Teoria da Produção Social dos Sentidos. O referencial teórico-metodológico da *Semiologia dos Discursos Sociais* se estrutura a partir de três postulados centrais: a *Economia Política do Significante*, a *Heterogeneidade Enunciativa* e a *Semiose Infinita*.

Tais postulados estão definidos na obra de Pinto (1994) da seguinte maneira: na Economia Política do Significante, o autor estabelece que “todo objeto significativo é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente” (PINTO, 1994:16). Com relação à Heterogeneidade Enunciativa, o autor afirma que “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 1994: 27). Já a Semiose Infinita é compreendida como o movimento, a instabilidade do sentido, a existência de uma cadeia interpretativa. Segundo o autor, nela não existe um significado estável, mas “remissivas de significante a significante, produzindo efeitos de sentido” (1994:14).

Como afirma Barthes, “tudo significa sem cessar e várias vezes, mas, sem delegação a um grande conjunto final, a uma estrutura derradeira” (1992:45). Embora não consigamos avaliar previamente com que chave uma informação será acessada, nem é menos plausível que, nos termos propostos por Pinto e Barthes sobre a Semiose Infinita, o leitor produza sentidos sobre aquilo que lê, vê ou assiste. A história de vida, a vinculação política-ideológica, os vínculos sociais e /ou afetivos produzirão formas diferentes de apropriação desse conteúdo. Por isso a importância conferida aos *Contextos*, isto é, as Condições de Produção, para compreender a diversidade na atividade discursiva dos sujeitos num dado momento histórico e situação de comunicação. É aquilo que interfere na forma como os sentidos podem ser apropriados por uma dada recepção. Isso significa dizer que a compreensão tanto do contexto de quem produz uma informação quanto o daquele que se apropria dela são fundamentais para o processo de investigação dos sentidos imersos nas construções discursivas.

O postulado da Heterogeneidade Enunciativa reconhece o que Bakhtin denomina como Polifonia, ou seja, uma “multiplicidade de vozes em interação (podendo ser em

confronto, inclusive) no interior de um texto” (RIBEIRO, 1996:55); vozes que são convocadas pelo próprio autor do discurso e outras sobre as quais ele não tem consciência.³⁷ Bakhtin chamou de dialogismo “a forma de articulação das diversas vozes presentes nos textos” (ARAÚJO, 2000:131) Assim, Polifonia e Dialogismo tratam da multiplicidade de vozes presentes no texto e da maneira como elas dialogam.³⁸

Como já destacamos, outro postulado central para a Semiologia é o da Economia Política do Significante. Esse postulado dá ênfase ao modo como os objetos adquirem a condição de significante. Segundo Araujo (2000), os fenômenos culturais (sendo a comunicação um deles) atuam sob uma lógica de mercado (produção, circulação e consumo dos seus produtos) e é somente através desse processo, que ocorre no plano simbólico, que os objetos irão adquirir o status de significante. Nessa mesma perspectiva, “as relações dão-se entre discursos e é através deles que os sujeitos negociam suas trocas, tendo como objetivo a disputa dos sentidos, ou melhor, a supremacia na construção dos sentidos dominantes” (ARAÚJO, 2000:135). Porém, como realizar uma análise que nos permita conhecer o modo como os sentidos foram construídos?

Ao se apropriar de parte da reflexão de Verón, Araújo nos propõe como método de análise o seguinte percurso: “a partir das pistas fornecidas pelas marcas do discurso, reconstruir as operações que levaram ao seu engendramento” (ARAÚJO, 2001:136). Paralelamente, outra questão importante é buscar a análise fora do texto, em outras instâncias de funcionamento social. Buscar os elementos extra-textuais. Isso nos leva a retomada de um conceito já mencionado, o de contexto. Compreendendo que contexto é condição de produção e que a relação dos discursos com a situação em que ele ocorre produz efeitos de sentido, é possível considerar o contexto como elemento fundamental ao postulado da Economia Política do Significante. Conforme argumenta Araújo, sob inspiração da Pragmática Discursiva, a concepção de Contexto foi ampliada: como

³⁷Maingueneau, ao elaborar sua definição de pré-construído, usa uma citação de Pêcheux que afirma ser o pré-construído “as marcas, no discurso, de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido” (Maingueneau, 1997:83).

³⁸Julia Kristeva, a partir das formulações de Bakhtin, propôs outra designação para o conceito de Polifonia (Heterogeneidade Enunciativa), desdobrada em duas modalidades: a *Heterogeneidade Constitutiva* refere-se às vozes dos discursos fundadores, vozes que se originam na história, na cultura. Podem ser identificadas através do estudo das condições de produção dos discursos, porém é necessário um conhecimento adequado dessas condições, caso contrário corre-se o risco de que o efeito de unicidade do discurso recaia sobre o analista. Já *Heterogeneidade Constituinte (ou Mostrada)* aparece marcada na superfície do texto, resultado dos processos de negociação. Mas, a força da unicidade também age sobre ela, o que pode dificultar sua identificação.

“dependem da construção do sentido entre os interlocutores, do mesmo modo que os sentidos sofrem as coerções dos contextos” (ARAÚJO, 2000:140), considera-se mais adequado falar em “contextualizações”³⁹. A noção de contexto associada à relação entre discurso e poder nos permite avançar no entendimento sobre o poder simbólico.

Araújo, ao tratar das relações de poder entre os interlocutores, com base nas proposições de Eliseo Verón, esclarece-nos que é a partir do modo como os dispositivos de enunciação são reconhecidos e consumidos que eles são determinados. “Ao reconhecer-se no sujeito do enunciado ou nos enunciadores de um texto, ao sentir-se identificado com a cultura ali expressa, ao acatar as imagens que o emissor lhe propõe, o receptor aceita as regras do jogo e fica sob o poder do texto. Isto ocorre na razão direta do capital simbólico do emissor” (ARAÚJO, 2000: 146). O emissor terá maior ou menor capital de acordo com a posição que ocupar (mais central ou mais periférica) em dado momento no mercado simbólico – salientando que este funcionaria de acordo com o postulado da economia política do significante. Assim sendo, para compreendermos seu funcionamento, devemos retomar a noção de que é necessário o desvelamento dos mecanismos sociais que o constitui e isso se dará através da análise das condições sociais de produção de um discurso.

À medida que nos apropriamos deste referencial, já nos consideramos capazes de ter um grau maior de consciência sobre o papel do analista de discursos, ou seja, a capacidade que este deve ter para refazer o processo de produção social dos sentidos, a partir das marcas deixadas nos textos e, em seguida, identificar os traços desse processo, buscando suas fontes e visando chegar às condições de produção do mesmo. É preciso entender que não há “naturalidade” no texto, ele é uma construção que precisa ser desvelada. Além das citadas, temos também outros tipos possíveis de marcas discursivas. Araújo destaca que uma delas está localizada nos aspectos formais dos suportes discursivos. Por “aspectos formais”, a autora entende não só os gêneros e as formas, mas também “tipo e tamanho de letras, da distribuição espacial do texto e das ilustrações, pelo uso de legendas, dos títulos, do estilo de ilustração, do número de páginas, para os impressos; ritmo, duração, densidade textual, uso de música e vinhetas, para rádio e meios audiovisuais; qualidade de reprodução, para todos” (Araujo, 2000:160). Com tal perspectiva, ela defende que a forma deve ser analisada juntamente

³⁹ A Pragmática, para a Filosofia da Linguagem, é o estudo dos efeitos dos contextos extralinguísticos de dada formulação. Falar em pragmática discursiva equivale a falar em prática discursiva, onde falar é fazer (ARAÚJO, 2013).

com o conteúdo, porque são constituintes da produção de sentido, o planejamento dos modos de circulação e de uso.

Temos como contribuições para nossa investigação alguns dos procedimentos metodológicos apresentados por Eliseo Verón e Inesita Araújo. Em Verón encontramos algumas premissas que funcionam como critérios para a análise. Entendendo que os traços que aparecem no texto são resultantes de suas condições de produção, Verón (2004) destaca que tais marcas irão determinar os sentidos propostos. Assim, se não for possível verificar traços no texto, qualquer análise ficará no campo da especulação. Segundo o autor, os traços podem ser atestados por marcas puramente linguísticas, marcas linguísticas mais amplas ou por unidades não-homogêneas (compostas por marcas linguísticas e não-linguísticas). O autor também chama atenção para o fato de que um mesmo texto pode ser analisado tanto a partir da posição de produção quanto da de reconhecimento. Por posição de produção podemos compreender a relação entre o discurso e suas condições de produção, o que permite que seu aspecto ideológico emergja na análise. Já a posição de reconhecimento permite que, através do procedimento analítico, seja mostrada a relação existente entre o discurso e seus efeitos, possibilitando circunscrever leituras possíveis.

A presença de Araújo se deve aos conceitos com valor metodológico que ela trabalha, pois potencializam outros procedimentos metodológicos. Tais conceitos são: Lugar de Interlocução, Comunidade Discursiva, Centro e Periferia e Fatores de Mediação. Podemos sistematizar, a partir da conceituação de Araújo, que *lugar de interlocução* é o lugar discursivo que se instaura na relação com o outro. Ele tem por característica a mobilidade, pois uma mesma pessoa pode ocupar diferentes lugares dependendo do contexto situacional. O lugar de fala, que é complementar ao lugar de interlocução, é aquele que cada pessoa ou grupo ocupa na topologia social. Ambos deixam marcas no texto.

Já *comunidade discursiva* é o conjunto de pessoas que, ao produzirem e fazerem circular um determinado discurso, nele se reconhecem e por ele são reconhecidos. O *centro e a periferia discursiva* são as posições de poder dentro do mercado simbólico. Elas são sempre situacionais e caracterizam-se por seu lugar de interlocução. Por fim, são considerados *fatores de mediação* aqueles que podem agir promovendo ou dificultando a mobilidade entre as posições de poder discursivo. Eles estão tipologicamente divididos em: fontes (os pré-construídos), campos (espaços sociodiscursivos de natureza abstrata), instâncias (espaços sociodiscursivos

formalmente estruturados), comunidades discursivas (é um subnível das instâncias) e fatores (que podem ser: motivações e interesses; os diferentes tipos de relações; as competências; a discursividade; os dispositivos de comunicação; as leis, normas e práticas convencionadas).

Realizar o exame das informações contidas no jornal, compreendendo que a organização espacial, gráfica, editorial não representa escolhas aleatórias, tornou possível perceber que as condições de produção de qualquer discurso engendram não apenas um, mas vários efeitos de sentido. Entretanto, nesse complexo processo de produção de sentidos, a tomada de consciência de que o poder de fala aparece relacionado ao capital simbólico que cada ator acumula e o lugar de onde fala (contexto situacional) permite referendar a primazia de um discurso em detrimento de outros. Isso nos pareceu particularmente evidente quando *O Globo* abre espaço para a fala de um sociólogo sobre a política internacional de combate às drogas (sendo ele inclusive um ex-chefe de Estado), mas não para representantes da saúde, apresentando numa miríade de *especialistas*.

Já tínhamos a compreensão de que os textos jornalísticos eram discursos. Entretanto, havia uma grande margem de desconhecimento quanto aos elementos que acabam por estruturá-los enquanto tal (fossem eles intra ou extralinguísticos). Porém, um dos elementos que mais nos chamou a atenção nesse processo foi o conceito de mediação (através dos fatores de mediação, como destaca Araujo). Nesses termos, o Centro e a Periferia não são apenas lugares de interlocução, mas lugares de onde se atribui sentidos sobre os discursos, sobre o mundo. A disputa de sentidos em torno de uma aparentemente “simples expressão” (internação compulsória) acaba por revelar um complexo embate político, ideológico, social na busca pela primazia de poder cristalizar um dado sentido em detrimento de outros tantos possíveis.

Ao tomarmos como referência a Semiologia dos Discursos Sociais na tentativa de dar conta das nossas questões de pesquisa, buscamos respostas nos textos jornalísticos que nos permitem descortinar as marcas discursivas presentes em cada unidade textual. Partindo da premissa que, como propôs Verón, o jornal constrói um vínculo com seu leitorado, seu contrato de leitura, julgamos ser possível verificar suas características na materialidade de seus textos, na forma como organiza suas editorias e estrutura suas notícias, articulando (e também silenciando) fontes e vozes, a partir de seus interesses e em meio as disputas nas quais está envolvido.

3– A centralidade da mídia nas interações sociais

Nossa percepção de que a mídia ocupa um lugar central na cena contemporânea se dá muito em função de nossa experiência na clínica e bem pouco por uma trajetória que tenha tido a comunicação ou o jornalismo como área de formação. Isso porque não são poucos os relatos feitos por pacientes (e seus familiares), no espaço de atendimento terapêutico, que reproduzem ou fazem referências explícitas às construções discursivas que circulam diariamente através dos meios de informação. Essa percepção inicial nos obrigou a um movimento de buscar compreender que dispositivos, que estratégias, que práticas atravessam a construção dessas mensagens que, além de exercer grande sedução sobre todos nós, interfere por vezes decisivamente nas nossas tomadas de decisão. Mas, não se trata de uma tarefa simples.

Lemos vários trabalhos que versavam sobre como a mídia se estrutura e como age sobre a vida das pessoas, e daremos atenção especial a alguns deles nas próximas páginas. De forma semelhante, investigamos outras referências que tomam como um pressuposto que a interferência da mídia é tamanha que não se pode falar em interações sociais sem que estas estejam atravessadas, em maior ou menor grau, pelas construções discursivas midiáticas. Entretanto, um dos principais efeitos que tais obras produziram foi a compreensão que não se pode tratar (infelizmente em alguns momentos fizemos) discurso jornalístico e discurso midiático como sinônimos.

Na tentativa de dar conta desse processo, optamos nesse capítulo por fazer o seguinte percurso: inicialmente, nos determos sobre os conceitos de mídia, de mediação e de midiatização a fim de que possamos não só distingui-los, mas estabelecer as relações entre eles. Em seguida, centraremos nossa exposição naquilo que confere ao discurso jornalístico sua especificidade no campo midiático, dando ênfase à construção da notícia, com seus critérios de noticiabilidade, para chegarmos ao debate sobre a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade com que esse mesmo discurso se anuncia. Ao final, apresentamos *O Globo*, nosso material de estudo, buscando justificar nossa opção devido à posição de destaque que o mesmo ocupa no jornalismo e na sociedade brasileiros e a partir do modo como o próprio jornal se define, *um formador de opinião*.

3.1– Mídia, mediação e midiaticização

Para justificar nossa opção por estudar a mídia, estabeleceremos, inicialmente, um diálogo entre os conceitos de mídia, mediação e midiaticização e o de nossas preocupações de pesquisa, cuja ênfase recai sobre o debate em torno dos sentidos produzidos pelo jornal impresso sobre o tema crack. Nesse percurso, organizamos uma exposição em categorias que se apresentam da seguinte maneira: primeiro nos detemos numa reflexão sobre por que estudar a mídia, como estudá-la e qual o seu papel enquanto campo social. Num segundo momento, refletimos sobre o que é mediação, que tipos de interferências podem gerar tanto em quem produz quanto em quem consome informações da realidade social, além de buscar problematizar a principal instância de mediação na contemporaneidade – a mídia. A terceira aborda o conceito de midiaticização, enfatizando as transformações pelas quais a mídia tem passado a partir do desenvolvimento, impulsionado pela força do capitalismo, das novas tecnologias de comunicação e informação. Por fim, retomaremos tais conceitos relacionando-os à nossa questão central: mídia e produção de sentidos sobre o crack e a internação compulsória.

Ao empreendermos uma reflexão sobre a mídia, propomo-nos a pensar no que está implicado em tal percurso. Nessa direção, nosso ponto de partida é a obra *Por que estudar a mídia?*, onde Silverstone nos adverte que:

Estudar a mídia (...) implica, inevitável e necessariamente um processo de desfamiliarização. Questionar o dado-por-certo. Mergulhar abaixo da superfície do significado. Recusar o óbvio, o literal, o singular. Em nosso trabalho, muitas vezes e com razão, o simples se torna complexo, o óbvio opaco. Luzes brilhantes fazem desaparecer as sombras. Está tudo nos cantos (SILVERSTONE, 2002:35).

Na contemporaneidade, a importância da mídia parece residir na centralidade que desfruta em sociedade muito complexas, como a nossa, onde perpassa todos os campos gerados pelas (e geradores das) relações humanas. Assim sendo, quando afirma que a “mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea (...) que é impossível escapar à presença, à representação da mídia”, o autor a qualifica como um tipo de instituição muito especial da qual dependemos para “ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (SILVERSTONE, 2002: 12).

Para estudar a mídia, então, devemos problematizar suas ações e observar as “verdades” que nos oferece diariamente. Mas, e paralelamente, compreendê-la, “nos termos de Isaiah Berlin, como parte da ‘textura geral da experiência’, expressão que toca a natureza estabelecida da vida no mundo, aqueles aspectos da experiência que tratamos como corriqueiros e que devem subsistir para vivermos e nos comunicarmos uns com os outros” (SILVERSTONE, 2002: 13). Neste caso, seria ingênua a aceitação de que suas emissões são apenas reflexos do cotidiano, ou ainda, discursos desprovidos de intencionalidade. Portanto, longe de buscar qualificá-la como boa ou má, o movimento de estudo da mídia deve tomá-la como “parte da textura geral da experiência” (SILVERSTONE, 2002: 14). Ou seja, seus discursos são propostos inserindo parte da experiência humana, muita das vezes conquistada a partir de práticas sociais, de forma assistemática, dentro das tramas que são estabelecidas no contexto de qualquer sociedade. Entretanto, o autor aponta que, para além de estudá-la como parte da experiência, faz-se necessário reconhecer que a experiência é real (inclusive a midiática), apesar dessa proposição aparentemente opor-se à ideia pós-moderna de que vivemos em um mundo de imagens e simulacros.

Discordando também de uma visão da “mídia como medida de todas as coisas”, Silverstone nos adverte que “podemos preservar, e de fato preservamos, alguma distância crítica entre nós e a mídia, que nossas vulnerabilidades à influência ou à força da mídia são desiguais e imprevisíveis” (SILVERSTONE, 2002:26). Assim, o modo como respondemos a ela irá variar tanto no particular quanto no geral. Ainda tratando da experiência, o autor chama atenção para função que o inconsciente e a subjetividade exercem sobre ela e que, portanto, um estudo da mídia deve considerar o inconsciente em sua relação com a constituição e o questionamento da experiência. Sendo ele uma via privilegiada para o que se dá naquilo que o autor chama de “territórios ocultos da mente e do significado”, o inconsciente emerge como uma via para a compreensão dos diferentes modos de apreensão dos fenômenos suscitados pela experiência. Pelo papel exercido pela mídia, enquanto mediadora da experiência, justifica-se a importância de uma investigação sobre ela.

O que é a mídia? De uma forma bem simples, em Ferreira (2001), ela aparece qualificada como “designação genérica dos meios, veículos e canais de comunicação, como, por exemplo, jornal, revista, rádio, televisão, outdoor” (FERREIRA, 2001: 462). Embora seja um ponto de partida, esta definição de mídia como um meio difusor de informação – que é compartilhada por vários segmentos sociais – não apresenta nenhum

aspecto que a explique em sua complexidade e em relação à sua centralidade na cena contemporânea. Para compreendermos a mídia e o lugar que ela ocupa na atualidade precisamos “sair da superfície” e aprofundar nosso olhar em questões simultaneamente amplas e complexas. Para tanto, partimos de algumas contribuições de Rodrigues, para quem a mídia deve ser percebida como um campo social. Nesses termos, deveríamos não estudar a mídia, mas o campo dos *media*. Segundo ele, existe uma íntima ligação entre os processos comunicacionais e a constituição de uma esfera pública, sendo que essa é o lócus de visibilidade das interações sociais. Desse modo, a comunicação, de acordo com o autor, será o processo instituinte do espaço público, assumindo assim um caráter paradoxal, pois ao mesmo tempo em que institui é instituída.

Segundo Bourdieu (1983), os campos são “espaços estruturados de posições”. Entretanto, cada campo particular tende a apresentar caracteres específicos que o conformam, definidos por disputas de objetos e interesses próprios, que o distinguem de qualquer outro campo, conferindo a ele, igualmente, um *capital social* específico e um *habitus* próprio. O autor destaca que essas “disposições” adquiridas pela aprendizagem podem produzir conjuntos de ações conscientes ou inconscientes que se relacionam, mesmo que não tenham sido concebidas com essa finalidade, com interesses específicos de seus atores. Para Rodrigues, um campo social é uma instituição social, uma esfera de legitimidade que impõe “com autoridade indiscutível actos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência” (RODRIGUES, 1990:144). Sendo a legitimidade o aspecto principal para a sua formação, essa capacidade só será reconhecida na possibilidade de dado campo ser o sujeito da enunciação. Outro aspecto que nos parece interessante é o que diz respeito à dimensão do campo. Os campos sociais, por estarem em relação, coexistem e repartem entre si a força de seus processos e funções, provocando o reflexo destes em cada um dos campos.

Estes reflexos, denominados dimensões, são o motivo de encontramos, metaforizados, modos de dizer e de agir de um campo em outro. Assim, o campo social será “mais forte quanto mais conseguir impor aos outros campos a sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projectá-la” (RODRIGUES, 1990:149). Ao tomarmos a mídia como campo social, precisamos compreender o quanto sua força advém da capacidade de incorporar discursos de outros campos dessacralizando-os, isto é, utilizando-os, a partir de uma nova (e muito própria) organização enunciativa, na busca de uma construção interativa que celebre suas visões de mundo, seus interesses, sua ideologia.

A imposição da axiologia de um campo ao outro implica numa intervenção nas suas estratégias de funcionamento. Essas estratégias aparecem descritas por Rodrigues como pedagógica e terapêutica. Na primeira, há um investimento contínuo de inculcação da ordem do campo. Já na segunda, o investimento reside na interiorização dos mecanismos da culpabilidade. Na modernidade, com a autonomização dos campos, passa a ocorrer uma composição entre as estratégias dos mesmos para que eles possam repartir e aumentar a força de sua intervenção. Tais composições entre as diferentes estratégias dos campos são, sobretudo, a cooperação e o conflito. Em linhas gerais, a cooperação serviria para a amplificação dos efeitos de coerção de dois ou mais campos. Já o conflito ocorreria quando dois ou mais campos desejassem impor sua própria ordem numa mesma esfera de experiência. Como veremos mais adiante, um dos efeitos desse processo é a gradativa incorporação, por parte da mídia, dos discursos cuja gênese estaria fora deste novo campo social. Outra característica importante do campo dos *media* (e mais especificamente quando falamos em jornalismo) é que se trata de um discurso de segunda ordem; ele precisa dos outros campos de maneira singular. O mesmo não pode ser dito de campos como os da ciência, da religião, etc.

Se para Rodrigues (1990), *media* (mídia) tem um sentido mais amplo do que *mass media* (meios de comunicação social), já não cabe mais mantermos a definição utilizada no início de nossa reflexão, que designava mídia como os meios, veículos e canais de comunicação (comunicação midiática). Passamos então a compreendê-la enquanto um campo social – o campo dos *media*. Aplicando a tal campo o que acabamos de discutir, podemos perceber que ao adquirir um status de relativa autonomia e de possuidor de uma ordem axiológica própria – a de mediador⁴⁰ entre os campos sociais – o campo da comunicação tem sua legitimidade conferida a partir dos outros campos sociais. Assim, de forma mais sintética, a legitimidade da mídia se assentaria na “elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência no seio de uma sociedade caracterizada pela natureza fragmentada da experiência no mundo” (RODRIGUES, 1990:155), sendo sua estruturação e seu funcionamento similares aos dos outros campos na modernidade. Nestes termos, sua estratégia é marcada por um funcionamento que tanto pode ser a

⁴⁰ Não se trata aqui da ideia de mediador nos termos propostos por Lazarsfeld, isto é, mediador como líder de opinião que, através da comunicação em dois fluxos, tornaria a emissão mais eficiente. E sim, numa perspectiva mais relacional onde tanto emissão quanto recepção e circulação sofrem múltiplas influências.

cooperação, com vistas ao reforço de sua legitimidade, quanto o conflito, onde ocorrerá uma exacerbação das divergências e antagonismos.

Por campo dos *media*, Rodrigues nomeia a

instituição de mediação que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objectivos e ao respeito dos seus interesses. (RODRIGUES, 1990: 152).

Assim, se o *campo dos media*, por um lado, não abarca todas as funções dos *mass media*, por outro, tem muitas de suas funções de mediação asseguradas por dispositivos outros que não os dos meios de comunicação social em si, tornando-se assim um campo fluído e que se propaga pelo tecido social. Entretanto, é possível perceber, especialmente a partir da forma como tece seus discursos, que o jornal, assim como outros meios de comunicação ocupariam um lugar privilegiado na construção/reconstrução do tecido social, sobretudo pela forma como apresenta tais construções discursivas à sociedade. Ou seja, na medida em que se anuncia como um espelho da sociedade, apresentando de forma neutra, imparcial e objetiva os temas que cotidianamente estão presentes em suas páginas, os relatos da imprensa produzem um efeito de sentido que tende a apagar as mediações neles contidos.⁴¹

Pelo que expusemos até o momento, e concordando com Oliveira (2010), a mídia na contemporaneidade é o lócus da “construção de sentidos e legitimidade por parte das forças atuantes na sociedade”. Para compreendê-la, faz-se necessário “considerá-la como uma instância de produção, circulação e reconhecimento de sentidos que são determinados por um conjunto de variáveis” (OLIVEIRA, 2010:4). Essa caracterização da mídia a qualifica, como destaca o autor, como um fator poderoso na constituição dos imaginários sociais. Sendo a midiatização o eixo que abordaremos mais adiante, parece-nos particularmente relevante pensar, dentre outras questões, como as novas tecnologias impactam as transformações operadas na mídia, pela transnacionalização do capital, pelas subjetividades, enfim, pelas novas formas de sensibilidade. Finalmente, consideramos que um estudo da mídia precisa levar em conta sua centralidade, sua ação mediadora e as transformações pelas quais tem passado.

⁴¹ Sobre a especificidade do discurso da imprensa trataremos na seção seguinte.

Refletindo sobre o conceito de mediação e sua relação com a comunicação, gostaríamos de destacar três afirmações de Sodré: a) “toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas”; b) está “presente na palavra mediação o significado da ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes (o que implica diferentes tipos de interação)”; c) a linguagem é considerada “a mediação universal” (SODRÉ, 2002: 190). Ao nos determos especificamente sobre a ação mediadora exercida pela mídia, é importante retomarmos algumas das contribuições oferecidas por Silverstone. Em sua reflexão sobre a mídia, o conceito de mediação aparece ligado à ideia de que há uma circulação de significados através da intertextualidade. Para o autor, produtores e consumidores que somos desse movimento, nós agimos e interagimos e assim, “nossos próprios textos, como analistas, são parte do processo de mediação” (SILVERSTONE, 2002: 34). Aplicando ao estudo da mídia, a construção proposta por Steiner de que o “linguista não sai do tecido móvel da língua verdadeira (...) mais do que sai um homem do alcance de sua sombra” (STEINER apud SILVERSTONE 2002: 34), ele reforça a ideia de que estamos imersos no processo que operamos. Essa imersão implica em desafios: epistemológico (nossa compreensão da mediação) e ético (nosso juízo sobre o exercício de poder no processo de mediação), o que reforça a noção de que, ao se estudar a mídia há uma necessidade de desfamiliarização, de recusa ao óbvio.

Numa busca por compreender o conceito de mediação, desde a sua história, suas possibilidades, seus limites e a partir de sua origem filosófica, Signates (2006) aponta que é em Martín-Barbero que temos uma espécie de reabilitação da ideia de mediação. Tal tentativa estaria esboçada na obra “Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia” (1987), a partir do movimento de retomada da abordagem, ligando o conceito de hegemonia à cultura. Ao tentar estabelecer as fronteiras de um mapa conceitual, Signates inicia o delineamento do conceito de mediação com uma negativa (o que ela não é). Assim, ele busca senão desfazer, ao menos dispensar os significados já consagrados para o termo. Para o autor, mediação não é: “intermediação”, nem “filtro”, tampouco “intervenção no processo comunicativo” (SIGNATES, 2006:61).

A partir de algumas observações de Orozco Gómez, Signates faz uma distinção que consideramos relevante para adensarmos nossa compreensão sobre o conceito. Sua proposta é que não há uma, mas fontes de mediação, sendo estas os lugares onde se originam os processos estruturantes: “Assim, a mediação se manifesta por meio de ações e do discurso, mas nenhuma ação singular ou significado particular a constitui enquanto tal” (SIGNATES, 2006: 67). Concluindo suas observações, ele aponta que,

apesar de considerar que o conceito de mediação ainda tem algumas questões para superar, isso não inviabiliza sua aplicação a partir da compreensão de que a mediação é o que permite “a presença simultânea ou processual de antinomias, como condição de emergência do novo nas mudanças sociais” (SIGNATES 2006:77).

Araújo e Oliveira, ao desenvolverem seu trabalho sobre comunicação e mediações em saúde, também problematizam o conceito de mediação, associado à comunicação na saúde pública, apontando que o mesmo é “fator estruturado e estruturante das formas de comunicação e construção de sentidos” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2012:2). Nesse mesmo trabalho, eles também apresentam as considerações de Martín-Barbero sobre mediação como a “articulação entre as práticas de comunicação; a cultura e o contexto social como fatores e lugares de interpelação, reconhecimento e construção dos imaginários sociais e culturais, em particular, na América Latina.” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2012:5). Outro ponto que merece destaque é sobre os “fatores de mediação”, que são propostos como “fatores que promovem ou dificultam o fluxo dos sujeitos entre o centro e a periferia do poder discursivo” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2012:10).

Partindo dessas premissas, nossa compreensão é que estes autores defendem que a mediação traz a possibilidade da indeterminação dos sentidos na comunicação. O outro pode complementar, construir algo a partir da comunicação, que por sua vez, também é híbrida, especialmente porque os sentidos são múltiplos e abertos; são produzidos a partir de elementos que se constituem histórica e socialmente. Quando tomamos como referência os discursos produzidos pelos meios, nos vemos diante de um processo onde é o próprio esforço por fixar sentidos em torno da dinâmica social que revela o quanto os sentidos são indeterminados e indetermináveis. O que essa perspectiva nos oferece é a possibilidade de, ao tomar os discursos produzidos a partir do crack, observar o quanto a luta se revela nos embate, através de certo esforço de repetição, para fixação de sentidos (num certo ordenamento social) que celebra uma forma de enxergar e difundir o fenômeno. Entretanto, também não podemos negligenciar o fato de que os meios massivos de comunicação tem tido, especialmente na atualidade, a primazia de fixar determinados sentidos amplamente compartilhados pela sociedade.

Ao retomarmos Rodrigues, especialmente a partir da associação da ideia de que a mediação é fator estruturado e estruturante nas formas de construção de sentido, o lugar da experiência é fundamental. Ela é o que produz aquilo a que Pierre Bourdieu denomina como *habitus* – um “sistema de disposições duráveis e transponíveis,

estruturas estruturadas e predispostas para funcionarem como estruturas estruturantes” (RODRIGUES, 1999:3). Sendo a experiência seu produtor, podemos compreender *habitus* como um sistema de ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais. Tal sistema é o que possibilita um modo estável para que o indivíduo opere numa determinada direção. O *habitus* é formado durante a socialização do indivíduo e se realiza dentro de determinadas condições sociais. Com relação à ideia de estruturas, o referido conceito nos permite compreender tanto a posição do indivíduo num campo quanto seu conjunto de capitais. Assim, podemos perceber que o *habitus* tem seu papel naquilo que comunicamos e no modo como o fazemos. Por isso, podemos tomá-lo como uma questão de mediação.

Entendendo que todo discurso, além de implicar numa mediação, também a produz, cabe-nos uma breve recuperação da noção do que é discurso para inseri-la num quadro mais geral do argumento que estamos desenvolvendo. Fairclough (2001) ao elaborar sua concepção de discurso o faz relacionando-o a uma forma de prática social e não uma atividade puramente individual. Assim, essa prática tanto representa quanto dá significação ao mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de crenças. Em Rodrigues (1999), encontramos o discurso, mais especificamente o midiático, definido como aquele que, além de possuir as características de qualquer outro tipo, possui “um conjunto de traços distintivos que definem a sua natureza e o seu modo de funcionamento e o distinguem dos outros discursos.” (RODRIGUES, 1999:29).

Assim, o discurso jornalístico, aliás, como todo discurso midiático, tem dentre outras características, tais como silenciamento, diálogo com o passado, hierarquização, enquadramento, uma que lhe permite exercer a mediação tanto entre os domínios da experiência quanto entre os campos sociais. Diferente do discurso esotérico, que é reconhecido e interpretado apenas pelos seus pares, o jornalístico é um discurso exotérico, pois ele “é compreensível independentemente da situação interlocutiva particular” (RODRIGUES, 1999:30). Na verdade, o que se pode perceber é que a forma como o discurso midiático se estrutura dá a ele uma singularidade tal que, ao nos depararmos com informações diuturnamente por ele difundidas, a sensação produzida é a de que todo o mundo social poderia estar “coberto” por ele.

Os avanços no campo do desenvolvimento da convergência tecnológica, ocorridos no mundo atual, suscitaram mudanças e um aumento das interações entre os diversos campos sociais. No campo dos *media* essas mudanças podem ser percebidas no modo

como sua atuação foi remodelada a partir do uso intenso das tecnologias. Em nossa compreensão, o que acabou sendo produzido foi a apropriação desse modelo por outros campos sociais, onde estes passaram a utilizar-se, em sua dinâmica, das mesmas técnicas de atuação do campo da mídia. Assim, a sociedade passou a ter como modelo em alguma medida, os procedimentos metodológicos da mídia. Nesse cenário, temos o que vários autores têm chamado de midiatização (SODRÉ, 2011; FAUSTO NETO, 2008; OLIVEIRA, 2010). Em seu trabalho “Anotações provisórias sobre mídia e midiatização”, este último descreve midiatização como

o resultado das transformações operadas na mídia a partir das novas tecnologias comunicacionais e informacionais, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) que passam a influenciar profundamente as interações sociais e a circulação de sentidos na sociedade, principalmente. (OLIVEIRA, 2010:6).

Ao incorporar algumas contribuições de Marco Aurélio Nogueira, Oliveira (2010) enfatiza que o mundo em que hoje vivemos é em um mundo em transição no que diz respeito à mídia, pois ao invés da difusão de informações temos informações compartilhadas e concebidas por diferentes fontes que atuam operando em rede. Nestes termos, ambos parecem concordar que tal movimento foi facilitado pela mudança das tecnologias analógicas para as tecnologias digitais. Assim, esse aumento das interligações entre as mídias possibilita que a sociedade como um todo possa delas se apropriar. Vale destacar ainda que, ainda segundo Nogueira (OLIVEIRA, 2010), o novo formato não elimina os já consagrados, pois a estrutura os vincula de diferentes maneiras e ao mesmo tempo facilita os modos de acessá-los. Assim, a midiatização torna-se uma forma particular e muito especial de mediação.

Em Sodré, encontramos a midiatização definida como mediações socialmente realizadas onde a comunicação é entendida como um “processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecnointeração’ –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*⁴².” (SODRÉ, 2011: 21). Para o autor, um dos efeitos dessa dinâmica é que há uma tendência à virtualização das relações humanas a partir da “articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação”. Ao encontrarem-se imersos na tecnologia, os processos comunicacionais

⁴² Por *medium* o autor não está referindo o dispositivo técnico, mas o fluxo comunicacional acoplado a tal dispositivo e socialmente produzido. Assim, a internet é o *medium* e não o computador.

e relacionais que se realizam entre os diversos atores sociais passam a acontecer a partir de uma temporalidade não linear e de espaços que já não estão mais vinculados à ideia da co-presença.

Concomitantemente, as tecnologias tornam-se imprescindíveis para a realização de determinadas relações sociais, deixando com isso de serem percebidas como suportes técnicos para a realização da comunicação e passando a serem observadas como se mídias propriamente ditas fossem. Um dos efeitos desse momento histórico é o estabelecimento de um novo paradigma, onde a mídia se estabelece como um novo ambiente expressivo para o qual convergem várias formas de narrativas contemporâneas. Dessa maneira, parece ser cada vez mais tênue a diferença entre as relações que acontecem face a face e as relações mediadas por tecnologias midiáticas. Ou seja, os dispositivos tecnológicos transformam as práticas e esse é um fenômeno da ordem da midiatização. Todo esse movimento representaria aquilo que Sodré (2011) identificou como sendo os efeitos de uma ordem tecnoeconômica sobre as consciências em forma o, sobre o futuro da organiza o humana.

Essa nova forma de compreensão do fenômeno comunicacional representaria a emergência de um novo *bios*– o midiático.⁴³ Ou seja, uma nova forma de encena o das texturas das experiências, nos termos propostos por Silverstone. Concordando com Sodré, esse estágio da história da humanidade nos colocaria diante de um processo em que a midiatiza o   uma nova forma de vida, uma interpreta o da vida onde o vinculo social – ou seja, as reciprocidades que as pessoas estabelecem entre elas para viver –   o objeto da comunica o. Na tecnocultura, por exemplo, parte da vida   exatamente constituída pelo mercado. Assim, podemos pensar a midiatiza o como uma tecnologia da sociabilidade onde predomina a esfera dos negócios e que possui uma qualifica o cultural própria. Estando implicada na transforma o das formas tradicionais de sociabiliza o, a tecnocultura implica, portanto, em um novo tipo de relacionamento do indivíduo com o que se convencionou chamar de verdade, ou seja, uma condi o antropológica.

Ao seguirmos a proposta de Sodré, que aponta que o *bios midiático*   um novo modo de existência, gostaríamos de reafirmar que: a) nessa nova vida, a mobilidade ou a circula o das coisas no mundo   uma característica da modernidade; b) as redes são

⁴³Partindo da classifica o aristotélica de formas de vida, para Sodré (2011), *bios midiático*, seria outro tipo de natureza humana, feita de informa o, espelhamento e costume. Cada *bios* (*therotikos*, *apolaustikos* e *politikos*)   um âmbito onde se desenrola a existência humana. Todas implicam formas diferentes de sociabiliza o.

onde as conexões e as interseções tomam lugar do que seria antes pura linearidade; c) vivemos uma cultura de simulação, de "representação apresentativa"; d) o espelho midiático não é simples cópia, porque implica uma forma nova de experimentar a vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva de indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais. Nesse sentido, a midiatização deve ser pensada como uma tecnologia de sociabilidade, com uma qualificação cultural própria. Assim, atuando a mídia no imaginário contemporâneo oferecendo uma realidade virtual, forja-se, com a midiatização, uma nova forma de consciência coletiva.

Há ainda três aspectos que merecem ser sublinhados na exposição realizada por Sodré sobre a midiatização. O primeiro é o que poderíamos compreender como *nova ordem de mediações socialmente realizadas*. Nesse cenário, a comunicação tenderia a ser tomada *apenas* como processo informacional com ênfase num tipo de interação – a que faz apelo à dimensão tecnológica da realidade. O segundo é a crítica ao “espelho midiático”, que, com todas as suas alternativas técnicas de verossimilhança, tem gerado um novo tipo de controle moral. Por fim, a noção de que a mídia não determina, mas prescreve. Esse quadro tem produzido aquilo que o autor classificou como “novo tipo de consenso coletivo”, antes buscado politicamente na dita esfera pública e agora conformado gerencialmente, administrativamente. Concordando com Sodré, o que parece estar em curso é uma refiguração do mundo pela ideologia assentada nas lógicas de mercado, onde se desloca, por exemplo, o papel do cidadão para o de consumidor. A grande questão que tal deslocamento parece suscitar é sobre a capacidade do poder de transformação dos atores sociais nesse momento histórico. A diferenciação entre usuário e consumidor parece requerer nossa atenção não apenas como forma de distinção entre ideologias políticas (neoliberalismo, socialismo, nacional-desenvolvimentismo), mas porque esses “lugares sociais” têm servido para a consolidação de um tipo muito particular de hegemonia econômica, política, social, cultural.

Como já mencionamos anteriormente, desde 2004 temos trabalhado com pessoas dependentes de substâncias psicoativas e seus familiares. Nesse percurso tivemos a oportunidade de perceber como o rótulo de “dependente químico”, e todo discurso que a ele está associado (crime organizado, violência, transtorno mental, fraqueza moral...), apresenta-se fortemente marcado por construções noticiosas que, embasadas em discursos como o médico e o jurídico, dialogam com o imaginário dos indivíduos. Ao nos apropriarmos de leituras sobre o tema, observamos que durante todo o processo

histórico que redundava, por exemplo, na construção da legislação no que se refere à questão da dependência química no Brasil, o uso indevido de drogas é tratado, geralmente, a partir do paradigma criminal, vindo apenas recentemente a adquirir um caráter de saúde pública.

O debate travado na atualidade sobre as internações compulsórias pelo uso de drogas de adultos em situação de risco, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo dessa dualidade. A ausência de uma clara distinção entre usuários e traficantes, tanto na Lei 11.343/2006 como no PL (7663/2010) que pretende alterá-la, tem como consequência uma potencialização da criminalização do uso de drogas, sendo o crack aquela que tem recebido mais atenção nos últimos tempos, principalmente a partir do debate em torno da internação compulsória. Retomando o que havíamos destacado no primeiro capítulo, a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001) prevê como possibilidade a internação compulsória. No entanto, embora ela só possa ser efetivada se forem cumpridos seus aspectos diferenciais, pela forma como vem sendo apresentada no discurso da mídia, é possível que ela ocorra indiscriminadamente e recebendo apoio de segmentos da sociedade.

Pelo que até aqui expusemos, destacamos que nosso trabalho tem se direcionado tomando como ponto de ancoragem, especialmente a partir de Araújo e Cardoso, a comunicação como um processo de conferir sentidos sobre o mundo e a sociedade. Mais especificamente, sobre que sentidos essa forma de comunicar tem produzido. Paralelamente, ao tomarmos a mídia como um “grupo técnico de imaginação” que se torna responsável pela “absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo atuante nas representações sociais” (OLIVEIRA, 2004:58), refletir sobre sua influência nas construções imaginárias sobre o crack, o usuário e as regiões onde supostamente o consumo é maior. Outro ponto significativo é sobre a forma como as recentes discussões em torno das alterações nas bases da internação compulsória, particularmente pela forma como a mesma tem sido discursivamente construída pela mídia (a imprensa, mais especificamente), tende a representar um retrocesso na política de saúde mental no Brasil.

Se em outros momentos da história da humanidade as pessoas e os temas, para terem visibilidade, necessitavam partilhar de um local em comum, de uma interação face a face, a complexidade do cenário atual tornou tudo bem diferente. É no quadro dessas transformações, sobretudo no campo das relações humanas, que a mídia acaba se estabelecendo como um importante campo constituinte da esfera pública, tornando-se

lócus privilegiado para captura de embates ideológicos em torno de modelos “mais apropriados” de sociedade. Com Silverstone (2002), compreendemos que é impossível escapar à presença, à representação da mídia. A partir de Rodrigues (1999), aprendemos que a mídia, através de jogos muito complexos (por exemplo, com a utilização de um imaginário mítico primitivo, que é reciclado de acordo com as regras dessacralizantes da modernidade), consegue projetar novos efeitos de sentido na experiência coletiva. Com Oliveira (2010), percebemos que a mídia contemporânea é o lugar onde os sentidos são construídos e legitimados, qualificando-a como um poderoso fator de constituição dos imaginários sociais.

Ao pensarmos a articulação entre os conceitos de mídia, mediação e midiatização e o nosso objeto de investigação, gostaríamos ainda de destacar que, em nosso entendimento, a mediação e a midiatização são processos que acabam revelando aspectos que conferem à mídia, portanto ao jornal impresso como uma de suas variantes, uma centralidade. A mediação, de modo simplificado, seria a “inter-ação”, a ação que se dá entre a mídia e a experiência humana, sendo que ela é dotada de uma circularidade, pois é ao mesmo tempo fator estruturado e estruturante das formas de comunicação. Assim, cabe também a ela agir sobre a construção de sentidos, pois o outro pode complementar, construir algo a partir da comunicação. Em síntese, embora as possibilidades de apropriação sejam múltiplas, nos vemos diante de um jogo que busca oferecer alguns sentidos, suprimindo as alternativas indesejadas.

Já a midiatização seria o que poderíamos classificar como uma das mais importantes formas de mediação da atualidade. Trata-se de um processo onde parece estar em curso um “aprisionamento tecnointerativo” das relações humanas. Ou seja, nela, sobretudo por uma espécie de deslumbre com as tecnologias, estas deixam de ser meros suportes técnicos para a realização da comunicação, passando a serem percebidas como imprescindíveis para a realização de determinadas relações sociais – como se não houvesse mais vida fora da *matrix*. Nesses novos tempos, os dispositivos tecnológicos passam a interferir diariamente na vida da sociedade, oferecendo “as melhores alternativas” para o ordenamento social e para a supressão das contradições. É precisamente neste quadro que a “questão do crack” aparece inscrita.

3.2– O discurso jornalístico

Um dos elementos que conferem aos discursos jornalísticos um lugar privilegiado na construção/reconstrução do mundo é a forma como os mesmos são tecidos e apresentados à sociedade como reflexos da realidade. Nestes termos, são vitais para o jornalismo as categorias neutralidade, imparcialidade e, especialmente, objetividade, que acabam por naturalizar o enquadramento por ele realizado. Este ideário tem nos critérios de noticiabilidade uma importante fundamentação. Para Traquina, estes podem ser entendidos como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores -notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’. (TRAQUINA, 2008:63). Segundo o autor, os critérios de noticiabilidade funcionam para os jornalistas como uma classificação que permite aos profissionais gerirem e selecionarem dentre os acontecimentos os que serão noticiados.

Na verdade, além de buscar se não apagar, pelo menos borrar, as mediações ali contidas, as informações que preenchem as páginas dos jornais, apresentam um mundo que já foi selecionado, já foi emoldurado e é “entregue ao leitor” para um consumo diário de vários temas. Entretanto, e aí parece estar um dos aspectos mais significativos da relação imprensa-sociedade, não se trata de oferecer apenas uma versão de fatos. Também para Mouillaud (2002) a notícia deve ser compreendida como um discurso. Não se trata apenas de um movimento de construção de uma informação, mas de produzir um efeito de realidade a partir das construções noticiosas oferecidas para que, simultaneamente, elas sejam consumidas como verdades. Nestes termos, o jornal deveria ser pensado a partir de dispositivos jornalísticos próprio de um processo produtivo onde na oferta já estão presentes mecanismos de significação que interferem na forma como os leitores vão se apropriar desse conteúdo. Com essa perspectiva, a seleção de temas, sua hierarquia nas páginas, a angulação da cobertura, a editoria onde está presente o texto são parte de um processo de enquadramento que, de forma deliberada ou inconsciente, acabam determinando uma forma que distingue um suporte do outro e que caracteriza a prática discursiva de um jornal.

Os dispositivos jornalísticos operam organizando o sistema produtivo da comunicação (produção, circulação e consumo). Eles permitem que o veículo estabeleça

aquele vínculo veículo-leitor que Verón qualificou como *Contrato de Leitura*⁴⁴. Ou seja, o processo pelo qual duas partes (um suporte e seus leitores) estabelecem um vínculo pela leitura. Por isso é fundamental que consideremos o dito e os modos de dizer presentes num discurso. Isto é, ao enunciar algo o enunciador constrói tanto um lugar para ele quanto posiciona seu interlocutor. Ao estabelecer a forma mais ou menos estável dessa estrutura o suporte estabelece o contrato com seu leitor. Uma análise dos discursos produzidos pelo periódico, isto é, a análise do plano da enunciação permite fazer emergir as especificidades presentes no estabelecimento do já mencionado vínculo leitor-jornal. Nestes termos, o leitor de *O Globo* não recebe apenas um conteúdo (informativo ou opinativo). Como destaca Verón, ele “recebe conteúdos sempre ‘presos’ por uma estrutura enunciativa onde alguém (*o enunciador*) lhe fala, e onde um lugar preciso lhe é proposto enquanto *destinatário*” (VERÓN, 1989:105).

Embora o jornalismo possua um conjunto de marcas distintivas, os diferentes contextos históricos em que se desenvolve imprimem características específicas que não podem ser desprezadas (SCHUDSON, 2010). No caso brasileiro, não se pode desprezar que o conjunto de transformações, especialmente aquelas entre as décadas de 1950 e 1960, nas quais se produziu uma ruptura entre os chamados espaços de informação e os de opinião (gerando, como um dos efeitos desse processo, a distinção entre a imprensa informativa – com um fazer jornalístico marcado pela objetividade, neutralidade, imparcialidade, pela descrição sem valoração – e a sensacionalista). Concordando com Borges (2009), “as transformações pelas quais a imprensa passa em meados do século XX produziram, como um dos seus efeitos, uma espécie de *fala autorizada*, que acaba celebrando como a hegemônica um determinado tipo de narrativa: a jornalística” (BORGES, 2009:92), escudadas num conjunto de técnicas (ou dispositivos) que definem esse poderoso lugar de enunciação. Essa “fala autorizada” é respaldada em larga medida pelo “lugar de onde se fala”, uma vez que os veículos também puderam autorreferenciar-se e distinguir-se.

Num trabalho anterior (BORGES, 2013), problematizamos, dentre outros aspectos, a centralidade do discurso jornalístico na contemporaneidade. Naquela oportunidade, pusemos em evidência que os jornais têm desempenhado um papel

⁴⁴ “O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor. (...) Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhes dão, a maneira como o tratam, a distância ou a intimidade que lhe propõem.” (VERÓN, 2004: 236)

decisivo na construção das identidades, dos espaços sociais, da subjetividade. Como assumimos que a identidade é construída na interação social, mas igualmente através daquilo que fica recalcado devido à necessidade de filiação, através dos mecanismos de identificação, compreendemos que tais construções se estruturam a partir de um sistema de representação em realidades concretas, de um sistema de significação onde atribuímos sentido ao mundo. O que nos parece singular neste momento histórico em que vivemos é o fato da produção jornalística constituir um dos principais discursos de referência na construção de espaços e identidades sociais.

Uma importante questão que parece estar em jogo é que o jornalismo (descrito como um “gênero inferior” em Koselleck), dadas as condições contemporâneas de existência, vem assumindo a primazia da forma de narrar (contar história) o mundo, assenhorando-se da memória, como já havia sido proposto por Ribeiro (2007).⁴⁵ Em termos aproximativos, a referência à Koselleck (2005) se dá em função de percebermos algumas convergências entre sua perspectiva e a que estamos aqui desenvolvendo. Trata-se da questão do quanto os conceitos são naturalizados nas falas dos atores políticos: “Os conceitos fundamentais, elaborados teoricamente, passaram a fazer parte do reservatório de palavras de ordem formadoras de opinião e legitimadora de partidos – de todos os partidos” (KOSELLECK, 2005: 294). Novamente recorremos à Borges para nos apropriarmos daquilo que o autor chamou de “avizinhamo entre ‘todos os partidos’ e a imprensa”. Em suas palavras: “na abordagem gramsciana, não é a imprensa exatamente um partido e o jornalista uma construção social e vulgar de intelectual?” (BORGES, 2009:109).

Um dos pontos essenciais da presente argumentação é sublinhar que a forma de atuação supostamente neutra, imparcial, objetiva não exime, antes caracteriza a ação política dos jornais nas construções discursivas que são oferecidas à população. Baseado em critérios forjados no que tange ao processo de produção da informação jornalística, um determinado tipo de imprensa (a dita *séria*, porque *simplesmente informativa*) se estabelece em oposição a outro padrão (o *sensacionalista*), como se ambos não sofressem as mesmas influências. O que estamos destacando é que a suposta oposição *séria* x *sensacionalista* acaba cristalizando um maniqueísmo que esconde o que está em jogo, lançando-nos a um falso desafio: como avaliar as construções discursivas se sob uma (*imprensa sensacionalista*) já pesa a valoração negativa, por

⁴⁵ Na seção seguinte, onde estaremos abordando a relação entre jornalismo e história, esperamos nos determos com um pouco mais de tempo para que essa questão fique melhor explicitada.

estar vinculada ao que seria panfletário, político, narrativo, mas também mundano, escatológico, baixo, por exemplo, enquanto a outra (*séria*) se afigura como racional, científica, superior, puramente descritiva?

Colocando em outros termos, antes de se tratar de um tipo de jornalismo (sensacionalista), estamos diante de construções enunciativas. O medo, por exemplo, ao ser utilizado como estratégia narrativa, difunde informações e mexe com sentimentos. As notícias e reportagens que fazem referência às chamadas cracolândia não produzem exatamente este efeito, o de potencializar o medo de transitar por aquelas regiões? Esse processo nos coloca diante de outra questão: essa *fala autorizada* parece acaba celebrando como hegemônica uma determinada construção discursiva: a jornalística. Para além da carga afetiva e ideológica que possa ter, a autoridade (jornalística, nesse caso) é um tipo de poder que é reconhecido (legítimo), aceito e respeitado, conferindo àquele profissional (ou atividade) o reconhecimento necessário outorgado pela sociedade. Um dos efeitos produzidos por essa transformação foi o estabelecimento do jornalista como um observador legítimo e confiável nos termos propostos por Zelizer (1992). Como essa “supremacia” da “informação objetiva” não significou a eliminação do espaço da opinião, da ficção das construções noticiosas, evidencia-se que a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade do relato jornalístico acaba representando apenas um mito.

Ao tomarmos por referência a “definição operatória de *autoridade jornalística*” proposta por Zelizer, entendemo-la como

a capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da “vida real” (...) como um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. A autoridade jornalística se situa no contexto das práticas jornalísticas, nas quais os repórteres têm, desde há muito, se valido de recursos tecnológicos, narrativos e institucionais que servem de fundamento para a pronta circulação das suas versões particulares acerca das atividades da “vida real” (ZELIZER, 1992:11).

A partir definição apresentada pela autora, é possível perceber que, por um lado, não basta que as técnicas sejam utilizadas, é preciso que elas espelhem os processos de produção do conhecimento socialmente compartilhados; por outro, que não há muita clareza sobre os métodos no “alcance da verdade” (dos fatos). O que se pode avaliar é que aquilo que os meios de comunicação de massa fazem é oferecer sentidos sobre acontecimentos que são emoldurados numa lógica própria de produção da informação.

Assim sendo, tomar as construções discursivas elaboradas dentro dos jornais é buscar entender que há mais do que simples descrição da realidade, mas uma complexa estrutura sócio-discursiva e ideológica.

Com a velocidade das transformações impulsionadas pelo capitalismo, o século assistiu a várias mudanças na forma com as relações entre indivíduos foram estabelecidas. Nesse cenário, especialmente a partir dos anos 1960, no caso brasileiro, a informação assumiu um lugar de destaque nesse processo de aproximação, de interação. As informações presentes nos jornais, então, acabam desempenhando um papel fundamental: manter a todos “atualizados” sobre o que acontece em nossa sociedade. Uma das questões centrais desse movimento é que todas as mediações sofridas por esses textos jornalísticos que nos chegam acabam ficando subsumidas. Acessa-se uma parte da realidade, e a parte que os produtores desses conteúdos acabam escolhendo para nós. Isso significa dizer que aquilo que olhamos, que lemos, que acessamos acaba sendo oferecido atravessado por uma ideologia e seus efeitos de naturalização.

Se tanto a nossa memória quanto nosso imaginário são constituídos a partir da forma como concebemos e acessamos a realidade que nos cerca, as informações difundidas pelos jornais não são apenas *mais um* dado, mais um poderoso suporte que interfere na forma como empregamos sentidos sobre o mundo. Quando lemos uma notícia que apresenta a internação compulsória como a melhor alternativa para enfrentamento da questão do crack, estamos diante da oferta de uma visão de mundo, que estabelece conexões com a história, com a memória, com nosso imaginário sobre a temática das drogas. Como parte daquilo que sai publicado diariamente em jornais o é em muitas oportunidades esvaziado de contexto histórico, acessamos sempre a parte (que deve responder a algum interesse), o fragmento. Esse contexto acaba reforçando ideologias e suprimindo as diferenças, buscando indicar amaneira como fenômenos devem ser olhados e percebidos, trazendo consequências para a construção da memória social.

A exposição acima nos coloca inevitavelmente diante de um cenário em que o estudo sobre os discursos jornalísticos precisam ser reconfigurados. Nessa direção, a obra de Jesús Martín-Barbero é seminal no deslocamento do foco da análise dos meios para as mediações. Embora haja toda uma preocupação do autor em primeiro situar a gênese do conceito de massa, o que mais nos interessa é compreender o papel do discurso dos jornais no jogo social, influenciando a relação público/privado, a partir de construções que dialogam com o senso comum, por vezes reforçando-o. Não apenas o

jornal, mas o papel dos produtos da “cultura de massa” nesse processo torna-se fundamental. Desloca-se, assim, o eixo das reflexões para o campo da cultura, o que para nossa pesquisa, implica em reconhecer que as construções noticiosas são produzidas, circulam e são consumidas em processos e contextos culturais mais amplos e complexos.

3.3– *O Globo*: “um jornal que forma opinião”

A escolha por *O Globo* reconhecer a importância deste jornal na sociedade brasileira. Sua história é longa e sua participação na cena pública, que não se interrompe nem com a morte de um de seus mais eminentes expoentes, Irineu Marinho. Nascido em Niterói, em 1876, Irineu Marinho, que teve sua atuação como jornalista iniciada aos 15 anos de idade, foi fundador dos jornais *A Noite*, em 1911, e *O Globo*, em 1925. A fundação de *O Globo*, em 29 de julho de 1925, se deu quatro meses após sua saída de *A Noite* e 23 dias antes de sua morte, por enfarto, em sua residência no Rio de Janeiro. Assim, o comando do então recém-nascido jornal *O Globo* ficou a cargo de Eurycles de Mattos até 1931 quando o primogênito de Irineu, Roberto Marinho, assumiu a direção do jornal. Ressaltamos aqui que a família Marinho já cobre mais de um século de notícia na cidade do Rio de Janeiro.

Com a proposta de ser um jornal noticioso, diferenciando-se assim dos jornais da época, que praticavam um jornalismo mais partidário, o diário carioca lançou a seguinte campanha antes de sua inauguração:

‘Que nome quer dar ao novo jornal de Irineu Marinho?’. Sim, tão popular quanto *A Noite*, célebre por suas enquetes, o seu ex-dono resolveu perguntar ao leitor que nome deveria ter o novo vespertino. Setenta e quatro anos depois, em 1998, os netos de Irineu também recorreriam a uma consulta popular para escolher o título de seu novo diário, o *Extra*. Em 1925, entre títulos como *A Reação*, *O Tempo*, *Última Hora*, *O Cruzeiro*, *O Globo* e *Correio da Noite*, venceu este último. Mas na hora do registro descobriu-se que o nome *Correio da Noite* já tinha dono. Sorte, porque o segundo mais votado prevaleceu. E era melhor. (BIAL, 2004:82)

Com sede no Largo da Carioca, o novo jornal também usou como estratégia de propaganda a distribuição de dois boletins (um com informações sobre o jogo de futebol realizado no estádio de Laranjeiras, entre Paulistano e Fluminense, e outro, que intitulado “Boletim Gratuito de *O Globo*” noticiava o batismo de suas instalações); a

transmissão de notícias pelo rádio; e a composição de um foxtrote⁴⁶, que intitulado *O Globo* teve sua partitura distribuída por toda a capital federal. Assim, quando se deu o lançamento do seu primeiro número, com tiragem de 33.435 exemplares, o jornal *O Globo* já se tornara conhecido e mais próximo da população da cidade do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 2012). Em sua primeira página, junto com a manchete “Voltam-se as vistas para a nossa borracha”, vinha a prece: “São Gutemberg proteja O GLOBO”.

Prestes a completar 90 anos, o jornal nascido na segunda década do século passado – época de grande concorrência, quando a cidade do Rio de Janeiro chegou a abrigar 30 jornais – resistiu e assistiu ao desaparecimento de vários outros, contemporâneos seus. Para Roberto Marinho que, até sua morte em 2003, presidiu o grupo ao qual pertence o jornal *O Globo*, a vitalidade de seus negócios seria o planejamento: “Nenhuma empresa prospera sem planejar. Para a empresa jornalística, trabalhar pensando nos dias que virão é também teste de competência em sua área de ação específica. De fato, nós que temos os fatos do presente como matéria-prima, faríamos triste papel se nos revelássemos ineptos na preparação do futuro” (RIBEIRO, 2015)⁴⁷ – disse ele em 1992.

Desde o seu surgimento, a partir de suas estratégias de vinculação com o leitor carioca, o jornal tinha o “objetivo declarado de atender e agradar a todos – da empregada ao patrão, passando pelas moças e crianças, seduzidas pelas duas páginas fartas em quadrinhos – *O Globo* transcendera o leitor médio ‘tijucano’ e tornara-se de fato o segundo jornal de todas as famílias, aquele que o papai trazia para casa no fim do dia.” (BIAL, 2004:195). Com um crescimento expressivo em suas primeiras décadas, tornou-se então necessária a mudança para uma nova sede. Assim, em outubro de 1954, o jornal é transferido para a Cidade Nova.

À frente do jornal *O Globo* desde 1931, passada uma década, Roberto Marinho dedicou-se também a abrir novas frentes na área da comunicação, começando com a inauguração, em 1944, da *Rádio Globo*. Depois, em 1957, investe na Rio Gráfica e Editora e obtém na concessão para um canal de TV, que, no entanto, só viria a ser inaugurado na década seguinte – *TV Globo* (1965). Essas são as principais empresas que formam o conglomerado das Organizações Globo. Essa ampliação do alcance das

⁴⁶ Surgido nos Estados Unidos, por volta de 1912, o foxtrote uma dança de salão para músicas executadas pelas grandes bandas de jazz e que geralmente tem um acompanhamento vocal.

⁴⁷ Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

emissões dos veículos Globo se revela, inclusive, uma importante estratégia frente à concorrência. Isso porque se para um determinado jornal fazer propaganda em TV, por exemplo, ele tem que desembolsar grandes somas, com *O Globo* a situação se configura de forma diferente ao anunciar na *TV Globo*. Por outro lado, na medida em que uma forma de tratar qualquer tema aparece representada de forma semelhante no jornal, na rádio e na TV, pode se construir a noção de que essa mesma temática tem pouco espaço para contradições, divergências.

A década de 1990 trouxe uma inovação para esse já conhecido diário carioca. Após atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos, com o lançamento do primeiro fascículo do “Atlas da História Universal”, em 12 de março de 1995, *O Globo* passa a ter sua versão digital: o *Globo OnLine*, em 1996, o que marcou a entrada das Organizações Globo no ambiente virtual. Nesse período, a editora do jornal, a Empresa Jornalística Brasileira (EJB), mudou de razão social, passando para Infoglobo Comunicação e Participações S/A, sendo que, atualmente, dentre outras coisas, a Infoglobo é a responsável pelos três jornais do conglomerado (*O Globo*, *Extra* e *Expresso*). Assim, podemos perceber que durante o século XX, houve uma consolidação não só de *O Globo* como o jornal, mas como uma poderosa e respeitada empresa jornalística.

Na apresentação dos produtos da marca em seu site, a Infoglobo⁴⁸ destaca que todos, inclusive o jornal *O Globo*, atuam a partir do “dever de apurar o fato, oferecendo aos seus leitores a informação mais completa, sempre com a preocupação de adequar a linguagem ao público a que se destina”. Especificamente em relação ao jornal *O Globo*, o site anuncia que o mesmo é “líder absoluto nas classes A e B” e “um jornal que leva para os leitores muito mais do que informação”. Chama também atenção para o fato de que o jornal, ao oferecer “um time de colunistas que reforçam a pluralidade”, está contribuindo para que “o leitor forme sua própria opinião, pois tem acesso ao que há de melhor em conteúdo.”⁴⁹ Como já apontamos, o jornal *O Globo* é um dos jornais de maior prestígio do país, estando posicionado entre os três de maior circulação. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o ranking dos jornais no ano de 2013, nas cinco primeiras posições, permaneceu o mesmo de 2012: na primeira posição

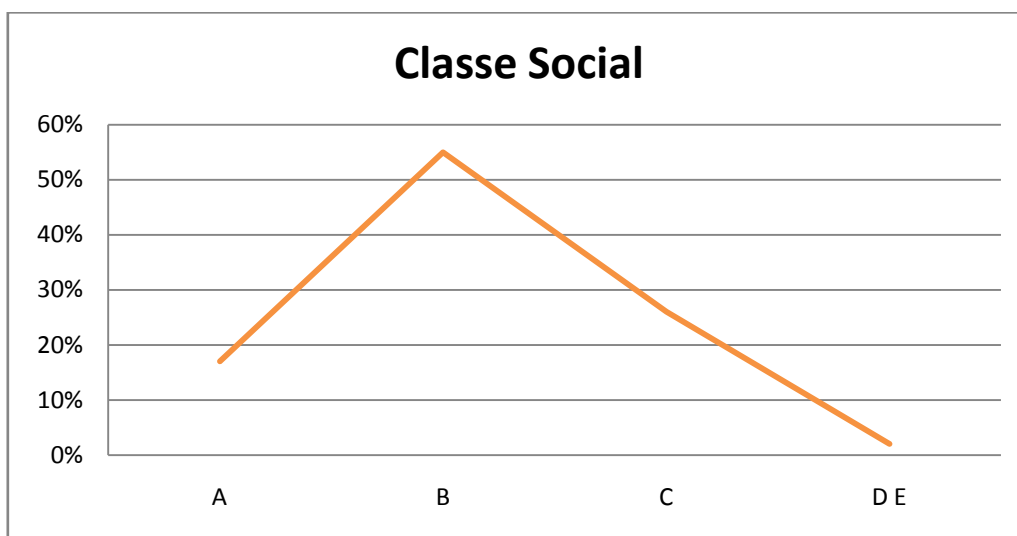
⁴⁸ Disponível em www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx. Acesso em 02 de janeiro de 2015.

⁴⁹ Idem.

o mineiro *Super Notícia*⁵⁰, com média de 302.42 exemplares diários; seguido por *Folha de São Paulo* (294.811); *O Globo* (RJ, 267.541); *O Estado de São Paulo* (232.385); e *Extra* (RJ, 228.099).⁵¹

A página da Infoglobo traz também diversas informações sobre o perfil dos consumidores de seus produtos. Com relação ao *O Globo*, os dados apontam que a maior parte de seus leitores pertence à classe B (55%), seguidos pelos leitores das classes C (26%), A (17%) e DE (2%)⁵².

Gráfico 01 – Perfil por Classe Social dos leitores de *O Globo*



No quesito faixa etária, podemos observar que os grupos acima de 60 anos (24%) e o de 10-19 anos (10%) concentram, respectivamente, a maior e a menor soma de leitores do jornal. Os grupos restantes – 20-29 anos (16%), 30-39 anos (19%), 40-49 anos (15%), 50-59 anos (16%) – mantêm certa regularidade no número de leitores.⁵³

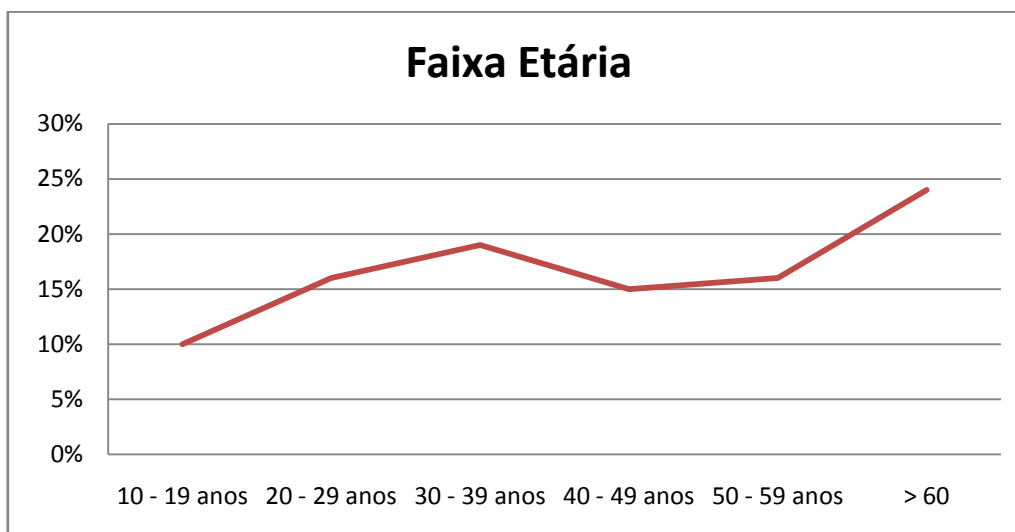
⁵⁰ Produto midiático voltado para as classes populares – C e D, o *Super Notícia* é um jornal de matriz cultural diferente da *Folha* e de *O Globo*. Enquadrado na categoria jornalismo popular o *Super* difere-se dos dois outros que, direcionados para as classes A e B, enquadram-se como jornalismo de referência.

⁵¹ Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/01/27/Circulacao-de-jornais-cai-de-1-9-em-2013.html#ixzz3NyZcqVVQ>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

⁵² Disponível em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

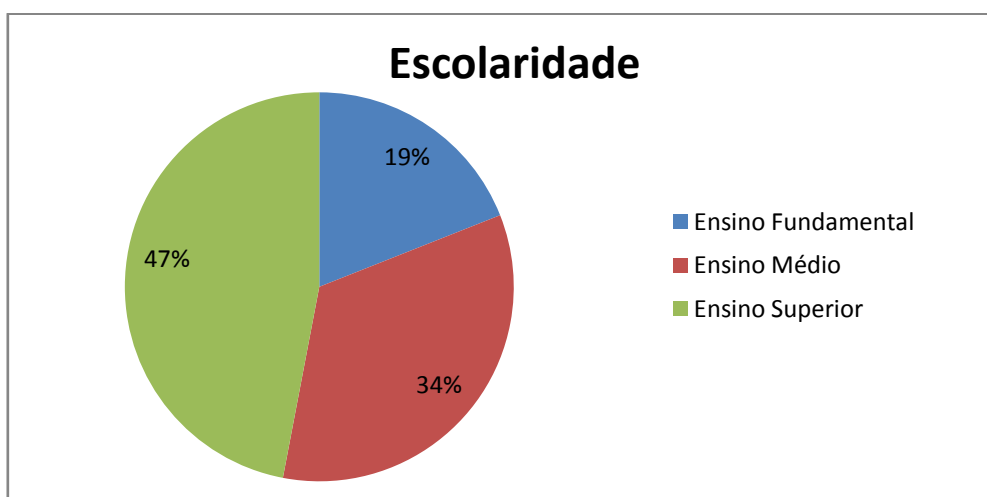
⁵³ Disponível em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

Gráfico 02 – Perfil por Faixa Etária dos leitores de *O Globo*



Com relação ao grau de escolaridade, o jornal tem quase que a metade de seu público com curso superior (47%). A outra metade divide-se entre os leitores com o ensino médio completo (34%) e os leitores com o ensino fundamental (19%), que são a minoria.⁵⁴

Gráfico 03 – Perfil por Escolaridade dos leitores de *O Globo*



O que esses dados nos permitem perceber é que o leitor do jornal *O Globo* tem um perfil com as seguintes características: em sua maioria são pertencentes à classe B,

⁵⁴ Disponível em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

tem uma representatividade mais significativa no grupo com idade mais avançada e com um nível de escolaridade maior. É relevante também observar a contradição que existe entre aquilo que o veículo anuncia, “líder absoluto nas classes A e B”, e os dados que divulga: 55% entre a classe B, seguidos pelos leitores das classes C (26%), A (17%) e D e E (2%). Seja tomando a imagem que constrói, seja aquela que os dados apontam, o que podemos perceber é a grande penetração do jornal entre as classes formadoras de opinião. Dessa forma, julgamos que não estamos diante de um veículo que apenas busca “apurar o fato, oferecendo a informação mais completa”, mas de um considerável construtor de visões de mundo, um importante formador de opinião.

4– Construções sobre crack, internação e PL 7663 nas páginas de *O Globo*

Nesse último capítulo da dissertação, interessou-nos problematizar as narrativas jornalísticas frente aos sentidos que estas oferecem sobre o mundo, sendo que na presente proposição nos ocupamos especificamente dos relatos construídos pela imprensa sobre o crack e sua relação com a internação compulsória e o PL 7663. Entendemos que os acontecimentos narrados pelos periódicos constroem e desconstroem lugares, significam e ressignificam territórios e que a imprensa tem desfrutado de um lugar privilegiado na oferta de sentidos. Mas, que relações há entre esse processo e o papel da imprensa? Concordando com Bárbara Zelizer (1992), “há fatores que tornam os media mais bem equipados para oferecer uma versão ‘privilegiada’ da realidade” (ZELIZER, 1992:1). Nestes termos, não se trata de uma narrativa como outras. Há elementos que conferem uma singularidade àquilo que é apresentado pelos veículos jornalísticos. Sua força não estaria localizada no *que* é dito, mas no *como* é dito. À medida que narra, como nos adverte a autora, ela opera sobre a memória coletiva se servindo da (mas também reificando) a autoridade jornalística. Assim sendo, ainda compartilhando dos argumentos de Zelizer, há um rito discursivo que interfere (diríamos decisivamente) na produção coletiva dos sentidos.

Para que essa memória histórica seja continuamente construída, o papel dos jornais é central, especialmente o daqueles cuja existência temporal pode descrever fenômenos, atualizá-los sob seu ponto de vista, seus interesses. Por isso, nossa escolha por *O Globo* não foi de forma alguma aleatória. Como já apontamos, a credibilidade que este periódico desfruta e a abrangência temática e nacional do seu alcance são aspectos que o tornam um veículo singular. E é a partir desses aspectos que ele torna-se uma fonte significativa para compreensão do jogo que se estabelece entre discursos travestidos de objetividade e construções de visões de mundo que escondem ideologias profundamente arraigadas em nossa sociedade. Tendo em vista nossa proposta de mapear e identificar como o *O Globo* constrói sentidos sobre a internação compulsória relacionada às drogas, mais especificamente ao crack, elegemos o ano de 2013 como um marco temporal relevante devido às discussões que ocorreram nesse ano sobre a política brasileira de drogas, e assim fizemos um levantamento da presença dos temas relacionados à “questão da droga” nas páginas do veículo no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

Para dar conta desse processo, buscamos inicialmente identificar todas as matérias nesse universo temático. Em seguida, estabelecemos um recorte que privilegiou os textos relativos ao crack, à internação compulsória e à política de drogas brasileira. A partir de nosso referencial teórico, definimos como categorias de análise a identificação das *Vozes*, dos *Sujeitos da enunciação*, dos *Enunciadores*⁵⁵, dos *Tipos de Discursos*, das formas como esses mesmos discursos se manifestam (pedagógica ou retoricamente), o *grau de relevância* que a temática tem para o jornal, destacando sua localização na arquitetura do jornal (se foi capa, 2ª página, página especial, caderno especial), atentos a outras marca de distinção. Por fim, interessa-nos apontar o tratamento dado ao texto, ou seja, o que significa oferecer uma unidade discursiva dentro da *Editoria* País ou Rio, Esporte ou Cultura, Internacional ou Saúde? Inicialmente, destacamos que a grande concentração de textos aparece em País, onde há um tratamento predominantemente político para a questão do crack associado à internação compulsória dentro do contexto do PL 7663.

4.1– Delimitação do *corpus*: estabelecendo o universo de análise

Nosso primeiro movimento, numa tentativa de mapear todo o *corpus* de pesquisa, se deu com o levantamento de todos os registros que tratassem da temática das drogas, da internação no contexto da saúde mental e do PL 7663. Como um primeiro instrumento de coleta, elaboramos uma tabela (Apêndice A) onde efetuamos o registro dos textos jornalísticos, observando os seguintes aspectos: data, página, editoria, tipo de texto, se foi capa, se teve foto, se tratou de drogas em geral ou especificamente de crack, se abordou questões relativas à legislação, seja com relação à legalização, tratamento de dependentes (internações/comunidades terapêuticas) ou tráfico. Após esse mapeamento inicial chegamos ao seguinte resultado:

⁵⁵ Tomando por base as designações de Araújo (2000) compreendemos o Sujeito da Enunciação como o emissor, o responsável pelo discurso, e os Enunciadores como as diferentes vozes convocadas pelo emissor.

Tabela 01 – Distribuição mensal dos textos coletados

Mês	Textos Publicados
Janeiro	27
Fevereiro	27
Março	11
Abril	06
Maiο	14
Junho	02
Julho	11
Agosto	10
Setembro	07
Outubro	01
Novembro	08
Dezembro	10
Total	134

O que podemos primeiramente perceber é que há uma maior incidência de textos de janeiro a junho de 2013 (87), com uma maior concentração nos dois primeiros meses do ano (54), e que nos últimos seis meses há uma redução do quantitativo, caindo para quase a metade (47). Desse total de 134 textos jornalísticos, temos 26 que correspondem respectivamente a publicações na capa (15) e segunda página (11), sendo que as capas, também mantêm uma maior incidência no primeiro semestre (12) se comparadas com o segundo (3). O total de textos de capa e segunda página correspondem a 20% dos textos coletados durante a pesquisa. Ainda sobre as capas, os textos aparecem distribuídos entre manchetes (05) e chamadas (10). O mapeamento das matérias que são capa e segunda página tornam-se importante porque as mesmas são um indicativo daquilo que o jornal está considerando como mais relevante dentre as temáticas selecionadas para publicação. Tal material aparece distribuído da seguinte maneira durante o ano:

Tabela 02 – Distribuição mensal dos textos que foram capa ou 2ª página

Mês	Capa	2ª página
Janeiro	03	04
Fevereiro	04	01
Março	01	01
Abril	02	—
Mai	02	—
Junho	—	—
Julho	—	—
Agosto	01	01
Setembro	01	01
Outubro	—	—
Novembro	01	—
Dezembro	—	03
Total	15	11

Conclui-se que o tema das drogas não esteve presente de modo linear na agenda do jornal. Face sua distribuição nos meses, a concentração no primeiro semestre do ano parece guardar relação com o momento em que o Projeto de Lei 7663 estava tramitando na Câmara Federal.

Num segundo momento, buscando um maior refinamento analítico do *corpus*, elaboramos uma segunda ferramenta (Apêndice B) com a qual passamos a mapear a distribuição dos textos dentro do jornal e os encontramos distribuídos pelas seguintes editorias: *País*, onde estão concentrados o noticiário de política e os temas de interesse nacional; *Rio*, que tem por característica tratar dos assuntos que dizem respeito de modo direto à rotina da cidade e/ou do estado onde a sede do jornal está situada; *Opinião*, onde encontramos os editoriais (opinião do jornal), artigos e cartas dos leitores⁵⁶; *Economia*, que trata do mundo das finanças, das empresas e do consumo; *Ciência / Saúde*, que se ocupa dos temas relativos à pesquisa científica, saúde e bem-estar (sua periodicidade é irregular); *Mundo*, que aborda os acontecimentos internacionais; *Segundo Caderno*, que aborda questões relativas à cultura e ao entretenimento; *Boa Chance*, suplemento de empregos, e o *Caderno da Jornada Mundial da Juventude (JMJ)*, que se ocupou da cobertura do evento realizado pela igreja católica no Rio de Janeiro entre os dias 23 e 28 de julho de 2013. Foram publicados ao todo, por *O Globo*, nove cadernos diários entre 21 e 29 de julho. Quantitativamente, a distribuição por editorias se deu do seguinte modo:

⁵⁶ Os textos publicados na seção Carta dos Leitores não fazem parte de nosso universo de análise.

Tabela 03 – Distribuição mensal dos textos por editoria

Mês	País	Rio	Opinião	Economia	Ciência/Saúde	Mundo	2º Caderno	Boa Chance	Caderno JMJ
Janeiro	10	06	04	—	—	—	—	—	—
Fevereiro	05	12	03	—	02	—	—	—	—
Março	02	02	04	—	—	—	—	01	—
Abril	03	01	—	—	—	—	—	—	—
Maio	05	02	03	01	—	—	01	—	—
Junho	01	01	—	—	—	—	—	—	—
Julho	—	05	02	—	01	01	01	—	01
Agosto	02	02	02	—	—	02	—	—	—
Setembro	01	01	01	—	02	—	—	—	—
Outubro	—	—	01	—	—	—	—	—	—
Novembro	02	03	01	—	01	—	—	—	—
Dezembro	01	—	02	—	—	04	—	—	—
Total	32	35	23	01	06	07	02	01	01

Tal mapeamento nos permitiu identificar que as unidades textuais estão predominantemente localizadas nas editorias que tratam de política, de acontecimentos de interesse nacional ou da rotina da cidade sede do periódico, o Rio de Janeiro, num total de 67 matérias. Em oposição, temos uma frequência quase que irrisória na editoria Ciência/Saúde, onde estão inseridos os assuntos que dizem respeito à saúde. Ou seja, o viés utilizado pelo jornal ao abordar a questão das drogas foi preponderantemente político em detrimento da saúde.

Após identificarmos, através do mapeamento das editorias, a forma predominante com que o jornal optou para tratar da temática, passamos ao levantamento dos formatos dos textos. Para tal propósito, trabalhamos com as designações de formato de textos jornalísticos presentes no Manual do Observatório Saúde na Mídia (OSM)⁵⁷ Interessante destacar que no universo das produções jornalísticas temos tanto os textos considerados de informação quanto aqueles como de opinião⁵⁸. Escapando a essa designação temos a Entrevista. Compreendida como um formato livre e estruturada a

⁵⁷ O Observatório Saúde na Mídia é um projeto vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces/ICICT/Fiocruz). As definições consolidadas em seu manual são baseadas nos autores Juarez Bahia (1990), Cremilda Medina (1978), José Marques de Melo (1985) e Nilson Lage (1985 e 2003).

⁵⁸ O espaço de informação pode ser compreendido como aquele em que há a predominância das noções de objetividade, neutralidade, imparcialidade, como é o caso das notícias, reportagens, imagens e infográficos, por exemplo. Já o espaço de opinião é caracterizado por admitir a subjetividade como elemento presente nas avaliações publicadas em um periódico, como se encontra em editoriais, artigos, colunas e charges.

partir de perguntas e respostas ou da redação discursiva do depoimento do entrevistado, a Entrevista opera privilegiando o(s) protagonista(s) do fato, o que possibilita que o(s) mesmo(s) tenha(m) um contato direto com a sociedade.

Dentre os formatos que correspondem aos textos considerados de opinião temos o *Artigo* e o *Editorial*. Assim, a partir das designações do OSM, o *Editorial* é o formato através do qual a empresa jornalística expressa sua opinião sobre um determinado tema e cujo principal objetivo é oferecer ao leitor uma dada abordagem sobre esse tema para que ele compartilhe dessa mesma opinião. Já o *Artigo* é o formato dos textos de cunho interpretativo ou opinativo e com fundamentação explícita. Tais textos também se caracterizam por geralmente serem assinados e pela não vinculação empregatícia do autor do mesmo ao jornal.

No universo dos textos considerados como de informação temos a *Nota*, a *Notícia* e a *Reportagem*. A *Nota* é um breve relato de acontecimentos que estão em processo e sobre o qual o jornalista tem poucas informações. A *Notícia* é o relato de vários fatos onde cada fato é abordado por seu aspecto mais importante ou interessante. Tal relato deve ocorrer respeitando a estrutura do lide – o que, quem, onde, como, quando e por que – e da pirâmide invertida, com o relato do mais ao menos importante. Já a *Reportagem* é a ampliação da notícia. Tal ampliação pode ocorrer através de várias estratégias, como: a humanização, a dramatização, o testemunho, as entrevistas com diversas fontes analíticas, a reconstituição histórica do fato ou sua contextualização.

A partir dessas designações, encontramos os textos jornalísticos distribuídos do seguinte modo:

Tabela 04 – Distribuição mensal dos textos por formato

Mês	Artigo	Editorial	Entrevista	Nota	Notícia	Reportagem
Janeiro	02	02	01	01	01	13
Fevereiro	01	02	03	01	05	10
Março	03	01	—	—	03	02
Abril	—	—	—	—	—	04
Maió	02	01	01	—	03	05
Junho	—	—	—	—	01	01
Julho	01	01	01	01	03	04
Agosto	02	—	—	01	03	02
Setembro	—	01	—	01	—	03
Outubro	01	—	—	—	—	—
Novembro	01	—	01	01	—	04
Dezembro	01	01	—	—	01	04
Total	14	09	07	06	20	52

Embora o peso da informação seja majoritário (77%), é possível também perceber que o jornal optou por interferir no debate público se posicionando de modo relevante através dos espaços de opinião (23%). Não estamos com isso querendo afirmar que quando o tema apareceu sobre a forma de notícias e reportagens o veículo não tenha construído opinião, especialmente pela forma como enquadra a temática numa editoria, por exemplo, mas destacar que é através dos espaços de informação que, preponderantemente, o jornal *O Globo* vai oferecendo sentidos sociais sobre o crack, a internação dos dependentes e a política de drogas.

Ao apresentarmos a distribuição do material jornalístico dispostos em capas, tipo de formato e editorias, nosso objetivo é nos aproximar da proposição de Verón no que diz respeito a levar em conta que a relação do suporte com o leitorado não se dá apenas no texto, mas também nas estratégias que contribuem para a formação do espaço imaginário, onde diversos percursos serão oferecidos ao leitor. Diante disso, destacamos também a relevância dos Selos⁵⁹ que acompanham algumas matérias. Durante o levantamento do *corpus* ampliado mapeamos a presença dos seguintes Selos:

Quadro 04 – Listagem dos Selos coletados

SELO	DATA	EDITORIA	PÁG
Combate ao Crack	14/01/2013	País	03
Epidemia de Crack	22/01/2013	País	03
	24/01/2013	País	04
	25/01/2013	País	03
Política de Combate à Expansão do Crack	13/02/2013	Opinião	16
Crack na Mira	20/02/2013	Rio	12
	20/02/2013	Rio	13
A Conta das Drogas	24/02/2013	País	03
	24/02/2013	País	04
Debate sobre Drogas	29/04/2013	País	03
Semente da Mudança	21/07/2013	Mundo	35
Debate Histórico	01/08/2013	Mundo	32
Epidemia Nacional	11/11/2013	País	03
25 Anos Sem Chico Mendes	09/12/2013	País	06

O Quadro 4 deixa clara a presença de um vocabulário característico da saúde, como “combate” e “epidemia”, “mira” historicamente construídos e que demarcam uma forma de circunscrever debate público e político sobre o tema. Cardoso (2001), ao

⁵⁹ Arte de pequenas dimensões que serve como marca visual, em edições sucessivas, de textos sobre um mesmo assunto.

discutir o quadro sanitário brasileiro nos primeiros anos do século XX, destaca a reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906), onde se destaca a escolha de Oswaldo Cruz para diretor geral de Saúde Pública. Tal nomeação marca o início do campanhismo⁶⁰ na saúde. De origem militar e de forte viés coercitivo, o campanhismo foi altamente influenciado pela terminologia bélica, o que aparece refletido no destaque que termos como *campanha*, *combate* e *guerra* receberam na época e que ainda hoje são presentes no dia a dia da área da saúde e da população em geral. A autora ainda destaca que “mais do que o alardeado combate à ignorância, maus hábitos e preconceitos da população, empreendeu-se um amplo movimento de *controle social*, visando suprimir qualquer prática em relação à saúde e à doença que se orientasse por parâmetros considerados ‘desviantes’” (CARDOSO, 2001:43 – grifo nosso)

O conjunto de textos produzidos sob esses Selos é oferecido aos leitores que, a partir de um imaginário já construído, realizam as leituras dos mesmos numa perspectiva de que existem, como em toda guerra, inimigos e aliados. Diante desse quadro, diante do “avanço de um determinado inimigo” justifica-se o uso do da “força” e da “coerção”. Interessante perceber que alguns Selos aparecem em mais de uma edição do jornal, porém dentro da mesma editoria, o que pode contribuir para a ideia de que as matérias a eles relacionadas, se não compõem uma sequência, mantêm uma mesma identidade e devem ser compreendidas dentro de um mesmo contexto de produção.

4.2– Ajustando o foco: uma nova delimitação do *corpus*

Em termos numéricos (134 textos), pelo que expusemos até o momento, uma análise dos sentidos oferecidos por *O Globo* num *corpus* tão ampliado poderia inviabilizar a investigação – seja do ponto de vista do tempo que um investimento como esse demanda, seja em função da perda de uma densidade que tal movimento enseja. Dessa forma, para que pudéssemos trabalhar com um *corpus* exequível, buscamos

⁶⁰ Em Cardoso encontramos o campanhismo, descrito a partir de outros autores, como um “modelo altamente centralizado no governo federal, de caráter coercitivo e militarizado, que tinha nas campanhas sanitárias um dos seus principais instrumentos e sua face mais visível”. A autora também destaca que seu caráter belicoso era compatível “com a racionalidade médica moderna, centrada na *doença* e não na saúde, e que estabelecia uma relação de causalidade direta entre a doença e um agente *invasor*” (CARDOSO, 2001:41).

refinar nosso recorte, estabelecendo como critério de seleção, para atender melhor a proposta do trabalho, que os textos jornalísticos deveriam apresentar as palavras (ou tratar diretamente do tema) crack, internação, política antidrogas e Projeto de Lei (PL). Assim, passamos para os seguintes números:

Tabela 05 – Distribuição mensal dos textos coletados por temática específica

Mês	Crack	Internação	PL	Política Antidroga	Outros
Janeiro	02	13	01	02	02
Fevereiro	01	10	02	—	09
Março	01	02	—	04	02
Abril	—	02	01	01	—
Maiο	—	—	01	05	06
Junho	—	—	—	—	02
Julho	—	—	—	01	10
Agosto	—	01	02	—	05
Setembro	02	—	—	—	03
Outubro	01	—	—	—	—
Novembro	03	—	—	—	04
Dezembro	—	—	—	—	07
TOTAL	10	28	07	13	50

Na categoria Outros estão incluídos as unidades textuais que tratam das mazelas do crack, tratamento da dependência (exceto a internação), tráfico de drogas, surgimento de novas drogas, legalização da maconha no Uruguai (tema predominante nos dois últimos meses do ano) e encarceramento de doentes mentais. Porém, com a preocupação de que não nos detivéssemos apenas sobre os dias de maior concentração de textos jornalísticos ou, no polo oposto, nos de menor, realizamos um novo recorte. Para que garantíssemos a multiplicidade e a variedade desse *corpus*, estabelecemos um intervalo recorrente de cinco dias. Nosso ponto de partida foi o dia 04 de janeiro de 2013, data da publicação do primeiro texto sobre as referidas temáticas. Esse movimento nos levou ao mapeamento de 13 textos no decorrer do ano. Tais textos irão compor o nosso *corpus* de análise. São eles:

Quadro 05 – Listagem das unidades discursivas analisadas

Dia	Pág	Título	Editoria	Formato
04/01	07	Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack	País	Reportagem
14/01	03	A passos lentos: mais de um ano após lançado, programa voltado a usuário da droga está longe das metas	País	Reportagem
24/01	04	Secretário de Saúde diz que centro de referência virou pronto-socorro	País	Reportagem
13/02	16	Ações integradas	Opinião	Editorial
13/02	16	Uma pedra no caminho	Opinião	Artigo
23/02	14	Ministério público exige mais vagas para usuários de crack	Rio	Notícia
15/03	06	Relator de projeto sobre drogas ataca conselho	País	Notícia
14/04	10	PT, PSDB e governo atacam projeto que interna usuário	País	Reportagem
19/04	09	Drogas: relator desiste de cadastro de usuários e fichamento de alunos	País	Reportagem
29/04	03	O novo filão eleitoral: comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares podem ganhar verba federal	País	Reportagem
04/05	04	Ministra apoia internação involuntária de dependentes químicos	País	Entrevista
04/05	04	Governo é contra reservar vagas para dependentes: projeto dá a eles 5% dos empregos em obras públicas	País	Notícia
20/11	20	Operação recolhe cem usuários de crack no Complexo da Maré	Rio	Reportagem

Embora nosso recorte não contemple todos os meses do ano isso não diminui a representatividade do *corpus*. Pelo contrário, parece corroborar uma das questões centrais do presente trabalho, que é apontar que houve relação estreita entre a votação do Projeto de Lei e o momento onde houve maior oferta de sentidos por parte de *O Globo*. Interessante ressaltar que, apesar do intervalo, nosso *corpus* contempla tanto textos de informação quanto os de opinião. Ele também recobre as editorias que o jornal mais utilizou para veicular conteúdo relativo às temáticas. Assim, acreditamos que o *corpus* aqui delimitado seja representativo do nosso universo de análise. Apresentado o percurso que nos conduziu até a seleção das unidades discursivas, passemos então o olhá-las com um pouco mais de profundidade.

4.3 Mas, que Vozes⁶¹ são convocadas? ⁶²

Texto 01

A primeira unidade analisada (Anexo 01) foi veiculada no dia 04 de janeiro de 2013 e inaugura a abordagem a temática do crack e da internação compulsória (já no título) neste ano. Porém, ele não trata do PL 7663. A reportagem intitulada “**Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack**” teve chamada na 2ª Página do periódico, o que é um indicativo do grau de importância que o jornal está atribuindo ao assunto. O que também pode significar que nos dias subsequentes a temática poderá ocupar um lugar na capa. O texto foi publicado na editoria País e ocupa quase meia página. Assinada pela jornalista Sílvia Amorim, a reportagem traz a foto de várias pessoas (supostamente usuários de crack) caminhando pela rua com a legenda “Tudo como antes. Apesar da Operação Centro Legal, continuam intensos consumo e comércio de crack à luz do dia”.

A reportagem ocupa-se do anúncio feito pelo governo de São Paulo sobre a ação de internar compulsoriamente os dependentes químicos, visando dar um fim à cracolândia existente no Centro da capital paulista. Tal medida se justificaria diante da ineficácia da Operação Centro Legal que, segundo dados da Secretaria de Justiça do Estado, apesar de já ter internado voluntariamente 1.363 dependentes e prendido 762 pessoas, não impede que “o cenário na cracolândia de São Paulo continua sendo de destruição. Em ruas (...) que ficam ao lado de cartões-postais da cidade (...), adolescentes e adultos vendem e consomem crack nas calçadas à luz do dia.”

No texto em questão, além da jornalista como sujeito da enunciação, temos a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como o único enunciador que se posiciona através do discurso direto. Os outros enunciadores também estão presentes, só que através do discurso indireto como, por exemplo, a Prefeitura do Rio de Janeiro: “a prefeitura do Rio chegou a anunciar a intenção de internar compulsoriamente adultos usuários de drogas nas ruas, mas o plano gerou polêmica. A ideia foi divulgada pelo prefeito Eduardo Paes”. Também aparecem os representantes das entidades de Direitos Humanos, Conselhos de Enfermagem, Assistência Social e Psicologia, o secretário

⁶¹ Para efeito de distinção, ao nos referirmos aos discursos fundadores, vozes que se originam na história, na cultura, estaremos utilizando Vozes (maiúsculo); já vozes (minúsculo) são aquelas que aparecem com uma materialidade na superfície do texto.

⁶² Nessa seção todos os textos apresentados entre aspas são reprodução dos textos encontrados nos jornais.

municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (Rodrigo Bethlem), a Secretaria de Justiça do Estado, e os especialistas em saúde pública e direitos humanos. Há ainda os casos em que aparecem por citação, como é o caso da juíza Ivone Caetano, da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital (Rio de Janeiro), que teria determinado a internação compulsória “de uma mulher de 22 anos, grávida de 8 meses (...) durante uma operação para recolher usuários de crack no Jacarezinho”. Assim, dentre os enunciadores convocados pelo texto, o governador de São Paulo é o que recebe maior destaque.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é o fato de que os enunciadores que defendem a prática da internação aparecem no texto citados nominalmente como, por exemplo, o secretário municipal de assistência social do Rio de Janeiro Rodrigo Bethlem, enquanto que aqueles que apresentam críticas relacionadas a tal prática encontram-se agrupados em categorias genéricas como *representantes dos conselhos* ou *especialistas*. Assim, temos de um lado o discurso dos que decidem “internar compulsoriamente os dependentes químicos para tentar dar um fim à cracolândia”, cracolândia esta que fica “ao lado de cartões-postais da cidade, como a Sala São Paulo”, e de outro, os que, antagonizando, “criticam a medida, classificada como ‘inconstitucional e de faxina da cidade’” (no caso do Rio de Janeiro) e identificam a operação “como truculenta e mal planejada” (em São Paulo).

É ainda oportuno destacar que na sequência da crítica de inconstitucionalidade da medida carioca, há o relato de que uma juíza, do Rio de Janeiro, decretou a internação compulsória de uma mulher. Também evidenciamos o fato de que o texto aponta que “Logo no início, a operação policial na cracolândia foi criticada”, mas que “Agora, a orientação é voltada para a abordagem, com o apoio de uma ONG.” Tal Organização Não Governamental (ONG) sequer é nomeada no texto, mas funciona como oposição a atuação da PM, possibilitando uma espécie de redenção da Operação. Aqui podemos ver em ação algumas construções imaginárias assentados no senso comum. De um lado uma corporação desacreditada pela população em geral; de outro, uma organização, que mesmo sem ser nomeada, traz consigo as ideias de solidariedade e ações em favor da cidadania.

A forma como a cena discursiva é construída nos oferece pistas dos sentidos que estão sendo oferecidos aos leitores. Entendendo que as vozes presentes no texto estão disputando espaço numa busca por fixar sentidos, o fato do jornal não oferecer a todas as vozes possibilidades iguais para se manifestarem é indicativo do posicionamento do

emissor em favor daquele ao qual foi dada maior visibilidade. Aqui, podemos então perceber que a posição do jornal foi de apoio às medidas apresentadas pelo governo de São Paulo. Embora não possamos afirmar que para o veículo elas seriam as mais eficientes para o enfrentamento da questão do crack, podemos inferir que, pelo menos frente àquelas propostas pelo Governo Federal, elas aparecem como as mais adequadas.

Texto 02

A matéria “**A passos lentos: mais de um ano após lançado, programa voltado a usuário da droga está longe das metas**” (Anexo 02) foi veiculada pelo *O Globo* na edição do dia 14 de janeiro de 2013, dentro da editoria País. Ela é matéria de capa e a manchete⁶³ do dia, o que indica o elevado grau de relevância que o jornal atribuiu ao assunto. Ocupando uma página inteira, a reportagem conta com a presença dos seguintes recursos: o Selo “Combate ao Crack” (que aparece inclusive na capa), Box⁶⁴ e fotografia. A reportagem, assinada pelo jornalista André de Souza, traz no alto da página uma foto da crackolândia com a seguinte legenda: “Abordagem difícil. Um carro da polícia passa perto de dependentes químicos aglomerados na crackolândia de São Paulo: internação compulsória, que começará a ser adotada hoje pelo governo paulista, causa polêmica entre especialistas”.

A narrativa jornalística oferece ao leitor uma série de dados sobre o programa de combate ao crack, que fora lançado a pouco mais de um ano pelo Governo Federal, “Crack, é Possível Vencer”. Adotado apenas por 13 estados e pelo Distrito Federal, o plano, que é dividido em três eixos (cuidado, prevenção e autoridade), tem o eixo do cuidado sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. A reportagem apresenta as metas propostas pelo plano no eixo que trata da saúde, os prazos para sua consolidação e aponta que as mesmas, ou não foram atingidas, ou não há informações sobre seus resultados, construindo um cenário onde a busca por outras formas de enfrentar o problema são necessárias.

A presença ainda dos elementos visuais na reportagem servem para corroborar a ideia de que o programa do Governo Federal é inadequado e ineficiente. O primeiro

⁶³ Manchete é o título considerado como o de maior importância entre as notícias contidas na edição do jornal e que, portanto recebem maior destaque na capa do periódico.

⁶⁴ O Box é um espaço delimitado graficamente. Esse recurso de diagramação é utilizado em matérias jornalísticas com a finalidade de destacar uma parte relevante do assunto que está sendo abordado ou oferecer explicações adicionais ao leitor.

destaque seria a sintonia que se forma entre o Selo da reportagem e a primeira parte do título da que é colocado em realce: “País” “Combate ao Crack” “A passos lentos”. Acompanhando esse primeiro aspecto, temos a foto da reportagem que registra a cena onde aparecem vários usuários de crack na cracolândia e um pequeno pedaço do carro a Polícia Militar. A legenda da foto, além de oferecer ao leitor a perspectiva das dificuldades de abordagem enfrentadas pelo programa do Governo Federal, aponta outra possibilidade para o enfrentamento do problema – “internação compulsória, que começará a ser adotada hoje pelo governo paulista”.

Ilustração 02 – “A passos lentos: mais de um ano após lançado, programa voltado a usuário da droga está longe das metas”



Por fim, temos um Box apresentando as metas estabelecidas pelo programa do Governo Federal, seus respectivos prazos de execução, e o que foi efetivamente realizado até aquela data. Embora a reportagem seja de 2013 e a maior parte das metas tenha sido estabelecida para 2014, o que os dados sinalizam é a enorme discrepância entre o que foi proposto e o que foi realizado até aquele momento. Interessante também o fato de que, das sete metas destacadas pelo jornal, uma não foi cumprida e as outras quatro não tem sequer informações sobre elas, o que aparece reforçada pela passagem: “O Globo pediu dados sobre as outras metas do eixo ‘cuidado’, mas não obteve resposta.” Após discorrer sobre o programa do Governo Federal, em seu último bloco, com o intertítulo “Ex-secretário do governo Dilma critica ações”, a matéria encaminha o leitor para a discussão da internação compulsória como possibilidade para o enfrentamento do crack.

Apesar de a reportagem ter seu foco principal no programa do Governo Federal (PT), há um encaminhamento para uma polarização com a política de enfrentamento da questão do crack a ser iniciada no estado de São Paulo (PSDB). Na construção oferecida pelo veículo, enquanto o Governo Federal tem um programa que conta com apoio de especialistas no que diz respeito a assegurar “várias formas de tratamento para os dependentes de crack”, onde “os consultórios, por exemplo, fazem a abordagem à população de rua” e “as enfermarias especializadas são indicadas para os dependentes químicos com problemas mentais associados ao uso de drogas.” (grifo nosso), mas que está “longe de alcançar suas metas”, o programa do governo paulista “assinou um termo de cooperação com o judiciário para acelerar os processos desse tipo de internação” (compulsória) e tem o apoio do presidente do Tribunal de Justiça que “informou que a Polícia Militar poderá ser chamada para cumprir as ordens de internação compulsória”.

Outro aspecto importante é a relação que se estabelece entre texto e imagem. Sob o título “*A passos lentos*”, há uma fotografia que mostra uma aglomeração de pessoas, indicando que as mesmas compoem o tipo de universo populacional da cracolândia. A sutileza da imagem parece repousar sobre dois aspectos bem interessantes: o primeiro (sob a qual o jornal faz menção direta) é o carro de polícia que transita pela localidade sem nada fazer, cumprindo as orientações do Governo Federal – embora o próprio ex-secretário tenha registrado que não há alinhamento entre os governos federal e estadual (como é o caso de São Paulo) e que a Polícia Militar siga ordens estritas do poder executivo de cada estado; o segundo é que não há como determinar se concretamente aquela é a região sobre a qual a reportagem tem seu foco. Entretanto, o que tal discurso parece oferecer ao leitor é a noção de que a inoperância da polícia frente àquele tipo de aglomeração se dá justamente porque as ações do Governo Federal caminham “*A passos lentos*”. Caso a política estadual seja colocada em marcha, aquele mesmo policiamento não se restringiria a passar por locais que oferecem instabilidade e perigo, mas agiriam com mais rigor conduzindo, por exemplo, “os cracudos” à internação compulsória.

Mapeando os enunciadores convocados pela reportagem encontramos o Governo Federal, o Ministério da Saúde, o secretário de Atenção à Saúde (Hélcio Magalhães), os “especialistas”, representados na pessoa do professor Dartiu Xavier do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proad), do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o ex-secretário da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Pedro Abramovay), e o presidente do Tribunal de Justiça de

São Paulo (Ivan Sartori). Desses enunciadores, comparecem através do discurso indireto o Governo Federal, o Ministério da Saúde, e o presidente do Tribunal de Justiça. Os outros três se manifestam através do discurso direto, com o secretário de Atenção à Saúde tendo uma maior representação na cena discursiva.

Interessante observar que, dentre os enunciadores convocados, merece destaque Pedro Abramovay. A ele é dado espaço para fazer algumas críticas ao plano do Governo Federal, acentuando que ele foi “demitido da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) poucos dias após ter assumido o posto”. Nesse sentido, o jornal acaba construindo a ideia de que sua demissão se deu exatamente pela discordância com a política nacional, resguardando certo lugar autorizado a tecer tais críticas. Paralelamente, ele também aparece como o único que se opõe diretamente a internação compulsória. O ex-secretário da Senad⁶⁵ critica o “cardápio amplo”, chamando atenção para o fato de que não há um alinhamento dos estados com a política nacional. Continuando sua fala, ele complementa dizendo que “quem vai pelo caminho da repressão ao usuário não vai ter apoio do governo federal. Para sair com carro da polícia atrás de usuário de droga, para fazer internação compulsória em massa, isso não funciona, é caro e só causa sofrimento para as pessoas.” No entanto, ao trazer a fala do ex-secretário, dando ênfase que ele foi demitido do cargo poucos dias após ter assumido “por defender que os pequenos traficantes não fossem presos.”, *O Globo* parece desautorizá-lo a criticar as ações repressivas que seriam produzidas no estado paulista.

Texto 03

Publicada no dia 24 de janeiro de 2013, a matéria intitulada “**Secretário de Saúde diz que centro de referência virou pronto-socorro**” (Anexo 03) está presente na editoria País e ocupa quase a página inteira do jornal. A reportagem, que é assinada pela jornalista Marcelle Ribeiro, se apresenta dividida em duas partes. Na primeira, a ênfase está no programa do governo do estado de São Paulo de enfrentamento do crack. Na segunda, com o intertítulo “Programa multiplica os pedidos de ajuda”, temos basicamente os relatos de familiares e usuários sobre a busca por assistência.

⁶⁵ A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) foi criada em 1988 para executar as políticas governamentais relacionadas à dependência química. Atualmente ligada ao Ministério da Justiça, ela tem dentre outras funções a de propor atualizações da política nacional sobre drogas e gerir o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid).

Além de apresentar informações sobre a enorme procura por atendimento que ocorreu após o início do programa paulista, o que levou o secretário de saúde do estado a “afirmar que o local virou um grande ‘pronto-socorro’”, a reportagem também traz o depoimento de familiares sobre as dificuldades encontradas para conseguir uma vaga para internação dos dependentes, além de tratar das propostas e promessas feitas pelo governo paulista para ampliar o atendimento, anunciando que a primeira internação compulsória foi determinada por um juiz do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod).

Os enunciadores presentes no texto são o secretário estadual de saúde, Giovanni Cerri, o juiz do Cratod, Iasin Issa Ahmed, a coordenadora de Saúde Mental, Álcool e Drogas, da Secretaria de Saúde, Rosângela Elias, e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Também estão presentes como enunciadores, na segunda parte do texto, o usuário de drogas Wellington Brandão, e três mães de usuários, Sonia Aparecida Klein, Silvia Alves e Janicleide de Araújo Xavier. Nessa matéria, há também a presença explícita do próprio jornal, através de seu comparecimento com um Box⁶⁶ no meio da reportagem, qualificando como “imperdoável” o drama de famílias que convivem com pessoas dependentes de drogas. Todos os enunciadores são convocados no texto através do discurso direto.

Todo o discurso do jornal ocupa-se em ressaltar a grande demanda por auxílio vinda da população (inclusive dos próprios usuários) no que diz respeito ao tratamento da dependência e também as falhas do programa recém-implantado pelo governo do estado. No Box, há o destaque de que “O drama pessoal que existe no mundo da droga se reflete na corrida de famílias, em São Paulo, para a internação na rede pública de parentes viciados em crack. E o drama fica ainda maior com os problemas de infraestrutura e burocracia observados no programa recém-lançado pelo governo paulista.” Através dele, *O Globo* se posiciona em favor da política desenvolvida no estado, mas cobra que seja dado suporte à demanda manifestada pela população. O que podemos perceber é que não é a internação compulsória que está sendo colocada em discussão, e sim a capacidade de São Paulo de atender todas as pessoas que “demandam” tal ação.

⁶⁶ No espaço ocupado por essa reportagem é possível perceber que trata-se de uma opinião emitida pelo responsável pela editoria País e não do jornalista que assina a matéria.

Ilustração 03 – “Secretário de Saúde diz que centro de referência virou pronto-socorro”



Com relação ao primeiro pedido de internação compulsória anunciada no periódico, não encontramos no texto nenhum posicionamento contrário à medida. Todos os enunciadore, de modo direto ou não, atestam para o discurso a favor de que a internação seja uma das principais medidas no tratamento dos usuários de drogas. Embora haja dissonância entre o conjunto de medidas adotadas pelos governos federal e estadual, a opção do veículo é pelo que começava a ser colocado em prática em São Paulo. A fala, quase no final da reportagem, do usuário Wellington Brandão serve para corroborar a noção de que tal encaminhamento é o mais adequado: “Já fiz tratamento, assisti a palestras e reuniões, mas estou sem controle. Preciso ficar num lugar fechado.”

Textos 04 e 05

“Ações integradas” e “Uma pedra no caminho” (Anexo 04) serão aqui analisadas em conjunto. Optamos por tal estratégia por compreender que, apesar de serem textos produzidos por autores distintos, eles compõem explicitamente uma arena de debate onde os posicionamentos são apresentados como “Nossa opinião” e “Outra opinião”. Publicados na editoria Opinião, no dia 13 de fevereiro de 2013, os textos são respectivamente um editorial e um artigo. No editorial, que como já apontamos anteriormente tem o principal objetivo de oferecer ao leitor uma dada abordagem sobre o tema para que ele conheça explicitamente a posição da empresa jornalística, o sujeito da enunciação é o próprio jornal. Já no artigo, o sujeito da enunciação é o vice-prefeito e

secretário municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Adilson Pires. As produções textuais, que aparecem sob o Selo “Política de combate à expansão do crack”, indicam uma temática comum entre eles, aparecendo dispostas lado a lado e com a mesma diagramação. Corroborando ainda mais com o discurso da neutralidade jornalística, o jornal oferece à “Outra opinião” um mesmo espaço para se manifestar, havendo então uma simetria entre os dois textos.

Em seu editorial, *O Globo* convoca, através do discurso indireto, as vozes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Polícia Federal (PF) para falar sobre o volume do consumo de drogas no país. Além da ONU e da PF, o jornal também faz comparecer a Confederação Nacional dos Municípios, chamando atenção para o grau de disseminação do crack no país e o impacto que isso tem no sistema de saúde dos municípios. O jornal aponta os dados apresentados pelos enunciadores “como sinal de que a situação pode descambar para o descontrole”, e segue se posicionando a favor de “ações urgentes em duas frentes, a do abastecimento e a do consumo”. Aqui fica claro que os enunciadores foram convocados de modo acessório para corroborar a perspectiva do jornal.

Com relação ao que nomeia como a “outra ponta do problema, a das consequências”, o veículo destaca a complexidade “no âmbito do tratamento a ser dispensado aos usuários.” Destacando as políticas de São Paulo e Rio, onde a primeira retomou a “internação compulsória de viciados” e a segunda “divide-se em adotar ou não essa linha de ação”, segue apontando a falta de uma política unificada para o tratamento do tema. Critica também a demora do poder público em adotar algumas iniciativas, apesar de serem consideradas “inquestionáveis”. Cita como exemplo de tais iniciativas a “política de redução de danos”, afirmando que a mesma deve partir do princípio que “o crack espalha-se pelo país com características de uma epidemia”. Aqui, pela primeira vez encontramos o crack sendo nomeado diretamente pelo jornal como uma epidemia.

O discurso de *O Globo*, além de fazer uma crítica ao quadro geral de ações para o enfrentamento do abastecimento e consumo das drogas no país, desaprova a fragmentação das políticas existentes nos diferentes níveis. O jornal sugere, na parte final do seu editorial, qual o encaminhamento deve ser dado às ações de enfrentamento do crack. Primeiro, ao sinalizar uma *epidemia*, o periódico convoca providências “na área de saúde pública”. Segundo, apesar de em princípio não se posicionar diretamente contra ou a favor a política de “internação compulsória de viciados” retomada por São

Paulo e praticada de modo inconstante pelo Rio de Janeiro, no trecho em que aponta a necessidade da criação de “sistemas multidisciplinares de atendimento (...) aos viciados, com a criação de espaços de acolhimento que não sejam meros depósitos de ineficazes programas de ‘prende-solta’”, o jornal sinaliza que sua discordância não diz respeito ao apartamento do dependente químico da sociedade, mas sim a inconstância e ineficiência das políticas atuais. Ao encerrar seu discurso afirmando que o “acolhimento compulsório tem de ser a última instância (...) e não a linha preferencial das ações contra o crack.” (grifos nosso), o periódico cria um escalonamento de ações e coloca o “acolhimento compulsório” em último lugar, no entanto, ao citá-lo como uma das ações possíveis acaba por referendar o uso do procedimento.

O artigo “Uma pedra no caminho”, que já em seu título faz uma referência implícita a pedra de crack, é centrado na política municipal do Rio de Janeiro no enfrentamento ao crack. O autor, com frases como “a prefeitura do Rio age em nome do direito à vida” e “é uma intervenção que busca recuperar a dignidade do cidadão” busca dissociar a política municipal de características que já lhe foram consagrada, tais como “política de higienização social” e “operação ‘enxuga-gelo’”. Ressaltando que a internação é um “recurso extremo contra uma droga de efeitos devastadores”, o secretário de Assistência Social salienta que o combate ao crack, além das operações de acolhimento, exige uma “política integrada com ações multidisciplinares”.

Com essa perspectiva, o que poderia ser entendido como um debate de ideias contrárias, como o sugere o agrupamento das expressões “tema em discussão”, “nossa opinião” e “outra opinião” logo no início da página, na verdade tem muito mais aproximações do que divergências. Ambos os sujeitos da enunciação ressaltam o caráter epidêmico da droga. Também concordam que há a necessidade de ações multidisciplinares para o tratamento do dependente químico. Outro ponto de aproximação é que, apesar de ressaltarem o caráter excepcional do “acolhimento”, da “internação”, nomeando-as como a “última instância”, o “recurso extremo”, ambos a defendem como uma política de enfrentamento do crack.

Texto 06

Publicada na edição do dia 23 de fevereiro de 2013, Publicada na edição do dia 23 de fevereiro de 2013, pelo jornal *O Globo*, esta é a primeira matéria localizada na editoria Rio. A ênfase na editoria se dá em função de que trabalhamos com a

possibilidade de que o mesmo veículo apresente um discurso diferente a partir da forma como enquadra a informação. Essa perspectiva acentua o fato de que um mesmo suporte pode abrigar discursos que sejam contraditórios. Afinal, nosso ponto de partida é que o jornal não funciona de forma uníssona, admitindo posicionamentos diferentes dentro de uma mesma empresa, ou mesmo dentro de uma mesma edição. Com o título **“Ministério público exige mais vagas para usuários de crack”** (Anexo 05) e o subtítulo “Rede deve ser ampliada para que as internações involuntárias continuem”, a notícia relata a recomendação do Ministério Público, feita à Prefeitura do Rio de Janeiro, de ampliação da rede de saúde mental, o que viabilizaria a igualmente a ampliação das internações involuntárias. Assinada pela jornalista Renata Leite, o texto aparece no canto inferior direito da página, que tem como seu maior destaque uma matéria tratando do enfrentamento ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro realizado pelas UPPs⁶⁷. Há aqui o estabelecimento de certa contiguidade entre as matérias, colocando-as num mesmo viés de tratamento: o da segurança pública.

Corroborando com tal ideia, o texto apresenta, além da jornalista como sujeito da enunciação, os seguintes enunciadores convocados por discurso indireto: o Ministério Público, apontando que o “número reduzido de unidades de saúde mental no Rio é um obstáculo às operações de internação involuntárias de usuários de crack”, mas recomendando que “a internação psiquiátrica só ocorra em último caso”; e a promotora Anabelle Macedo Silva, destacando que o “Rio deveria ter pelo menos 50 unidades de saúde mental, que serviriam não apenas para internação, mas também para oferecer tratamento ambulatorial e psicológico”. Os enunciadores, o próprio Ministério Público enquanto instituição, e a promotora, como sua representante, no que diz respeito à segurança pública, tem sua face mais conhecida como responsáveis por zelar pelos serviços de relevância pública no combate, de um modo geral, ao crime⁶⁸. Assim, apesar de nas últimas três linhas da notícia o enunciador Secretaria de Saúde ser convocado através da fala de que “planeja abrir nos Centros de Atenção Psicossocial”, ou seja, atendendo a demanda feita pelo Ministério Público, o texto trabalha dando relevância a voz da Segurança, com a voz da Saúde aparecendo apenas de modo acessório.

⁶⁷ A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um programa de segurança pública implantado no estado do Rio de Janeiro no final de 2008 pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Sua proposta é de ocupação permanente de comunidades dominadas pelo tráfico promovendo assim uma retomada do território pelo poder público. Até maio de 2014 foram instaladas 38 UPPs no estado. Disponível em <http://www.upprj.com/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

⁶⁸ Para maior detalhamento ver “O Papel do Ministério Público na Segurança Pública”. Disponível em: <http://www.apm.pm.am.gov.br/>. Acesso em 13 de dezembro de 2014.

Texto 07

A matéria publicada sob o título “**Relator de projeto sobre drogas ataca conselho**” (Anexo 06) é a primeira de nosso *corpus* onde encontramos a menção ao PL 7663, embora o jornal o nomeie apenas como “projeto sobre drogas”. Publicada na edição de 15 de março de 2013, a notícia é editorializada⁶⁹ e foi veiculada dentro da editoria País. A temática da notícia diz respeito ao encontro do deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), relator do projeto, com um grupo de dirigentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que se posicionam contra essa mesma proposta. O encontro teria ocorrido nos corredores da Câmara quando os “dirigentes da entidade tinham ido justamente fazer oposição à proposta”.

Os enunciadores presentes na notícia são o relator do projeto sobre drogas, deputado Givaldo Carimbão, apresentado pelo jornal como “relator do projeto que cria um cadastro de usuário de drogas e institui a internação involuntária do viciado”, e os dirigentes do Conselho Federal de Psicologia, “que se opõe a proposta”. O deputado Carimbão é convocado tanto através do discurso indireto, como quando ressalta que “a entidade faz terrorismo por ser contra as comunidades terapêuticas que tratam de dependentes, muitas delas ligadas a entidades religiosas.”, como através do discurso direto, onde afirma que “– O Conselho Federal de Psicologia é um assassino de dependentes de drogas. Se é contra a internação de quem está na rua, na sarjeta, isso é assassinato. (...) A cracolândia em São Paulo, por exemplo. Tem mil pessoas ali e não se pode ir lá para fazer uma busca ativa (e interná-los). O conselho é contra. Me desculpe, mas é assassinato de pessoas que morrem à míngua.” O Conselho Federal de Psicologia é convocado por discurso indireto. O jornal informa ainda que a “entidade decidiu representar contra ele na Corregedoria da Casa” e cita um trecho da representação: “Para surpresa geral, e sem qualquer movimento ou resposta de nossa parte, o deputado passou a atacar o Conselho Federal de Psicologia afirmando sermos: ‘assassinos, baderneiros e bandidos’, diz a representação do Conselho.”

Seguindo com a notícia, o jornal continua a justificar o posicionamento do deputado Givaldo Carimbão com relação ao conselho, apontando que o mesmo “é um parlamentar católico”, que tem “uma forte atuação junto às comunidades terapêuticas de Alagoas”, e que as suas diferenças com o CFP têm origem num relatório que o mesmo

⁶⁹ Por notícia editorializada entende-se aquela em que não há identificação de um jornalista responsável pelo texto. Ela é assim chamada por ficar sob a responsabilidade do editor da editoria em que está inserida.

publicou em 2011 sobre as instituições para usuários de drogas em todo o país. “O documento analisa duas entidades de Alagoas (...). Diz o conselho que se tratam de comunidades católicas e que, quando as regras são desobedecidas, reza-se uma ave-maria.” A informação é encerrada com a fala do deputado onde ele afirma que “– Até processei o conselho federal por isso. Eles mentiram.”

Na cena discursiva analisada podemos perceber que vários sentidos estão sendo oferecidos aos leitores. Dentre esses, gostaríamos de por em evidência a oposição entre os acusados de “assassinato” e o “parlamentar católico”. Destacamos também que o jornal não oferece a todas as vozes possibilidades iguais para se manifestarem. O Conselho não é convocado a se declarar nem porque é contrário ao projeto, nem sobre o relatório das instituições para usuários de drogas. Como já salientamos em análises anteriores, a ausência de um equilíbrio entre os espaços de manifestação dos denunciadores é indicativo do posicionamento do jornal a favor daquele ao qual foi dada maior visibilidade. Aqui, podemos então perceber que o posicionamento do jornal foi de apoio ao deputado e conseqüentemente ao projeto que o mesmo defende.

Texto 08

Inserida na editoria País, esta matéria foi publicada no dia 14 de abril de 2013, mas numa página identificada como “LOGO: a página móvel”. Como o próprio nome destaca, a peculiaridade da mesma é que ela não está restrita ao espaço onde aparece, porém pode estar presente em qualquer editoria do jornal. Com o título “**PT, PSDB e governo atacam projeto que interna usuário**” (Anexo 07), a reportagem assinada pelo jornalista Arnaldo Bloch ocupa uma página inteira. A matéria trata do Projeto de Lei 7663/2010 que, como já mencionamos, entre outras coisas, propõe alterações na modalidade de internação prevista na Lei 10.216/2001, que instituiu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil e ficou conhecida como a *Lei da Reforma Psiquiátrica*.

Apoiados na ideia de que contexto é condição de produção e que a relação dos discursos com a situação em que ele ocorre produz efeitos de sentido, embora já o tivéssemos feito transversalmente nas análises anteriores, destacamos aqui o contexto como um elemento de análise. Assim, a partir dessas considerações, parece-nos relevante que a matéria tenha sido publicada na “Logo”, página do jornal que tem como característica ser uma página móvel e sem periodicidade. Ou seja, a matéria foi

publicada numa página que, além de poder “entrar” em qualquer parte do jornal, é utilizada pelo veículo para marcar, através de seu mecanismo de temporalidade, que um determinado assunto tem maior relevância/urgência. Salientamos também que o fato desta página, neste momento, localizar-se dentro da editoria “País”, marca o tema como sendo algo de interesse nacional.

Destacando que não existe um significado estável, mas efeitos de sentido que vão sendo construídos a partir da relação entre significantes, ao nos debruçamos sobre as informações organizadas sob o título “PT, PSDB e Governo atacam projeto que interna usuário”, que orientam a leitura de todo o conteúdo da página, encontramos a exemplificação do que estamos acima salientando: “Tramita no Congresso, em regime de urgência, o projeto do médico e deputado Osmar Terra (PMDB-RS) que, se aprovado, permite que usuários de drogas, inclusive as mais leves, como a maconha, sejam internados involuntariamente, por decisão da família e/ou de um juiz, e cria cadastros dos mesmos em escolas e nos serviços de saúde.” (grifo nosso).

Observemos que a expressão “cadastro” nos permite algumas conexões entre o texto e um conhecimento prévio do leitor, que produz interpretações. Um exemplo desse processo pode ser a noção de que a existência de um “cadastro em escolas e nos serviços de saúde” seria um benefício para os usuários de drogas, pois os mesmos passariam a ser encarados como usuários dos sistemas (saúde e educação) – afinal, o autor também é um médico, e como tal também poderia estar representando uma preocupação com a saúde – sendo então percebidos como portadores de direitos. Nesse sentido poder-se-ia produzir uma boa aceitação do processo a partir do efeito positivo que ele poderia gerar. Por outro lado, cadastro poderia evocar uma cadeia interpretativa que pudesse trazer um olhar negativo sobre a discussão em torno da lei, especialmente se associada à ideia de “ser fichado”, “ficar fichado”. Assim sendo, a presunção poderia ser a de que tal processo geraria uma exclusão ainda maior pelo poder de “marcar previamente” os usuários.

Na reportagem, além do sujeito da enunciação, o jornalista Arnaldo Bloch, há também os seguintes enunciadores: o autor do projeto, médico e deputado Osmar Terra (PMDB-RS), o sociólogo, membro da Comissão Latino-Americana para Drogas e Democracia e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), e o representante do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira. Os Ministérios da Saúde e da Justiça são citados através da fala do deputado Paulo Teixeira, quando este afirma que “já existem duas notas técnicas

do governo, uma do Ministério da Saúde, outra do Ministério da Justiça, orientando pela rejeição.”

Convocado através do discurso direto, o autor do projeto, ao apontar que “a referida tendência ‘moderna’ das políticas sobre drogas não passa de uma colcha de retalhos de belos discursos ideológicos, que vão de Milton Friedman a Bakunin, passando pelos ideários de Foucault, da contracultura e da antipsiquiatria”, e seguir afirmando que “O projeto está em sintonia com a vida. Cada parágrafo é baseado em evidências científicas.” se posiciona totalmente a favor do mesmo. A expressão “colcha de retalhos de belos discursos ideológicos” oferece ao leitor a ideia de que a atual política sobre drogas, apesar de feita de sobras de tecidos (discursos) nobres, compõe um todo de valor duvidoso e, em oposição, tem-se a noção de que “o projeto está em sintonia com a vida” e que o mesmo é “baseado em evidências científicas”, associando uma carga positiva ao projeto ao mostrá-lo como algo atual e baseado num discurso de grande valor: o científico. Paralelamente, acentua a proposta inicial, presente no primeiro texto analisado a partir do *corpus* reduzido, de que não há sintonia entre o plano do Governo Federal e as ações praticadas dentro de cada estado. Nestes termos, colcha de retalhos não apenas define a visão do deputado, mas atualiza a perspectiva apresentada pelo jornal no início da cobertura.

Os outros enunciadores, todos contrários ao projeto, são convocados através do discurso direto e, além de aparecerem citados dentro do texto, tem suas falas inseridas com destaque na parte inferior da página. Acompanhadas dos intertítulos “Gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis”, “Além da legislação”, “Superlotação”, “Uso ou tráfico?”, todos apontam ao menos um aspecto pelo qual o projeto não deve ser aprovado. Enunciador que recebe o maior espaço para se manifestar, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através do discurso direto, adverte que “Se aprovado, este projeto representaria um gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis para a saúde das pessoas e no que tange ao respeito aos direitos humanos no Brasil.” Ele também é convocado, através do discurso indireto, para destacar que a legislação em vigor é “progressista” em oposição do projeto que é encarado aqui como um “retrocesso”: “Na última quarta-feira, a pedido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a bancada do PSDB obstruiu a votação iminente do substitutivo, que desfigura a atual Lei de Drogas, de 2006, considerada mais progressista.”

Destacamos também que, quando se convoca a posição social ou institucional do enunciador, pretende-se validar seu discurso como mais autorizado a falar sobre uma

dada temática. Em nossa avaliação isso acontece, por exemplo, quando o jornal convoca, em oposição à fala do deputado Osmar Terra, a fala do também deputado Alessandro Molon para quem: “Já existe a Lei 10.216/01 que prevê a internação como um último recurso. São muitos os que têm serias dúvidas sobre a eficácia da medida, entre cientistas, psiquiatras e sociólogos”. No parágrafo imediatamente seguinte, inicia-se a retomada do argumento destacando que: “Sociólogo e integrante da influente Comissão Latino-Americana para Drogas e Democracia, um dos vértices do atual debate internacional, Fernando Henrique adverte: Se aprovado, este projeto representaria um gravíssimo retrocesso.” (grifos nossos)

No material analisado também se pode perceber a presença de diversas Vozes sendo convocadas como, por exemplo, a Voz da Justiça, que é uma das que explicitamente aparecem: “Temos conversado com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária e a nossa avaliação é de que o projeto vai aumentar ainda mais o problema do sistema penitenciário em todo país, sem qualquer garantia de que isso tenha impacto positivo na luta contra as drogas.” No fragmento destacado podemos também observar que, implicitamente, aparece a Voz da História ao tratar de um processo onde, a exemplo de outras ações produzidas no Brasil que não funcionaram, não se tem nenhuma garantia de que esta impactará positivamente na luta contra as drogas. Gostaríamos também de destacar da página o seguinte aspecto do texto:

Ilustração 04 – “PT, PSDB e governo atacam projeto que interna usuário”



Aqui temos, minimamente, três aspectos que merecem ênfase: a ordenação das letras na palavra Retrocesso, o tamanho de fonte utilizado na mesma, e a tarja vermelha onde aparece a palavra Drogas. Do latim *retrocedere*, retrocesso é ação ou resultado de retroceder, de mover-se para trás; recuo no tempo, retorno ao passado⁷⁰. Assim, a ordenação das letras dialoga diretamente com o significado da palavra. O tamanho da fonte também pode estar ensejando destacar o tamanho do retrocesso. A tarja, “listra escura que cobre, por censura, parte de texto ou imagem”⁷¹, destaca o quanto o tema das drogas, e da legislação em torno da mesma, ainda é palco de restrições.

Pelo processo aqui descrito, podemos inferir que, de modo geral, o jornal se posiciona contra o projeto de lei de autoria do deputado Osmar Terra, embora inicialmente fosse favorável ao processo de internação compulsória, tal como apontamos na análise do primeiro texto desta seção. Assim, ao darmos ênfase ao fato de que a internação é apoiada pelo jornal (especialmente na editoria País), nos casos de dependentes de crack, buscamos demonstrar que o veículo não tem um discurso que é linear, uníssono, unidirecional. Muito pelo contrário, algumas das contradições acabam emergindo, seja quando se muda de editoria ou mesmo quando se encaminha especificamente para tratar do fato de que “usuários de drogas, inclusive as mais leves como a maconha, sejam internados involuntariamente” (grifo nosso). Talvez seja prematuro afirmar, mas deduzimos que a *questão das drogas* merecerá uma abordagem diferente quando a maconha for deslocada desse conjunto maior.

Texto 09

Com uma chamada de capa,⁷² destacando que “O relator do projeto na Câmara que amplia a internação compulsória de usuários de drogas excluirá da proposta a criação de um cadastro de usuários e o fichamento de alunos suspeitos”, *O Globo* dá continuidade ao processo de cobertura da discussão do projeto sobre drogas que propõe alterações na Lei 10.216/01. A reportagem intitulada “**Drogas: relator desiste de cadastro de usuários e fichamento de alunos**” (Anexo 08), do dia 19 de abril de 2013,

⁷⁰ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>. Acesso em: 10 de março de 2015.

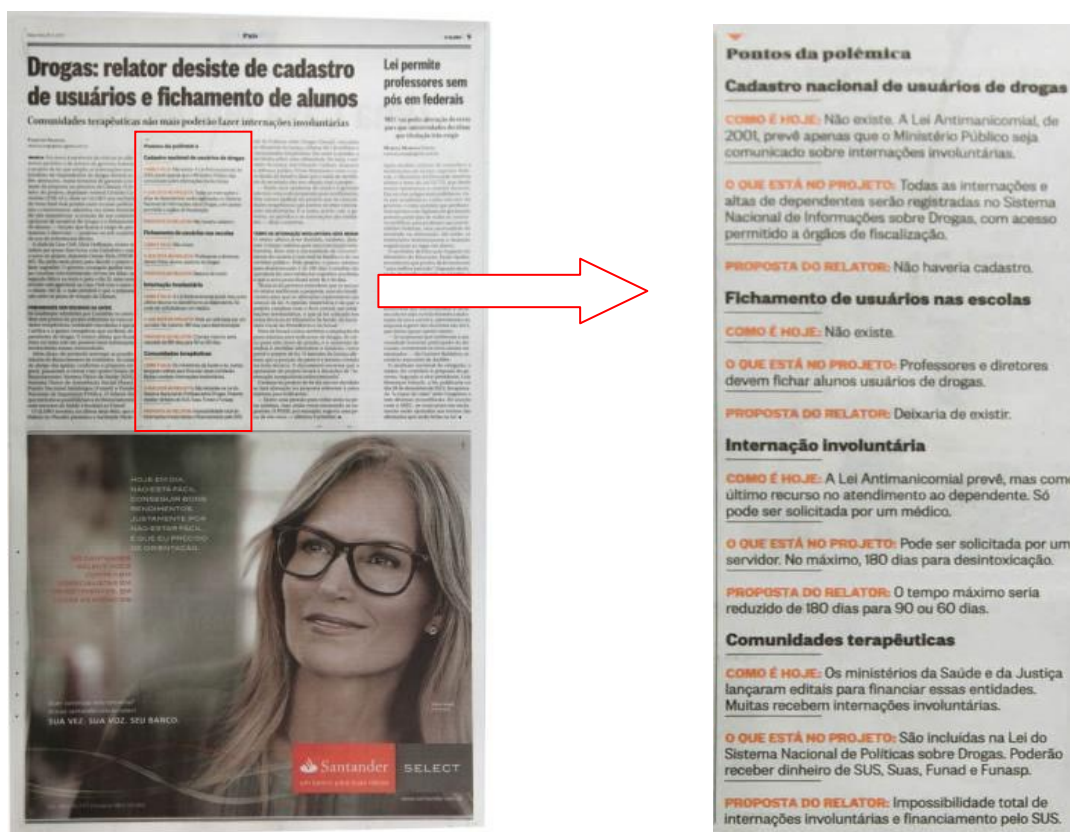
⁷¹ Idem.

⁷² As chamadas de capa, como o próprio nome indica, estão localizadas na primeira página do jornal. Elas têm por função remeter o leitor às páginas internas onde serão encontradas a notícia ou reportagem completa. Geralmente constituídas por título e síntese do texto interno, funcionam como uma vitrine da edição, convidando o leitor à leitura dos textos internos do jornal.

inserida na editoria País e assinada pelo jornalista Vinicius Sassine⁷³, ocupa quase meia página e trata das alterações do projeto de lei que, como anuncia, após receber “críticas de diferentes partidos e de setores do governo federal (...) deverá sofrer alterações numa tentativa de garantir a votação da proposta no plenário da Câmara”.

A enunciação é didática. Dentro de um Box no centro do texto, por exemplo, são descritos os aspectos do projeto apontados como aqueles que “causam polêmica”. Os pontos destacados são o “cadastro nacional de usuários de drogas”, o “fichamento dos usuários nas escolas”, a “internação involuntária” e as “comunidades terapêuticas”. Associada a cada um dos quatro tópicos aparecem as expressões: “Como é hoje”, “O que está no projeto” e “Proposta do relator”, como destacamos abaixo.

Ilustração 05 – “Drogas: relator desiste de cadastro de usuários e fichamento de alunos”



⁷³ Vinicius Jorge Sassine é repórter investigativo de *O Globo* e atua na sucursal de Brasília. Ele realiza reportagens investigativas desde 2006 e já venceu vários prêmios de jornalismo. Em 2014, recebeu o 1º Prêmio ABP de Jornalismo com o trabalho “Retratos da vida insana no cárcere”, matéria que consta de nosso *corpus* ampliado. Disponível em <http://www.portaldosjornalistas.com.br/>. A matéria agora analisada está inserida numa sequência, dentro de nosso *corpus*, de quatro textos que, assinados pelo mesmo profissional, tratam do projeto de lei e seus desdobramentos.

As mudanças indicadas na matéria se referem a vários trechos do projeto. O primeiro seria a parte do projeto que diz respeito à “criação de um cadastro nacional de usuários de drogas”, e também do “fichamento de alunos (...) usuários ou sob suspeita de uso de substâncias ilícitas”. As duas propostas, que não existem na lei de 2001, seriam excluídas do projeto. As críticas ao cadastro parecem referendar nossa proposição anterior, presente na análise do texto 08, sobre a cadeia interpretativa evocada em torno da palavra *cadastro*, por tal expressão invocar um olhar negativo sobre a discussão em torno da lei.

Com relação à internação involuntária, que figuravam de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei Antimanicomial, “como último recurso no atendimento ao dependente” e que “só pode ser solicitada por um médico”, de acordo com o projeto, ela “pode ser solicitada por um servidor” e sua duração poderia ser de “no máximo 180 dias”. Optando por modificar também esse ponto do projeto, o relator afirma já ter decidido “diminuir o tempo máximo para uma internação involuntária”. No entanto, “diz que ainda faz uma média das sugestões recebidas e que o novo prazo ficará entre 60 e 90 dias”. Entretanto, nada é dito no texto sobre o modo como essa medida será solicitada, seja por um profissional da área da saúde seja por qualquer servidor público, por exemplo.

As entidades de acolhimento são citadas destacando que atualmente “muitas recebem internações involuntárias” e são financiadas por editais lançados pelos Ministérios da Saúde e da Justiça. O Projeto estabelece que “incluídas na Lei do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas” as instituições “Poderão receber dinheiro de SUS, Suas, Funad e Funasp.” A partir das modificações, fica definido “não ser possível fazer internações involuntárias nessas comunidades” e a “impossibilidade total de (...) financiamento pelo SUS.”

Além do jornalista, presente como sujeito da enunciação, o texto convoca os seguintes enunciadores através do discurso indireto: a chefe da Casa Civil, Gleise Hoffman, “que pediu mais prazo para discutir o projeto e fazer sugestões”; os técnicos do governo que entendem os recuos no projeto como “insuficientes para que as alterações representem um avanço na lei.”; a Senad, que através de uma nota técnica critica “a ampliação da pena mínima para traficantes de drogas”; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao afirmar “que a posição da pasta é a mesma contida na nota técnica” (da Senad). Já o relator do projeto e deputado federal, Givaldo Carimbão (PSB-AL), está presente várias vezes no texto através do discurso direto e indireto. São

também citados pelo periódico: o autor do projeto e deputado federal, Osmar Terra (PMDB-RS), como presente na reunião entre o relator do projeto e a chefe da Casa Civil; o defensor Público Vitore Maximiano, como novo titular da Senad; e o Palácio do Planalto, que estaria pressionando a Senad a liberar R\$ 130 milhões para as comunidades terapêuticas.

A parte final do texto aponta uma discrepância na visão dos dois pólos, que discutem as negociações acerca do projeto. Enquanto de um lado, o grupo dos favoráveis, representados pelo relator Givaldo Carimbão, declara que “Existe uma epidemia de crack e o governo não tem uma rede preparada para acolhimento. Mas vamos tipificar no projeto que as comunidades terapêuticas não podem receber internações involuntárias. É o nosso acerto com o governo, os partidos e as associações das entidades.”, indicando uma percepção de que atenderam as demandas dos opositores com esses ajustes; de outro, qualificado como o grupo dos contrários, estão aqueles que “entendem que os recuos do relator melhoram a proposta, mas são insuficientes para que as alterações representem um avanço na lei.”

Podemos perceber na matéria uma abordagem mais didática⁷⁴ do que nas anteriores. Teria essa mudança no tom da cobertura alguma relação com o repórter deslocado para realizá-la? Avaliamos que poderemos ter um pouco mais de clareza quanto a isso quando retomarmos as análises de outras unidades textuais produzidas pelo mesmo jornalista. Percebemos também que o título e o subtítulo da matéria dão conta de um grande recuo nas propostas do Projeto com expressões como “desiste de cadastro” e “não mais poderão fazer internações involuntárias”. Porém, ao passarmos a leitura do texto, podemos verificar que as mudanças propostas não alteram o ponto mais polêmico: a internação. No entanto, a narrativa do jornal, dentro da disputa que se estabelece em suas páginas, ao oferecer um maior espaço ao enunciador favorável a internação se posiciona de modo favorável ao mesmo. Aqui, cabe ressaltar a retomada do discurso da “epidemia de crack”. Tal discurso, assim oferecido, não estaria, do ponto de vista semântico, autorizando o deputado a continuar defendendo a internação como melhor alternativa para enfrentamento do crack?

⁷⁴ Estamos qualificando como mais didática uma cobertura se que esmera em detalhar os aspectos de controvérsia no referido projeto. As coberturas anteriores ocupavam-se mais no embate entre as ações preconizadas pelo Governo Federal e as iniciativas desenvolvidas no âmbito estadual e municipal.

Texto 10

Trata-se, novamente, de uma matéria com chamada na capa, o que nos indica a manutenção do grau de relevância que o jornal está atribuindo ao tema. A chamada com o título “Recuperação vira arma eleitoral”, publicada no dia 29 de abril de 2013, convida à leitura da matéria “**O novo filão eleitoral: comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares podem ganhar verba federal**” (Anexo 09), que tem o Selo “Debate sobre drogas”. Produzida na editoria País, a reportagem ocupa uma página inteira e é a segunda dentro do nosso *corpus* a ser assinada pelo jornalista Vinícius Sassine.

O referido texto jornalístico apresenta três fotos mostrando dois momentos diferentes na rotina da Casa Ressuscita em Cristo: o da alimentação e o do culto. A Casa Ressuscita em Cristo, localizada no Gama (DF), é mantida pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP), que para lá encaminha os dependentes químicos de sua cidade (Orlândia-SP). A matéria segue apontando outros políticos que também estão envolvidos com comunidades terapêuticas: a deputada Antonia Lúcia (PSC-AC), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, que “inaugurou uma comunidade no Acre”, o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), relator do Projeto 7663, que “é fundador de um abrigo em Alagoas”, e o senador Magno Malta (PR-ES), que “mantém ampla comunidade em Cachoeiro de Itapemirim”.

A expressão, que aparece no título – “comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares”, é corroborada dentro da matéria com trechos como: “Feliciano (...) encaminha dependentes de drogas de sua cidade, Orlândia (SP), para a casa (...). Na prática, o deputado faz uma limpeza das ruas e capitaliza com as famílias e a população local”, ou no intertítulo “Dependentes usados como claque”, que é seguido pelo texto “Em duas ocasiões o grupo de dependentes foi convocado para ir à Câmara defender Feliciano de protestos na Comissão de Direitos Humanos”, onde o jornal reforça a ideia de uso político das comunidades terapêuticas.

Já na segunda parte do título – “podem ganhar verba federal”, há a alusão ao recebimento de verbas públicas por parte das comunidades terapêuticas, apontando o fato de que os “parlamentares podem se beneficiar diretamente das iniciativas do governo federal de financiamento a comunidades terapêuticas (...) como parte do programa ‘Crack, é possível vencer’”; e que o “projeto relatado por Carimbão também

beneficia diretamente as comunidades terapêuticas, com previsão de quatro fontes de financiamento para elas.”

No que diz respeito especificamente às internações, o jornal chama atenção para o fato de que os deputados Marco Feliciano (PSC-SP) e Givaldo Carimbão (PSB-AL), “ambos mantenedores de comunidades terapêuticas”, estão ligados a projetos que são favoráveis a internação de dependentes químicos. O projeto do primeiro “prevê internação compulsória para ‘tratamento e desintoxicação’ de dependentes (...) e cita as comunidades terapêuticas como alternativa à internação”; já o segundo é relator do projeto do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) cujo “cerne da proposta é a internação involuntária de dependentes”.

Convocados de modo direto, o texto tem dois enunciadores favoráveis à terapia da “cura espiritual”, empregada nas comunidades terapêuticas citadas. O primeiro é o Pastor Claiton Afonso Vieira, da Casa de Recuperação Ressuscita em Cristo, que afirma que o uso do crack é decorrência de uma “doencinha do século XXI, a depressão, um estado de profunda tristeza da alma”, e segue afirmando que “para a alma, não adianta remédio, não adianta psicólogo: só Jesus Cristo.”. O segundo é o senador Magno Malta (PR-ES). Nas palavras do senador: “– Recupero com tratamento de cura espiritual. E com chá de capim-cidreira, o melhor diurético que existe.”

Em oposição a esse discurso, temos o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, que, segundo o jornal, acredita que a religião pode auxiliar na recuperação, mas jamais substituir o tratamento médico. O psiquiatra afirma: “– Não conheço tratamento de dependência química sem passar por médico.” Único dependente químico presente no texto, Arnaldo Silvério, que já esteve duas vezes em Brasília⁷⁵ para tratamento do crack, aparece relatando sua experiência através do discurso direto: “– Na primeira vez voltei para minha família. Fui encarar o demônio de frente, mas não estava preparado. Agora, procuro ajuda na Bíblia.” Tal fala aparece corroborando a ideia de que a terapia da “cura espiritual” não tem a eficácia que lhe é atribuída. O Conselho Federal de Psicologia, apontado pelo jornal como sendo contrário ao funcionamento das entidades, detectou em inspeção realizada em 2011 nas comunidades, “como regra” a ausência de recursos terapêuticos.

Outros enunciadores são o deputado Givaldo Carimbão que, através do discurso direto, nega ser o proprietário da Vida Nova, comunidade inscrita na Senad para receber

⁷⁵ O texto não explicita em que lugar, mas dá a entender que se trata da Casa de Recuperação Ressuscita em Cristo.

dinheiro público: “– Não tenho instituição. Ajudei a montar, a funcionar. Dou minha vida para isso porque acredito.” São citados na reportagem, Adilson Brito e Roseli Octávio, secretários do parlamentar Marco Feliciano, “pagos pela Câmara – para cuidar do projeto” do deputado de ter uma “rede de comunidades terapêuticas”, e ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, “que pressiona pela liberação de verbas às comunidades terapêuticas”. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Marco Feliciano (PSC-SP), não é convocado em nenhum momento, seja pelo discurso direto ou indireto, embora seja citado inúmeras vezes no texto.

Podemos perceber que a reportagem além de trabalhar com a já estabelecida polarização entre as posições contra ou a favor (da existência e do método) das comunidades terapêuticas, assume outra perspectiva destacando dessa vez os interesses políticos e financeiros que podem estar por trás da criação e manutenção de tais entidades. Nossa proposição é de que isso se deve a uma mudança de perspectiva do jornal, fato demonstrado inclusive por colocar um repórter investigativo para realizar a cobertura. O periódico também destaca, através das fotos e do relatório do CFP – que aponta a existência de “violência física, castigos, tortura, humilhação, imposição de credo” em muitas instituições –, a inadequação das comunidades em termos de estrutura e respeito aos direitos humanos. Além disso, passa a fazer franca oposição ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, dando ênfase a sua atuação polêmica frente à comissão em relação a diversos assuntos ligados a Comissão e destacando seu projeto de ter uma “rede de comunidades terapêuticas”.

Textos 11 e 12

Novamente optamos pela estratégia de analisar duas unidades em conjunto. Essa escolha dessa vez busca justificativa no fato de ambas, além de estarem na mesma página do periódico, o que já oferece uma noção de complementaridade entre elas, foram produzidas pelo mesmo autor. Os textos foram publicados no dia 04 de maio de 2013, na editoria País, e juntos ocupam a maior parte da página do jornal. A primeira, com o título “**Ministra apoia internação involuntária de dependentes químicos**” (Anexo 10), é uma entrevista com a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A segunda, apresentada pelo título “**Governo é contra reservar vagas para dependentes: projeto dá a eles 5% dos empregos em obras públicas**” (Anexo 10), é uma notícia.

Novamente, o jornalista Vinícius Sassine, ao assinar os textos, aparece como o principal sujeito da enunciação.

Antes de iniciar o relato da entrevista com a ministra Gleisi Hoffmann, através de uma série de perguntas e respostas, o que é característico no formato, o sujeito da enunciação sintetiza a posição da ministra ao destacar que a mesma é quem está “à frente do comando das negociações que envolvem o Projeto 7663” e que ela é “contra descriminalizar uso de drogas, e a favor do atendimento religioso em comunidades terapêuticas”. Tal iniciativa já oferece ao leitor a indicação do pólo em que a ministra está situada no debate – tomando a polarização que temos apresentado no decorrer de nossas análises. Sassine segue destacando que cabe a chefe da Casa Civil “cobrar dos ministérios da Justiça e da Saúde a liberação de R\$ 230 milhões para comunidades terapêuticas”. O papel de quem *cobra em favor das comunidades terapêuticas*, atribuído a ministra, já havia sido destacado na reportagem anterior, redigida pelo mesmo jornalista, quando afirmou que Gleisi Hoffmann, “pressiona pela liberação de verbas às comunidades terapêuticas” (*O Globo*, 29/4/2013:3).

Entendemos que a presença tanto do sujeito da enunciação (Vinícius Sassine) quanto do enunciador (Gleisi Hoffmann), através do discurso do texto, se dá de modo direto. Podemos também perceber claramente a Voz do Estado (representado pela ministra) e que seu discurso é retórico, pois busca um convencimento das posições já assumidas. O tratamento dado ao tema fica acentuado por expressões como: “foi resultado da participação de todos os órgãos do governo” ou “foi bastante firme em dizer a posição do governo”. A relevância da entrevista se dá devido às negociações feitas diante da proximidade da votação do PL 7663 na Câmara. Os acordos envolvem a internação involuntária, a regulação das comunidades terapêuticas como unidades de acolhimento, a aceitação do viés religioso das entidades como método terapêutico, a descriminalização do uso de drogas como a maconha e a penalização somente do tráfico.

Com relação à internação, temos aqui citado o recurso que já havíamos indicado no primeiro capítulo deste trabalho. Segundo a ministra: “Já existe previsão legal de modalidades de internação na Lei Antimanicomial de 2001. O governo acata a lei e tem de dar condições para que seja cumprida.” Ou seja, a internação já foi discutida pela Lei 10.216, a mesma lei que é conhecida por suas conquistas e avanços no campo da saúde. Notemos que a ministra, no seu discurso, não convoca a lei através do seu número (10.216) ou de sua outra nomeação (Lei da Reforma Psiquiátrica), mas escolhe utilizar-

se da nomeação Lei Antimanicomial. Podemos supor que tal escolha se deva por desconhecimento (será mesmo, vindo da principal representante da Casa Civil?) ou por uma tentativa de tomar o caráter afirmativo de que uma lei, que como o próprio nome aponta, é “anti manicômios”, e que já determinou os parâmetros das internações, para defender que as mesmas não sejam mais discutidas. O que não está dito é que, na Lei 10.216, em seu artigo 6º, o que temos é a delimitação das condições para a internação psiquiátrica, ou seja, para pessoas com transtorno mental e que sofrem com uso abusivo de álcool e outras drogas (dependentes). Já o PL 7663, que pretende alterar a Nova Lei de Drogas (11.343/2006), está explicitando as condições de internação para “usuários ou dependentes de drogas”. Destacamos aqui que o PL seguiu para a apreciação do Senado Federal ainda com essas mesmas designações.

Nossa segunda unidade é a notícia, localizada logo abaixo da entrevista, que trata de um dos pontos sobre o qual ainda não se chegou a um consenso nas negociações sobre o PL 7663: a proposta que “reserva obrigatoriamente a dependentes químicos 5% das vagas geradas em contratos de obras públicas.” O Projeto determina que, para ocupar essas vagas “o usuário deve estar em fase final de tratamento e em abstinência”. Contrária a essa proposta, a ministra Gleisi Hoffman diz acreditar que a obrigatoriedade e a fixação de percentual não é eficaz. O outro ponto destacado como possível oposição entre governo e autores do projeto diz respeito ao aumento da pena mínima para traficantes de cinco para oito anos. “O Ministério da Justiça quer aumentar a pena só para grandes traficantes (...). Osmar Terra diz que insistirá na **elevação da pena para o pequeno traficante**” (grifos nossos).

Na notícia, convocados através do discurso direto, temos os enunciadores Givaldo Carimbão, relator do Projeto 7663, e Gleisi Hoffman, chefe da Casa Civil, que, ao se manifestar sobre a proposta de reserva de vagas presente no Projeto, afirma que “– Nem sempre estabelecer um percentual dá efetividade à proposta. (...) poderíamos fazer a reinserção com outras políticas de inclusão que temos.” Entretanto, um dos questionamentos que a entrevista que antecede a notícia pode provocar é: estaria a comunidade terapêutica inserida na política de reinserção que temos? Ao falar, na entrevista, sobre o papel das comunidades, a ministra aponta que “elas têm o objetivo de fazer a reinserção social”. Já o deputado Givaldo Carimbão defende a reserva e aponta que a idéia do Projeto é que “a empresa vencedora de licitação [para execução de obras públicas] contrate obrigatoriamente dependentes”. Com relação à penalização do tráfico, dialogando com a entrevista, onde a ministra afirma que “Não aceitamos elevar

a pena. Temos de ter foco no traficante”, o jornalista destaca, já no final da notícia, que “O Ministério da Justiça quer aumentar a punição só para grandes traficantes, vinculados a organizações criminosas. Osmar Terra diz que insistirá na elevação da pena para o pequeno traficante.” Tal oposição indica que governo e autor do projeto podem estar acordados na questão da internação, mas que há dissonância entre os interesses de cada um.

No texto analisado, aquele a quem podemos identificar como principal enunciador, a ministra Gleisi Hoffmann, apresenta em seu discurso os sentidos que deseja fixar. O uso afirmativo do caráter da Lei Antimanicomial (embora a internação involuntária desperte críticas mesmo dentro do governo, inclusive de técnicos do Ministério da Saúde)⁷⁶, o acordo existente entre as esferas do governo (mesmo havendo ainda disputas em torno das mudanças no projeto de lei, o que indicaria que ele não estava bem costurado)⁷⁷ e a voz de autoridade do Estado (relativizada, sendo questionada, especialmente a partir disposição do deputado Osmar Terra em continuar a discutir a questão da penalização do tráfico) são marcas presentes no texto. Com pouco destaque para uma oposição, o texto pode fazer parecer que há uma concordância com o posicionamento da ministra. No entanto, podemos perceber que a disputa por fixação de sentidos em torno das questões do PL 7663 aparece como pistas no texto. Embora não possamos afirmar, parece-nos que o veículo, na figura do sujeito da enunciação, questiona as proposições levantadas através de suas perguntas e do modo como organiza as duas unidades textuais.

Texto 13

Como última unidade de nosso *corpus*, temos a matéria publicada no dia 20 de novembro de 2013. Com o título “**Operação recolhe cem usuários de crack no Complexo da Maré**” (Anexo 11), está localizada na editoria Rio e é assinada pela jornalista Ana Cláudia Costa. A reportagem traz a foto de um grupo de pessoas com a seguinte legenda: “**No batalhão.** Usuários recolhidos na Nova Holanda aguardam triagem no quartel”. Antes mesmo de iniciar o texto, o subtítulo parece indicar o tom que o relato assumirá ao destacar que, dos cem usuários recolhidos, “só 40 aceitaram ir para abrigo”.

⁷⁶ O trecho entre parênteses indica, em linhas gerais, o questionamento feito pelo repórter durante a entrevista.

⁷⁷ *Idem*.

Ocupando-se em informar sobre a ação policial realizada no dia anterior pelo 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM) da Maré, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, dentro da Favela Nova Holanda, para *recolhimento* de usuários de crack com a finalidade de levá-los para um abrigo em Paciência, a reportagem relata que “cerca de metade dos usuários, no entanto, fugiu, correndo pelas ruas ou pulando o muro do 22º BPM”. Em seguida, afirma que: “À tarde, os que fugiram já estavam no mesmo ponto da favela onde tinha sido feita a operação”. Embora não possamos afirmar categoricamente, um dos elementos que parece estar presente na reportagem é uma certa *irracionalidade* dos usuários de crack, uma vez que não percebem o *benefício* que o recolhimento poderia trazer para suas vidas. Mesmo se tratando de ação que encontrará resistência por parte do Ministério Público (MP), o veículo parece aceitar a perspectiva que de a ação da PM é a melhor alternativa para os viciados em crack.

A matéria segue descrevendo a ação policial e seus resultados. Entretanto, o que queremos destacar é o fato de que, ao serem levados para o quartel e não para uma unidade de acolhimento, a ação dos policiais foi a de “checaram se tinham anotações criminais ou mandados de prisão”, o que acaba revelando o principal motivo da operação. Nesse ponto, podemos observar que, sob a designação de recolhimento, o real objetivo da ação foi o de combater o crime (tráfico ou uso de drogas, como o PL 7663 sugere) e os criminosos (viciados ou traficantes de crack). Tal fato também está implícito no intertítulo “PM diz que usuários cometem crimes”. Nas palavras do subcomandante do Batalhão, major Rogério Rodrigues, “a iniciativa visou também a tentar reduzir o número de roubos e furtos naquela região da Avenida Brasil”. Afinal, ainda que implicitamente, a voz do major reforça a construção de um sentido em que crack e roubo/furto aparecem associados.

A ação da PM gerou, por parte da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público, o anúncio de uma notificação pedindo esclarecimento do “por que os usuários de crack recolhidos foram levados primeiro para o batalhão, e não para unidades de saúde do município”. Além de questionar o modo como o procedimento foi realizado, o MP também aparece condenando a ação ao afirmar que “o **recolhimento compulsório de moradores de rua é ilegal**” (grifos nosso). Reforçando essa ideia, ele informa que foi ajuizada uma ação civil pública contra o prefeito Eduardo Paes, em abril de 2013, por causa de abusos cometidos em ações de remoção. Ou seja, antes mesmo que o PL 7663 fosse votado na Câmara, atualizando a “Nova Lei de

Drogas”, a PM do Rio de Janeiro parecia “autorizada” a agir não por força legal, mas por um efeito simbólico e de sentidos.

Além da jornalista como sujeito da enunciação, temos presentes no texto dois enunciadores: o subcomandante do 22º BPM, major Rogério Rodrigues, e a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público. Já o comandante do 22º BPM, tenente-coronel Walter Teixeira, o delegado titular da 21ª DP (Bonsucesso), José Pedro Costa da Silva, a Secretaria Municipal de Assistência Social, o prefeito Eduardo Paes, o Tribunal de Justiça e os usuários são apenas citados no texto para corroborar ou explicitar alguma ideia/ação. Dos dois enunciadores, apenas o major Rodrigues é convocado através do discurso direto (privilegiando a voz da polícia), quando, por exemplo, afirma que “— Os viciados em crack deixavam o acampamento na favela para ir roubar na Avenida Brasil.” Já o MP aparece convocado em diversos trechos, porém apenas por discurso indireto: “De acordo com o Ministério Público, o recolhimento compulsório de moradores de rua é ilegal.” Novamente, o que parece estar em jogo não é uma ação que salvaguarda os direitos de dependentes de álcool e drogas, mas aquela voltada para a repressão com supressão de tais direitos.

Embora o periódico não esteja nomeando a ação da PM em nenhum momento como internação compulsória, o que percebemos em trechos como “Operação recolhe cem usuários de crack” e “recolhimento compulsório de moradores de rua” (grifos nossos) é o relato de uma prática que reflete as discussões estabelecidas aqui nesse trabalho. Ao descrever na informação que os usuários de crack “cometem crimes”, que deixam “o acampamento na favela para ir roubar”, que “saíram correndo” da polícia ou “estavam dormindo ou muito drogados” para que pudessem fugir, e que os que fugiram retornaram ao acampamento para onde “eles levaram sofás velhos, colchões, pedaços de madeira e caixotes (...) em meio a roupas velhas, malas e outros objetos, e podiam ser vistos muitos isqueiros e copos de água mineral (que viram cachimbos improvisados nas mãos dos viciados em crack)”, o jornal vai construindo uma rede de sentidos para o leitor, coroando tal produção de sentidos com a frase do major PM, que demonstrava toda a sua preocupação “pedindo auxílio da secretaria para tentar levá-los para abrigos”, ou seja, para um lugar *melhor*.

Com relação ao outro polo, a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público, que se mostra contrária ao modo como se deu a ação da polícia e que alega que “o recolhimento compulsório de moradores de rua é ilegal”, é apresentado como o autor de uma ação civil pública que “foi ajuizada contra o prefeito Eduardo

Paes, em abril deste ano, por abusos cometidos em ações de remoção”. No entanto, tal ação “foi rejeitada em primeira instância pelo Tribunal de Justiça”. Efetivamente, o que o MP apresentou em termos de ações para o enfrentamento do crack, segundo a matéria, foi o fato de ter recomendado “à prefeitura a ampliação de sua rede de saúde mental, para o atendimento a usuários de crack — o que não teria ocorrido”. Após uma cobertura que demonstrou uma alternância de posições em seu decorrer, o que podemos perceber em nossa última análise é que *O Globo*, nesse momento, está se posicionando a favor de uma ação de recolhimento compulsório de usuários de crack, pelo menos no Rio de Janeiro.

4.4– Discursos oferecidos à sociedade

Tomando por base nosso interesse de análise, os sentidos oferecidos por *O Globo* sobre a internação compulsória em sua relação com o crack, imersos nas propostas estabelecidas no PL 7663, percorremos ao todo 13 textos produzidos no ano de 2013. Do ponto de vista analítico, poderíamos ter estabelecido diversos critérios para a seleção de nosso *corpus* final, porém, nossas escolhas se deram nessa direção com a expectativa de contemplar todo o ano de 2013, possibilitando observarmos a existência ou não de um ápice e um declínio noticioso sobre o tema – verificando, inclusive, se o comportamento da enunciação era o mesmo nestes dois momentos – e que apontasse aspectos relevantes a fim de obtermos uma visão mais detalhada do processo de produção jornalística relacionada aos possíveis consensos ou contradições existentes no mesmo.

Após esse olhar mais detalhado, gostaríamos então de destacar aspectos mais abrangentes da cobertura produzida pelo jornal carioca. Um deles é o fato de que a cobertura do eixo crack - internação compulsória se arrefeceu após a votação do PL 7663 na Câmara (maio de 2013), o que consideramos como um indicativo de que o momento “mais efervescente” do discurso oferecido pelo jornal esteve em estreita relação com a oferta de sentidos sobre o tema, *informando* uma posição aos seus leitores com relação à matéria a ser votada. Percebemos também que, no início da cobertura, a ênfase está na oposição entre as formas de enfrentamento estabelecidas no nível federal e no estadual. Com relação ao programa do Governo Federal “Crack, é possível vencer”, o jornal formulou o seu enunciado amparado por uma categoria relativamente difusa (os “especialistas”) quando buscou justificar a existência de “várias formas de

tratamento para os dependentes de crack”, apresentado a questão como assentada em ações da saúde. Entretanto, a este programa aparecem constantemente construções discursivas que o associa às ideias de ineficiência e lentidão.

Já o programa do governo paulista (o primeiro a ser apresentado numa posição de antagonismo frente ao do governo federal), centrado em ações da justiça e da segurança pública, é apresentado como dinâmico e eficaz. No embate entre as duas proposições para *enfrentamento* da questão, através do modo como escolhe organizar seu discurso, o jornal oferece aos seus leitores a ideia de que a melhor proposta para conter *uma epidemia do crack* é a estabelecida no plano do estado paulistano. Corroborando com essa perspectiva, na matéria seguinte, apesar de criticar o recém-lançado programa do governo do estado de São Paulo, o jornal cobra uma maior investimento para que se satisfaça a demanda da população por vagas para internação. Assim, o que *O Globo* põe em relevo não é uma discussão sobre a internação compulsória e sim a capacidade daquele estado em atender todas as demandas por tal ação – tal como foi possível verificar alguns meses depois com o Rio de Janeiro. Destacando a complexidade “no âmbito do tratamento a ser dispensado aos usuários”, o veículo chama atenção para o fato de que as ações desenvolvidas naquele estado, com a “internação compulsória de viciados”, e do Rio, que “divide-se em adotar ou não essa linha de ação”, indicam a falta de uma política unificada para o tratamento do tema, ressaltando que aquela desenvolvida até então pelo governo federal não lograva êxito.

Os textos constituem um mapa para a compreensão do que estava sendo tecido pelo jornal enquanto aspecto positivo e negativo dos processos que o mesmo narra. Apesar da anunciada objetividade, em seu fazer cotidiano o jornalismo valora, seja de modo mais ou menos explícito, com os textos de *opinião* ou *apenas* informativos, o Projeto de Lei 7663, a internação compulsória e o crack. Como já apontamos, a forma como a cena discursiva é construída nos oferece pistas dos sentidos que estão sendo oferecidos aos leitores. Em especial, com relação aos espaços ofertados para as vozes, podemos perceber que *O Globo* ofereceu uma maior visibilidade durante sua cobertura ao discurso político-jurídico, com um forte viés de segurança, relegando ao discurso da saúde um papel acessório como “especialistas” que oferecem um “parecer técnico”, sem que estes participem mais ativamente do debate.

Tal posição demonstra que o periódico construiu seus discursos considerando o debate em torno da internação compulsória, tomando-a como solução para o problema do crack, como algo que devia ser pensado a partir da Voz da Justiça e da Política,

secundarizando então a Voz da Saúde. Um dos efeitos mais negativos desse processo é certo apagamento de toda a construção estabelecida pela Reforma Sanitária e Psiquiátrica ao longo de décadas no país, cuja ênfase é no cuidado com respeito aos direitos humanos. Outro aspecto relevante, que também pode ser tomado como um indicativo da posição majoritária do jornal com relação à temática é o fato do mesmo oferecer pouquíssimo espaço aos usuários e seus familiares, sendo essa uma voz quase que silenciada na construção discursiva empreendida pelo periódico. Quase, mas não totalmente. Porém, quando esparsamente aparece, é para referendar a opção pela internação compulsória, a exemplo da seleção da fala do usuário Wellington Brandão: “Já fiz tratamento, assisti a palestras e reuniões, mas estou sem controle. Preciso ficar num lugar fechado.”

Apesar da presença de alguns “especialistas” nos discursos tecidos e oferecidos pelo jornal, destacamos a ausência de fontes que antagonizem a perspectiva da internação compulsória como alternativa para enfrentamento da “epidemia de crack”. Importante que ressaltemos: nem sobre a internação compulsória tampouco se realmente a questão do crack se inscreveria num quadro epidêmico. Nesses termos, *O Globo* não apresenta dados que possam consubstanciar as discussões sobre a temática, nem mesmo de instituições como o Cebes, produtor e divulgador de informações e análises críticas em saúde, ou a Abrasco, que é formada por instituições de ensino, pesquisa ou serviços em Saúde Coletiva, ambas as entidades partícipes do movimento das Reformas.

Diante dessa observação, retomamos alguns dos questionamentos levantados no corpo do trabalho. Pela forma como a internação foi discursivamente apresentada em *O Globo*, que possibilidades concretas têm existido para que discursos contrários possam se fazer ouvir? Que espaço as entidades de representação social têm tido nesse debate? E mais, quanto à concorrência entre os saberes científicos produzidos, por essas e outras instituições e aqueles difundidos pelos meios massivos de informação, haveria algum equilíbrio? Nossa percepção é a de que, no que diz respeito à forma como o enfrentamento do crack tem sido enunciado, o que tem prevalecido é o discurso na legalidade ou não da questão das drogas, e “dos problemas que causam”, deixando de fora toda e qualquer abordagem diferente desta.

Numa visão de conjunto, o que podemos perceber é que, apesar de não ser linear, o discurso produzido por *O Globo* em suas páginas, num diálogo com aquilo que em grande parte já está assentado no imaginário coletivo sobre a periculosidade da droga e do drogado, dá conta de uma ideia de que a melhor forma para o enfrentamento

do crack é a política de apartar da sociedade os dependentes químicos, representados no jornal pela figura do “usuário de crack” ou “cracudo”. Como já apontamos, o veículo não tem um discurso que seja linear, uníssono, unidirecional. Existem contradições que emergem em suas páginas. Dois claros exemplos são as construções discursivas nas matérias “**Relator de projeto sobre drogas ataca conselho**” e “**O novo filão eleitoral: comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares podem ganhar verba federal**”. Na primeira é apresentado o embate entre o deputado Givaldo Carimbão, relator do projeto 7663/2010, e o CFP em função das posições contrárias que ocupam na discussão da questão. Na segunda, que diz respeito ao uso político que pode estar associado às comunidades terapêuticas, apesar das irregularidades que elas apresentam, é questionado o interesse de vários parlamentares, mas principalmente o do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com relação a manutenção das entidades. Novamente o CFP é convocado em oposição, a diferença como veremos a seguir é a posição *tomada* pelo jornal.

No texto “**Relator de projeto sobre drogas ataca conselho**”, o deputado Givaldo Carimbão, apontado como um parlamentar que tem “uma forte atuação junto às comunidades terapêuticas de Alagoas”, tem sua fala privilegiada em detrimento da fala do CFP. O Conselho, convocado no texto a partir da representação que fez contra o deputado na Corregedoria da Câmara, aparece sendo acusado pelo relator do projeto de “assassinato”, por se mostrarem contrários às internações nas comunidades terapêuticas, e de mentiroso, devido às afirmações que constam no relatório de inspeção realizado pela entidade em duas comunidades terapêuticas no estado de Alagoas. Além da ausência da voz do CFP, tanto com relação ao porque é contrário ao projeto, quanto ao que diz respeito ao relatório de inspeção das instituições para usuários de drogas, há uma prevalência da fala do deputado, indicando um posicionamento do jornal como favorável, se não diretamente ao parlamentar pelo menos em relação à proposta que o mesmo defende.

Em “**O novo filão eleitoral: comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares podem ganhar verba federal**”, com a cobertura sendo assumida por um repórter investigativo (Vinícius Sassine), a perspectiva que o jornal oferece recai sobre os interesses políticos e financeiros que podem estar associados à criação e manutenção das comunidades terapêuticas. Nessa mudança de horizonte, o CFP, através do mencionado relatório, mas não apresentado na unidade discursiva anterior, passa a ser convocado para apontar a existência de diversas inadequações das comunidades em

termos de estrutura e respeito aos direitos humanos. Embora não seja possível afirmar que se trata de um novo tipo de embate, desta vez com presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Marco Feliciano, tal construção parece estabelecer um novo marco na cobertura do veículo, que é a problematização das atividades das comunidades terapêuticas. Na construção do jornal, esse mesmo parlamentar, que tem uma atuação polêmica a frente da Comissão de Direitos Humanos, tem também o projeto de ter uma “rede de comunidades terapêuticas”. O que podemos perceber desse processo é que as construções discursivas de um mesmo veículo sobre um mesmo tema podem comportar uma variedade de posições. Entretanto, suas opções políticas parecem igualmente explicitar-se.

Ainda sobre as contradições que emergem nas páginas do veículo, gostaríamos de retomar a presença do enunciador Pedro Abramovay. Diferentemente do processo que envolveu PL *versus* CFP ou CFP *versus* Comunidades Terapêuticas, a ambivalência ocorre dentro de uma mesma unidade discursiva – **“A passos lentos: mais de um ano após lançado, programa voltado a usuário da droga está longe das metas”**. Nesta podemos perceber uma alteração de posicionamento do jornal. O seu lugar de fala de Abramovay é qualificado como ex-secretário do Senad. Ao mesmo tempo em que esse lugar o “autoriza” a criticar política governamental sobre drogas por conhecê-la “por dentro”, o coloca numa posição de descrédito, pois o mesmo foi “demitido da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) poucos dias após ter assumido o posto”.

Nesse deslocamento que a posição de Abramovay vai vivenciando dentro do texto, podemos perceber o lugar de fala sendo utilizado para referendar sua posição diante de uma ação (críticas ao plano do Governo Federal), ora para desautorizá-lo diante de outra (crítica às ações repressivas produzidas em São Paulo). Acreditamos que tais mudanças podem estar relacionada a posicionamentos divergentes dentro da própria estrutura da empresa jornalística que comporta em seu interior não só as diretrizes dos Manuais de Redação como também sujeitos e subjetividades que, apesar de treinados na direção da salvaguarda da objetividade, imprimem de modo consciente ou não sua visão de mundo nas páginas do periódico.

Existem dois últimos aspectos a serem salientados. O primeiro diz respeito ao fato de que, apesar de em vários momentos ocupar um lugar pedagógico, o discurso do jornal diversas vezes é confuso com relação às categorias intenações involuntária e intenação compulsória, tomando-as quase sempre como sinônimo uma da outra. Em segundo, também chama atenção não haver nenhuma menção ao fato de que há um

deslocamento da discussão da internação do campo da saúde, nos termos previstos pela Lei da Reforma Psiquiátrica, para o campo jurídico. Em nenhum momento aparece tensionado pelo jornal o fato de o PL 7663 *atualizar* a “Nova Lei de Drogas”, mas legislando numa direção contrária ao que a Lei de Reforma Psiquiátrica estabelece em termos de internações (compulsória, voluntária ou involuntária). Diante desses dois fatos, o questionamento a ser feito é se houve uma falta de conhecimento ou se isso ocorreu como consequência de uma tomada de posição por parte do jornal.

Baseados na análise até aqui empreendida, nossa visão é a de que, apesar de não linear e unissonante, pois em vários momentos se mostrou contrário a alternativa apresentada pelo PL 7663, como no caso das comunidades terapêuticas, o jornal se posicionou de modo a oferecer aos seus leitores a ideia de que a internação – sem referendar a compulsória, embora como já apontamos não deixe clara a distinção entre ela e a involuntária – seria a melhor alternativa para o enfrentamento da problemática do crack na sociedade. Mesmo não sendo possível garantirmos que a cobertura de *O Globo* sobre a internação compulsória e sobre o PL 7663 no contexto de enfrentamento do problema do crack desconhecia ou preferia ignorar as determinações de internações já estabelecidas na Lei da Reforma Psiquiátrica e que estas mesmas determinações entram em conflito com a atualização prevista pelo PL 7663 para a Nova Lei de Drogas, ocorrendo do mesmo legislar sobre um tema (internação compulsória) já amparado por aquela lei do campo da saúde mental – talvez essa resposta pudesse ser alcançada numa outra pesquisa com outro aporte –, o que nos pareceu consensual foi a afirmação por uma necessidade de internar para conter o avanço do crack. Nesses termos, parece ter interessado menos a *O Globo* compreender o processo profundamente e mais reforçar a noção de que para por fim aos problemas das drogas só uma medida exemplar como a internação compulsória se apresenta como resposta eficaz.

5– Considerações Finais

A primeira observação que nos cumpre apresentar é sobre a estrutura deste trabalho. Embora tenhamos nos proposto a realizar uma pesquisa que trazia para o centro do debate a relação entre drogas, internação compulsória e o PL 7663, problematizando tal relação a partir dos sentidos oferecidos jornal *O Globo* sobre a referida questão, este não foi um empreendimento simples. Mesmo que a investigação científica implique necessariamente num rigor teórico e metodológico, diríamos que acabamos por realizar um duplo trabalho: o de efetuar a investigação propriamente dita e o de mergulhar nesses campos – o da Comunicação e do da Comunicação e Saúde – ainda que sob o risco de perdermos o fôlego. Todo esse movimento parece ter ficado refletido na preocupação de situar, em várias oportunidades, o nosso lugar de fala e da distribuição da dissertação, reservando um capítulo para tratar da comunicação e outro da centralidade da mídia.

Outra questão que também merece destaque é o fato de uma mesma questão requerer de nós um olhar multifacetado, observando aspectos tanto de natureza política, quanto social, econômica e cultural. Nesse sentido, a forma como o debate foi apresentado revela não apenas um complexo jogo entre produção e apropriação de conteúdo e sentidos – na instância da produção – mas permite perceber que interesses, que vozes, são por vezes mobilizados na construção de uma determinada enunciação oferecida pelo jornal. Um olhar mais cuidadoso possibilita a compreensão de que tanto forma quanto conteúdo são fundamentais para que os discursos da imprensa tornem-se críveis e sejam incorporado nas práticas sociais. A maneira como esse tipo de construção enunciativa é fabricada, associada à sua capacidade de difusão, conferem aos relatos jornalísticos uma centralidade que nenhum outro ator ou agência parece ter conseguido alcançar até hoje.

Diante do nosso propósito de entrar no (e entender o) debate em torno da construção de que a internação compulsória era a melhor alternativa para enfrentamento da “questão do crack”, num quadro que se propunha a atualização da chamada “Nova Lei de Drogas”, materializada no PL 7663, avaliamos que conseguimos apontar a forma como os sentidos sociais em torno do uso, da dependência e do dependente de substâncias psicoativas foram oferecidos. Com esta perspectiva, parece-nos igualmente plausível a proposição de que a maneira como *O Globo* enquadrou a temática limitou os a pluralidade e o debate público e, por consequência, as possibilidades interpretativas

das questões relacionadas ao crack e à internação compulsória. Concomitantemente, esse enquadramento acabou colaborando para uma relativa incompreensão do processo, fazendo com que, no início da cobertura o veículo defendesse a internação como uma solução para um problema maior, como é o caso das drogas.

Ao investigar a produção noticiosa de *O Globo* sobre o tema, em todo o ano de 2013, observamos que para sustentar a defesa da internação compulsória – mesmo que não tenha havido uma clara distinção entre os tipos de internação, o veículo optou por defender a internação – o periódico recorreu a uma anunciada “epidemia de crack”, limitando o debate, *sugerindo* uma resposta judicial (aprovação do PL 7663) para uma questão já problematizada pela saúde. Nestes termos, não nos pareceu acidental ou ingênuo o uso da palavra epidemia. Ela foi a expressão que “autorizou” o jornal e os grupos interessados na aprovação do projeto a buscar as respostas mais simples ou mais imediatas para um problema tão complexo como é o do uso das substâncias psicoativas. De forma análoga, também não podemos atribuir qualquer ingenuidade nas vozes convocadas nessas enunciações. Talvez o melhor exemplo desse processo tenha se dado em torno do ex-secretário da Senad, Pedro Abramovay. Sua presença nos discursos produzidos por *O Globo* serviu, tanto para desqualificar a política desenvolvida pelo governo federal como para desautorizá-lo a criticar aquela praticada no estado de São Paulo, recorrendo por vezes a um diálogo com o imaginário compartilhado sobre o signo drogas: defende o tráfico.

O diálogo com o imaginário social construído em torno das drogas (mas igualmente dos usuários) parece ter sido um elemento central na ausência de clareza da tipificação que distingue o dependente do traficante. Essa questão nos pareceu particularmente evidente à medida que verificávamos nos textos jornalísticos a defesa de um Projeto de Lei que punia igualmente a ambos, ferindo, inclusive, princípios constitucionais e legais, como aqueles celebrados na chamada Constituição Cidadã ou na Lei da Reforma Psiquiátrica. No limite, ao apoiar a aprovação do PL 7663, o que se produzia era uma forma de ilegalidade, solapando as determinações presentes no dispositivo legal da Reforma Psiquiátrica. A própria *mudança de olhar* sobre as comunidades terapêuticas – antes apontadas como lócus para a cura, depois como filão político-eleitoral – permitiu-nos perceber que, quando se realiza uma apuração mais profunda, as informações difundidas podem ganhar um estatuto diferente e gerar uma valoração diferente para a sociedade.

Além de nos permitir tomar contato com um universo de referência diferente daquele com o qual operamos – embora com várias aproximações, especialmente quanto à produção de sentidos por parte dos atores sociais, a psicologia e a comunicação são dois campos com estruturas bem definidas –, a pesquisa realizada trouxe outra contribuição: a possibilidade de entendermos como as disputas por fixar sentidos se desenvolvem. A discussão em torno da internação compulsória para usuários e traficantes (indistintamente) nos moldes defendidos pelo PL 7663, não apenas aumenta o poder discricionário do Estado. Ela esvazia várias das conquistas acumuladas no campo da saúde e da saúde mental, sendo a principal delas o respeito aos direitos. A não diferenciação entre aqueles que usam as drogas e os que as traficam permite que direitos sejam suprimidos e que a ação policlesca se instaure. Mas, será que pelos discursos presentes nos jornais, em especial n’*O Globo*, a população tinha consciência disso? Assim sendo, a ausência de vozes como as da Abrasco, do Cebes, do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, não indicam a forma de construir sentidos sobre o fenômeno? Avaliamos que sim.

Diante do que expusemos ao longo desta dissertação, o que nos pareceu um dos nossos principais resultados de pesquisa foi compreensão da natureza mesma do debate e das construções enunciativas presentes em *O Globo*. A defesa inicial pela aprovação do PL 7663 – inicial porque, após o estabelecimento de conexões entre parlamentares e comunidades terapêuticas, acabou havendo uma mudança da cobertura – para atualizar a “Nova Lei de Drogas” (11.343/2006) –, ao não levar em consideração que o mesmo, se aprovado, feriria a Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001) e representaria a supressão de direitos, interferindo (suprimindo, inclusive) o cuidado e a atenção para com o dependente de substâncias psicoativas prevista na lei de 2001. Paralelamente, defende a “transferência” da atenção e do cuidado para as Comunidades Terapêuticas, criticando posteriormente tal movimento face a conexão existente entre elas e alguns deputados.

Como já havíamos mencionado no final do capítulo 4, um dos pontos que nos pareceu consensual foi a aceitação do PL 7663 como *medida efetiva de combate* às drogas e a difusão de construções enunciativas que defendiam a internação como alternativa para conter a “epidemia de crack”. Com essa prática, que revela uma tomada de posição política, *O Globo* se mostrou menos interessado em compreender profundamente o fenômeno e mais em reforçar a proposta de que a internação é um modo eficaz para responder ao *problema das drogas*. Embora tenha ficado clara a

mudança de rumo da cobertura efetuada pelo jornal, não conseguimos reunir elementos que nos permitissem determinar se o veículo desconhecia ou preferia ignorar as determinações já contidas na Lei da Reforma Psiquiátrica. Ainda que não estivesse no escopo do nosso trabalho buscar tal identificação, essa foi uma questão que muito nos inquietou. Dessa forma, nossa percepção é que a presente investigação representou uma etapa importante no amadurecimento de nossa compreensão da produção discursiva do jornalismo. Mas, esse movimento não se encerra aqui e sim aponta para ajuste de lentes, incorporação outros saberes, novos aportes e pesquisas.

Referências Bibliográficas

- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- _____. “A (clínica) e a reforma psiquiátrica”. IN: **AMARANTE, P. (Coord.) Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- _____. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- _____. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- _____. (Org.) **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- ARAUJO, I. S. “Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas” Botucatu: **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, n. 14, 2004.
- _____. Razão Polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social. Belo Horizonte: **Perspectiva em Ciência da Informação**. v.8, 2003.
- _____. **A Reconversão do Olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.
- ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- ARAUJO, I. S.; OLIVEIRA, V. C. **Comunicação e Mediações em Saúde: um olhar a partir do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/PPGICS)**. Rio de Janeiro, Revista RECIIS, v.6, n.3, Set., 2012.
- BACZKO, B. **A imaginação social**. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- BASTOS, A. B. B. I. **A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon**. Psicólogo Informação, ano 14, n. 14, jan-dez 2010.
- BATISTA, N. “Política criminal com derramamento de sangue”. IN: **Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Relume Dumará, nºs 5 e 6, 1998.
- BIAL, P. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BIREME. Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. **Guia da Biblioteca Virtual em Saúde 2011**. Disponível em <http://guiabvs2011.bvsalud.org/br>

- BORGES, V. C. Q. **O crack em debate: como os sentidos produzidos pela mídia podem interferir nas políticas públicas na Saúde.** VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2013. v. 1. p. 603.
- BORGES, W. C., BORGES, V. C. Q. **A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo.** *Contracampo*, v. 26: 106-125, 2013.
- _____. **Efeitos de uma narrativa sobre o crack: produzindo sentidos, reificando territórios e lugares sociais.** *Revista Eco-Pós (Online)*, v. 16: 61-83, 2013.
- BORGES, W. C. **Narrativas Jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade.** Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde/** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 capitais brasileiras /** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Brasília: SENAD, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Resolução de Diretoria Colegiada nº 101, de 30 de maio de 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Temas de saúde mental.** Brasília: Imprensa Nacional, 1998.
- BRASIL. **Código Penal Brasileiro.** Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em 27 de fevereiro de 2015.

- CARDOSO, J. M. **Entre vítimas e cidadãos : risco, sofrimento e política nas narrativas do JN sobre as epidemias de dengue**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ (Tese de Doutorado), 2012.
- _____. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas de Aids veiculadas pela televisão (1987-1999)**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2001.
- CARVALHO, M. A. R. **Irineu Marinho: imprensa e cidade**. São Paulo: Globo, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.
- _____. **Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas**. Brasília: CFP, 2011.
- COSTA, S. F. **As Políticas Públicas e as Comunidades Terapêuticas nos Atendimentos à Dependência Química**. Londrina: Serviço Social em Revista, vol. 11, número 2, 2009.
- D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ESCOREL, S. “História das Políticas de Saúde no Brasil de 1946 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária”. IN: GIOVANELLA, L. et al (Org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- FAUSTO NETO, A. (Orgs). **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Paulus, 2008.
- FEBRAC. **Código de ética da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas**, 1995. Disponível em <http://www.febract.org.br/?navega=codigo-etica>. Acessado em 20 de março de 2014.
- FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, P. L. E. A “justiça terapêutica” e o conteúdo ideológico da criminalização do uso de drogas no Brasil. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Vol 43, nº 0, Paraná: UFPR, 2005.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. Belo Horizonte: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1: 5-18, 2001.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- INFOGLOBO. Hábitos de Consumo dos Leitores. O Globo. Disponível em <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acessado em 05 de janeiro de 2015.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LIMA N. T.; FONSECA, C. M. O.; HOCHMAN, G. “A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em Perspectiva Histórica”. **IN: LIMA, N.T. et al (Org) Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MALAGUTI, V. **Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro**. In: Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Nº. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.
- MATTELART, A., NEVEU, E. **Introdução aos *cultural studies***. Portugal: Editora Porto, 2003.
- MOREL, C. M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, abr./jun. 2002.
- MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. **In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- NORONHA, J. C. “**Financiamento da ‘Saúde’ e dilemas para o futuro**”. PPGICS: Fiocruz, 2013.
- NORONHA, J. C.; LIMA, L. D.; MACHADO, C. V. “O Sistema Único de Saúde – SUS” **IN: GIOVANELLA, L. et al (Org). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- NORONHA, J. C.; SANTOS, I. S.; PEREIRA T. R. “Relações entre o SUS e a saúde suplementar: problemas e alternativas para o futuro do sistema universal”. **IN SANTOS, N. R.; AMARANTE, P. D. C. Gestão pública e relação público privado na saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2011.
- OLIVEIRA, V. C. **Anotações provisórias sobre a mediatização da comunicação no campo da saúde**. Texto inédito, 2010. (mimeo).

- _____. Comunicação, informação e participação popular nos conselhos de saúde. **Revista Saúde & Sociedade**. Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública. Maio/Agosto de 2004.
- PACKER, A. L. A construção coletiva da Biblioteca Virtual em Saúde. Botucatu: **Interface (Botucatu)**, v. 9, n. 17, 2005.
- PERRONE, P. A. K. **A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica?** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2014.
- PINTO, M. J. **Comunicação & Discurso**. São Paulo: Editora Hacker, 1999.
- _____. “Semiologia e imagens”, **IN: A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1995.
- _____. **As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do Português**. Rio de Janeiro: Numen, 1994.
- PITTA, A. M. R. **Políticas de comunicação comparadas: comunicação e democracia na saúde em dois municípios em gestão plena**. Rio de Janeiro: Revista Eco-Pós - v.10, n.1, janeiro-julho 2007, pp.45-63.
- PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 14^a edição, 1870.
- RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- RIBEIRO, A. P. G. **A História do seu Tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, E. “O Globo comemora oito décadas”. **IN: Observatório da Imprensa. Entre Aspas**, Edição 330, 24 de maio de 2005. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br. Acessado em 03 de janeiro de 2015.
- ROBINSON, R. **O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- RODRIGUES, A. D. **Experiência, Modernidade e Campo dos Media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- _____. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- RODRIGUES, L. B. F. “Drogas y prisión: la represión contra las drogas y el aumento de la población penitenciaria en Brasil” **IN: Sistemas sobrecargados - Leyes de drogas y cárceles en América Latina**. Amsterdam/Washington:TNI y WOLA, 2010.

- _____. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- RONZANI T. M.; STRALEN C. J. **Dificuldades de implantação do Programa de Saúde da Família como estratégia de reforma do sistema de saúde brasileiro.** Revista APS, v.6, n. 2: 99-107, jul-dez 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. São Paulo: USP, 2006.
- SARACEVIC, T. **Ciência da informação: origem, evolução e relações.** Belo Horizonte: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1: 41-62, jan./jun. 1996.
- SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010
- SIGNATES, L. “Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação”. In: **SOUZA, M. W. (Org.). Recepção Mediática e Espaço Público.** São Paulo: Paulinas, 2006.
- SILVA, A. F. L. M. **Histórico das drogas na legislação brasileira e nas convenções internacionais.** *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2934, 14 jul. 2011. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/19551>. Acessado em 25 de março de 2014.
- SILVERTONE, R. **Por que estudar a mídia.** São Paulo, Loyola, 2002.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** São Paulo: Editora Cortez, 2004. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.
- TEMPORÃO, J. G., MAZZOLI, M. B. L. C. **Implementação do Mais Saúde: o desafio de transformar o Ministério da Saúde.** II Consad, 2009. Disponível em <http://consad.org.br/evento/ii-congresso/>. Acessado em 25 de maio de 2013.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são** . Florianópolis: Insular, 2005.
- YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- ZELIZER, B. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory.** Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

APÊNDICE A – REGISTRO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS

JORNAL: O GLOBO

MÊS: _____ 2013

DIA	PÁGINA	EDITORIA	TIPO	CAPA	2º PÁG	FOTO	DROGAS	CRACK	LEGISLAÇÃO	LEGALIZAÇÃO	TRATAMENTO	I.C.
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												
31												
TOTAL:												

APÊNDICE B – ELEMENTOS DA ANÁLISE

VEÍCULO: **O Globo**

DATA: ____/____/2013

PÁG.: _____

DIA: Dom () Seg () Ter () Qua () Qui () Sex () Sáb ()

CHAMADA NA CAPA: Sim () Não () TÍTULO: _____

IMAGEM: Sim () Não () TIPO: _____

CHAMADA NA 2ª PÁGINA: Sim () Não () TÍTULO: _____

IMAGEM: Sim () Não () TIPO: _____

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: _____

EDITORIA:

() Opinião () País () O Mundo () Rio () Economia () 2º Caderno () Outra _____

FORMATO:

() Reportagem () Entrevista () Notícia/Registro () Nota () Opinião

() Artigo () Editorial () Outro -----

SELO: Sim () Não () QUAL? _____

TÍTULO: _____

ST: _____

MATÉRIA ASSINADA: : Sim () Não () AUTOR: _____

TAMANHO: _____

IMAGEM: Sim () Não () TIPO: _____

MARCAS DA ENUNCIÇÃO:

() Discurso Direto () Discurso Indireto () Aspas () Itálico () Argumentação polêmica

() Pressuposições () Provérbios e Ditados () Outros _____

TEMA PRINCIPAL:

() Crack () Internação () PL () Tratamento Dependência () Política Antidrogas

() Legalização () Drogas em geral () Tráfico () Outro _____

TRATAMENTO DO TEMA:

() Saúde () Política () Segurança () Outro _____

POSICIONAMENTO DO ENUNCIADOR: _____

DISCURSOS CONVOCADOS: _____

DISCURSOS EXCLUÍDOS: _____

BREVE DESCRIÇÃO E SÍNTESE PRELIMINAR: _____

Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack

Medida deve entrar em vigor nos próximos dias; no Rio, ação gerou polêmica

SILVIA AMORIM
silvia.amorim@ep.iglobo.com.br

SÃO PAULO - O governo de São Paulo decidiu internar compulsoriamente os dependentes químicos para tentar dar um fim à crackolândia, no Centro da capital. A medida foi anunciada ontem pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e faz parte de uma ação integrada do governo com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Para viabilizar as internações involuntárias de adultos, uma Comissão Antidrogas formada por promotores, juizes e advogados foi constituída, e um plantão será criado no Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) para atender a casos emergenciais.

Após receber o primeiro atendimento, o dependente químico será avaliado por médicos que vão oferecer o tratamento adequado. Caso o usuário não queira ser internado, o juiz poderá determinar a internação imediata, desde que os médicos atestem que a pessoa não tem domínio sobre sua saúde e condição física. A medida deverá ser implantada nos próximos dias, após um evento para oficializá-la.

No ano passado, a prefeitura do Rio chegou a anunciar a intenção de internar compulsoriamente adultos usuários de drogas nas ruas, mas o plano gerou polêmica. A ideia foi divulgada pelo prefeito Eduardo Paes durante uma visita, em outubro passado, à Favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio. Hoje o procedimento é adotado com crianças e adolescentes. Representantes de entidades de direitos humanos e dos conselhos regionais de enfermagem, assistência social e psicologia criticaram a medida, classificada como "inconstitucional e de fadina da cidade". No outro extremo, estava o secretário municipal de Assistência Social na ocasião, Rodrigo Bethlem, que tachou de demagogos os críticos da medida. O assunto continua em discussão no governo.

Em 2012, a Justiça determinou a primeira internação compulsória de um adulto usuário de crack no Rio, após a decisão de obrigá-lo os menores viciados a participar de tratamento. A decisão foi da juíza Ivone Caetano, da Vara da Infância, da



Tudo como antes. Apesar da Operação Centro Legal, continuam intensos consumo e comércio de crack à luz do dia

Juventude e do Idoso da Capital, que determinou a internação de uma mulher de 22 anos, grávida de oito meses, recolhida pela Secretaria de Assistência Social durante uma operação para recolher usuários de crack no Jacarezinho.

APÓS UM ANO, CENÁRIO ANDA É DEGRADANTE
A Operação Centro Legal, uma parceria entre a prefeitura de São Paulo e o governo paulista para tentar conter o tráfico e o consumo de drogas nas ruas do Centro, completou um ano ontem. Balanço divulgado pela Secretaria de Justiça do Estado aponta que 1.363 dependentes já foram internados voluntariamente. Também foram presas 762 pessoas. Apesar da operação, o cenário na crackolândia de São Paulo continua sendo de destruição. Em ruas como Cleveland, Gleite e Helvídia, que ficam ao lado de cartões-postais da cidade, como a Sala São Paulo, adolescentes e adultos vendem e con-

somem crack nas calçadas à luz do dia. O governador reconheceu que a situação ainda está longe da ideal, mas apontou avanços. — Temos consciência do problema, que já melhorou muito. Estamos reduzindo o número (de dependentes nas ruas) e vamos continuar, de um lado com as equipes de abordagem e de outro a internação, agora com juiz, promotor e advogados para os casos mais graves — afirmou Alckmin. Logo no início, a operação policial na crackolândia foi criticada por especialistas em saúde pública e direitos humanos, que a classificaram como truculenta e mal planejada. PMs chegaram a usar bombas de efeito moral e balas de borracha para intimidar o comércio de drogas na região. Agora, a orientação é voltada para abordagem, com apoio de uma ONG, para viabilizar a internação voluntária. Segundo o governo, cerca de 300 pessoas acataram até agora o encaminhamento. •

Enem: juiz manda Inep antecipar acesso a redações

Textos devem ser divulgados devidamente corrigidos e com justificativa da pontuação

A pedido do Ministério Público Federal no Ceará, a Justiça Federal determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) antecipe o acesso às provas de redação dos estudantes que fizeram o Enem 2012 para antes das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que começam na próxima segunda-feira (7). De acordo com a liminar concedida pelo juiz Danilo Pontenelle Sampaio, de plantão na 11ª Vara Federal, as redações devem ser divulgadas devidamente corrigidas e acompanhadas de justificativas da pontuação, incluindo os espelhos das referidas provas. Na decisão, Sampaio justifica que a divulgação das redações, prevista inicialmente para 6 de fevereiro pelo Ministério da Educação (MEC), "macula o direito de os estudantes terem suas reais notas de redação eventualmente revistas apreciadas no Sistema de Seleção Unificada".

O juiz federal acrescenta que "as circunstâncias citadas indicam ainda mais e manifesta a necessidade da tutela pretendida ao mesmo tempo em que sugere que o Inep, desde agosto de 2011, data de referido Termo de Ajuste de Conduta, tenha lidado a boa-fé e o cuidado de criar soluções na área de tecnologia da informação que permitam, com segurança e agilidade, a disponibilização dos dados a todos os interessados". Autor da ação, o procurador da República Oscar Costa Filho também solicitava que os estudantes insatisfeitos com as explicações da correção possam ter o direito de reclamar e receber uma resposta. Quanto a isso, Sampaio entendeu que o pedido deverá ser melhor apreciado pela Justiça Federal. O MEC informou, por meio de sua assessoria, que irá recorrer da decisão de Sampaio, por meio da Advocacia Geral da União (AGU). •

extra

Feliz SALDÃO NOVO

6ª do peixe

extra

MAIS BARATO

OFERTAS FRESQUINHAS PARA COMEÇAR O ANO, É NO MAIS BARATO, MAIS BARATO.

15,99	4,99	4,99	4,99	4,99	4,99
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80
11,98	11,98	11,98	11,98	11,98	11,98
14,80	14,80	14,80	14,80	14,80	14,80

País

COMBATE AO CRACK

A passos lentos

Mais de um ano após lançado, programa voltado a usuários da droga está longe das metas



Abordagem difícil. Um carro da polícia passa perto de dependentes químicos, aglomerados na racolândia de São Paulo: internação compulsória, que começará a ser adotada hoje pelo governo paulista, causa polémica entre especialistas

ANDRÉ DE SOUZA
andrematato@sb.oglobo.com.br

BRASIL. Pouco mais de um ano depois de lançado, o programa Crack, É Possível Vencer ainda está longe de alcançar suas metas e ter a adesão de todos os estados. Com previsão de gastos de R\$ 4 bilhões apenas pelo governo federal até 2014, o programa terminou 2012 tendo feito parceria com 13 estados e o Distrito Federal, que têm à disposição R\$ 1,35 bilhão. Outras 13 unidades da Federação ainda não aderiram.

O programa é dividido em três eixos: cuidado, prevenção e autoridade. O primeiro é de responsabilidade do Ministério da Saúde, que, segundo o secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães, já gastou R\$ 840 milhões. Mas várias metas estão longe de serem alcançadas. O programa é dividido em três eixos: cuidado, prevenção e autoridade. O primeiro é de responsabilidade do Ministério da Saúde, que, segundo o secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães, já gastou R\$ 840 milhões. Mas várias metas estão longe de serem alcançadas. O programa é dividido em três eixos: cuidado, prevenção e autoridade. O primeiro é de responsabilidade do Ministério da Saúde, que, segundo o secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães, já gastou R\$ 840 milhões. Mas várias metas estão longe de serem alcançadas.

Outras metas previstas para 2014 ainda estão em ritmo lento. Em dezembro de 2011, o governo anunciou que pretendia criar 2.460 leitos em enfermarias especializadas e readequar 1.140 já existentes. Segundo o ministério, foram abertas até o momento 124 vagas em enfermarias especializadas. Além disso, houve o incentivo para a abertura ou qualificação de mais 557 leitos, para os quais já foi reservado o dinheiro necessário.

META: 308 CONSULTÓRIOS DE RUA ATÉ 2014
Outra meta definida em 2011 é a criação de 430 unidades de acolhimento adulto até 2014, em parceria com instituições e entidades sem fins lucrativos. Segundo o ministério, em 2012 foram criadas 15 unidades que, com as 22 existentes, somam 37. Cada uma tem de 10 a 15 vagas. O GLOBO pediu dados sobre as outras metas do eixo "cuidado", mas não obteve respostas. Em dezembro de 2011, quando foi lançado, o programa previa, até 2014, o funcionamento de 308 consultórios de rua para atender 1,1 milhão de pessoas por ano, com foco na população em situação de rua. Além disso, no âmbito do SUS, havia metas para formação e capacitação: 350 mil auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde; 11 mil profissionais de saúde; 100 mil alunos de cursos de graduação da área de saúde; e 15 mil gestores e profissionais das comunidades terapêuticas. 1.659 profissionais dos Caps-AD para atuar como teleconsultores. Estabelece-se ainda o incremento de 82% nas vagas de residência médica em psiquiatria e 304 novas vagas em saúde mental para residência multiprofissional.

A existência de várias formas de tratamento para os dependentes do crack é defendida por especialistas. Os consultórios de rua, por exemplo, fazem a abordagem à população de rua. Já as enfermarias especializadas são indicadas para os dependentes químicos com problemas mentais associados ao uso de drogas.

— É importante que existam aparelhos diferentes para dar conta da diversidade do fenômeno. Porque um dependente químico é muito diferente de outro — diz o professor Daurio Xavier, do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proad), do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O programa é realizado ainda por quatro ministérios (Justiça, Saúde, Educação e Desenvol-

A SITUAÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (Caps-AD)

Meta definida em 2011
Ampliar, até 2012, para 24 horas por dia o horário de atendimento de 128 centros já existentes

■ Criar outros 41 Caps-AD até 2014

O que já foi feito

■ Há 37 Caps-AD funcionando 24 horas por dia

UNIDADES DE ACOLHIMENTO ADULTO

Meta definida em 2011
Criar 430 unidades de acolhimento adulto até 2014 em parceria com instituições e entidades sem fins lucrativos

O que já foi feito

■ Foram criadas 15 unidades que, somadas às 22 já existentes, totalizam 37. Há de 10 a 15 vagas por unidade

UNIDADES DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL (voltadas exclusivamente para pessoas entre 10 e 18 anos)

Meta definida em 2011
criação de 188 unidades até 2014

■ 18 unidades foram criadas até 2012

O que já foi feito

■ Sem informação

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Meta definida em 2011

Formação e capacitação de:

- 11 mil profissionais de saúde
- 100 mil alunos de cursos de graduação da área de saúde
- 15 mil gestores e profissionais das comunidades terapêuticas
- 1.659 profissionais dos CAPS-AD para atuarem como teleconsultores

O que já foi feito

■ Sem informação

ENFERMIARIAS ESPECIALIZADAS

Meta definida em 2011

Criação de 2.460 leitos em enfermarias especializadas

■ Readequação de 1.140 leitos existentes até 2014

O que já foi feito

■ 124 vagas foram abertas em enfermarias especializadas

Houve o incentivo para a abertura ou qualificação de outros 557 leitos, para os quais já foi reservado o dinheiro necessário

CONSULTÓRIOS DE RUA

Meta definida em 2011

308 consultórios de rua até 2014, com o atendimento de 1,1 milhão de pessoas por ano. O foco é a população em situação de rua

O que já foi feito

■ Sem informação

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Meta definida em 2011

Financiamento de 56 equipes de atenção básica à saúde para atendimento às Comunidades Terapêuticas

O que já foi feito

■ Sem informação

Também foi previsto o incremento de 82% nas vagas de residência médica em psiquiatria e a criação de 304 vagas em saúde mental para residência multiprofissional

EM BUSCA DE DADOS

NÚMERO DE DEPENDENTES AINDA É DESCONHECIDO

O governo não dispõe de um levantamento sobre a quantidade de viciados no país. Uma pesquisa, encomendada pelo Ministério da Saúde à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ainda está em andamento. Mas o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, diz que isso não impede a realização de investimentos.

— Temos expectativa de a pesquisa ter ficado pronta no ano passado. Não quero fazer previsão, mas eles estão nos prometendo até o final deste semestre um dado mais refinado. Não estamos esperando isso para montar a rede.

São Paulo e Rio são alguns estados que fecharam parceria com o governo; no caso de São Paulo, ainda não há valores definidos. A maioria da verba vai para as regiões Sudeste e Sul. Os estados mais beneficiados são Minas (R\$ 476 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 240 milhões), Ceará (R\$ 118 milhões) e Paraná (R\$ 102,2 milhões).

Helvécio Magalhães evitou fazer previsão de quando todos os estados estarão participando do programa Crack, É Possível Vencer. Mas disse que o governo federal vai dar apoio a todos que se interessarem e vai focar este ano

nos municípios com mais de 200 mil habitantes, onde, segundo ele, há maior presença de pessoas com dependência química. Outra oportunidade para tratar da parceria com os municípios será no encontro dos prefeitos que assumiram este ano com o presidente Dilma Rousseff, previsto para o fim deste mês.

— Não é uma tarefa fácil, porque às vezes tem recusa, decisão, mas não tem equipe. Temos que investir em formar equipe, profissionais. Mas temos um balanço positivo, na medida em que isso virou uma prioridade de governo — disse Magalhães.

vimento Social) e envolve outras ações. Algumas delas, como a Implantação e Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Mental e a Atenção Especializada em Saúde Mental, tratam ainda de pacientes com outros problemas. A parte repressiva fica a cargo do Ministério da Justiça, em ações com as polícias Federal e Rodoviária Federal, a Força Nacional, o Ministério da Defesa e as polícias estaduais, para combater o tráfico e o crime organizado, o que inclui a Operação Sentinela, na fronteira. Segundo o ministério, de junho de 2011 a novembro de 2012, 42 organizações criminosas transnacionais foram desarticuladas, e 20 mil pessoas presas. Também foram apreendidos 350 toneladas de drogas (310 de maconha e 40 de cocaína); 2.235 armas; 7,5 mil veículos; e R\$ 10,7 milhões oriundos de atividade ilícita. Mas o Ministério da Justiça gastou apenas 15% do orçamento previsto para 2012: R\$ 30 milhões, em vez de R\$ 200 milhões.

EX-SERETÁRIO DO GOVERNO DILMA CRITICA AÇÕES

A presença de ações como a internação compulsória é criticada por Pedro Abramovay, demitido da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) poucos dias após ter assumido o posto, em janeiro de 2011, no início do governo Dilma. Ele perdeu o cargo por defender que os pequenos traficantes não fossem presos. Ele diz que o governo deveria direcionar as ações nos estados e nos municípios com parcerias:

— O estado e o município podem escolher uma ação desse cardápio tão amplo, que você não tem, de fato, uma política nacional. Quando há um plano, a ideia é que haja uma política nacional que possa induzir um caminho. O correto seria dizer: quem vai pelo caminho da repressão ao usuário não vai ter apoio do governo federal. Para sair com carro da polícia atrás de usuário de droga, para fazer internação compulsória em massa, isso não funciona, é caro e só causa sofrimento para as pessoas.

Helvécio Magalhães rebate e diz que o governo tem como parâmetro a lei. E frisa que o governo está mais focado nas pessoas que buscam voluntariamente os serviços oferecidos:

— A legislação já autoriza, sob certas condições, a internação involuntária. A questão de São Paulo pode ser uma boa experiência de ter o juiz, o promotor na rua apoiando a nossa ação. Ter o Ministério Público, o Judiciário acompanhando é muito salutar, mas não é a principal questão. O importante é ofertar para as pessoas que voluntariamente buscam os serviços.

Em São Paulo, começa hoje o programa estadual de internação compulsória de dependentes de crack. Na semana passada, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) assinou um termo de cooperação com o Judiciário para acelerar os processos desse tipo de internação, que só será feita com análise médica e autorização judicial. O governo deverá dispor de 695 leitos públicos, além de vagas em clínicas particulares de reabilitação. O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, que assinou o termo de cooperação, informou que a Polícia Militar poderá ser chamada para cumprir as ordens de internação compulsória. Segundo o estado, só serão internados involuntariamente os dependentes sob risco de morte.

No Rio, a internação compulsória de crianças e adolescentes dependentes de crack, medida adotada pela prefeitura, ainda gera polémica sobre sua constitucionalidade. Mas em dezembro a Justiça se manifestou favorável à iniciativa, em decisão do desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça. Há 120 crianças e adolescentes internados em cinco centros especializados da cidade. ■

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Visão social

A começar pela diretora-geral do FMI, Christine Lagarde — que dedicou seu discurso a “duas moças”, Malala Yousofzai, a jovem estudante paquistanesa que quase morreu atacada por talibãs, e “sua irmã indiana” de 23 anos que morreu depois de ter sido atacada em dezembro por uma gangue de estuproadores na Índia —, nunca se viram em Davos sessões tão drasticamente voltadas a questões como desigualdade, responsabilidade e valores morais como objetivos de medidas econômicas muitas vezes impopulares, mas que têm a finalidade de melhorar as condições sociais dos países.

O primeiro-ministro da Itália, Mario Monti, chegou a dizer que essas medidas impopulares podem ter apoio se bem explicadas. Para ele, os grupos aliados pelo modelo atual podem entender que ao final serão beneficiados por medidas que, à primeira vista, são prejudiciais.

Christine Lagarde, por exemplo, disse que é preciso fazer mais para combater a desigualdade e usou os casos das “duas moças” como exemplos do que pode acontecer em ambientes socialmente degradados pela desigualdade. Mesmo o desemprego, um dos mais graves problemas pós-crise econômica, especialmente na Europa, foi abordado por ângulos específicos, o da mulher e o dos jovens desempregados.

Com relação às mulheres, Lagarde disse que, onde as mulheres vão bem, a economia vai bem. E citou um dos poucos números de sua fala: o PIB do mundo ganharia cerca de 5 pontos percentuais se as mulheres ganhassem o mesmo que os homens. Ela falou das dívidas dos países como “um fardo” para as próximas gerações. Quando se referiu ao novo mundo que está sendo forjado nos últimos anos, Lagarde se referiu aos valores caros às novas gerações como “abertura, inclusão e responsabilidade”, lembrando que as mídias sociais são uma consequência desse mundo de valores renovados, uma popularidade que faz com que a base de usuários do Facebook seja o equivalente ao terceiro maior país do mundo, e o Twitter, o quarto.

Em relação à responsabilidade, a diretora-geral do FMI se referiu diretamente ao mundo financeiro, lembrando que a crise atual foi gerada por um ambiente em que as consequências de certas medidas não eram bem avaliadas. Christine Lagarde insistiu em que o mundo só sairá dessa crise para um futuro melhor se seus líderes abraçarem os valores e princípios que levem à abertura e à colaboração entre as nações neste novo momento da História.

Utilizando uma linguagem direta, Christine Lagarde disse, por exemplo, que, se o mundo não enfrentar a questão do aquecimento global, “as gerações futuras serão assadas, tostadas, fritas e grelhadas”. O primeiro-ministro Mario Monti também teve seus momentos de humor ao contar que perguntou a um dirigente do Qatar por que seu país não investia na Itália. “Corrupção” foi a resposta na língua, o que, Monti admitiu, o espantou: “Afinal, não era o rei da Noruega que estava falando?”

Monti disse que, no último ano, a Itália aprovou várias reformas, inclusive uma lei contra a corrupção, que permitirão que a economia do país avance para melhores práticas. Mas ressaltou que um ambiente de “equidade e justiça” é fundamental para a criação de um clima favorável ao crescimento econômico permanente.

O clima nesta reunião do Fórum Econômico Mundial é bastante diferente do de um ano atrás, quando havia no ar a possibilidade de a crise econômica afetar a União Europeia, até mesmo com a saída de alguns países. Ontem, nem mesmo o anúncio do primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, de que fará um referendo nos próximos anos para saber a opinião da população sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar o otimismo generalizado. Mario Monti comentou a decisão de maneira bem-humorada, dizendo que esperava que, nos próximos anos, Cameron se convencesse de que ficar na União Europeia é um bom negócio para os ingleses.

O clima nesta reunião do Fórum Econômico Mundial é bastante diferente do de um ano atrás, quando havia no ar a possibilidade de a crise econômica afetar a União Europeia, até mesmo com a saída de alguns países. Ontem, nem mesmo o anúncio do primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, de que fará um referendo nos próximos anos para saber a opinião da população sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar o otimismo generalizado. Mario Monti comentou a decisão de maneira bem-humorada, dizendo que esperava que, nos próximos anos, Cameron se convencesse de que ficar na União Europeia é um bom negócio para os ingleses.

O clima nesta reunião do Fórum Econômico Mundial é bastante diferente do de um ano atrás, quando havia no ar a possibilidade de a crise econômica afetar a União Europeia, até mesmo com a saída de alguns países. Ontem, nem mesmo o anúncio do primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, de que fará um referendo nos próximos anos para saber a opinião da população sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar o otimismo generalizado. Mario Monti comentou a decisão de maneira bem-humorada, dizendo que esperava que, nos próximos anos, Cameron se convencesse de que ficar na União Europeia é um bom negócio para os ingleses.

Os pontos-chave

1 Nunca se viram em Davos sessões tão drasticamente voltadas a questões de desigualdade, responsabilidade e valores morais como objetivos de medidas econômicas

2 A diretora-geral do FMI disse que, se o mundo não enfrentar a questão do aquecimento global, “as gerações futuras serão assadas, tostadas, fritas e grelhadas”

3 O clima no fórum com relação à Europa é de otimismo que nem o referendo anunciado pelo primeiro-ministro do Reino Unido sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar

O clima nesta reunião do Fórum Econômico Mundial é bastante diferente do de um ano atrás, quando havia no ar a possibilidade de a crise econômica afetar a União Europeia, até mesmo com a saída de alguns países. Ontem, nem mesmo o anúncio do primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, de que fará um referendo nos próximos anos para saber a opinião da população sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar o otimismo generalizado. Mario Monti comentou a decisão de maneira bem-humorada, dizendo que esperava que, nos próximos anos, Cameron se convencesse de que ficar na União Europeia é um bom negócio para os ingleses.

O clima nesta reunião do Fórum Econômico Mundial é bastante diferente do de um ano atrás, quando havia no ar a possibilidade de a crise econômica afetar a União Europeia, até mesmo com a saída de alguns países. Ontem, nem mesmo o anúncio do primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, de que fará um referendo nos próximos anos para saber a opinião da população sobre a permanência na União Europeia chegou a abalar o otimismo generalizado. Mario Monti comentou a decisão de maneira bem-humorada, dizendo que esperava que, nos próximos anos, Cameron se convencesse de que ficar na União Europeia é um bom negócio para os ingleses.

EPIDEMIA DE CRACK

Secretário de Saúde diz que centro de referência virou pronto-socorro

Juiz determina primeira internação compulsória de usuário de drogas

MARCELLE RIBEIRO
marcelle@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO. No dia em que o plantão judiciário montado para atender dependentes químicos em esquema especial determinou a primeira internação compulsória desde o início do projeto, a procura por atendimento, internação e informação continuou tão intensa ontem no Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) do governo de São Paulo que o próprio secretário estadual de Saúde afirmou que o local virou um “grande pronto-socorro”.

Giovanni Cerri disse que a rotatividade nas internações dificulta saber a exata disponibilidade de leitos para os dependentes químicos.

— Hoje o leito está ocupado e amanhã está vago. Normalmente, nessa dinâmica, uns 20% dos leitos (dos 691 existentes) são rotativos para internação — disse o secretário estadual de Saúde.

Na tarde de ontem, o juiz Iassin Issa Ahmed, que dá plantão no Cratod, determinou a internação compulsória imediata de um usuário de maconha e cocaína que vivia nas ruas. Na decisão, o juiz afirma que o dependente químico vive em condições sub-humanas e apresenta graves riscos à sua integridade física. O Ministério Público e a Defensoria não se manifestaram em relação ao pedido de internação, pelo “atiantado da hora”, segundo informou o magistrado.

A decisão cita avaliação médica que afirma que “o paciente é dependente com comportamento violento e já começou o tratamento, mas abandona e não há mais condições de tratamento ambulatorial”. Por isso, o médico sugeriu internação.



Demanda reprimida. A procura ao Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas continuou intensa

Opinião

IMPERDOÁVEL

O DRAMA pessoal que existe no mundo da droga se reflete na corrida de famílias, em São Paulo, para a internação na rede pública de parentes viciados em crack.

O drama fica ainda maior com os problemas de infraestrutura e burocracia observados no programa recém-lançado pelo governo paulista.

De acordo com o juiz, “o usuário é vulnerável a toda sorte de perigo que pode comprometer a si ou a outrem” e deve ficar internado por pelo menos 30 dias. No início da noite, o paciente já estava em observação em leito temporário no Cratod.

O secretário afirmou que, por causa da grande demanda, o governo criará até o fim da semana que vem 66 novos le-

itos em todo o estado especialmente para o projeto iniciado na segunda-feira.

O governo também anunciou que vai implantar uma central de atendimento telefônico para tirar dúvidas de familiares de dependentes químicos, que deve começar a funcionar em uma semana. Segundo a Secretaria de Saúde, a central vai ajudar a aperfeiçoar o programa.

de onde estão os gargalos existentes, onde a gente pode investir para melhorar, e ver os territórios onde a rede psicossocial está mais frágil para trabalharmos junto com os municípios. E vai fazer com que o fluxo de informação seja mais integrado — disse a coordenadora de Saúde Mental, Alcool e Drogas da Secretaria da Saúde, Rosângela Elias.

Em três dias, 11 pessoas foram internadas, entre internações compulsórias, voluntárias e involuntárias (quando parentes pedem internação à revelia do usuário). O governador Geraldo Alckmin esteve no Cratod na manhã de ontem e disse que todos os casos de internação serão atendidos:

— Se o caso é de internação, vai ser internado — disse.

Alckmin também comentou a grande procura no centro.

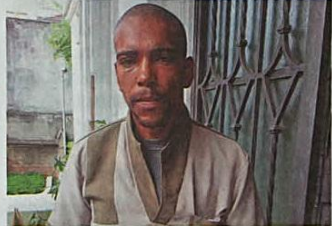
— O problema é grave, as famílias viram esperança, e todos correram atrás da esperança — avaliou o governador. ■

Programa multiplica os pedidos de ajuda

De 30 atendimentos por semana, número vai a 127 em três dias

SÃO PAULO. O Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) passou a realizar, por dia, mais atendimentos do que costumava fazer em uma semana inteira. De uma média de 30 atendimentos por semana antes, o órgão do governo paulista realizou 127 só de segunda-feira (início do programa de internação compulsória) até ontem.

O problema, segundo parentes de dependentes químicos, é que as transferências para vagas em hospitais continuam a demorar. Sonia Aparecida Klein, de 48 anos, afirmou que o filho Elio Aparecido Medeiros, de 22, está internado num leito de observação no Cratod desde anteontem, à espera de uma vaga numa outra unidade médica, e até o início da noite de ontem ninguém havia informado quando ele poderá ser transferido. No Cratod, o paci-



Desespero. Wellington Brandão buscou internação por conta própria

ente pode sair à rua para fumar, por exemplo.

— Tenho medo de que ele acorde, fique agitado e resolva ir embora — afirmou Sônia.

A farmacêutica Sílvia Alves esteve no centro ontem para pedir uma vaga para internar o filho de 14 anos, usuário de cocaína e crack. Segundo ela, médicos da unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAP, subordinado à prefeitura), on-

te de ele faz tratamento ambulatorial, solicitaram há uma semana que o jovem seja internado, mas até agora não foi designada uma vaga para ele.

— Eles falam que tem que esperar. Quero ver se consigo internação pelo estado.

A Secretaria municipal de Saúde informou que o filho de Sílvia será internado hoje, mas acrescentou que é mais difícil obter vaga para dependentes

químicos menores de idade. Alguns viciados foram por vontade própria buscar internação no Cratod. Foi o caso de Wellington Brandão, que mora na rua e diz já ter vendido objetos de sua casa para comprar crack, cocaína e álcool.

Já fiz tratamentos, assisti a palestras e reuniões, mas estou sem controle. Preciso ficar num lugar fechado.

Janicleide de Araújo Xavier, de 40 anos, levou o filho de 23, usuário de crack e outras drogas, ao Cratod e reclamou do atendimento que recebeu por telefone no dia anterior. Para evitar que o filho fugisse, ela chegou a acorrentar o jovem em casa.

— Disseram que era para eu procurar atendimento na minha cidade, Cotia (na Grande São Paulo), e insistiram para eu ficar por lá. Mas eu vim para cá, e meu filho está em observação. Muitas mães desistem porque a peregrinação que temos que fazer de porta em porta entre hospitais é grande — disse Janicleide. (Marcelle Ribeiro) ■

CARNAVAL 2013 ACEITAMOS COMPRA AQUI SEU INGRESSO! CARTÕES

Arquibancada, frisa ou camarote todos os dias!

3592-0445 / 2143-9208 / 2143-4520 / 7828-5382

RIO LOCAL Rua Bulhões de Carvalho nº 409 - A - Copacabana www.riolocalapartamentos.com

CARNAVAL CAMAROTE LOUNGE VIP COM

Bruno Gagliasso Giovanna Ewbank Henri Castelli

Folia Tropical OPEN BAR BUFFET TRANSFER 3x CARTÃO

3202-6000 www.bombafolia.com.br

SENTAI (grupo de lançamento. Aprovado)

GUANPLAST 40 ANOS

so 27,90

Consulte BASTRICK PIRELLI Distribuidor geral: BASTRICK - 128 Km. Av. São do entoque

ligue pra gente 3433-5023 visite nosso site

DO RIO 2534-4333 classificados@rio.com.br

GLOBO EXTRA

O GLOBO

Tema em discussão

Política de combate à expansão do crack

Nossa opinião

Ações integradas

A expansão do crack reclama ações urgentes em duas frentes, a do abastecimento e a do consumo. Ambas têm indicadores alarmantes. O Brasil, que já se consolidou na triste posição de rota preferencial do tráfico internacional de cocaína, parece caminhar para também ocupar um lugar de ponta no mercado mundial dessa droga, segundo projeções da ONU. Atualmente, somos o terceiro no mundo no ranking dos maiores consumidores da terrível substância. A previsão das Nações Unidas se assenta nessas duas evidências: o consumo interno aquecido e as rotas que asseguram o movimento de exportação e importação de entorpecentes são inquestionável sinal de que a situação pode decambar para o desconhecido.

Na ponta do provimento do mercado, deve-se recorrer a ações integradas das três instâncias do poder público, com ênfase na repressão aos grupos de traficantes e à rede criminosa que garante a circulação da droga. Disseminado por praticamente todo o país, o crack já causa problemas no sistema de saúde de 64% das cidades brasileiras, diz a Confederação Nacional de Municípios. O Brasil consome até uma tonelada de crack por dia, segundo a Polícia Federal. Com tais números, o combate ao tráfico para asfixiar o abastecimento dos pontos de venda é uma unanimidade.

Já na outra ponta do problema, a das consequências, as ações envolvem questões mais complexas, principalmente no âmbito do tratamento a ser dispensado aos usuários. Em

São Paulo, o poder público retomou a política de recolhimento, nas cracolândias, e internação compulsórios de viciados. O Rio divide-se entre adotar ou não essa linha de ação, ora hesitando em seguir tal procedimento, ora fazendo incursões em áreas de comércio e consumo da droga atrás de viciados.

A dificuldade de estabelecer uma política unificada, em todo o país, nessa ponta do flagelo, implica levar mais a fundo as discussões sobre os procedimentos mais indicados para enfrentá-lo. Algumas iniciativas são inquestionáveis (ainda que, infelizmente, a unanimidade sobre a sua necessidade não seja capaz de superar leniências do poder público na sua adoção). É crucial, por exemplo, que qualquer política de redução de danos parta do princípio de que o crack espalha-se pelo país com características de uma epidemia — terreno, portanto, de providências na área da saúde pública.

Também é imprescindível que municípios e estados criem sistemas multidisciplinares de atendimento (médico, psicológico, social) aos viciados, com a criação de espaços de acolhimento que não sejam meros depósitos de ineficazes programas de "prende-solta". Ao contrário, devem funcionar como estágio de recuperação dos usuários. Dentro dessa filosofia, o acolhimento compulsório tem de ser a última instância — aquela em que estão em jogo a vida, a integridade física do viciado, bem como a preservação da segurança da sociedade — e não a linha preferencial das ações de combate ao crack.

Outra opinião

Uma pedra no caminho

ADILSON PIRES

Quando vai às ruas acolher usuários de crack, que expõem seu flagelo à vista de todos, a prefeitura do Rio age em nome do direito à vida. Não apenas a vida do próprio dependente químico, mas também a dos outros. É uma intervenção que busca recuperar a dignidade do cidadão, longe das drogas, em vez de deixá-lo esperar pela morte. Esse é o foco das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social no combate a uma das grandes chagas de nosso país.

A intervenção involuntária dos dependentes de crack, alvo de intensa polêmica, está longe de ser política de higienização social, muito menos operação "enxugo-gelo". Tampouco é a resposta definitiva para o problema. Na realidade, ela configura o recurso extremo contra uma droga de efeitos devastadores, que tem no Brasil seu principal mercado consumidor. Não há fórmula pronta nas abordagens ao dependente. O ideal seria que ele fosse convencido a procurar tratamento adequado, mas o vício turva sua capacidade de julgamento e o afasta do convívio familiar.

prevenção, tratamento e ressocialização. O poder público tem que se fazer presente em cada etapa deste processo, mobilizando as áreas de saúde, ação social, educação, segurança e trabalho. O atendimento inclui não só cuidados médicos, mas também capacitação e oferta de emprego.

A assistência às famílias é outro ponto fundamental. O vício corrói as relações entre pais, filhos e irmãos, rompendo a base de apoio ao dependente químico. O diálogo precisa existir sempre, como ponte para a recuperação. Após o término da fase intensiva de tratamento e com o retorno ao meio familiar, o restabelecimento das relações sociais está diretamente relacionado à manutenção das conquistas alcançadas.

Ex-morador de comunidade, há décadas venho testemunhando a tragédia provocada pela epidemia das drogas. Tive amigos e vizinhos que se perderam no caminho do vício. O dependente químico necessita de tratamento digno e humanizado, em centros de reabilitação que o ajudem a reconstruir sua vida.

Antes de mais nada, é preciso rever conceitos. Crianças, jovens e adultos que hoje se entregam ao vício não são "cracudos", nem párias da sociedade, e sim cidadãos que precisam de ajuda e merecem a chance de seguir em frente. O direito à vida está em primeiro lugar. Sabemos que a trajetória rumo à reabilitação é longa e penosa, mas com bom-senso e parcerias vamos remover essa pedra do caminho.

Adilson Pires é vice-prefeito do Rio e secretário municipal de Assistência Social

O acolhimento compulsório deve ser a última das medidas para proteger o usuário da droga

A prefeitura não pode cruzar os braços diante das cenas de degradação humana nas cracolândias

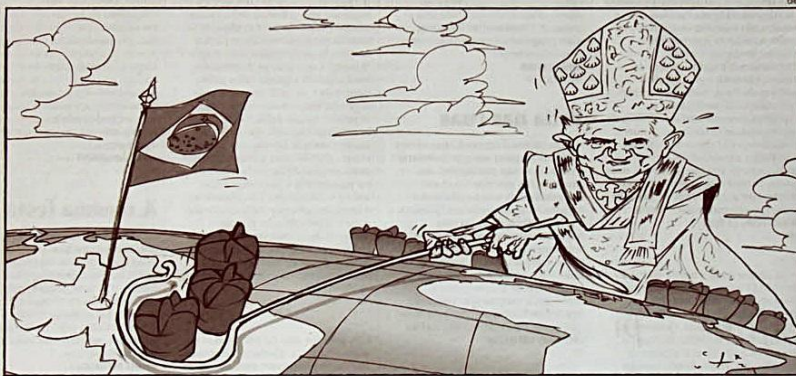
ELIO GASPARI

Vem aí um conclave inesquecível

Tudo o que se pode esperar da escolha do sucessor de Bento XVI é o fim de um Vaticano eurocêntrico. Desde que Karol Wojtyła tornou-se João Paulo II, a Europa é o centro das atenções da Cúria. O Papa polonês cumpriu uma fenomenal missão histórica ajudando a desmontar décadas de tolerância com as ditaduras comunistas. Seu sucessor teve um pontificado mediocre enrolado pela tolerância com escândalos sexuais e financeiros de sacerdotes. Um deles passou de raspão pelo Brasil, num tramboque do namorado da atriz Anne Hathaway, sócio do sobrinho do atual decano do Colégio de Cardeais, o poderoso ex-secretário de Estado Angelo Sodano. A moça mitou em US\$ 135 mil e o rapaz foi preso nos Estados Unidos.

As dificuldades do Vaticano com suas finanças são antigas. Foi Pio IX quem avisou: "Posso ser infalível, mas estou falido." Já os desempenhos sexuais de alguns sacerdotes, mesmo sendo coisa antiga, tornaram-se uma encrenca recente, com a qual João Paulo II e Bento XVI nunca conseguiram lidar direito, envolvendo a missão pastoral de dioceses europeias e americanas.

O eurocentrismo da Cúria Romana refletiu-se no Brasil. Durante o pontificado de Paulo VI, Pindorama passou de dois para oito cardeais. Hoje tem cinco. Bento XVI deixou seu barrete cardinalício as arquidioceses do Rio e de Brasília. Porto Alegre teve cardeal e está sem. Recife, a primeira sé cardinalícia brasileira, está na segunda divisão desde os anos 60, quando a ditadura hostilizava D. Helder Câmara e não queria vê-lo carde-



al. Se foi econômico com os barretes brasileiros, Bento XVI foi generoso aspergindo-os pela Europa. Elevou a diocese de Valencia (800 mil habitantes), na Espanha, mas não confirmou o barrete de Porto Alegre (1,5 milhão de habitantes).

Quem especular o nome do sucessor de Ratzinger pode jogar cara ou coroa. Nos seis últimos conclaves elegeram-se três favoritos (Ratzinger, Paulo VI e Pio XII) e três azarões (João Paulo II, João Paulo I e João XXIII, um gordocho que mal cabia nas vestes preparadas pelos alfaiates que traba-

lharam durante o conclave.) Pode-se esperar que, depois de um Papa saído da academia de teólogos e da burocracia de Roma, venha um pastor, como os dois João Paulo e João XXIII. Um administrador de diocese do Terceiro Mundo uniria o útil ao agradável. É assim que entra nas lis-

É possível que se acabe a época de papados eurocêntricos, que começou em 1978 com João Paulo II

tas, com um sopro romano, o cardeal de São Paulo, D. Odilo Scherer, pastor de uma das maiores arquidioceses do mundo. Aos 63 anos, teria um longo pontificado. Ele tem uma característica anfibia. É brasileiro, mas, com quatro outros cardeais brasileiros (Claudio Hummes, Paulo Evaristo Arns, Aloisio Lorscheider e Vicente Scherer, seu parente distante), desce da imigração alemã. A mo- mestra da eleição dos dois últimos papas foi a capacidade de articulação da hierarquia alemã.

D. Odilo lidera a facção conserva-

dora do clero brasileiro, derrotada na última eleição da CNBB e nas eleições gerais em que se mete. Para consumo mundial, preenche o requisito de um Papa do Terceiro Mundo, condição só superável pela escolha de um africano como Francis Arizeze, de Lagos. Mais que africano, Arizeze tem 80 anos e passou 25 em Roma. Seria um Papa de transição.

Com uma eleição marcada para o fim de março e um Papa vivo, vem aí um conclave inesquecível. ■

Elio Gaspari é jornalista

Organizações Globo, Fale com O GLOBO, Assinatura, Atendimento ao leitor, and contact information for various departments.



Tensão no ar, PMs da UPP montam guarda na Vila Cruzeiro, na Penha, ocupada desde novembro de 2010; antontem à noite, traficantes enfrentaram policiais e feriram um deles

Ataques do tráfico mostram que pacificação ainda é um desafio

Coordenador das UPPs admite que o serviço de inteligência precisa melhorar

ANTÔNIO WERNECK
werneck@oglobo.com.br

Favelas pacificadas voltaram a viver ontem episódios reveladores de que o principal projeto da segurança pública do Rio ainda é um desafio para o estado. Em Mangueiras, moradores enfrentaram PMs, enquanto na Vila Cruzeiro traficantes trocaram tiros com policiais da UPP, ferindo um deles. Além disso, na noite de domingo e na madrugada de segunda-feira, três pessoas ligadas ao Morro da Mangueira foram assassinadas, o comércio fechou por ordem de bandidos e um PM da UPP teve sua arma roubada. O próprio governador Sérgio Cabral admitiu, durante evento ontem no Palácio Guanabara, que dificuldades estavam previstas.

— Ninguém tinha a ilusão de que, 40 anos depois de domínio do poder paralelo, os marginais abandonariam a comunidade sem reações. Nós não tínhamos dúvidas disso. Os desafios continuam.

Sérgio Cabral
Governador

Coordenador das Unidades de Polícia Pacificadora, o coronel Paulo Henrique Azevedo de Moraes afirmou que a presença de traficantes armados até com fuzis tem preocupado bastante o comando das UPPs. Ele informou que pode fazer ajustes, inclusive trocando comandos de unidades. O oficial também admitiu que o setor de inteligência das UPPs precisa realmente melhorar.

— Sempre buscamos melhorar, fazendo ajustes, trocando comandos e procurando adequar o perfil do policial ao da comunidade onde ele está trabalhando. Na área de inteligência, precisamos realmente evoluir, buscando qualificação profissional e melhores equipamentos.

A reação do tráfico na Vila Cruzeiro, ocupada em novembro de 2010, roubou o sono do coronel, que não dormiu acompanhando os deslocamentos do ataque. Ele frisou, entretanto, que há diferenças entre o que aconteceu na Vila



Conflito. Policiais militares de um lado e moradores do outro em Mangueiras: comunidade foi palco de confronto

Cruzeiro e na Mangueira. — Nos complexos da Penha e do Alemão, especialmente na Vila Cruzeiro, o tráfico é muito enraizado. Se você pensar bem, vai lembrar que a grande batalha de tomada daqueles territórios pelo estado foi durante a ocupação da Vila Cruzeiro. Na Mangueira, diferentemente disso, nós temos uma boa articulação com a comunidade, o que não ocorre na região da Penha. Na Mangueira, por exemplo, foram moradores que indicaram onde estava a pistola, 40 roubada de um policial. Ele foi recuperada.

"DIFÍCILMENTE O TRÁFICO VAI DESAPARECER"

Segundo o coordenador das UPPs, há uma investigação em curso que aponta para conflitos internos na administração da escola de samba da Mangueira como motivo dos assassinatos. Ainda segundo Paulo Henrique, os crimes podem ter envolvimento de traficantes e integrantes da agremiação insatisfeitos com a sucessão na verde e rosa (haverá eleições em abril).

— Pelas informações que tenho, as mortes seriam consequência de uma disputa de poder em torno da escola de samba, para administrar recursos do carnaval.

do Rivaldo Barbosa, titular da DH, o esclarecimento do caso pode levar aos criminosos que ordenaram os homicídios e estão por de trás da onda de violência que levou pelo menos 20 pessoas a deixarem a Mangueira nos últimos dias, apesar de a comunidade contar com uma UPP. Os três acusados da morte de Alan são Heineildo Santos de Senna, o Dedé; André Luiz Pereira da Silva; e Marcos Vinícius da Silva Monteiro, o Quinho. Este último é da família de Acir (que era chefe da venda de drogas no morro) e do ex-traficante Francisco Paulo Testas Monteiro, o Tuchinha, hoje assessor do AfroReggae. Sem antecedentes criminais, os três tiveram as prisões temporárias decretadas pela Justiça, por homicídio qualificado, e já são considerados foragidos.

Acir foi morto em frente ao condomínio onde

estava morando, no Recreio, na noite de domingo. Cerca de duas horas depois, o corpo de Alan foi encontrado carbonizado, num carro em São Cristóvão. Em seguida, já na madrugada de segunda-feira, o ritmista Jefferson Fernandes de Oliveira foi executado: ele foi baleado em frente a um contêiner da UPP do Morro do Tatuí, vizinho a Mangueira. Os criminosos teriam usado uma arma roubada de um PM da unidade.

O delegado Rivaldo Barbosa não descarta três hipóteses para os crimes: briga pela sucessão na direção da escola de samba, desfalque financeiro e disputa interna do tráfico. Ele disse que pretende ouvir Tuchinha. Rivaldo confirmou também que está investigando a origem do patrimônio do traficante Acir, que tentava tirar Ivo Meirelles da presidência da escola de samba.

Apesar de não estar fazendo pesquisa sobre o assunto no momento, o professor e sociólogo Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, acredita que a política de pacificação das favelas — como o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, aliás, já falou — não foi pensada para acabar com o tráfico, mas para recuperar territórios tomados pelos traficantes.

— A minha sensação é que a grande dificuldade do estado, assim como todo município, é na vegar controlando a situação. Dificilmente o tráfico vai desaparecer. O grande mérito da política de pacificação foi recuperar e manter sob o controle do estado territórios antes dominados pelo tráfico. Portanto, é preciso navegar com sabedoria, para não permitir a volta do controle armado do tráfico — disse ele.

Para o coronel reformado da PM Milton Corrêa da Costa, um dos desafios da pacificação é a corrupção policial.

— Para enfrentar esse problema, defendo o monitoramento da conduta de cada profissional da UPP com punição exemplar e imediata em caso de graves desvios de conduta, além de rodízio de policiais entre as diversas UPPs.

Lei Seca: Justiça mantém prisão de comerciante

Magistrada afirma que motorista humilhou policiais militares que faziam blitz

RUBEN BERTA
rberta@oglobo.com.br

Apesar de ter dito na madrugada de antontem, após furar uma blitz da Lei Seca no Flamengo, que "neste país só pobre ou favelado fica preso", a comerciante Christiane Ferraz Magarinos permanecerá na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, no complexo de Geracino, onde divide a cela com outras três mulheres. A juíza Yedda Christina Ching-San Filizola Assunção, da 17ª Vara Criminal do Rio, decretou no fim da tarde de ontem a prisão preventiva de Christiane, que é acusada de seis crimes: além de corrupção ativa — por tentar subornar os policiais da operação —, responde por embriaguez ao volante, coação no curso do processo, desobediência, resistência e desacato.

"A conduta descrita não se restringiu a oferecer dinheiro a um agente público, mas a primeiramente humilhá-lo, afirmando que seus vencimentos são insignificantes, para depois ofertar de maneira audaz que o agente pedisse qualquer valor. Vencida na sua pretensão ilícita, segundo os depoimentos, a indicada passou à violência moral. A conduta ilícita exigida de um político, de um membro de poder é a mesma exigível de um cidadão", afirmou a juíza, em sua sentença.

HABILITAÇÃO SUSPENSA

Outro fato curioso citado pela magistrada foram as afirmações atribuídas a Christiane, que teria dito conhecer autoridades, para intimidar os policiais: "Segundo os depoimentos, a indicada tentou se valer de conhecer o prefeito do Rio e um vereador, para ameaçar os agentes, sugerindo que pretendia usar de qualquer meio ilícito para impedir a realização de ato legal", disse a juíza.

Yedda Christina também decidiu suspender a carteira de habilitação da comerciante, até que todas as provas contra ela sejam recolhidas e as testemunhas sejam ouvidas, ou pelo prazo de dois anos, se o tempo do processo criminal for além desse período.

A defesa de Christiane tentou sustentar a tese de que a comerciante é ré primária, tem bons antecedentes, residência fixa e é mãe de uma criança de 6 anos. A juíza negou o pedido de revogação da prisão. Nos arredores do prédio onde mora, no Flamengo, a acusada é tida como uma mulher tranquila. Durante a abordagem dos PMs, ela teria dito que o motivo de ter bebido seria uma suposta traição.

Ministério Público exige mais vagas para usuários de crack

Rede deve ser ampliada para que as internações involuntárias continuem

RENATA LEITE
renata.leite@oglobo.com.br

O número reduzido de unidades de saúde mental no Rio é um obstáculo às operações de internação involuntária de usuários de crack, na avaliação do Ministério Público. O órgão entregou ontem à prefeitura um documento com recomendações que, se não forem adotadas pelo município, poderão levar à instauração de uma ação judicial. Entre elas, está a necessidade de ampliação da rede de atendimento.

Segundo a promotora Anabelle Macedo Silva, o Rio deveria ter pelo menos 50 unidades de saúde mental, que seriam não apenas para a internação, mas também para oferecer tratamento ambulatorial e psicológico, além de atividades físicas para os pacientes. Hoje, existem no Rio apenas seis Centros de Atenção Psicossocial especializados no atendimento de dependentes de álcool e drogas.

O MP recomenda ainda que a internação psiquiátrica só ocorra em último caso, quando os recursos não hospitalares forem insuficientes para a garantia do direito à saúde do usuário. A promotora quer ainda receber da prefeitura, em até 72 horas, informações sobre todas as internações involuntárias.

Em nota, a Secretária de Saúde disse que planeja abrir novos Centros de Atenção Psicossocial.

Mangueira: polícia identifica suspeitos de assassinato

Divisão de Homicídios não descarta possibilidade de crimes na favela estarem ligados a disputa na escola

ELENICE BOTTARI
elenice@oglobo.com.br

A Divisão de Homicídios identificou três homens acusados de sequestrar e matar, na noite de domingo passado, Alan Carlos da Silva Silveiro, que atuava como segurança da quadra da Mangueira. No entanto, a polícia ainda trabalha para descobrir o motivo do crime e se há ligação com outros dois assassinatos: o do traficante Acir Rivaldo Monteiro da Silva, o ZK, e o do ritmista Jefferson Fernandes de Oliveira. Para o delega-

MEC propõe estágio obrigatório para estudantes de Direito

Eles trabalhariam em órgãos públicos como condição para obter o diploma

DEMÉTRIO WEBER
demetriow@b1b0globo.com.br

BRASIL - O Ministério da Educação (MEC) quer tornar obrigatório que estudantes dos cursos de Direito façam estágio em órgãos públicos, como pressuposto para a obtenção do diploma. A ideia ainda será discutida num grupo de trabalho a ser criado pelo MEC e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas é vista com cautela dentro da própria OAB.

O presidente nacional da entidade dos advogados, Marcus Vinícius Furtado, disse ontem que é favorável à obrigatoriedade do estágio. Ele estranhou, porém, a proposta de que os estágios sejam feitos exclusivamente em órgãos públicos, como tribunais, juizados especiais, Defensorias Públicas e Ministério Público.

Para Furtado, há um problema prático: o número de vagas em órgãos públicos seria insuficiente

para o universo de estudantes de Direito do país. Além disso, ele afirmou que não vê motivos para deixar de fora escritórios particulares de advocacia e organizações não governamentais, especialmente as que prestam assistência à população de baixa renda. Uma outra questão é a remuneração dos estagiários, quem pagaria a conta, considerando que a medida levaria órgãos públicos a aumentar o número de estudantes contratados?

— É uma boa ideia, mas precisa ser aperfeiçoada — resumiu Furtado.

A proposta do estágio obrigatório em órgãos públicos foi anunciada antontem pelo ministro Aloizio Mercadante, com o intuito de melhorar a formação dos bacharéis em Direito. Ele não esclareceu se a exigência valeria somente para novos alunos ou para quem já está matriculado. Outro ponto em aberto é a duração do estágio, que poderia ser de um ou dois semestres.

— Nós vamos mudar a política para o curso de

Direito. É um esforço tremendo o sujeito pagar uma faculdade durante todo o período e depois simplesmente ele não tem o acesso ao mercado de trabalho. Então, nós vamos mudar a política tanto de expansão quanto de formação dos advogados — declarou Mercadante.

O presidente do Conselho Nacional de Educação, José Fernandes de Lima, disse desconhecer a proposta. Ele explicou que o chamado campo prático, isto é, a realização de estágio, já faz parte dos currículos dos cursos de Direito.

Em boa parte das faculdades, o estágio obrigatório hoje é fictício. Não é à toa que o índice de reprovação é alto na segunda fase do exame de Ordem, que é etapa prática — disse Furtado. ●

Relator de projeto sobre drogas ataca conselho

Entidade federal de psicólogos, acusada de 'terrorismo', diz que representará contra deputado

BRASIL - Relator do projeto que cria um cadastro de usuários de droga e institui a internação involuntária do viciado, o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL) partiu para o ataque e fez duras críticas ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), que se opôs à proposta. O deputado diz que a entidade faz terrorismo por ser contra as comunidades terapêuticas que tratam de dependentes, muitas delas ligadas a entidades religiosas.

O Conselho Federal de Psicologia é um assassino de dependentes de drogas. Se é contra a internação de quem está na rua, na sarjeta, isso é assassínio. São 200, 300, 500 pessoas na miséria, que não têm quem dê a mão. Se deixa morrer, é assassinato. A cracolândia em São Paulo, por exemplo. Tem mil pessoas ali, e não se pode ir lá para fazer uma busca ativa (e interná-los). O conselho é contra. Me desculpe, mas é assassinato de pessoas que morrem à míngua — disse Carimbão ao GLOBO.

O deputado teria repetido essa acusação a um grupo de dirigentes do conselho, antontem, nos corredores da Câmara. Os dirigentes da entidade tinham ido justamente fazer oposição à proposta e se encontraram, por acaso, com Carimbão num restaurante. O grupo estava acompanhado do deputado Glauber Braga (PSB-RJ), que fez a aproximação do colega com os psicólogos. Quando soube que eram representantes do conselho, Carimbão teria repetido as acusações que podem lhe custar um processo no Conselho de Ética da Câmara. A entidade decidiu representar contra ele na Corregedoria da Casa.

“Para a surpresa geral, e sem qualquer movimento ou resposta de nossa parte, o deputado passou a atacar o Conselho Federal de Psicologia afirmando sermos: ‘assassinos, baderneiros e bandidos’, diz a representação do conselho.

Carimbão é um parlamentar católico, tem muitas ligações com lideranças religiosas no seu estado e uma forte atuação junto às comunidades terapêuticas de Alagoas, conhecidas como redes de acolhimento. Ele diz que elas não têm orientação religiosa, apesar de ter nomes como Fazenda Divina Misericórdia, Gênesis e Nossa Senhora das Graças.

Essas diferenças com o Conselho Federal de Psicologia não são novas. Em 2011, o conselho lançou um relatório de internação para usuários de drogas nessas instituições em todo o país. O documento analisa duas entidades de Alagoas: a Comunidade Nova Jericó e a Divina Misericórdia. Diz o conselho que se tratam de comunidades católicas e que, quando as regras são desobedecidas, reza-se uma ave-maria. Em caso de nova desobediência, são duas ave-marias.

Carimbão acusa o conselho federal de ter distorcido o relatório do Conselho Estadual de Psicologia de Alagoas, que teria feito uma avaliação bem diferente e positiva dessas entidades.

— Até processei o conselho federal por isso. Eles mentiram. ●

Bahia cancela exigência de teste ginecológico

Governador considerou absurdo item de concurso que exigia exame ou atestado de virgindade

SALVADOR - O governador Jaques Wagner suspendeu ontem o item do concurso público da Polícia Civil da Bahia que pedia exame ginecológico ou atestado de virgindade a candidatas. Ele comunicou a decisão através do Twitter, argumentando que a medida poderia causar constrangimento ou discriminação às mulheres. Segundo o secretário de Comunicação do Estado, Robinson Almeida, Wagner considerou “um absurdo” a inclusão desse item no concurso.

Com a ordem do governador, o edital está sendo reformulado por uma equipe da Secretaria de Administração do Estado (Siseb) em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, mas ainda não há previsão de quando a versão definitiva será divulgada.

O edital exigia “avaliação clínica ginecológica contendo colpocópia, citologia e microflora” às candidatas mulheres, liberando as que fossem virgens do exame caso entregassem atestado de que possuíam “himen íntegro” assinado e carimbado por um médico. Para os homens, a única exigência era a realização de exame de próstata para os maiores de 45 anos.

Antes da suspensão, a Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA emitiu nota de repúdio contra a norma do regulamento do concurso da Polícia Civil. Outros concursos no Brasil, porém, já apresentaram texto semelhante no edital. É o caso dos processos seletivos para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, realizado em 2011, para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial do Ministério da Defesa, ainda em aberto, e para a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, realizado no ano passado.

Na opinião da advogada trabalhista Rita de Cássia Vivas, o pedido dos exames de preventivo e do laudo comprovando a virgindade das candidatas é inconstitucional porque fere a intimidade, a privacidade e a dignidade da pessoa



Veto. Pelo Twitter, Jaques Wagner afirmou que a exigência no concurso causaria constrangimento às mulheres

“É um absurdo. Exames dessa natureza ferem a expressão sexual da mulher. Além de serem discriminatórios”

Rita de Cássia Vivas
Advogada trabalhista

humana, garantidas pela Constituição, e também o direito de igualdade, uma vez que não é pedido exame algum de tal natureza aos candidatos homens.

— É um absurdo. Exames dessa natureza ferem a expressão sexual da mulher. Além de serem discriminatórios.

Segundo a advogada, os exames admissionais sejam em concursos públicos ou em processos seletivos das empresas, devem estar relacionados exclusivamente à aptidão relacionada ao cargo.

Rodrigo Bottrel Tostes, advogado trabalhista do escritório Pinheiro Neto Advogados, concorda. Segundo ele, apesar de não estar expressamente prevista a realização ou não desse tipo de avaliação médica na legislação, deve ser interpretada dentro da lei, que prevê a preservação da intimidade da pessoa. (Blaggy Talento e Flávia Calmon, da Agência A Tarde, e Ione Luques) ●

LOGO

APÁGINA MÓVEL

PT, PSDB E GOVERNO ATACAM PROJETO QUE INTERNA USUÁRIO

ARNALDO BLOCH
arnaldob@oglobo.com.br

Tramita no Congresso, em regime de urgência, o projeto do médico e deputado Osmar Terra (PMDB-RS) que, se aprovado, permite que usuários de drogas, inclusive as mais leves, como a maconha, sejam internados involuntariamente, por decisão da família e/ou de um juiz, e cria cadastros dos mesmos em escolas e nos serviços de saúde. Propõe, também, aumento das penas de tráfico, mesmo em casos sem antecedentes e desvinculados do crime organizado.

Na prática, a lei institui encarceramento compulsório de um grande contingente de usuários,

sejam eles dependentes ou não, usando penas progressivas em casos de reincidência (de três para seis meses, de seis meses para um ano, e assim consequentemente).

Como a maioria dos partidos — com exceção do PT e do PSOL —, votou pela urgência, só nos últimos dias, ao se tornar clara a chance de aprovação, os deputados de outras agremiações começaram a debater mais a fundo a proposta, o que começa a gerar um núcleo de resistência.

Na última quarta-feira, a pedido do ex-presidente Fernando Henriques Cardoso, a bancada do PSDB obstruiu a votação iminente do substitutivo, que desfigura a atual Lei de Drogas, de 2006, considerada mais progressista.

— Creio que agora outros partidos tentarão impedir a votação. Mesmo se aprovada, a lei poderá ser vetada, já que existem duas notas técnicas do governo, uma do Ministério da Saúde, outra do Ministério da Justiça, orientando pela rejeição. O projeto é manifestamente inconstitucional, por violar o direito à intimidade. —

opina o deputado Paulo Teixeira (PT-SP). Osmar Terra, o autor, prefere ver, nas trincheiras que se formam, um coro ideológico com prometido com a liberação total das drogas.

— Não há como descriminalizar a compra sem descriminalizar a venda. A evolução da descriminalização do uso é a legalização da venda legal de todas as drogas no Brasil.

Outros, como Alessandro Molon (PT-RJ), lamentam que se este discutindo internação compulsória em vez de aperfeiçoar a atual lei.

— Já existe a Lei 10.216/01, que prevê a internação só como último recurso. São muitos os que têm sérias dúvidas sobre a eficácia da medida, entre cientistas, psiquiatras e sociólogos.

Sociólogo e integrante da influente Comissão Latino-Americana para Drogas e Democracia, um dos vultos do atual debate internacional, Fernando Henrique Cardoso adverte:

— Se aprovado, este projeto representaria um gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis para a saúde das pessoas e no que tange ao respeito aos direitos humanos no Brasil. •

RETROCESSO

DROGAS &

“Com todo respeito, (...) a referida tendência ‘moderna’ das políticas sobre drogas não passa de uma colcha de retalhos de belos discursos ideológicos, que vão de Milton Friedman a Bakunin, passando pelos ideários de Foucault, da contracultura e da antipsiquiatria. O projeto está em sintonia com a vida. Cada parágrafo é baseado em evidências científicas.” **Osmar Terra, autor do projeto de lei 7663**

FH: ‘Gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis’

Em nota, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assim se pronunciou sobre o assunto:
— Repressão pura e simples do consumo de drogas não funciona. Aumentar as penas e determinar a internação involuntária de usuários só agrava o problema. Usuários de drogas não são criminosos a trancafiar em prisões. Quando necessário, devem ter acesso ao tratamento apropriado. Minha posição pessoal é contrária ao uso de drogas. Mas sou pragmático: o consumo só se reduz mediante informação e prevenção, tratamento e reabilitação. A droga mais usada é a maconha. Estudos internacionais comprovam que a maconha é menos danosa à saúde do que o tabaco. O consumo do tabaco vem caindo pela imposição de toda uma série de restrições ao uso de uma substância que faz mal à saúde, mas não é um crime. Drogas é um tema a ser discutido por toda a sociedade, sobretudo pelos jovens, nas famílias e nas escolas. É por defender este debate que me oponho frontalmente ao projeto de lei em tramitação no Congresso que, se aprovado, representaria um gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis para a saúde das pessoas e o respeito aos direitos humanos no Brasil. •

ALÉM DA LEGISLAÇÃO

“O projeto de lei criminaliza o usuário, na medida que prevê a internação compulsória, para além das hipóteses previstas na legislação atual, e ainda direciona o atendimento aos usuários de drogas para uma rede suportada, na maioria das vezes, por entidades religiosas, sem controle do Ministério da Saúde. Ele só aprofunda os equívocos da lei atual”

Paulo Teixeira, deputado federal pelo PT-SP

SUPERLOTAÇÃO

“Temos conversado com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária e a nossa avaliação é de que o projeto vai aumentar ainda mais o problema do sistema penitenciário em todo o país, sem qualquer garantia de que isso tenha impacto positivo na luta contra as drogas”

Marivaldo Pereira, do Ministério da Justiça

USO OU TRÁFICO?

“Precisamos, sim, melhorar a lei em vigor, que é falha ao não estabelecer um critério objetivo para distinguir usuário e traficante, como a quantidade portada. Com isso, tem muito traficante sendo liberado como usuário, e muito usuário leve sendo preso por tráfico. A falta de um critério balizador gera insegurança jurídica e deixa a porta aberta para a corrupção”

Alessandro Molon, deputado federal pelo PT-RJ

Drogas: relator desiste de cadastro de usuários e fichamento de alunos

Comunidades terapêuticas não mais poderão fazer internações involuntárias

VINÍCIUS SAMSENE
vinicius.jorge@brasil.globo.com.br

ANÁLISE Em meio à saravada de críticas de diferentes partidos e de setores do governo federal, o projeto de lei que amplia as internações involuntárias de dependentes de drogas deverá sofrer alterações, numa tentativa de garantir a votação da proposta no plenário da Câmara. O relator do projeto, deputado federal Givaldo Carimbão (PSB-AL), disse ao GLOBO que excluirá do texto final dois pontos entre os mais polêmicos e controversos, atacados em notas técnicas de três ministérios: a criação de um cadastro nacional de usuários de drogas e o fichamento de alunos — função que ficaria a cargo de professores e diretores — usuários ou sob suspeita de uso de substâncias ilícitas.

Achefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reuniu-se ontem por quase duas horas com Carimbão e com o autor do projeto, deputado Osmar Terra (PMDB-RS). Ela pediu mais prazo para discutir o projeto e fazer sugestões. O governo conseguiu ganhar tempo: reuniões interministeriais devem ser feitas na segunda-feira e na terça e, para o dia 25, uma nova reunião está agendada na Casa Civil com o autor e o relator. Até lá, o mais provável é que a proposta não entre na pauta de votação da Câmara.

COMUNIDADES SEM RECURSOS DA SAÚDE

As mudanças admitidas por Carimbão se estendem aos pontos do projeto referentes às comunidades terapêuticas, entidades vinculadas à Igreja Católica e a igrejas evangélicas que acolhem dependentes de drogas. O relator afirma que ficará claro no texto não ser possível fazer internações involuntárias nessas comunidades.

Além disso, ele pretende restringir as possibilidades de financiamento às entidades. As casas de abrigo das igrejas, conforme a proposta original, passariam a contar com quatro fontes de financiamento: Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (Suas), Fundo Nacional Antidrogas (Funad) e Fundo Nacional de Segurança Pública. O relator diz que excluirá as possibilidades de financiamento com recursos da Saúde e limitará ao Funad.

O GLOBO mostrou, na última terça-feira, que o Palácio do Planalto pressiona a Secretaria Nacio-

Pontos da polémica

Cadastro nacional de usuários de drogas

COMO É HOJE: Não existe. A Lei Antimanicomial, de 2001, prevê apenas que o Ministério Público seja comunicado sobre internações involuntárias.

O QUE ESTÁ NO PROJETO: Todas as internações e altas de dependentes serão registradas no Sistema Nacional de Informações sobre Drogas, com acesso permitido a órgãos de fiscalização.

PROPOSTA DO RELATOR: Não haveria cadastro.

Fichamento de usuários nas escolas

COMO É HOJE: Não existe.

O QUE ESTÁ NO PROJETO: Professores e diretores devem fichar alunos usuários de drogas.

PROPOSTA DO RELATOR: Deixaria de existir.

Internação involuntária

COMO É HOJE: A Lei Antimanicomial prevê, mas com o último recurso no atendimento ao dependente. Só pode ser solicitada por um médico.

O QUE ESTÁ NO PROJETO: Pode ser solicitada por um servidor. No máximo, 180 dias para desintoxicação.

PROPOSTA DO RELATOR: O tempo máximo seria reduzido de 180 dias para 90 ou 60 dias.

Comunidades terapêuticas

COMO É HOJE: Os ministérios da Saúde e da Justiça lançaram editais para financiar essas entidades. Muitas recebem internações involuntárias.

O QUE ESTÁ NO PROJETO: São incluídas na Lei do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Poderão receber dinheiro de SUS, Suas, Funad e Funasp.

PROPOSTA DO RELATOR: Impossibilidade total de internações involuntárias e financiamento pelo SUS.

nal de Políticas sobre Drogas (Senad), vinculada ao Ministério da Justiça, a liberar R\$ 130 milhões a comunidades terapêuticas. Em meio à pressão, a secretária sofreu uma debandada: Na terça, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou o defensor público Vitor Maximiano como o novo titular da Senad e disse que a saída de servidores da secretaria não tem relação com o projeto.

— Existe uma epidemia de crack e o governo não tem uma rede preparada para acolhimento. Mas vamos tipificar no projeto que as comunidades terapêuticas não podem receber internações involuntárias. É o nosso acerto com o governo, os partidos e as associações das entidades — disse Carimbão.

TEMPO DE INTERNÇÃO INVOLUNTÁRIA SERÁ MENOR

O relator afirma já ter decidido, também, diminuir o tempo máximo para uma internação involuntária, feita sem a necessidade de consentimento do usuário e com aval da família ou de um servidor público. Pelo projeto, o prazo máximo para desintoxicação é de 180 dias. Carimbão diz que ainda faz uma média das sugestões recebidas e que o novo prazo ficará entre 60 e 90 dias.

Técnicos do governo entendem que os recuos do relator melhoram a proposta, mas são insuficientes para que as alterações representem um avanço da lei. A opinião majoritária é de que o projeto continua com o foco central nas internações involuntárias, o que já foi criticado em notas técnicas do Ministério da Saúde, da Secretaria-Geral da Presidência e da Senad.

Nota da Senad critica também a ampliação da pena mínima para traficantes de drogas, de cinco para oito anos de prisão, e o aumento de multas e medidas educativas a usuários, como prevê o projeto de lei. O ministro da Justiça afirmou que a posição da pasta é a mesma contida na nota técnica. O documento sustenta que a aprovação do projeto levará a situações de "internação compulsória indiscriminada".

O relator do projeto de lei diz não ter decidido se fará alteração na proposta referente à pena mínima para traficantes.

— Existe uma pressão para voltar atrás na pena mínima, mas ainda estou escutando as sugestões. O PSDB, por exemplo, sugeriu uma pena de seis anos — afirmou Carimbão. ●

Lei permite professores sem pós em federais

MEC vai pedir alteração do texto para que universidades decidam que titulação irão exigir

MARINA MOREIRA COSTA
marina.costa@globo.com.br

Após receber críticas de conselhos e instituições de ensino superior federais, o Ministério da Educação resolveu alterar o texto da Lei 12.772, que desde março reestrutura a carreira docente. Em um dos artigos mais polêmicos, visto por acadêmicos como um erro do governo, o texto permite que profissionais apenas com diploma de graduação possam participar de todos os concursos públicos para professor nas universidades federais, sem necessidade de mestrado ou doutorado. Até então, as instituições determinavam a titulação exigida para as vagas em aberto.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Speller, reconheceu que pontos da lei merecem "uma melhor precisão". Segundo declaração de Speller enviada ao GLOBO, o MEC irá propor à Casa Civil alterações no texto da lei.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) avalia que a lei fere a autonomia das universidades, e reclama não ter sido ouvida durante a elaboração da nova carreira, apresentada em resposta à greve dos docentes em 2012, que durou quase quatro meses.

— Se as pessoas que conhecem a universidade tivessem participado da discussão, certamente os erros seriam minimizados — diz Gustavo Balduino, secretário-executivo da Andifes.

O sindicato nacional da categoria, o Andes, foi contrário à proposta do governo. Segundo o vice-presidente, Luiz Henrique Schuch, a lei, publicada no dia 28 de dezembro de 2012, foi aprovada "a toque de caixa" pelo Congresso e tem diversas incoerências. De acordo com o MEC, os concursos em andamento serão ajustados aos termos das alterações que serão feitas na lei. ●

HOJE EM DIA, NÃO É FÁCIL CONSEGUIR BONS RENDIMENTOS. JUSTAMENTE POR NÃO ESTAR FÁCIL, É QUE EU PRECISO DE ORIENTAÇÃO.

NO SANTANDER SELECT, VOCÊ CONTA COM ESPECIALISTAS EM INVESTIMENTOS, EM TODAS AS AGÊNCIAS.

Quer continuar esta conversa? Acesse santander.com.br/select SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

Santander SELECT
um banco para suas ideias

www.santander.com.br

SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

DEBATE SOBRE DROGAS

O novo filão eleitoral

Comunidades terapêuticas usadas politicamente por parlamentares podem ganhar verba federal

VINÍCIUS SASSANE
vinicius.jorge@bahaglobo.com.br

BRASÍLIA. Uma sirene anuncia as sessões de terapia na Casa de Recuperação Ressuscita em Cristo, numa ampla chácara no Gama, região do Distrito Federal. A terapia se resume a sucessivos cultos e estudos bíblicos numa igreja improvisada com bambu e lona. Um grito de guerra precede cada pregação: — Ovelha gera ovelha — bradam os internos e o pastor Claiton Afonso Vieira, o comandante do rebanho.

As atividades religiosas começam às 7h, no momento em que os 70 homens dependentes de álcool, cocaína ou crack acordam, e prosseguem até 21h. Nesse intervalo, são realizadas pelo menos três horas de culto evangélico e duas horas de estudos bíblicos.

A comunidade terapêutica é mantida pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e integra um projeto de sua igreja, a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, sediada em São Paulo. Aberta há quatro anos para tratar dependentes de drogas, principalmente jovens e adultos viciados em crack, a entidade em Brasília não oferece atendimento psicológico, psiquiátrico ou qualquer medicação.

— O que leva ao crack é essa doença do século XXI, a depressão, um estado de profunda tristeza da alma. Para a alma, não adianta remédio, não adianta psicólogo: só Jesus Cristo — diz o pastor Claiton, parceiro de Feliciano no projeto da Catedral do Avivamento que encaminha dependentes químicos a casas de abrigo.

Feliciano paga o aluguel da chácara e encaminha dependentes de drogas de sua cidade, Orlandia (SP), para a casa de abrigo em Brasília, distante 641 quilômetros. Na prática, o deputado faz uma limpeza das ruas e capitais com as famílias e a população local. O mesmo ocorre no Gama, como explica o pastor Claiton, que diz ouvir apelos para que se candidate a deputado:

— Acabei com a bandagem no Gama. A manutenção de comunidades terapêuticas se tornou importante filão eleitoral para as bancadas evangélica e católica no Congresso. Pelo menos três deputados federais e um senador mantêm essas entidades em funcionamento, com ganhos eleitorais nas bases onde atuam. A igreja de Feliciano encaminha dependentes de drogas a comunidades terapêuticas em São Paulo e Brasília. A primeira vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), inaugurou uma comunidade no Acre. O deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), relator do projeto de lei que prevê internações involuntárias de dependentes, é fundador de um abrigo em Alagoas. E há 30 anos o senador Magno Malta (PR-ES) mantém ampla comunidade em Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Esses parlamentares podem se beneficiar diretamente das iniciativas do governo federal de financiamento a comunidades terapêuticas: estão previstos R\$ 130 milhões pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e R\$ 100 milhões pelo Ministério da Saúde. A ordem do Planojaló é liberar com rapidez o dinheiro, como parte do programa "Crack, é possível vencer", lançado pela presidente Dilma Rousseff no fim de 2011.

O projeto relatado por Carimbão também beneficia diretamente as comunidades terapêuticas, com previsão de quatro fontes de financiamento para elas. Carimbão mantém em funcionamento



Fila da comida. Dependentes na Casa Ressuscita em Cristo: atividades religiosas e nenhum atendimento psicológico ou psiquiátrico



Ao ar livre. Refetório na Ressuscita em Cristo: casa integra projeto da igreja de Feliciano, a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento



Culto. Celebração no templo da Casa Ressuscita em Cristo: Feliciano encaminha dependentes de álcool e drogas de sua cidade para lá

um espaço católico chamado Cidade de Maria, em Cratias (AL), onde construiu casas para dependentes de drogas. O nome da comunidade é Fazenda Vida Nova, inscrita na Senad para receber dinheiro público. O deputado diz ter ajudado 13 entidades de Alagoas a se cadastrarem, mas nega ser o proprietário da Vida Nova.

— Não tenho instituição. Ajudei a montar a funcionar. Dou minha vida para isso porque acredito — diz Carimbão.

Protagonista de uma crise política desde sua chegada à presidência da Comissão de Direitos Humanos, Feliciano leva a sério o projeto de ter uma ampla rede de comunidades terapêuticas vinculadas à Catedral do Avivamento. Para isso, escalou dois de seus 20 secretários parlamentares — pagos pela Câmara — para cuidar do projeto: Adilson Brito e Roseli Ocarino. A dupla cuida das igrejas de Feliciano em São Paulo. O primeiro é cantor gospel. A segunda é gestora dos templos religiosos.

O deputado apresentou projeto que prevê internação compulsória de dependentes de drogas e álcool em "instituições apropriadas", entre elas comunidades terapêuticas. O projeto foi anexado à proposta relatada por Carimbão, prestes a ser votada na Câmara.

DEPENDENTES USADOS COMO CLAUQUE
Feliciano aparece na Casa de Recuperação Ressuscita em Cristo para fazer pregações. Toda semana, um funcionário da igreja do deputado em Orlandia transporta moradores para Brasília. Em duas ocasiões, o grupo de dependentes foi convocado para ir à Câmara defender Feliciano de protestos na Comissão de Direitos Humanos. Arnaldo Silveira, de 33 anos, já saiu duas vezes de Orlandia rumo a Brasília para tentar se recuperar da dependência do crack.

— Na primeira vez voltei para minha família. Foi encarar o demônio de frente, mas não estava preparado. Agora, procuro ajuda na Bíblia — diz Arnaldo. Num único quarto, ficam 48 internos, em 24 beliches. O banheiro coletivo tem quatro chuveiros e quatro vasos sanitários. Para entrar na comunidade terapêutica, é preciso pagar taxa de R\$ 150.

Em Cachoeiro do Itapemirim, o projeto Vem Viver, do senador Magno Malta, também é estruturado em torno da terapia religiosa. O parlamentar explica como é feita a desintoxicação das drogas:

— Recupero com tratamento de cura espiritual. E com chá de capim-cidreira, o melhor diurético que existe. Não conheço ninguém que se recuperou com médico. O presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, discorda do argumento do senador e de outros líderes religiosos. Para ele, a religião pode auxiliar na recuperação, mas jamais substituir o tratamento médico:

— Não conheço tratamento de dependência química sem passar por médico. Não se trata de doença da alma, mas de dependência química de altíssima complexidade, que demanda médicos muitíssimo bem treinados. O Conselho Federal de Psicologia também critica o funcionamento das comunidades. Em 2011, inspeção do conselho em 68 entidades detectou "como regra" ausência de recursos terapêuticos. "São comuns interceptação e violação de correspondências, violência física, castigos, torturas, humilhação, imposição de endo, exigência ilegal de exames clínicos, como o teste de HIV, intimidações, desrespeito à orientação sexual, revista vexatória de familiares e violação da privacidade", cita o relatório produzido pelo Conselho de Psicologia. ●

Internação compulsória

Contexto

Tanto o projeto apresentado pelo deputado Marco Feliciano quanto o texto do relator, Givaldo Carimbão — ambos mantenedores de comunidades terapêuticas — propõem alterações na lei que, em 2006, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

O projeto de Feliciano, que prevê internação compulsória para "tratamento e desintoxicação" de dependentes de drogas ilícitas e do álcool, cita as comunidades terapêuticas como alternati-

va à internação. Acabou sendo anexado a outro projeto muito parecido, este do deputado Omar Terra (PMDB-RS), ambos sob a relatoria de Carimbão. O texto, que deve ser votado na Câmara nos próximos dias, enfrenta oposição do governo, em especial do Ministério da Justiça.

O cerne da proposta é a internação involuntária de dependentes, que pode ser pedida pela família ou por qualquer servidor público. O projeto prevê quatro fontes de financiamento para comunidades terapêuticas. A negociação no governo foi assumida pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que pressiona pela liberação de verba às comunidades terapêuticas. ●

Atuação polêmica

Contexto

O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) ganhou notoriedade no início de março, quando foi eleito para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Sua eleição foi marcada por protestos dentro e fora da Casa, e por embates acalorados entre grupos conservadores e movimentos sociais.

Além de contrário à união gay e ao direito ao aborto, o parlamentar é figura polêmica, alvo de um processo por estelionato no Supremo e

de outro por homofobia. Na presidência da comissão, virou alvo de protestos de manifestantes, que acabaram proibidos de acompanhar as sessões da comissão. Campanhas se espalharam nas redes sociais contra o deputado. Em vídeo, ele aparece numa pregação pedindo o cartão de crédito de um fiel e cobrando a senha.

O contra-ataque veio de grupos pró-Feliciano, que publicaram na internet vídeo atacando parlamentares opostos à sua eleição. O deputado chegou a afirmar que deturbaria a presidência da comissão se os petistas José Genoino e João Paulo Cunha, condenados no mensalão, deixassem a Comissão de Constituição e Justiça. ●

merval@oglobo.com.br
MERVAL PEREIRA



Governo e país

Outro dia, o ex-presidente Lula deu uma entrevista e lá pelas tantas disse que ficava "com pena" quando via o ex-presidente Fernando Henrique, aos 80 anos, falando mal do Brasil no exterior. Na mesma toada, a presidente Dilma Rousseff desabafou recentemente para repórteres: "Tem gente torcendo para o país dar errado". Na verdade, tanto Lula quanto Dilma se referiam a opositoristas que criticam a atuação do governo, e não o país.

Lula chegou a uma espécie de desabafo, pedindo a Fernando Henrique que deixasse a presidente Dilma "trabalhar em paz". O que deixa especialmente irritada a presidente Dilma é a demonstração dos erros de seu governo, notadamente agora que a inflação voltou a ser um tema relevante, saindo da esfera meramente econômica para o campo político.

Apontar os erros da equipe econômica do governo tem rendido bons momentos aos opositoristas de diversos quilates, desde o senador Aécio Neves, provável candidato tucano à sucessão de Dilma, até o governador de Pernambuco Eduardo Campos, aspirante a opositorista que ainda busca seu lugar no campo oposto ao que se encontra hoje.

São críticas ao governo Dilma, não ao país. Um governo representa o país, é fato, mas pode representar mal e merecer críticas. E as críticas vêm de uma oposição que, há quase unanimidade sobre isso, é muito fraca no enfrentamento do governo, além de numericamente insignificante no Congresso. Agora mesmo, quando o PT e a presidente se confundiram em mensagens partidárias e institucionais pela televisão num claro abuso de poder, não há uma manifestação maciça da oposição de crítica a essa postura, muito menos uma análise crítica das mensagens.

Imaginem se a oposição fosse tão aguerrida hoje quanto era o PT nos governos tucanos, a tal ponto que criticava até mesmo medidas que considerava acertadas, como veremos mais adiante. É mais um exemplo de como confundem o público com o privado, como se consideram donos dos cargos que ocupam transitoriamente ou, no caso de Lula, como não consegue se desapegar da Presidência da República. Logo ele que criticava a atuação de Fernando Henrique e dizia que daria o exemplo de como um ex-presidente da República deve se comportar.

Não é preciso comentar o que Lula vem fazendo fora do governo para mais uma vez se constatar que o que Lula diz não se escreve. Esse já foi tema de várias colunas, e continua inesgotável. Vale a pena ler de novo. Afinal, o que fazia o PT quando estava na oposição?

Deixava Fernando Henrique governar com tranquilidade ou tentava por todos os meios boicotar sua administração? Para se ter uma ideia de como a atuação opositorista radical do PT se reflete hoje no país: contra a criação da CPMF; contra a Lei de Responsabilidade Fiscal; contra a reforma da Previdência; contra a privatização das telecomunicações, entre muitos outros votos não. E hoje é a favor de todas elas.

Já contem como logo no início do governo Lula, quando ele assumiu surpreendentemente como tarefa de seu governo prosseguir a reforma da Previdência, conversou com o então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, hoje condenado pela participação no mensalão, e perguntou a ele por que o PT se batia tanto contra a reforma quando o PSDB estava no governo e agora se mostra favorável a ela. Ele, candidamente, respondeu: "Luta política". Simples assim.

A "luta política" justificava tudo, até mesmo trabalhar contra medidas que consideravam acertadas. Fora os erros propriamente ditos, como apontar que o Plano Real era apenas eleitoral, e não daria certo. O hoje ministro da Educação, Aloizio Mercadante, era a cabeça econômica do PT e apostava nisso. Hoje, diz que a oposição, ao criticar o governo, parece com o PT quando criticava o Plano Real.

Os pontos-chave

1 Apontar os erros da equipe econômica do governo tem rendido bons momentos aos opositoristas de diversos quilates, desde o senador Aécio Neves, provável candidato tucano à sucessão de Dilma, até o governador de Pernambuco Eduardo Campos, aspirante a opositorista

2 São críticas ao governo Dilma, não ao país, e de uma oposição que, há uma unanimidade sobre isso, é muito fraca no enfrentamento do governo, além de ser numericamente insignificante no Congresso

3 Imaginem se a oposição fosse tão aguerrida hoje quanto era o PT nos governos tucanos, a tal ponto que criticava até mesmo medidas que considerava acertadas

Ministra apoia internação involuntária de dependentes químicos
'Não podemos nos apegar a polêmicas que não estão embasadas na realidade'

Entrevista

Gleisi Hoffmann

Chefe da Casa Civil diz ser contra descriminalizar uso de drogas, e a favor do atendimento religioso em comunidades terapêuticas

VINÍCIUS SASSINE
viniucius.jorge@bah.oglobo.com.br

BRASÍLIA. No Palácio do Planalto, o comando das negociações sobre o projeto de lei que prevê internações involuntárias de dependentes de drogas foi assumido pela chefe da Casa Civil, ministra Gleisi Hoffmann. Cabe à ministra cobrar dos ministros da Justiça e da Saúde a liberação de R\$ 230 milhões para comunidades terapêuticas, entidades de cunho religioso que ganham força no projeto de lei prestes a ser votado na Câmara. Gleisi disse que o governo é favorável à internação involuntária, e que a sociedade cobra estrutura para esse tipo de atendimento.

• O cerne do projeto de lei a ser votado na Câmara é a internação involuntária. Na mesa de negociações, o governo concordou. A presidente Dilma Rousseff e a senadora Aécio Neves, provável candidata tucana à sucessão de Dilma, até o governador de Pernambuco Eduardo Campos, aspirante a opositorista

Há uma previsão legal de modalidades de internação, na Lei Antimanicomial, de 2001. O governo acata a lei e tem de dar condições para que seja cumprida. Na Lei Antimanicomial, qualquer um pode encaminhar a pessoa ao médico e solicitar a internação involuntária. Na proposta do relator, seria a família ou qualquer servidor público. Pedimos que permanesse clara a possibilidade da família e que qualifcássemos o servidor público responsável por encaminhamentos, que fosse um agente com atuação em Saúde ou Assistência Social, para não possibilitar que servid-



Gleisi. "Elas (comunidades) têm o objetivo de fazer a reinserção social"

nes da área de Segurança pudessem fazer isso e caracterizar uma repressão. A pessoa pode procurar sozinha um atendimento, ou a família, sempre sob avaliação médica. O médico dá o laudo final.

• A internação involuntária desperta crítica dentro do governo. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) manifestou, em nota técnica, preocupação com internações indiscriminadas, mesma crítica de técnicos do Ministério da Saúde.

Essa construção foi resultado da participação de todos os órgãos de governo. Estiveram aqui o secretário nacional de Saúde, o ministro (da Saúde, Alexandre Padilha, o ministro (da Justiça) José Eduardo (Cardozo), a Senad. Em nenhum momento, esse assunto foi levantado. Todos concordaram com a visão de ser a família, um representante da Saúde, da Assistência Social (a pedir a internação) e, inclusive, disseram que isso representa um avanço em relação à Lei Antimanicomial. Não podemos nos apegar a polêmicas que não estão embasadas na realidade. Hoje temos dificuldade de tratar usuário de drogas. O que a sociedade reivindica é

que a gente tenha estrutura para esse tratamento. Falar de internações indiscriminadas não tem aderência na realidade.

• Existe diferença entre entidades clínicas e as que fazem apenas acolhimento? Exatamente. A partir daí vemos a dificuldade de a Saúde encaminhar uma ação com essas comunidades de acolhimento, que são importantes no processo. Depois do tratamento intensivo de saúde, elas têm o objetivo de fazer a reinserção social e não se confundem com internação ou tratamento. O papel das comunidades é apoiar o usuário a se ver livre das drogas. É uma ajuda. O acolhimento será sempre voluntário. O usuário define sua permanência.

• A senhora entende que o viés religioso das entidades não é problema? Seria um recurso a mais na terapia? Nem todas as comunidades são religiosas e muitas professam fé diferenciadas. Há comunidades ligadas à Igreja Católica, evangélicas, espíritas. Ser religioso não pode ser visto como impeditivo. Vivemos num país religioso, a maioria da população professa uma fé. O Es-

tado é laico, não pode optar por nenhuma fé, mas isso não significa que tenha de desrespeitar a opção das pessoas. Se a pessoa foi de forma voluntária a uma comunidade e acha que está fazendo bem a ela, se essa comunidade está seguindo as regras, não cabe ao Estado fazer tutela.

• O que se discute em relação à descriminalização do uso de drogas? Sou contrária à descriminalização das drogas. Já vi muitos argumentos dizendo que enfraqueceria o tráfico. Mas necessariamente não enfraquece o impacto na vida das pessoas. Legalizar uma droga não quer dizer que minor o problema. Pode ser uma solução simplista. Hoje, uma das drogas mais motivadoras de violência no trânsito, em casa, contra as mulheres e crianças, é o álcool. Temos de fazer campanhas falando do problema do álcool no trânsito.

• O que se discute em relação a drogas como a maconha é descriminalizar o uso e continuar a penalizar a venda, o tráfico. A nossa legislação já prevê a diferenciação. O ministro Cardozo recebeu os autores do projeto e foi bastante firme em dizer a posição do governo. Não aceitamos elevar a pena. Temos de ter foco no traficante.

• O acordo para as mudanças no projeto de lei já está bem amarrado? Fizemos esforço muito grande para discutir o projeto e dar resposta à sociedade. O Congresso e o governo têm essa preocupação. Cada um tem as suas convicções e olha o problema de uma maneira. Não é um tema fácil, mas não é porque é polêmico e difícil que vamos deixar de enfrentar de fazer um programa que atenda o que a população requer de nós. Fizemos grande esforço de concertação. O relator cedeu, o governo também avaliou pontos, colocou na mesa. Pode ser que nem tudo esteja de acordo, mas acredito que os grandes temas vão ser acordados.

Governo é contra reservar vagas para dependentes

Projeto dá a eles 5% dos empregos em obras públicas

BRASÍLIA. Depois de fechar acordo sobre internações involuntárias e financiamento a comunidades terapêuticas, o governo ainda tenta derrubar outro polêmico ponto do projeto que altera a lei de drogas. A proposta reserva obrigatoriamente a dependentes químicos 5% das vagas geradas em contratos de obras e serviços públicos. Para ocupar essas vagas, o usuário deve estar em fase final de tratamento e em abstinência. A ministra Gleisi Hoffmann já manifestou ao autor do projeto, deputado Osmar Terra (PMDB-RS), e ao relator, Givaldo Carimbão (PSB-AL), ser contra a obrigatoriedade e fixação de percentual.

Nem sempre estabelecer percentual dá efetividade à proposta. Não temos um diagnóstico correto do número po-

tencial de pessoas que precisariam ser reinseridas. O que colocamos ao relator é que poderíamos fazer a inserção com outras políticas de inclusão que temos. A gente pode colocar na lei como priorização, isso não tem problema nenhum, sem estabelecer um percentual — disse Gleisi.

Carimbão diz que não abre mão desse ponto, mas admite que pode diminuir o percentual de 5% das vagas em obras. — A lei tem de ser afirmativa. A ideia é que na construção de

uma estrada com recursos públicos, por exemplo, a empresa vencedora da licitação contrate obrigatoriamente dependentes.

O aumento da pena mínima a traficantes, de cinco para oito anos, também pode opor o governo aos autores do projeto. O Ministério da Justiça quer aumentar a punição só para grandes traficantes, vinculados a organizações criminosas. Osmar Terra diz que insistirá na elevação da pena para o pequeno traficante. (Vinícius Sassine) •

Supermercado GUANABARA
Tudo por você!

O azeite mais fresco e saudável que você já experimentou.

0,2% ACIDEZ MÁXIMA

12,98

AZEITE PREMIUM
PRODUTO IMPORTADO

Oferta válida até 08/05/2013

Hoje na web
oglobo.com.br/pais

• **VIDEO:** Compare as imagens dos pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff

• **MENSALÃO:** Confira, em conteúdo especial, o passo a passo da Ação Penal 470

• **OPERAÇÃO:** PF critica liberdade de suspeitos de fraude ambiental no Rio Grande do Sul

• **ENQUETE:** Você acha que o STF deve rever as penas dos condenados após recursos das defesas?

• **CNJ:** Conselho conclui investigação sobre massas falidas no Rio

• **NO GOOGLE+:** google.com/+JornalOGlobo Acompanhe O GLOBO

• **NO TWITTER:** twitter.com/OGloboPolitica Leia as principais notícias da política nacional

O tempo no Globo

RIO

O ar fica mais seco, e a maior parte do estado tem um dia de muito sol, calor e tempo firme. Chove rapidamente a tarde apenas na Região Serrana, na Costa Verde e no Vale do Paraíba.

Ommem

Mínima: 18,8° Máxima: 28,2°

Alto da Boa Vista Alto da Boa Vista

Sol

Nuvens 56% Ponto 19h13m

Lua

Claro 11/10 18/10 26/10 4/10

Prévisão

Previsão	ZONA SUL	ZONA NORTE	ZONA OESTE	SENSAÇÃO TÉRMICA	PROBABILIDADE DE CHUVA
HOJE	21/32°	20/30°	21/34°	17/28°	Baixa
AMANHÃ	21/33°	20/36°	21/35°	17/27°	Alta
SEXTA	20/28°	19/31°	20/30°	17/25°	Alta
SÁBADO	18/24°	17/27°	19/26°	18/25°	Alta
DOMINGO	17/23°	16/26°	19/25°	18/25°	Alta
SEGUNDA	18/24°	17/27°	20/26°	18/28°	Baixa
TERÇA	18/25°	17/28°	21/26°	17/27°	Baixa

BRASIL

Chuvas torre e volumosas, com ventania em todo o Sul. Ar abafado e pancadas de chuva a qualquer hora do sul de Mato Grosso do Sul ao Pará e no litoral do Nordeste. Sol, calor e chuva nas demais áreas.

FRENTE FRIA NO FIM DE SEMANA

Até amanhã o tempo segue aberto com sol e muito calor em todo o estado. Na sexta-feira o tempo muda com a chegada de uma frente fria. O calor diminui, chuva e ventania forte.

MUNDO

País	Hoje	Amanhã
AMÉRICA DO SUL		
Assunção	C 29° 30°	C 29° 29°
Bogotá	C 22° 22°	C 22° 22°
Buenos Aires	S 18° 22°	S 14° 24°
Caracas	C 18° 25°	C 19° 25°
La Paz	C 5° 10°	C 5° 10°
Lima	S 17° 22°	S 17° 22°
Montevideo	S 17° 22°	S 17° 22°
Quito	C 8° 18°	C 10° 17°
Santiago	S 8° 22°	S 10° 30°
AMÉRICA DO NOROCCIDENTAL		
Cd. de México	C 9° 21°	S 10° 21°
Havana	S 22° 25°	S 22° 29°
Los Angeles	S 11° 17°	S 11° 19°
Los Angeles	C 21° 25°	C 22° 29°
Miami	S 4° 4°	S 4° 4°
Novo York	S 6° 6°	S 6° 6°
Orlando	N 19° 24°	N 18° 24°
Washington DC	S 2° 2°	S 1° 1°
EUROPA		
Amsterdã	C 4° 7°	S 2° 5°
Berlim	C 14° 10°	S 2° 10°
Berlim	C 2° 4°	S 2° 4°
Bruxelas	C 1° 4°	C 0° 3°
Frankfurt	C 1° 4°	C 0° 3°
Ginebra	N 2° 1°	N 0° 1°
Lisboa	S 6° 10°	S 4° 14°
Londres	C 2° 2°	S 1° 6°
Madri	S 4° 4°	S 1° 1°
Moscou	S 2° 2°	N 2° 2°
Paris	S 4° 4°	S 2° 2°
Roma	C 9° 15°	C 11° 14°
ÁSIA		
Jakarta	S 14° 22°	S 12° 22°
Pequim	S 2° 18°	S 1° 19°
Tóquio	S 7° 15°	S 7° 14°
ÁFRICA		
Cairo	S 16° 24°	S 15° 24°
Johannesburg	C 10° 20°	C 10° 24°
OCEANIA		
Sydney	S 12° 22°	S 16° 25°

Temperaturas máximas: Acima de 40° 37°/40° 34°/36° 31°/33° 28°/30° 25°/27° 22°/24° 18°/21° 13°/17° Abaixo de 2°

PREVISÃO: Sol, Parcialmente nublado, Nublado, Sol com pancadas de chuva, Nublado com chuvas, Chuvas com trovoadas, Geada

CLIMATEPO

Operação recolhe com usuários de crack no Complexo da Maré

Só 40 aceitaram ir para abrigo. Ação aconteceu em nova cracolândia

ANA GLÁUCIA COSTA
aconest@oglobo.com.br

Pelo menos cem viciados em crack foram recolhidos ontem na Favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, durante uma operação feita pela PM, com apoio da Secretaria municipal de Assistência Social, para levá-los para abrigos. Cerca de metade dos usuários, no entanto, fugiu, correndo pelas ruas ou pulando o muro do 22º BPM (Maré). Apenas 40 aceitaram ser levados para um abrigo em Paciência. O local da operação foi uma nova cracolândia no interior da favela, para onde se transferiu boa parte dos viciados que antes ficavam às margens da Avenida Brasil. À tarde, os que fugiram já estavam no mesmo ponto da favela onde tinha sido feita a operação. Os usuários montaram acampamento na Rua Flávia Farnese, paralela à Avenida Brasil, e ao lado de uma das bocas de fumo da Nova Holanda. Para

lá, eles levaram sofás velhos, colchões, pedaços de madeira e caixotes. Em meio a roupas velhas, malas e outros objetos, podiam ser vistos muitos isotermos e copos de água mineral (que viram cachimbos improvisados nas mãos dos viciados em crack).

PM DE QUE USUÁRIOS COMETEM CRIMES

Com a chegada da Polícia Militar, que primeiro entrou na favela com um carro blindado, muitos usuários saíram correndo. Outros, que ainda estavam dormindo ou muito drogados, foram levados para o quartel do 22º BPM. Ali, policiais checaram se tinham anotações criminais ou mandados de prisão. Dos que recolhidos inicialmente, apenas 52 adultos e um menor permaneceram no batalhão. De acordo com o subcomandante do 22º BPM, major Rogério Rodrigues, a ação já estava sendo planejada há alguns dias. Ele explicou que a iniciativa visou também a tentar reduzir o número de roubos e furtos naquela região da Avenida Brasil, que vem aumentando sensivelmente. As operações, segundo o major, devem continuar. — Os viciados em crack deixavam o acampamento na favela para ir roubar



No batalhão. Usuários recolhidos na Nova Holanda aguardam triagem no quartel

na Avenida Brasil. Estamos pedindo auxílio da secretaria para tentar levá-los para abrigos — disse o major.

Depois de tomar conhecimento da operação, a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Ministério Público informou que vai notificar o comandante do 22º BPM, tenente-coronel Walter Teixeira, o delegado titular da 21ª DP (Bonsucesso), José Pedro Costa da Silva, e a Secretaria municipal de Assistência Social, para esclarecer por que os usuários de crack recolhidos foram levados primeiro para o batalhão, e não para unidades de saúde do município. De acordo com o Ministério Público, o recolhimento compulsório de moradores de rua é ilegal.

Ainda segundo o MP, uma ação civil pública foi ajuizada contra o prefeito Eduardo Paes, em abril deste ano, por abusos cometidos em ações de remoção. A iniciativa foi rejeitada em primeira instância pelo Tribunal de Justiça. O MP apresentou recurso, que está sendo analisado. O órgão acrescentou que recomendou a prefeitura a ampliação de sua rede de saúde mental, para o atendimento a usuários de crack — o que não teria ocorrido. •

MARIA ISABEL LAMY
Luciana Bodin Mesiano, Walter, Marcela, Ana Lúcia, Aílica, Marcos Bodin, Ana, Gabriella, Katharina e Julia, agradecem as manifestações de pesar recebidas, por ocasião do falecimento da querida TIA MARIA, e convidam para a MISSA DE 7º DIA, a ser celebrada amanhã, dia 21, às 18h30min, na Igreja Nª Sra. da Paz, Rua Visconde de Pirajá, 339 - Ipanema.

ACADÊMICO MÁRIO GIORGIO MARRANO
A Academia Nacional de Medicina convida para a missa em sufrágio da alma do Acadêmico Honorário Nacional, Mário Giorgio Marrano, a realizar-se no dia 21 de novembro de 2013, quinta-feira, às 18 horas, na Igreja São Paulo Apóstolo, Rua Barão de Ipanema, 85 - Copacabana.

EUGEN MERMELSTEIN
Zulmira, Luiz, Marcia, Clotilde, e Mônica, Fernando e Daniel, Felipe e Joana, Guilherme, Sofia, Miguel, Paulo, Aílo e Rogael, comissionam o falecimento do amado Eugen e convidam para a missa de 7º dia do seu falecimento, que será celebrada SEXTA-FEIRA (22/11/2013), às 11h, no Cemitério Comunal Israelita do Caju, e Rua Monsenhor Manoel Gomes.

GILDA ALVES GUINLE
Missa de 7º Dia
Conchita, Haroldo, Henrique e Guilherme Sprenger, irmã, cunhado e sobrinhas agradecem as manifestações de pesar e convidam para a Missa de 7º Dia, a ser celebrada em sua memória, nesta 6ª feira, 22/11/2013, às 19h, na Capela de Santa Inez, Rua Mari Pessoa, 91 - Gávea.

HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ AGRADECIMENTO
A Família Wolff Meinicke vem agradecer publicamente a toda equipe do Hospital Federal do Andaraí, representada pelos Médicos: João Marini Neto, Maria José Barbedo Marques e Raphael Zanati, o esforço e a dedicação dispensados, com competência e humanidade, a MOACIR WOLFF MEINICKE, na sua luta pela vida durante todo o tempo em que recebeu tratamento neste hospital.

STELLA FIALHO DI IULIO
Stellina
Dante (in memoriam), Leonardo, Monique e filhas, Nadir, Luis e filhas, Bruno e Selma e filho (in memoriam), Dante, Tania e filhas, Aquilabon, Rose e filhas, vêm com muito pesar comunicar o falecimento de sua querida esposa, mãe, sogra e avó Stellina. O velório se dará nesta 4ª feira, 20 de novembro, a partir das 14h, na Capela 8 do Memorial do Carmo - Caju.

MARINA BEBIANNO CEPAS
MISSA 7º DIA
Seus filhos e netos convidam para celebração da Missa de 7º Dia em memória da querida mãe e avó a ser realizada na quinta-feira, dia 21 de novembro de 2013, às 17:30h, na Igreja de Santa Mônica (Leblon).

JOÃO FRANCISCO TRINIDADE JARDIM (1960 - 2012)
Familiares e amigos manifestam, na passagem de 1 ano do falecimento do querido João Francisco, a sua saúde e seu amor, reverenciando a sua memória. Niterói, 20 de novembro de 2013.

LUIZ GUSTAVO CARRIELLO DE CASTRO
A MULTIPLAN, seus diretores e funcionários, conternados com o inesperado falecimento de seu colega LUIZ GUSTAVO CARRIELLO DE CASTRO, convidam parentes e amigos para a missa de 7º dia do seu falecimento, que será celebrada SEXTA-FEIRA (22/11/2013), às 18h, na Paróquia Santo Agostinho, situada na Rua Paulo Moreno nº 22, Cond. Novo Leblon, Barra das Tijucas.

EDSON RICARDO LENCASTRE
Carla Lencastre, Alexandre Martins e Marcelo Lencastre comunicam o falecimento do querido Edson Ricardo. A cremação será hoje, dia 20 de novembro, às 10h, no Memorial do Carmo.

MARIA ISABEL LAMY
Alfredo Lamy Filho e Cecília, Antonio Carlos e Maria Cecília, Luiz, Teresa, Carlos, Ines, José e Margarete, filhos, netos e bisnetos convidam para a Missa de 7º Dia de sua querida irmã, cunhada e tia Maria a ser realizada no dia 21 de novembro de 2013, às 18:30 horas, na Igreja da Paz, Rua Visconde de Pirajá 339, Ipanema.

O GLOBO
Avisos Fúnebres e Religiosos
2534-4333
Plantão sábado/domingo **2534-5501**